



ERICA PIOVAM DE ULHÔA CINTRA

“SCIENCIA ET LABOR” NO “PALÁCIO DE LUZ”:
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA MÉDICA E A
FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ
(CURITIBA, 1912-1946)

CURITIBA

2010

ERICA PIOVAM DE ULHÔA CINTRA

“SCIENCIA ET LABOR” NO “PALÁCIO DE LUZ”:
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA MÉDICA E A FACULDADE DE
MEDICINA DO PARANÁ (CURITIBA, 1912-1946)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Linha História e Historiografia da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Educação.

Orientador:

Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta

CURITIBA

2010

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Cintra, Erica Piovam de Ulhôa

“Scientia et Labor” no “Palácio de Luz”: a institucionalização da ciência médica e a Faculdade de Medicina do Paraná (Curitiba, 1912-1946) / Erica Piovam de Ulhôa Cintra. – Curitiba, 2010. 250 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta
Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação,
Universidade Federal do Paraná.

1. Medicina – história – Curitiba. 2. Ensino superior – história – Curitiba – Séc.XX. I. Título.

CDD 378.008

CDU 378: 61



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Tese de **ERICA PIOVAM DE ULHÔA CINTRA** para obtenção do Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo-assinados, DR. MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA, DR. LUIZ ANTÔNIO DA SILVA TEIXEIRA, DR^a MÁRCIA REGINA BARROS DA SILVA, DR. CARLOS EDUARDO VIEIRA e DR^a VERA REGINA BELTRÃO MARQUES argüíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Tese: **“SCIENCIA ET LABOR NO PALÁCIO DA LUZ: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA MÉDICA E A FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ (CURITIBA, 1912-1945)”**.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR. MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA	Marcus Levy AB	APROVADA
DR. LUIZ ANTÔNIO DA SILVA TEIXEIRA	L. Ant. Tex	APROVADA
DR ^a MÁRCIA REGINA BARROS DA SILVA	Marcia R. Barros da Silva	Aprovada
DR. CARLOS EDUARDO VIEIRA	Carlo E. Vieira	Aprovada
DR ^a VERA REGINA BELTRÃO MARQUES	Vera Regina Beltrão Marques	Aprovada

Curitiba, 22 de fevereiro de 2010.

Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação

A palavra mágica

Certa palavra dorme na sombra
de um livro raro.
Como desencantá-la?
É a senha da vida
a senha do mundo.
Vou procurá-la.

Vou procurá-la a vida inteira
no mundo todo.
Se tarda o encontro, se não a encontro,
não desanimo,
procuro sempre.

Procuro sempre, e minha procura
ficará sendo
minha palavra.

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, 1977

Agradecimentos

A saudade é o que faz as coisas pararem no Tempo.

Mário Quintana, Poemas Completos

Todo trabalho decorre da aplicação dos seus proponentes e da participação de muitos que encontramos pelo caminho. Nesses quatro anos de atividades voltadas ao doutoramento, sempre com o imprescindível auxílio da CAPES (e do PPGE), tive a possibilidade de conhecer pessoas, cidades, instituições, arquivos, etc. Tive colegas especiais de jornada: Cleusa Fuckner, Maria Aparecida Knnüpel, Silvana Maura Batista, Valquíria Elita Renk, e tantos outros. Conteí com professores orientadores e estimuladores da pesquisa em história da educação paranaense: Marcus Levy Albino Bencostta, caro orientador, amigo, obrigada por sua fé inabalável no projeto desta jovem que você acompanhou desde os tempos de graduação; Vera Regina Beltrão Marques e Luiz Antônio Teixeira (Fiocruz), pela qualificação encorajadora para quem era *marinheira* de primeira viagem nos temas da história da medicina; Liane Maria Bertucci, meu interesse na área, sim, adveio de todas aquelas nossas conversas dos tempos do mestrado; Carlos Eduardo Vieira, Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, Serlei Fischer Ranzi, bem como Helenice Rodrigues (PPGHistória, UFPR), pelas aulas que se solidificaram à minha formação, e mais uma vez, Vera Marques, Luiz Antônio, Carlos Eduardo e ainda Márcia Regina Barros da Silva (USP), pelas apreciações por ocasião da defesa pública. Às funcionárias do PPGE – d. Francisca, Irene e Darci – meu reconhecimento por terem sido sempre prestativas e atenciosas.

Dos acervos que pesquisei, minha gratidão aos professores e funcionárias do Setor de Ciências da Saúde da UFPR, em especial, à diretora Maria Emília Daudt von der Heyde, que me cedeu o acesso à principal fonte de pesquisa desde fins de 2005, bem como ao ex-diretor oficialmente vice-reitor Rogério Mulinari, e à Silvana Cristina H. Prestes da Silva, tempos depois e sempre, por mediar com franca passagem a minha intromissão nesse acervo sob suas guardas; assim como aos funcionários da Biblioteca Pública do Paraná, Seção Paranaense, sempre atentos com esta moça lidando com aquelas “máquinas do tempo”; à Maria Gabriela Marinho, que me recebeu proficuamente no Museu da História da Medicina, da Faculdade de Medicina da USP; e a tantos outros espaços visitados com resultados positivos obtidos, como o Círculo de Estudos Bandeirantes, Casa de Memória de Curitiba, Associação Médica do Paraná, ainda as escolas médicas brasileiras e portuguesas as quais tive a possibilidade de, ao menos, visitar e sondar um pouco de suas histórias para a que vai contada aqui. E, claro, ao professor Heinz-Elmar Tenorth, da Universidade Humboldt de Berlim (Alemanha), por àquele projeto em que todos nós acreditamos, quem sabe, num futuro breve, *vielen dank!* Ao primeiro leitor e revisor do bom português, Altair Pivovar, caro amigo, um especial obrigado também. E à professora Flavia Fazion, pela prontíssima tradução do ampliado resumo, *merci*.

Nesse longo tempo de estudos e pesquisas em educação, me esforcei em aprender a lição. E é só esta jornada – a tese – que termina aqui, pois a minha história, sei, “*está apenas começando*”. Muito obrigada a todos. Incluo aqui os que não foram nominados, mas estão no meu pensamento e no meu coração, continuamente. E, claro, a família, amados pais, Antonio e Glória, tias Sumakê, Atamis, Radhail, dr. Ivan (médico da turma de 1972), Adonai, e de saudosa memória vovô Rosala Garzuze (médico da turma de 1929), os amigos Beth, Eros, Derotheu, Manoel Anísio, d. Antonia e, sempre, Stephanie e Germano, as meninas Luciana e Sophia, Família Dahn – espetaculares, os irmãos Karen, Eric e Gisele e o pequeno primeiro-sobrinho Arthur, queridos, todos, agradeço por aquela invisível força que me fez *chegar lá*. E, finalmente, a meu companheiro amado, Anael Cintra, que sempre presente, compartilhou comigo os caminhos e os antagonismos desse tempo todo.

*Dedicado a meus pais, Antônio e Glória,
em especial à papai, que fez colar aos meus
ouvidos, desde pequena, o seu canto:
"Um dia, você será doutooora"
Inesquecível!*

*E à Anael Pintra,
meu companheiro sempre amado,
por toda a história que já construímos
e por aquela que ousarmos doravante trilhar.
Sem você, anjo meu,
não haveria eu*

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.	.viii
LISTA DE QUADROS.	xi
LISTA DE ABREVIATURAS.	.xii
RESUMO.	.xiii
RÉSUMÉ.	.xiv
 INTRODUÇÃO.	 .1
 CAPÍTULO 1 – A MEDICINA ACADÊMICA NO BRASIL (SÉC. XIX-XX).	 .13
Apresentação.	.14
1.1 Aprendendo a ser médico no Brasil.	.18
1.2 As possibilidades formativas dos Novecentos.	.29
1.3 Em tela: o caso paulista.	.41
1.4 <i>Auscultando</i> o curso médico (e os da área da saúde) no Paraná.	.47
1.5 Expectativas em torno do ensino superior: breves notas sobre a UP.	.52
 CAPÍTULO 2 – “SCIENTIA ET LABOR” NO “PALÁCIO DE LUZ”: O MODELO DE ENSINO MÉDICO NO PARANÁ.	 .58
Apresentação.	.59
2.1 A cidade cresce... e os problemas de saúde aparecem!.	.62
2.2 O interesse pela emancipação educativo-cultural do Paraná.	.78
2.3 <i>Operando</i> o sistema: a organização e as reorganizações do curso médico.	.82
2.4 Médicos-fundadores e professores e suas possíveis histórias.	.111
2.5 “ <i>Scientia et Labor</i> ” no “ <i>Palácio de Luz</i> ”: a arquitetura dos projetos.	.122
2.6 Laboratórios, museus e gabinetes: investimentos ao “ensino prático” e à pedagogia clínica.	.131

CAPITULO 3 – “<i>CREAR, ENSINAR E APPLICAR A SCIENCIA</i>”: EXPOSIÇÃO E PROJEÇÃO DOS SABERES MÉDICO-CIENTÍFICOS A PARTIR DA FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ..	141
Apresentação.	142
3.1 Livros para autoconsumo: a biblioteca e a produção dos médicos-professores..	145
3.2 Nas instituições de assistência pública: o ofício assistido.	162
3.2.1 Dispensário Dentário e seus dois gabinetes anexos.	163
3.2.2 Maternidade do Paraná e ações em Obstetrícia.	167
3.2.3 Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, Hospício N. S. da Luz, Hospital Militar e o Dispensário Infantil da Cruz Vermelha e o do Instituto de Proteção à Infância (embrião do Hospital da Criança): os convênios particulares da FMP.	180
3.3 Teses médicas: a ciência médica reafirmada.	190
3.4 Associações e revistas médicas: espaços de organização e projeção da classe.	196
3.5 Memória de médicos: alguns casos de sua inserção profissional.	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS..	215
FONTES.	219
REFERÊNCIAS.	227
ANEXOS.	238

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1 – Exemplar de carta de Nilo Cairo à Walfrido Leal. De Paranaguá, em 2 de janeiro de 1927. Fonte: Arquivo D.S.C.S.. 118
- FIGURA 2 – “*Curityba – Universidade do Paraná*”, cartão postal, s/d. Fonte: Arquivo D. S. C. S. 124
- FIGURA 3 – Aspecto do “Palácio de Luz”, prédio em que funcionou, do lado direito, a Faculdade de Medicina do Paraná, 1939. Fonte: Arquivo D. S. C. S.. . . . 129
- FIGURA 4 – “*Parte do Museu de Anatomia*”, cartazes, peças anatômicas, o esqueleto. Ao fundo, um pequeno quadro de giz, e ao centro, a reunião cadenciada das cadeiras. Fonte: Arquivo D. S. C. S.. . . . 132
- FIGURA 5 – Aspecto do Laboratório de dissecação anatômica, ao rés do chão do edifício. Ao fundo, uma janela aberta à Praça. Foto: Armin Henkel, Curytiba. Fonte: Arquivo D. S. C. S. 133
- FIGURA 6 – Duas imagens de um mesmo lugar. O Museu de Anatomia ostenta as peças anatômicas trazidas da Europa. Fotos: Armin Henkel, Curytiba. Fonte: Arquivo D. S. C. S. 134
- FIGURA 7 – “*Anfiteatro de aula oral*”. Pouco mais que uma sala de aula, bem menos que um gabinete. Foto: Armin Henkel, Curytiba. Fonte: Arquivo D. S. C. S.. . 135
- FIGURA 8 – Gabinete de clínica dentária. Assistência à população e prática clínica dos alunos de Odontologia. Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1916. . . . 136
- FIGURA 9 – Gabinete de prótese dentária. A prática protética dos alunos. Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1916. 137
- FIGURA 10 – Biblioteca. Espaço de encontro de todos os saberes. Foto: Armin Henkel, Curytiba. Fonte: Arquivo D. S. C. S. 138
- FIGURA 11 – Laboratório de Histologia. Exemplo da cultura material das instalações ao ensino prático e à aprendizagem experimental. Foto: Armin Henkel, Curytiba. Fonte: Arquivo D. S. C. S. 139
- FIGURA 12 – Farmacêuticos, obstetras, odontólogos ou médicos? As especialidades se encontram nas escadarias da FMP, anos 1920? Fonte: Arquivo D. S. C. S.. 140
- FIGURA 13 – Aspecto da “*Biblioteca e sala de leitura*”. Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1914, p. 55.. . . . 154
- FIGURA 14 – Aspecto da “*Sala de Leitura da Bibliotheca*” e assistência. Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1915, p. 23. 149
- FIGURA 15 – Destaque a três obras médicas: *Le Transformisme Médical, l'Évolution Physiologique* (1899); *Leçons sur les Maladies du Système Nerveux* (1899), *Traité de Médecine* (1891). Foto: Autora, 10 maio 2006. 152
- FIGURA 16 – Registro de parte do ‘Antigo Acervo’. Foto: Autora, 10 maio 2006. . . . 155
- FIGURA 17 – Dois exemplos de obras didáticas: *Elementos de Pathologia Geral* (1916), de Nilo Cairo, e *Manual Prático de Tisiologia Infantil* (1936). Foto: Autora, agosto de 2005. 161

- FIGURA 18 – Manhã de trabalho no Dispensário Dentário da FMP. Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1915. 163
- FIGURA 19 – “*Sala de Clínica Odontológica*”, servindo ao Dispensário Dentário. Destaque aos novos equipamentos de meados de 1930. Fonte: Relatório da FMP do ano de 1936, p. 13.. . . . 165
- FIGURA 20 – “*Maternidade de Coritiba*”, no brasão à frente da casa. As enfermeiras na varanda, e o diretor clínico no interior, à janela. Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1915, p. 64. 167
- FIGURA 21 – “*Sala de Visitas*”. A Governante da Maternidade e parteira-chefe, Mathilde G. Ceschin, instrui a colega de profissão. Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1915, p. 66. 168
- FIGURA 22 – No “*consultório*” da Maternidade do Paraná, o diretor clínico, Reynaldo Machado, em atendimento à cliente. Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1915, anexos. 178
- FIGURA 23 – “*Maternidade do Paraná – Sala de partos*”. No meio do quarto, a figura do médico assistente (Nilo Cairo) impõe a sua presença: física e clínica. Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1915, anexos. 170
- FIGURA 24 – Na “*Enfermaria geral*”, nas camas, mães que deram à luz e seus bebês descansam (ao fundo) e gestantes esperam (à frente). Em pé, a alva enfermeira acolhe um recém-nascido. Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1915, anexos.. . . . 172
- FIGURA 25 – “*Maternidade Victor do Amaral – Edifício principal*” e sede definitiva do instituto anexo à FMP, inaugurada, enfim, a 3 de maio de 1930. Fonte: Relatório da FMP do ano de 1930, p. 30. 177
- FIGURA 26 – Pavilhão Dr. Moyses Marcondes, o pavilhão de isolamento da Maternidade Victor do Amaral. Fonte: Relatório da FMP do ano de 1930, p. 33. 179
- FIGURA 27 – Prospecto dos Preparados Médicos. À capa, “*fábrica do afamado Peitoral Paranaense*”, o xarope do dr. Victor do Amaral. Fonte: Pasta Dr. Victor do Amaral, da Seção Paranaense da B. P. P. 182
- FIGURA 28 – Aspecto do Hospital de Crianças. Fonte: Relatório da FMP do ano de 1930, p. 37. 187
- FIGURA 29 – *Dr. Alfredo Ferreira Netto*. Publicação da primeira “*These de doutoramento apresentada à FMP. Coritiba, 17 de novembro de 1919, aprovada com distinção*”, encimando o brasão da UP, em destaque. Fonte: Seção Paranaense da B. P. P. 191
- FIGURA 30 – Primeiro exemplar da revista *Paraná Médico*, da SMP (1914), que circulou em 19 de agosto de 1916. Fonte: Seção Paranaense da B. P. P. 197
- FIGURA 31 – “*Empregados administrativos da Universidade*” – sentado ao centro, Oscar de Plácido e Silva. Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1915, p. 27. . . . 207
- FIGURA 32 – Na cuidadosa sala, as primeiras jovens da FMP, em primeiro plano: Helena Viana Seiller (Odontologia) e Maria Falce (Medicina). Atrás das flores, poucas certezas: Anna Carmeliano Glück e Myriam de França da Costa, de Odontologia, ou Alice Silveira Grillo, de Farmácia? Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1914, p. 25. 209

FIGURA 33 – Turma de médicos de 1929 ladeia o professor Coriolano da S. Motta (óculos, centro), catedrático de Física Médica. À sua direita, a aluna Josefina Flacks e, ao fundo, junto ao armário, os três alunos: Rosala Garzuze, César Beltrão Pernetta e Francisco Beltrão (esquerda-direita). Fonte: Acervo particular da Família Garzuze. 211

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Distribuição das cadeiras e seriação do curso médico-cirúrgico (1832). . . .	26
QUADRO 2 – Distribuição das cadeiras e seriação do curso médico-cirúrgico (1913). . . .	87
QUADRO 3 – Distribuição das cadeiras e seriação do curso médico-cirúrgico (Estatuto de 1915).	95
QUADRO 4 – Distribuição das cadeiras e seriação do curso médico em dois momentos: lei de 1915 e reforma de 1918 (FMBH); os lentes da FMP.	100
QUADRO 5 – Defesas de teses para obtenção do título de Doutor em Medicina pela FMP, 1919-1946.. . . .	192
QUADRO 6 – Esboço de autoria, tema e filiação dos artigos da revista Paraná Médico nos anos iniciais.. . . .	199

LISTA DE ABREVIATURAS

B.P.P. – Biblioteca Pública do Paraná
C.S.E. – Conselho Superior de Ensino (RJ)
C.N.E. – Conselho Nacional de Educação (RJ)
D.N.E. – Departamento Nacional de Educação (RJ)
D.S.C.S. – Direção do Setor de Ciências da Saúde (UFPR)
EPM – Escola Paulista de Medicina
FAMED – Faculdade de Medicina de Porto Alegre (RS)
FMBH – Faculdade de Medicina de Belo Horizonte (MG)
FMCSF – Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo
FMP – Faculdade de Medicina do Paraná
FMRJ – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
FMFlu – Faculdade Fluminense de Medicina (RJ)
FR – Fundação Rockefeller
IBSP – Instituto Bacteriológico de São Paulo
IOC – Instituto Oswaldo Cruz (RJ)
ISF – Instituto Soroterápico Federal (RJ)
Manguinhos – Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz (RJ)
SCM – Santa Casa de Misericórdia
SMCSF – Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo
SMP – Sociedade de Medicina do Paraná
SMRJ – Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro
UEI – Universidade Escolar Internacional
USP – Universidade de São Paulo
UP – Universidade do Paraná

Resumo

As primeiras instituições de ensino médico no Brasil (Rio de Janeiro e Salvador) comemoram hoje o seu bicentenário. Do começo do século XIX a meados do XX, outras oportunidades educativas nessa especialidade acontecem em outros estados brasileiros, como no Paraná. Neste, as primeiras décadas dos Novecentos significaram um importante tempo de transição política, social, cultural e educacional, coincidindo, em âmbito nacional, com os projetos de modernização dos centros urbanos e de difusão ampliada de diferentes projetos educacionais. Na capital paranaense, havia o reconhecimento de que a cidade crescia de forma acelerada e que novos encaminhamentos se faziam necessários, sobretudo nos temas da saúde e da educação. À vista disso, um grupo de idealistas liderados por médicos formados pelas escolas médicas do Rio de Janeiro toma para si o desafio de enfrentar a realidade do seu tempo, e pelo caminho mais longo: o da educação. Nesse aspecto, conscientes e confiantes das oportunidades que a legislação educacional (Lei Rivadávia, 1911) tornava possível, entregaram-se eles ao intenso trabalho de constituição dos cursos superiores no Paraná, reunindo aqueles que melhor correspondessem às demandas da época. Entre as ofertas, o curso de Medicina e Cirurgia e os da área da saúde (Obstetrícia, Odontologia e Farmácia). O primeiro ano letivo da então “Universidade do Paraná” (UP, fundada em 19 de dezembro de 1912), correria em meio a adaptações de percurso e à expectativa de realização de ainda outros projetos conexos: a construção de um edifício próprio, a organização e a oferta de ainda outros cursos formativos, a preparação e o aparelhamento das salas, gabinetes, laboratórios, museus, biblioteca, etc. Ao *ensino prático* que procuravam defender nesses espaços, somava-se a constituição de uma rede de instituições de assistência à saúde pública que visava servir ao *ensino das Clínicas* – as diferentes disciplinas do currículo médico – aos alunos da Faculdade de Medicina do Paraná (FMP, fundada em 28 de outubro de 1913). Todos juntos, então, no “Palácio de Luz” (1914), em praça pública, experimentariam, em breve, os desafios da reorganização educacional com a Reforma Maximiliano (1915), que levou ao desmembramento da UP em faculdades isoladas, dando novos contornos a tais projetos. Contudo, o ideal da formação de gerações de médicos e especialistas na área da saúde estava posto e operante no Paraná. Nem mesmo a ocorrência de novas regulações legais, como as do Estatuto das Universidades Brasileiras (1931), os desviaria desse intento. Entender como foi possível a constituição do curso médico (e os da área da saúde) no projeto da FMP e a sua consolidação na primeira metade do século XX, em uma longa periodização que tangencia a gestão ininterrupta do dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à frente da casa (1912-1946), é o objetivo da presente investigação. A tese evidencia o papel central da FMP nos caminhos da institucionalização da ciência médica no Paraná (e no Brasil), pelas vias da educação e da profissionalização de demanda qualificada para o mercado de trabalho e pela oferta de uma rede de serviços especializados de assistência pública constituídos (Dispensário Dentário, Maternidade do Paraná, a incorporação do Laboratório de Análises do Estado, Hospital da Criança etc.) ou por ela participados (Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, Hospício N. S. da Luz, Hospital Militar, Dispensário Infantil da Cruz Vermelha Brasileira etc.), com alcance na criação de órgãos da classe (associações e periódicos médicos). Na formação de gerações de médicos e especialistas na área da saúde, a FMP se filia às principais ações e instituições que cooperaram para a institucionalização da ciência médica no Brasil. E ela é parte integrante da história educacional e das instituições de ciências no Paraná, na primeira metade do século XX.

Palavras-Chaves: história da educação, história da medicina, história das ciências, ensino superior, história-século XX, Curitiba – Paraná

Résumé

Les premières institutions d'enseignement médical au Brésil (Rio de Janeiro et Salvador) commémorent aujourd'hui leur bicentenaire. Du début du XIX^e siècle au milieu du XX^e, d'autres opportunités éducatives dans cette spécialité arrivent dans d'autres états brésiliens, comme dans le Paraná. Dans celui-ci, les premières décennies des années mille et neuf cents ont signifié un important temps de transition politique, sociale, culturelle et scolaire, en coïncidant, dans le contexte national, avec les projets de modernisation des centres urbains et de diffusion élargie de différents projets scolaires. Dans la capitale du Paraná, c'était la reconnaissance que la ville grandissait de forme accélérée et que de nouvelles approches se faisaient nécessaires, surtout dans les sujets de la santé et de l'éducation. Alors, un groupe d'idéalistes conduit par des médecins formés par les écoles médicales du Rio de Janeiro prend le défi d'affronter la réalité de son temps, et par le chemin le plus long: celui de l'éducation. Dans cet aspect, conscients et confiants des opportunités que la législation scolaire (Loi Rivadávia, 1911) rendait possible, ils se sont livrés à l'intense travail de constitution des cours supérieurs dans le Paraná, en réunissant ceux qui mieux correspondaient aux exigences de l'époque. Parmi les offres, le cours de Médecine et de Chirurgie et du secteur de la santé (Obstétrique, Odontologie et Pharmacie). La première année scolaire de «l' Université du Paraná » (UP, fondée le 19 décembre 1912), se passa entremêlé à des adaptations de parcours et à l'attente de la réalisation encore d'autres projets connexes: la construction d'un bâtiment propre, l'organisation et l'offre d'autres cours formatifs, la préparation et l'équipement des salles, de cabinets, de laboratoires, de musées, de bibliothèque, etc. À « l'enseignement pratique » auquel ils cherchaient à défendre dans ces espaces, s'ajoutait la constitution d'un réseau d'institutions d'assistance à la santé publique laquelle visait à servir à *l'enseignement des Cliniques* – les différentes disciplines du curriculum médical – aux étudiants de la Faculté de Médecine du Paraná (FMP, fondée le 28 octobre 1913). Tous ensemble, alors, dans le « Palais de Lumière » (1914), en place publique, ils essaieraient, brièvement, les défis de la réorganisation scolaire avec la Réforme Maximiliano (1915), qui a mené au démembrement de la UP dans des facultés isolées, en donnant de nouveaux contours à tels projets. Néanmoins, l'idéal de formation de générations de médecins et de spécialistes dans le secteur de la santé était mis en état de fonctionnement dans le Paraná. Ni même la présence de nouveaux règlements légaux, comme le Statut des Universités Brésiliennes (1931), les dévierait de cette intention. Considérer comme a été possible la constitution du cours médical (et du secteur de la santé) dans le projet de FMP et sa consolidation dans la première moitié du XX^e siècle, dans une longue périodisation que côtoie la gestion ininterrompue du docteur Victor Ferreira do Amaral e Silva, chef de la maison (1912-1946), c'est l'objectif de la présente recherche. La thèse prouve le rôle central de la FMP dans les chemins de l'institutionnalisation de la science médicale dans le Paraná (et dans le Brésil), par les voies de l'éducation et de la professionnalisation d'exigence qualifiée pour le marché de travail et par l'offre d'un réseau de services spécialisés d'assistance publique constitués (Dispensaire Dentaire, Maternité du Paraná, l'incorporation du Laboratoire d'Analyses de l'État, l'Hôpital de l'Enfant, etc) ou par sa participation (Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, Hospice Notre Dame de la Lumière, Hôpital Militaire, Dispensaire Infantile de la Croix Rouge Brésilienne), en atteignant la création d'organisations de la classe (associations et périodiques médicaux). Dans la formation de générations de médecins et de spécialistes dans le secteur de la santé, la FMP s'affilie aux principales actions et aux institutions qui ont coopéré pour l'institutionnalisation de la science médicale au Brésil, et est partie intégrante de l'histoire scolaire et des institutions de sciences dans le Paraná, dans première moitié du XX^e siècle.

Mots-clé: histoire de l'éducation, histoire de la médecine, histoire des sciences, enseignement supérieur, histoire – XX^e siècle, Curitiba – Paraná

Introdução

Podemos chamar de “Medicina Científica” tudo o que dentro da medicina não é arte e sim base científica para o exercício da Arte Médica.

(PEDRO NAVA, **Capítulos da História da Medicina no Brasil**, p.125)

A vinda da família real ao Brasil e a necessidade de ser organizada a corte nos trópicos motivam a criação de uma série de instituições, dentre as quais as escolas médico-cirúrgicas de Salvador e do Rio de Janeiro que hoje comemoram o seu bicentenário. A constituição das escolas médicas brasileiras, na ocasião, para atender “os males” da população e cobrir a ausência de profissionais na corte¹, marca ainda o início dos cursos de formação superior no país. Tempos depois, e no começo do século XX, outras instituições de ensino médico são difundidas a outros estados brasileiros, como o Paraná, ampliando as possibilidades de acesso dos jovens – homens e também mulheres – aptos para tal formação. Ao mesmo tempo, a medicina científica que embasa esse curso conquista, pouco a pouco, o seu espaço na profissionalização de um contingente que se coloca competente ante as práticas de cura possíveis e assume para si a responsabilidade sobre os problemas de saúde/doença da população². Medicalizar, mas também prevenir, se tornam as regras de ouro da comunidade médica brasileira que passa a ser formada aqui mesmo, no Brasil, nos séculos XIX-XX.

É de se notar que a difusão dos cursos superiores foi um dos importantes flancos para a institucionalização da ciência médica no país, muito embora as práticas populares de cura tenham mantido sua força no cotidiano popular (até hoje), sobretudo nos momentos em que a medicina não dá conta de explicar os fenômenos que competem contra a vida humana³. Ao observar tal difusão, de tradição recente se comparada à longa tradição das multisseculares universidades europeias, como a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra,

¹ SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 23.

² São vários os estudos a respeito, dentre os quais: CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina B.; BERTUCCI, Liane Maria *et al.* *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: UNICAMP, 2003; TEIXEIRA, Luiz Antonio. *Ciência e saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período de 1903-1916*. Manguinhos: Ed. FIOCRUZ, 1995; MOTA, André. *Tropeços da medicina bandeirante: medicina paulista entre 1892-1920*. São Paulo: EDUSP, 2005.

³ Exemplo do conflito ciência x saberes populares, num momento de crise como o foi o da gripe espanhola em São Paulo, veja: BERTUCCI, Liane M. *Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

precursora do ensino médico em Portugal, ou a Faculdade de Medicina da Universidade de Paris, precursora na França, e tantos outros exemplos, logo se vê como data de pouco tempo o esforço de médicos brasileiros – e estrangeiros – em firmar a sua hegemonia nas práticas de cura no Brasil⁴. Nesse sentido, não é de se surpreender que, paralelamente, os estudos historiográficos que procurem interpretar aspectos que relacionam a medicina à escolarização, ainda sejam poucos. Entretanto, investigações sobre a ordem médica já têm sido realizadas no âmbito da história da educação brasileira e têm resultado em instigantes estudos que deslindam temas conexos à saúde e à educação, ainda que essencialmente circunscritos ao tema da higiene⁵.

Na esteira desses estudos, procuro, na relação medicina-escolarização, saúde e educação, apresentar um capítulo da história educacional paranaense, tendo como objeto de atenção a institucionalização da ciência médica e a criação da Faculdade de Medicina do Paraná (FMP), instituição esta marcada por uma trajetória peculiar, com a constituição inicial de seus cursos superiores num projeto de universidade, a Universidade do Paraná (UP, 1912). Pensar como foi possível a criação do primeiro curso médico no estado, bem como a organização e o funcionamento da FMP durante o longo tempo que coincide com a gestão ininterrupta do dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva à frente da casa (1912-1946), é o objetivo da presente investigação. No âmbito da história da educação paranaense, interessa observar os espaços, os saberes e os procedimentos de uma formação seletiva – o ensino médico – e visualizar os papéis dos diferentes agentes na organização administrativa, burocrática e pedagógica deste projeto educativo, a fim de entender o lugar e o fazer (as possibilidades) desse profissional que começa a ser formado em Curitiba, na primeira metade do século XX. Tempo este de muitas mudanças, sobretudo na capital paranaense – das quais a presença do contingente imigrante é apenas um exemplo –, e período decisivo de ações voltadas para a educação e a saúde da população que crescia rapidamente.

A FMP, constituída oficialmente em 28 de outubro de 1913, é a primeira instituição do

⁴ PIMENTA, Tânia S. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 91-102, abr. 2003a; Idem, Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (supl. 1), p. 67-92, 2004. O uso da palavra “hegemonia” foge aqui da carga conceitual de Antonio Gramsci.

⁵ Cf. GONDRA, José G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004; MARQUES, Vera Regina B. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994; CARVALHO, Maria Marta C. de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos César. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 291-309; ROCHA, Heloísa Helena P. *A higienização dos costumes*. Campinas: Mercado de Letras, 2003; Idem, Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. *Caderno Cedes*, ano XX, n. 52, p. 1-19, nov. 2000, entre outros.

gênero criada no estado, congregando os cursos de Medicina e Cirurgia (dessa data), e os de Odontologia, Obstetrícia e Farmácia (de dezembro de 1912), sendo parte integrante do projeto da UP. A partir do ano letivo de 1914, a FMP (1913) começou, efetivamente, a formar homens e também mulheres⁶ versados nas ciências médicas (e da saúde), a exemplo do que acontecia nos principais centros do país, com certa proximidade à Faculdade de Medicina Rio de Janeiro (FMRJ, 1808), local de formação da ampla maioria dos primeiros médicos-professores a compor o quadro docente, inclusive dos que aqui chamamos médicos-fundadores da UP (Victor Ferreira do Amaral e Silva e Nilo Cairo da Silva), bem como à Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (FMCSP, 1912), cuja constituição recente permitiu aos médicos-fundadores da UP acompanhar, ainda que à distância e nas suas contingências possíveis, os passos iniciantes daquela instituição congênere. Semelhanças e diferenças que se firmavam no decorrer do tempo em ambos os projetos.

Do currículo dos cursos médicos, a *pedagogia clínica*, como parece apropriado afirmar, em grande parte devida à conformação adotada na legislação vigente (*Decreto 8.661* – de 5 de abril de 1911), é palmilhada com acuidade na organização e aparelhamento dos diferentes espaços da FMP, com os melhores recursos vindos da capital federal e do estrangeiro – como no caso do Museu de Anatomia que, mais tarde, precisou contar com os cuidados do técnico Domingos Lukaszewicz, de São Paulo, profissional especializado na manutenção daquele acervo –, a fim de compor o mobiliário dos diferentes gabinetes, laboratórios, museus, e da biblioteca, contribuindo para a constituição de uma “cultura material” bastante específica. Era a junção de saberes e condições possíveis para melhor desempenhar os ideais inspiradores da casa, em parte presentes no lema *Scientia et Labor*. As disciplinas da escola médica reforçam a perspectiva clínica do curso ensejado e a necessidade de constituição de ainda outros espaços para a realização do que tanto buscavam: o “ensino prático” aos seus alunos – a ligação mais do que evidente da instituição com os novos encaminhamentos ditados pelos avanços da tecnologia e da medicina ocidental, traduzidos que foram na tradição dos modelos de ensino médico francês (experimental) e também o alemão (laboratorial) que marcaram o século XIX presentes na organização do curso médico no Paraná, em especial nas primeiras décadas do XX, já que o modelo norte-americano

⁶ A primeira mulher a matricular-se no curso de Medicina e Cirurgia no ano letivo de 1914 foi Maria Falce de Macedo (1897-1972), que obteve o título de Doutora em Medicina no ano de 1919, com a tese “*Em torno de um caso de ascaridíase hepática*”. Até 1929, outras três mulheres formaram-se médicas pela FMP: Marcela Gallinati, em 1921, Yolanda de Almeida Faria, em 1926, e Josefina Flacks, em 1929. (COSTA, Iseu Affonso da. *Patronos da Academia Paranaense de Medicina*. Curitiba: Fundação Santos Lima, 2003, p. 166). No ano em que Maria Falce entrou no curso médico, Helena Vianna Seiller saiu formada cirurgiã-dentista - a primeira egressa dos cursos da saúde da FMP.

(especialidades) só se faz notar, de modo tênue, do começo da década de 1930 em diante.

O *ensino prático* ali defendido extravasa, inclusive, o espaço formal da sala de aula, dos gabinetes, laboratórios e museus da escola médica, para o *ensino das Clínicas* e o que chamamos de ofício assistido dos jovens nos Dispensários constituídos pela própria FMP, com assistência pública e gratuita, e no acompanhamento da rotina dos gabinetes de Clínicas nos hospitais da cidade, como a Santa Casa de Misericórdia, o Hospício N. S. da Luz, o Hospital Militar e a Maternidade do Paraná (criação da própria FMP), sob a assistência dos professores das cátedras e seus alunos assistentes. E ia mais além: da FMP espriam-se outras formas de organização, como a constituição das associações médicas e a criação de periódicos médicos, para o intercâmbio entre instituições científicas de todo o país a respeito de casos clínicos, questões da saúde e doença no cotidiano da cidade, informações de congressos e das escolas médicas etc. Eram essas as instâncias de profissionalização que os professores e seus alunos começavam a constituir e a ocupar na cidade de Curitiba. Há que se registrar que o próprio magistério na FMP significava a possibilidade real de inserção profissional aos médicos daquele tempo e a expectativa possível aos egressos que eram ali formados, e desde a primeira turma concluída, a de 1919. Outra possibilidade de inserção profissional, como não poderia deixar de ser, era em postos governamentais da saúde pública, do qual se teve o registro de uma ocorrência no órgão máximo, o Ministério da Saúde do Governo Federal.

A legitimação do poderio médico, em Curitiba, sobretudo a partir da constituição da FMP, lugar de encontro de várias autoridades que respondiam aos diferentes serviços de saúde na cidade, caminharia, a partir daí, a passos largos, ocupando espaços em várias searas possíveis: escola, hospitais, governo e praça pública. E ao mesmo tempo em que o olhar desse médico ali congregado e formador de novas gerações de médicos se centrava na urbe, o meio rural paranaense também seria alcançado pelas urgências sanitárias, em especial a partir de 1916, quando são criadas ações referentes ao serviço de profilaxia rural e dá-se a constituição de um Regulamento Sanitário Rural no Paraná⁷. Mas tudo isso não se daria de modo tão tranquilo quanto parece. A institucionalização da ciência médica, bem como dos cursos superiores no Paraná, sobretudo no momento de constituição dos primeiros cursos, teve lá seus capítulos tortuosos.

Dos intentos dos médicos-fundadores dos cursos superiores no Paraná, houve quem duvidasse e até praguejasse contra. Resolutos, porém, fizeram *ouvidos de mercador* às

⁷ KUMMER, Carmem S. da F. “*Não esmorecer para não desmerecer*”: as práticas médicas sobre a saúde da população rural paranaense na Primeira República, 1916-1930. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

críticas. Logo se puseram, e cada vez com mais participantes, a dividir as tarefas. De início, a pensar os cursos, organizar estatutos, convidar os possíveis lentes (professores) e dar vida ao projeto. Mais à frente, assumindo várias disciplinas, cargos e funções e contabilizando as perdas e ganhos. Muitos desses passos foram publicados nos jornais da cidade, alguns deles aqui destacados. O jornal *Commercio do Paraná*, por exemplo, não só publicava tudo o que interessava veicular a favor da instituição, como era de propriedade de um dos principais médicos-fundadores do grupo, o próprio Victor do Amaral. Apesar dos insultos de alguns, cada progresso era comemorado pelo grupo e seus simpatizantes em praça pública.

E foi assim que em pouquíssimo tempo, reunindo recursos, cursos, alunos e professores já com a experiência do primeiro ano letivo vencido, todos se dirigiram para o vistoso prédio acadêmico construído para tal fim, em plena Praça Santos Andrade. Ainda que a praça referida não estivesse lá essas coisas naquele tempo específico, mal-cuidada que estava, abandonada, a população reclamava, mas ainda assim, na praça! Ali, levantou-se o majestoso edifício e os signos que o compunham, importantes símbolos do projeto ali defendido e difundido. Se, em 1914, o edifício se ergue no centro da linha de fundo da praça (foto capa) projetando-se de frente para o sol nascente e, ironicamente, “de costas para a cidade”⁸, no final da década de 1940, o cenário urbano, que já era outro, o situaria com outra relação no espaço urbano: não mais no fim da cidade – essa, outra crítica, a da sua localização –, mas no centro dela. Outro tempo, outros sentidos, e o projeto ali em riste.

Tempos difíceis o foram o das regulações legais a respeito dos cursos superiores então constituídos e reunidos em instituições denominadas “universidades”, mas de sentidos vários, como no caso da UP e tantas outras, no início da década de 1910. A Reforma Maximiliano, de 1915, ao dissolver tais instituições em faculdades isoladas e reorganizar as escolas de medicina, significou a decepção para muitos – a tristeza de Nilo Cairo. Depois da reorganização do ensino médico, outras dificuldades advieram: a convivência com as obras inacabadas de ampliação do “Palácio da Universidade” (apesar da lei, a ideia da “UP” não foi suplantada pelos seus, em especial, os idealizadores), as dificuldades orçamentárias e o recrudescimento no número de matrículas nos períodos de crise (sobretudo, nos períodos das guerras, bem como, no das suspeições causadas pelas alterações nos planos legal e político). Mas sobreviveriam às turbulências e dariam prosseguimento à maior parte dos intentos, que não seriam poucos, com os convênios junto aos hospitais particulares, a criação dos próprios hospitais (maternidade, em 1914; da criança, em 1930) e gabinetes de clínicas, bem como as

⁸ BARANOW, Ulf G.; SIQUEIRA, Márcia D. (Orgs). *Universidade Federal do Paraná: história e estórias, 1912-2007*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2007, p. 61.

incumbências assumidas junto aos órgãos governamentais com os exames de práticos e o de profissionais estrangeiros e a incorporação do Laboratório de Análises do Estado, entre outros exemplos.

E desde o início, o edifício recebeu um nome de batismo bastante alusivo aos intentos da instituição: “Palácio de Luz”. Tantas ideias juntas nessa expressão! A construção de sedes-símbolos é algo que está presente na constituição de várias instituições educacionais e culturais no país, desde o século XIX, e apresenta um caráter pedagógico, intencional, de projeção e de influência sobre a sociedade⁹. Abrindo um pequeno parêntese, na área educacional, o fim do período imperial brasileiro marca o tempo da difusão dos imponentes projetos dos grupos escolares, expressão da modernidade educacional do período republicano¹⁰ e que se fizeram presentes também no Paraná no início do século XX – o Grupo Escolar Xavier da Silva, o primeiro em Curitiba, é inaugurado em 1903. Apesar de, aparentemente, não ter muito a ver com o que aqui se compara, a operosidade da oficialização do ensino primário nacional nesse momento e a necessidade de projetos que dessem visibilidade e expressão arquitetônica como condição *sine qua non* para o êxito de tal projeto justificam a aproximação¹¹. Daí que a construção de um edifício, ainda mais para os cursos superiores, não devesse ser menos representativa que a dos grupos escolares!

Mas os louros não cabem apenas aos grupos, muitos outros projetos, como o Instituto de Higiene de São Paulo, ou mesmo o prédio da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, também investiram na monumentalidade de suas construções arquitetônicas¹². Era definitivamente o tempo dos palácios e dos templos do saber e da civilização – a escola normal também se imbuirá desta representatividade – na era republicana e da referência afirmativa da “luz” como conhecimento, instrução, *ilustração* e modernidade. Um reforço a mais se fazia ainda necessário nesse repertório simbólico da instituição – a Universidade – que continuava a congregar as diferentes faculdades sob o mesmo teto, melhor, sob a mesma cúpula, como a FMP. Daí, o lema no brasão da casa, *Scientia et Labor*, ser tão representativo do que se buscava forjar.

Considerando, então, a edificação de um espaço próprio para o curso de medicina, com a organização minuciosa dos vários gabinetes das diferentes cadeiras do currículo, a

⁹ VIÑAO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

¹⁰ Cf.: FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo:UPF, 2000; SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

¹¹ A este respeito, e na defesa da pesquisa em arquitetura escolar, cf.: BENCOSTTA, Marcus Levy A. (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

¹² ROCHA, op. cit., 2003.

especialização do corpo docente, os laboratórios, os museus, a biblioteca, os “anfiteatros de aula” (sala de aula não, era preciso mais!), tudo parece competir para afirmar esse fim elevado a várias potências, *Ciência e Trabalho*, e com o que de melhor houvesse no assunto. As disciplinas da escola médica reforçam o *ensino prático* que, várias vezes, nos discursos, nos relatórios, afirmavam perseguir, daí a preocupação no aparelhamento das salas. No que diz respeito à perspectiva ou pedagogia clínica do currículo médico, a lei houvera se incumbido da tarefa, e o seu exercício se daria no ensino das Clínicas – as diferentes disciplinas específicas do curso médico –, junto aos convênios particulares ou os de própria constituição, estabelecidos para o ofício assistido da rotina médica. Era a difusão de um ideal pautado no estímulo e na valorização da pesquisa e experimentação científica que estava ali, implícita ou explicitamente, cravado no lema. E como é da natureza de ser lema, ele cumpre o seu papel no sentido educativo de se espalhar para além do próprio sentido, e ir adiante.

E é nas primeiras décadas do XX que os médicos que começam a ser formados pela FMP se organizam para além dela. É a constituição da classe em torno de sociedades afins (Sociedade de Medicina, 1914, Sociedade Médica dos Hospitais, 1930, e Sindicato Médico do Paraná, 1931, juntos, constituindo a Associação Médica do Paraná, em 1933)¹³, revistas médicas especializadas (Revista Paraná Médico, 1916-1929, e Revista Médica do Paraná, desde 1931), a participação em serviços de saúde pública (Serviço Sanitário do Estado do Paraná, Instituto Pasteur e o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas – as duas últimas, contando com convênios com a Fundação Rockefeller¹⁴) etc. A organização da classe médica em torno de sociedades, revistas e afins também era uma forma muito útil de cooperar para a institucionalização da medicina no Paraná e pensar os caminhos futuros da ação social médica – aqui não deixamos de visualizar esta possibilidade, ainda que mais a distância.

“*Scientia et Labor*” no “*Palácio de Luz*”. Que junção singular num tempo de muitas mudanças e evocação de vários significados! Conhecimento, trabalho, civilização, educação, ideais que alcançam a FMP na primeira metade do século XX. Os arautos, então, do

¹³ Nos estatutos iniciais da Associação Médica do Paraná o destaque ao “*combate sem tréguas ao charlatanismo, ao curandeirismo e ao exercício ilegal da medicina*”. (SIQUEIRA, Márcia D. (Coord.). *Associação Médica do Paraná*. Curitiba: Associação Médica do Paraná, 1993).

¹⁴ Sobre esta instituição, são muitos os estudos, sobretudo refletindo a constituição do Instituto de Higiene de São Paulo, cf.: ROCHA, op. cit.; FARIA, Lina R. *Ciência, ensino e administração em saúde: a Fundação Rockefeller e a criação do Instituto de Higiene de São Paulo*. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Idem, *A fase áurea da reforma sanitária no Brasil: a atuação da Fundação Rockefeller (1915-1930)*. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. De parte do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná, consulte o artigo de Metry Bacila, egresso e professor da FMP, “A trajetória de *Arquivos de Biologia e Tecnologia*, publicação que marcou época na história da ciência brasileira”, *Brazilian Archives of Biology and Technology*, jubilee vol. (1946-2001), p.1-11,dez. 2001.

conhecimento e da profissionalização (como não?), outro sentido possível, a quantas jornadas se lançavam... O período republicano, “o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico”¹⁵ das teorias educacionais renovadoras (alguma influência?), a invasão de distintos modelos de ensinar e de aprender (e no caso do ensino médico, eram tantos os modelos: português, francês, alemão, norte-americano e até o brasileiro se considerarmos o sincretismo possível das centenárias escolas do Rio de Janeiro e de Salvador¹⁶). Em paralelo, intensificava-se a participação do médico, cada vez mais insistente nos temas da saúde/doença da população, sua organização em associações de classe, revistas, nas escolas, nas salas de aulas, na pesquisa, na clínica, nos cargos do poder público, na própria escola médica paranaense. Eram muitas as frentes de atuação deste profissional em formação no Paraná.

Na realização da presente investigação, o destaque aos documentos dos acervos da própria instituição¹⁷, assim como a produção de memorialistas, geralmente professores e egressos da FMP que, ao procurarem contar a história da instituição sob suas particulares perspectivas, acabaram por contribuir na reunião de documentos importantes, muitos deles oficiais e até pessoais, na construção de suas memórias. Já os jornais citadinos, de modo bastante pontual, permitem, no limite, acompanhar os temas em saúde/doença, sobretudo, no começo da trajetória da instituição, observando, em paralelo, os caminhos da institucionalização da ciência médica no Paraná. A legislação educacional do período também é objeto de observação, principalmente, a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental (ou Lei Rivadávia, 1911), a legislação específica que regula as faculdades de medicina (*Decreto 8.661*, de 5 de abril de 1911) e a Reforma Maximiliano, de 1915, ao Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931. Reorganização curricular, expectativas formativas, propostas e projetos, o confronto da lei com o cotidiano acadêmico, conflitos e acomodações que auxiliam a entender o papel da FMP na formação de gerações de médicos e profissionais da saúde na primeira metade do XX. Assim, ao tematizar questões relacionadas à medicina e à escolarização/profissionalização por meio da análise da razão médica, da sua institucionalização, de seus agentes, procura-se, no limite, colaborar para a ampliação da leitura de questões que vêm sendo, aos poucos, objeto de atenção e de exame na historiografia

¹⁵ Expressões cunhadas por Jorge Nagle, em *Educação e sociedade na Primeira República*, 2ª edição publicada pela DP&A, em 2001.

¹⁶ Em tempos do bicentenário das primeiras escolas médicas no Brasil, a edição de George Doyle Maia, em *A Nacional de Medicina, 200 anos: do Morro do Castelo à Ilha do Fundão*, publicado em 2009 pela Ed. Atheneu, em São Paulo, oferece vasto panorama da história oficial e de memórias da FMRJ.

¹⁷ Documentos como regimento interno, estatutos, livros-ata (assentamento de professores, reuniões, termos de defesa de tese, conta corrente), relatórios administrativos e pedagógicos, inclusive fotografias e cartas.

da educação brasileira¹⁸. Nesse sentido, se apresentam aqui apenas três, mas longos capítulos.

No capítulo introdutório, *A medicina acadêmica no Brasil (séc.XIX-XX)*, faz-se uma reflexão acerca da conformação dessa área que assume lugar de prestígio no universo das profissões liberais do século XIX, adquirindo contornos próximos ao papel do profissional – o médico – como o conhecemos hoje, procurando entender as mudanças ocorridas na área durante o século XIX, na sua especialidade terapêutica e os avanços decorrentes das tecnologias e da biociências, porém pensando-a, sobretudo enquanto área de saber ensinada nas faculdades de medicina brasileiras dos séculos XIX e XX, que também são consideradas para apreciação comparativa ao caso da FMP. Esta que significou, e é o que se defende aqui, um marco fundador na trajetória da medicina paranaense, não só na difusão do ensino médico, mas essencialmente na possibilidade de vislumbrar condições reais de desenvolvimento de ações no campo médico até então pouco consistentes e até mesmo ausentes no estado. Portanto, nesse capítulo introdutório, são apresentados os passos iniciais da formação desse profissional da medicina na sociedade brasileira, desde a criação das primeiras escolas médicas oficiais (RJ, BA), a bem de compreender a inserção desta específica instituição (a escola médica) no contexto ampliado da história da medicina no Brasil. Uma formação que ao longo de todo o século XIX sofreu várias alterações, reflexo sobretudo dos avanços alcançados na medicina em todo o mundo ocidental. Daí o destaque, no presente capítulo, para a compreensão das reformas educacionais que alcançam o ensino médico nesse tempo.

Na segunda parte deste capítulo, ainda, adentrando as décadas iniciais do século XX, que demarca períodos distintivos da história da medicina e da sociedade brasileira, privilegia-se a difusão das escolas médicas consideradas em vista da (polêmica) lei do ensino livre (ainda a Lei Rivadávia, 1911), legislação educacional que desoficializou o ensino e estimulou a abertura de institutos particulares. Imprescindível nesse momento salientar o diálogo entre a FMCSF, fundada em 1912, e as considerações da criação do curso médico e os da saúde no Paraná, comunicando-se com mais precisão no sentido de afunilamento das discussões em torno do projeto da FMP. Na última sequência do capítulo, são trazidas afirmações pontuais recorrentes na trajetória histórica da FMP e prévias indicações da formação médica marcadas na memória construída pelos historiadores paranistas envolvidos com o projeto da “UP”. Em síntese, o objetivo é compreender os caminhos da profissionalização de médicos no Brasil e

¹⁸ Alguns exemplos: GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 519-550; STEPHANOU, Maria. *Tratar e educar: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

sua difusão e articulação nos estados brasileiros em que foram constituídas tais escolas, inclusive no Paraná.

Já no segundo capítulo, “*Sciencia et Labor*” no “*Palácio de Luz*”: o modelo de ensino médico no Paraná, apresenta-se, inicialmente, um panorama da saúde e da medicina realizadas no estado, num momento em que se torna possível, requerida e necessária a constituição do curso médico e os da área da saúde na FMP. Era a percepção da necessidade da oferta de condições para a continuidade dos estudos dos jovens paranaenses, envolta na preocupação do futuro da mocidade que se temia ficar ociosa; a vontade de formar bacharéis e profissionais liberais para atender as demandas reclamadas pela sociedade paranaense do começo do XX e o desejo real de projeção nacional de um estado de emancipação recente (1853). Essas são algumas das linhas de argumentação que se complementam na visualização das condições que levaram à realização dessa empreitada educacional na capital paranaense.

O texto segue para a configuração do curso médico, a sua organização administrativa, burocrática e pedagógica, adentrando os meandros do ensino da medicina e da saúde no Paraná na primeira metade do XX. O aporte da legislação educacional vigente (dos anos 1910 e seguintes, e suas alterações no currículo da escola médica paranaense) e a exposição das possíveis histórias dos professores da FMP na sua lide diária (as cadeiras por eles lecionadas e um pouco da história de suas disciplinas) procuram amalgamar não apenas a constituição de tais áreas de saberes no currículo do curso médico, mas um pouco do cotidiano acadêmico dessa instituição educativa de cunho profissionalizante. Uma instituição que visualizava firmar as características simbólicas que constavam como lema no brasão da casa: *Sciencia et Labor*. Ciência e trabalho, conhecimento e profissionalização, pilares da arquitetura do projeto educativo da FMP no *Palácio de Luz*. Encerra o capítulo uma das importantes ações da casa na organização de seus cursos e na efetivação de suas máximas: a organização dos laboratórios, museus e gabinetes da FMP. Com mais intensidade, exploram-se aqui os documentos oficiais da instituição, a fim de destacar os saberes (currículo), os procedimentos (métodos, modelos), os espaços (salas e prédio), os materiais (específicos dos cursos), e as personagens (docentes e discentes) possíveis dessa história.

O capítulo final, “‘*Crear, ensinar e aplicar a sciencia*’: exposição e projeção dos saberes médico-científicos a partir da FMP”, reflete exatamente o que propõe o título, de empréstimo das palavras de Victor do Amaral, sentido requerido pela escola médica no Paraná, mas que não dá a ela uma particularidade de caso no cenário nacional. Pelo contrário, a filia, anexa, a um sentido de observação e de entendimento local do que era percebido como necessário também àquele tempo, lugar, e com aquelas pessoas envolvidas. A

institucionalização dos saberes médico-científicos realizados para além da escola médica paranaense, e mesmo a partir de seus projetos, auxilia na compreensão do impacto educacional e formativo da FMP na cidade de Curitiba, bem como do alcance social dos seus vários projetos ali idealizados e desenvolvidos – alguns apenas no papel (Hospital da UP, a Policlínica e a Farmácia, todos do Estatuto de 1914), porém reorganizados e tornados reais somente décadas depois. Visualizar tal aspecto permite ainda compreender o objetivo moral dos envolvidos na oferta e na manutenção de condições para que a assistência médica no Paraná se fizesse a partir de sua casa, a partir da FMP.

Daí, que inicio este capítulo de finalização pensando a biblioteca e o seu uso, a produção de livros de professores para a sala de aula, seguindo para os espaços de aplicação já existentes, dos quais participam professores e alunos (SCM de Curitiba, Hospital N. S. da Luz, Hospital Militar etc.) e os que fazem existir a partir da FMP, na prática do que é possível denominar *ofício assistido* dos alunos. Destaque para o Dispensário Dentário, a Maternidade do Paraná (atual Maternidade Victor do Amaral), o Hospital de Crianças (atual Hospital Pequeno Príncipe), e a intenção de constituição da Policlínica (na ocasião, Policlínica Dr. Garcez do Nascimento), entre outros projetos, todos da FMP. As teses médicas também têm seu momento garantido, ainda que breve, e permitem visualizar os temas científicos e as intenções práticas nelas desenvolvidas, reafirmando a ciência ensinada e aplicada na escola médica paranaense. Aliando-se ao tema, aborda-se a constituição das associações médicas e os periódicos médicos no Paraná (destaque à revista Paraná Médico), como aporte de transmissão e recepção dos saberes médicos produzidos e difundidos no intercâmbio entre diferentes instituições científicas da área. O texto não estaria encerrado se dispensasse as impressões dos egressos sobre temas de suas passagens pela FMP. Afinal, que histórias teriam para contar de suas memórias circunscritas ao tempo e lugar aqui estudado? Para responder tal questão, algumas *memórias de médicos* a partir de artigos e livros publicados pelos próprios.

De modo geral, o presente texto foi pensado no sentido de apresentar a FMP e suas propostas no tempo da constituição de tais projetos, no atendimento daquela população, na “aplicação” da ciência defendida pela casa àquele momento, e no sentido de visualizar elementos que contribuíssem para compreender o impacto social e educacional da FMP na cidade de Curitiba, na primeira metade do século XX. É visualizar as possibilidades de inserção social desta instituição escolar para além de si mesma, em projetos que atingiram necessária e certamente a população de modo geral e colaboraram para abrir um novo tempo para a cidade com projetos essenciais de assistência à saúde da gestante (Maternidade do Paraná), da criança (Hospital da Criança), das afecções da boca (Dispensário Dentário),

dos distúrbios da mente (Hospício N. S. da Luz), de assistência e de urgência médica (Santa Casa de Misericórdia, Hospital Militar), etc. É de se notar que tais projetos, com exceção de um ou outro, encontram-se ainda operantes, consideravelmente ampliados e, sobretudo os constituídos sob a égide da FMP, mantêm-se vinculados até hoje com a instituição *mater*.

À guisa de comentário, um dos principais projetos desenvolvidos e vinculados à FMP, já num tempo mais recente, na segunda metade do século XX, foi a construção do idealizado Hospital das Clínicas, que bebe na fonte original do “Hospital da UP” presente desde os Estatutos de 1914 e com capítulo próprio (XIV), ficando nele centralizadas, na proposta primeva, todas as demais ações (e institutos) em saúde da FMP. Se não foi possível naquela primeira metade do XX, certamente pela amplitude que se revela na atualidade com o Hospital de Clínicas, o foi na segunda parte do século, acolhendo ali o que queriam os médicos-fundadores desde o começo: uma ampla gama do ensino das clínicas revertida em atendimentos ofertados pelos professores e alunos da FMP à comunidade local. A ideia certamente reclamou maior atenção dos médicos-fundadores que, em 1916, devem ter ficado esperançosos com a visita da Fundação Rockefeller às instalações da UP. Contudo, não se chegou, na FMP, a nenhum acordo conhecido com a instituição norte-americana, pois naqueles tempos os interesses da agência internacional se concentravam em São Paulo. Mas aí, convenhamos, já são páginas para outras histórias. Nossa proposição se manteve na linha de se pensar a institucionalização da ciência médica no Paraná a partir da FMP e a sua consolidação na senda pública paranaense, e por isso nos ativemos somente à primeira metade do século XX, o que já significou, diga-se de passagem, uma grande periodização. Por fim, desejo apenas que a leitura do texto seja a mais prazerosa possível (refletindo como me foi escrevê-la) e que, ao menos, justifique toda esta introdução.

CAPÍTULO 1

A MEDICINA ACADÊMICA NO BRASIL (SÉC. XIX-XX)

– a difusão das escolas médicas –



Aspecto da fachada do Palácio de Luz

CAPÍTULO 1

A MEDICINA ACADÊMICA NO BRASIL (SÉC. XIX-XX)

“– Mande ensinar-lhe medicina; é uma bonita carreira, e nós temos aqui bons professores. Nunca foi à nossa Escola [pergunta o Imperador à mãe de Bentinho, no sonho deste]? É uma bela Escola. Já temos médicos de primeira ordem, que podem ombrear com os melhores de outras terras. A medicina é uma grande ciência; basta só isto de dar a saúde aos outros, conhecer as moléstias, combatê-las, vencê-las...(...) É uma bonita carreira: mande-o para a nossa Escola. Faça isso por mim, sim? Você quer, Bentinho?”

(MACHADO DE ASSIS, *Dom Casmurro*)

Apresentação

A medicina é uma área do conhecimento humano que, num longo e lento processo acompanhando as transformações da história da humanidade, comemorou seus êxitos e acertos. Entretanto, é bom lembrar, a medicina “está longe de ser uma narrativa simples de um progresso triunfante”¹⁹, como nos aponta Roy Porter. Em sua trajetória, não raro sobressaem histórias repletas de incompreensão e ceticismo contra aqueles que logo depois se admitiria o reconhecimento devido. Lembremos, por exemplo, dos casos de Semmelweis e o de Louis Pasteur²⁰. E também o seu contrário, os surpreendentes feitos notáveis à ciência a partir daqueles que trilhavam caminhos aparentemente distintos no mundo científico, como o caso do defensor da teoria miasmática Rudolf Virchow²¹, que se centrou no estudo da estrutura elementar da vida: a célula. Trajetórias complexas que constroem a aparente linearidade desta história.

Essa área, embrenhada num compasso pleno de contradições, como o é a vida em si, aos poucos vai assumindo um lugar de prestígio no universo das profissões liberais do século XIX. O que vai colaborar muito para isso é o advento da medicina moderna, a medicina científica, com a *medicalização do hospital* e o *nascimento da clínica* que, para Michel Foucault, ocorre por volta dos últimos anos do século XVIII. Ao refletir sobre si própria e retornar, “além de toda teoria” para o empirismo, a medicina, enquanto área do conhecimento humano e de aplicação de saberes específicos que tendem para a manutenção da vida,

¹⁹ PORTER, Roy. *Das tripas coração*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 15.

²⁰ A história dos dois médicos se complementa ainda que em tempos e lugares diferentes. Semmelweis, em meados dos Oitocentos, na Áustria, junto aos prestigiosos médicos do *Allgemeine Krankenhaus* (Hospital Geral de Viena) e, Louis Pasteur, em 1860, na França. Ambos alcançam a descoberta de microorganismos no processo infeccioso que levava a febre puerperal de suas pacientes, o que revoluciona a medicina e traz outro entendimento dos modos de transmissão da doença até então ou resultante de miasmas, ou do contágio com indivíduo doente. Era também o nascimento da teoria dos germes, mais tarde, tributada a Pasteur. Porém, nem um, nem outro, haviam se comunicado a respeito. O episódio testemunha, ainda, o intrigante fenômeno de descobertas simultâneas no mundo das ciências. A história (trágica) de Semmelweis foi-me apresentada em: NULAND, Sherwin B. *A peste dos médicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. E a de Louis Pasteur, por Gerald Geison, *A ciência particular de Louis Pasteur*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2002, e retratada no clássico do cinema em A história de Louis Pasteur (*The Story of Louis Pasteur*, 1936), dirigido por William Dieterle.

²¹ Deste caso, veja: CZERESNIA, Dina. *Do contágio à transmissão*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997, p.61-66.

experimental “o rejuvenescimento da percepção médica, a iluminação viva das cores e das coisas sob o olhar atento dos primeiros clínicos”.²² Na esteira dessa mudança de perspectiva, da sua aplicação clínica, sucedem-se outras mais, sobretudo as tributadas à era da bacteriologia e da microbiologia²³, que desembocam na constituição de uma medicina de laboratório, pautada no exercício ainda mais refinado da clínica – o exame do olhar²⁴ –, aparelhado e paramentado com o que permitem os recursos tecnológicos conforme o tempo, a bem da saúde dos seres vivos e à serviço da especialização da área²⁵.

Tais avanços tecnológicos da biociência, sentidos com mais expressão no Brasil em fins do XIX, estimulam a principiante organização dos serviços de saúde pública (inicialmente com as Inspetorias de Higiene e seus laboratórios conexos), bem como a fundação dos Institutos Soroterápicos – a origem dos Institutos Manguinhos (1900), no Rio de Janeiro, e o Butantan (1901), em São Paulo. À dianteira dessas instituições, ou à marcha de ações governamentais de relevante expressão, a presença e o destaque das ações de médicos e pesquisadores do quilate de Oswaldo Cruz, Adolpho Lutz, Vital Brazil, Emilio Ribas, Carlos Chagas, Arthur Neiva, Belisario Penna, Theodoro Baima, e tantos outros que firmaram importantes passos à ciência médica brasileira nas décadas iniciais do século passado. Experiências e ações notáveis em torno da assistência pública em âmbito nacional, ainda que centralizados nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Entretanto, e é o que se defende aqui, outros nomes merecem constar na galeria de reconhecidos médicos brasileiros. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Nilo Cairo da Silva, Reynaldo Machado, João Evangelista Espíndola, Abdon Petit Carneiro, Miguel Severo Santiago e ainda muitos outros nomes de médicos estabelecidos no Paraná e que estiveram também atentos às soluções observadas nos estados vizinhos, sobretudo no tema da assistência pública. Tais nomes podem seguramente ladear àqueles outros notáveis, em

²² Impossível não lembrar a contribuição de Michel Foucault, *O nascimento da clínica*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 6ª edição, 2008, p. 8 e seguintes.

²³ Cf.: BENCHIMOL, Jaime L. A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5 (2), p. 265-292, 2000.

²⁴ Tal como o define Foucault e o descreve, de modo didático, Olivier Faure: “*Recolher informações junto aos pacientes, examiná-los com atenção (clínica), fazer a ligação entre os sintomas que apresentam e suas lesões orgânicas (percurso anatomoclínico), analisar os diferentes elementos do corpo humano (órgãos, tecidos, células) saudáveis ou doentes (anatomia e anatomia patológica): essas atividades estão no coração da medicina da atualidade [cujas raízes se encontram no nascimento da medicina moderna]*”. (FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. In: CORBIN, Alain (Dir.) *História do corpo*. vol. 2. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 17-18).

²⁵ Especialização que se manifestava inclusive na própria produção literária do grupo, e os distinguia entre si. Dominichi de Sá examina esse aparente divórcio que se manifesta desde fins do XIX devido à especialização da profissionalização médica, colocando médicos de um lado (que investem na linguagem poética, romântica etc.), e homens de ciência/cientista de outro (no aprofundamento da narrativa científica e pragmática). A autora defende que a institucionalização da especialização dos saberes na medicina não nasceu com a instituição universitária nos anos 1930, mas foi ali arrematado. Ver: SÁ, Dominichi M. de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

especial por terem sido estes, homens e também mulheres, como Maria Falce de Macedo, personalidades públicas de atuação destacada na sociedade paranaense e em várias áreas que não só a da saúde, como na educação, na segurança, na gestão pública, e em outras searas. A princípio, individual e desarticuladamente, esses médicos foram visionários do esforço de ampliação dos incipientes serviços de assistência pública e principalmente da difusão do ensino médico no Paraná. Com a oportunidade de se organizarem e se articularem em torno do projeto da Faculdade de Medicina do Paraná (FMP), tais nomes ganharam posição, visibilidade e destaque na sociedade paranaense ao pensarem coletivamente os problemas de saúde vivenciados no estado. A FMP significou, portanto, um marco fundador na história da medicina paranaense. Não só na difusão do ensino médico, mas essencialmente na possibilidade de vislumbrar condições reais de desenvolvimento de ações no campo médico até então pouco consistentes e mesmo ausentes no Paraná. A partir da criação da escola médica no Paraná, por exemplo, foi constituída a Sociedade Médica do Paraná (1914), e a partir dela a difusão de revistas científicas como a *Paraná Médico* (1916), e de novas instituições de assistência pública, como a Maternidade do Paraná (1914) e os Dispensários a ela conexos, todos sob os auspícios da escola médica. Houve também a ampliação da oferta de mão-de-obra qualificada, certamente não só para a capital do estado, e o acompanhamento das ações ocorridas nos estados vizinhos, essencialmente São Paulo, com a criação do Serviço Sanitário (1892), a inauguração do Serviço de Águas (1909) e o Código Sanitário (1918) – alguns exemplos que acontecem ao mesmo tempo em ambos os estados.

Entendendo, portanto, que, no caso paranaense, a criação da FMP foi decisiva para os caminhos da institucionalização da ciência médica e da ampliação da assistência pública à saúde no Paraná é que se procurou pensar aqui, neste capítulo, os passos iniciais da formação desse profissional na sociedade brasileira, desde a criação das primeiras escolas médicas oficiais, a fim de compreender a inserção dessa instituição (a FMP) no contexto ampliado da história das instituições de ensino médico no Brasil. A respeito disso, sabe-se que somente no século XIX, com a vinda da família real portuguesa, são instituídas as primeiras escolas médicas nos principais centros do país: Salvador (Bahia), e Rio de Janeiro (RJ) – a capital do Reino à época. A importância dessa ação é pautada em várias razões, dentre as quais a falta de médicos na Corte. Marcava-se, então, o início da formação de cirurgiões no Brasil (1808), a especialidade formativa difundida pelas primeiras escolas médico-cirúrgicas, ainda sofrendo restrições da Corte portuguesa, que entendia a formação de “físicos”, no exercício prático da

clínica, exclusivamente na Universidade de Coimbra, em Portugal.²⁶ Contudo, essa formação, ao longo de todo o século XIX, sofre várias alterações, reflexo dos avanços alcançados na medicina em todo o mundo ocidental, o que levará, mais tarde, à junção dessas formações (o cirurgião e o médico não mais como profissionais distintos, mas um só: o médico). É evidente que os novos saberes da área médica, reestruturados com o tempo, não serão deixados à parte dos currículos das escolas de medicina brasileiras do século XIX, bem como das do começo do XX. Daí o destaque, no presente capítulo, para a compreensão das reformas educacionais que alcançam o ensino médico.

As várias reformas ensejadas, inicialmente nas escolas de Salvador e do Rio de Janeiro, no XIX, dão mostras da intencionalidade dessas instituições de acompanhar o ensino proposto nas principais escolas médicas européias. Tal ação fazia parte do esforço de uma comunidade de médicos engajados na luta pela sua afirmação no país, o que, dentre outras ações, terá na formação superior ou na profissionalização dos médicos um dos principais flancos de atuação, visando firmar e consolidar a medicina científica no cenário nacional. Tais ações, conjugadas às demais realizadas por esses profissionais no Brasil Oitocentista (associações de medicina, revistas médicas, institutos de pesquisa, gestão pública etc.), com o tempo, e mais próximos do fim do século, legarão poderes que legitimarão sua participação cada vez mais acentuada e requerida em diversas frentes de regulação da vida social brasileira. As áreas da educação e da saúde, bem como as que tangem a organização da vida urbana, são exemplares nesse aspecto.

Então, visualizar as formas de afirmação das práticas científicas e consideradas oficiais de cura, a marca indelével da história da medicina brasileira no século XIX, sobretudo a difusão cada vez mais acentuada da medicina científica – a medicina acadêmica –, é introdução para se pensar a formação do médico e a sua representatividade nos caminhos da assistência pública em saúde no Brasil. Esse é o ponto de reflexão da primeira parte do presente capítulo, dedicada a esse recorte histórico ampliado. Já na segunda parte, adentrando as décadas iniciais do XX, que demarca períodos distintivos da história da medicina e da sociedade brasileira, privilegia-se a difusão das escolas médicas consideradas em vista da polêmica lei do ensino livre (Lei Rivadávia, 1911), legislação educacional que ratificou a desoficialização do ensino e estimulou a abertura de institutos particulares. A terceira (o diálogo com a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1912) e a quarta parte (da criação do curso médico e dos da saúde no Paraná): afunilamento às questões entorno do

²⁶ SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 193.

projeto da FMP. Na última parte, afirmações pontuais recorrentes da trajetória histórica da FMP e prévias indicações da formação médica marcadas na memória construída pelos historiadores paranistas envolvidos com o projeto da “Universidade do Paraná”. Em síntese, entender os caminhos da profissionalização de médicos no Brasil e sua difusão e articulação nos estados brasileiros em que foram constituídas tais escolas, ponto central de reflexão aqui.

1.1 Aprendendo a ser médico no Brasil

A institucionalização da ciência médica²⁷, sobretudo quando entendida a partir da profissionalização de médicos em curso próprio de ensino superior, é questão recente no país. As primeiras instituições de ensino brasileiras, nessa modalidade, datam de 1808. Formavam, inicialmente, médicos-cirurgiões que condiziam com um conjunto de medidas para a implementação de serviços públicos quando da transferência da corte portuguesa ao país²⁸. Voltadas à efetiva difusão da medicina acadêmica²⁹, as primeiras escolas médico-cirúrgicas foram a Escola de Cirurgia da Bahia, em Salvador, de 18 de fevereiro de 1808, e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, de 2 de abril do mesmo ano. Pouco tempo depois, ambas foram transformadas em Academias Médico-Cirúrgicas, a do Rio de Janeiro em 1813, e a de Salvador em 1815. Mais tarde ainda, em 1832, decorrentes ainda de outras reformas do ensino médico, ambas passaram a ser denominadas faculdades de medicina e marcaram, a partir desse momento, o início efetivo da formação de médicos no Brasil.

É uma questão recente se comparada à longa duração dos cursos de medicina ofertados nas seculares universidades europeias. A profissionalização de médicos no Brasil procurou abrir caminhos por entre a herança da tradição médica colonial, caracterizada pela presença de físicos e cirurgiões de diferentes matizes, bem como medicinas de pelo menos

²⁷ A ciência médica, geralmente, se remete à alopatia, posto que os fundamentos da medicina homeopática “*divergem, em essência, dos conceitos terapêuticos alopáticos da medicina tradicional.*” (CORREA, A. D.; SIQUEIRA-BATISTA, R.; QUINTAS, L. E. M. *Similia Similibus Curentur: notação histórica da medicina homeopática. Revista Associação Médica Brasileira*, vol. 43, n. 4, out./dez. 1997, p. 349). Por sua vez, a origem da homeopatia, em contraposição à ciência hipocrática, data do século XVIII, e, pelo menos desde o XIX, o Rio de Janeiro já contava com o Instituto Hahnemanniano do Brasil (sociedade de médicos homeopatas).

²⁸ “*Desde o séc. XVI e até princípios do séc. XIX os físicos ou licenciados, os cirurgiões-barbeiros, os cirurgiões-aprovados e os cirurgiões-examinados, é que praticavam a medicina no Brasil.*” (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL, (1832-1930). *Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro*. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Acesso: 31 out. 2007. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>)

²⁹ Termo utilizado comumente nos estudos da ciência médica no Brasil, especialmente do século XIX, que corresponde ao entendimento de uma classe em organização que defende a medicina científica, em contraposição às diferentes formas e matizes de terapêuticas populares possíveis, afirmando-a como a que melhor representa os interesses dos seus congregados, sobretudo os reunidos em sociedades médicas. Daí que o termo “*medicina acadêmica*” relacione-se, diretamente, ao posicionamento aceito, defendido e difundido por esses acadêmicos.

três tradições culturais coexistentes (a indígena, a africana e a europeia), num momento em que se acirravam, no país, os debates e as disputas em torno do saber médico (considerado científico) e das crenças populares (consideradas supersticiosas).³⁰ Entretanto, era a organização de uma elite profissional médica que se encontrava, de início, restrita ao eixo Rio de Janeiro-Salvador, posto que a ampliação para outras províncias do país – mas não todas – ocorreria somente mais tarde, no decorrer da década de 1910, já no século XX, em outro regime político, e mais especificamente após a difusão da Lei Orgânica do Ensino Superior (Lei Rivadávia, 1911), que permitiu a abertura de instituições de “ensino livre” em todo o país. Desse período inicial da profissionalização de médicos no Brasil, o destaque ao acesso de poucos³¹, e apenas aos homens³². Às famílias desejosas de dar essa educação a seus filhos, e que ademais pudessem custear a formação de um *doutor*, deveriam encaminhá-los aos centros específicos anteriormente assinalados, celeiros nacionais de *homens de ciência*.

Mas o exterior também era a possibilidade real para os candidatos abastados. Em especial, as instituições europeias, e destas, sobretudo as francesas, cujos modelos seriam sentidos no país a partir da organização das sociedades médicas (em especial, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, SMRJ, 1829) e pela participação ativa da primeira geração de médicos brasileiros formados, essencialmente, em Paris, destino certo para ainda muitos outros estrangeiros (latino-americanos inclusive), com maior destaque no limiar do século XX³³. O Rio de Janeiro, capital do Império e reduto da Corte, era efetivamente o centro irradiador das mudanças que se fariam sentir na área da saúde, instalando-se ali uma das primeiras instituições médicas no país. Dali saiu o exemplo nacional para as escolas nessa especialidade que a sucederam, como é o caso, ainda que bem mais tarde, da FMP, cuja abertura somente se faria possível com a participação de egressos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ).

Contudo, a constituição das escolas médicas do Rio de Janeiro e de Salvador, sozinha, não respondeu ao processo da institucionalização da ciência médica ocorrido no Brasil no decorrer do século XIX. Outro ponto principal para tal ocorrência foi a criação de instituições que congregassem os médicos, sob o ponto de vista da medicina considerada científica, bem como servissem de pólos irradiadores de tal pensamento e do debate médico de temas de

³⁰ RIBEIRO, Márcia M. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

³¹ A constituição de uma elite médica no Brasil, no caso ao redor da Academia Nacional de Medicina (1829-1980, RJ), e o estudo da rede de relações ali constituídas é o que trata Odaci Coradini, em *Grandes famílias e elite 'profissional' na medicina no Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, III(3), 425-466, nov. 1996 - fev. 1997.

³² A participação feminina no curso médico só é possível após a reforma de 1879.

³³ Cf.: DARMON, Pierre. *Le médecin parisien en 1900*. Paris: Hachette Littératures, 2003.

relevância nas questões de saúde/doença no país. Portanto, na primeira metade do século XIX, as sociedades de medicina e as revistas médicas daí originadas constituíram fundamental guarida aos congregados em torno dessa medicina que procuravam defender e difundir, com especial reflexo nas legislações que passariam a regular a vida em sociedade, bem como nas que interfeririam nos caminhos da formação dos médicos, no ensino, no currículo etc.

Na capital imperial, por exemplo, a criação da SMRJ³⁴, depois transformada em Academia Imperial de Medicina (1835), e a então FMRJ (1832), instituição organizada ante os debates travados naquela casa, marcam efetivamente as trincheiras da ciência médica acadêmica no país – do saber que era autorizado e acolhido pelos acadêmicos daquela Sociedade³⁵ e difundido na escola médica oficial como exemplo a ser seguido. Nesse caso, ambas as instituições visavam fazer frente aos “inimigos internos e externos da ordem médica”³⁶: em uma, a reunião de homens preocupados com o exercício de tal ciência de modo legal e oficial (a Sociedade), e noutra, a formação dos futuros médicos para o exercício profissional (a escola médica), em conformidade com a ótica assumida pelos congregados. Um detalhe a observar é que a criação da SMRJ marca ainda o início da implantação da medicina social no Brasil³⁷. Era ainda a tentativa mais organizada de imposição da medicina científica (acadêmica) ante os “*terapeutas populares*”, na expressão cunhada por Tânia Pimenta³⁸ ao identificar os variados grupos daqueles curadores que, sem formação profissional, realizavam qualquer atividade de assistência à saúde física, mental e/ou espiritual

³⁴ Nascida no principal hospital do Rio, a Santa Casa de Misericórdia, sob a liderança do médico italiano Luiz Vicente De-Simoni, aderem ao projeto os primeiros médicos brasileiros formados pela Faculdade de Medicina de Paris, Joaquim Cândido Soares de Meirelles e José Martins da Cruz Jobim, e os franceses dali também egressos, José Francisco Xavier Sigaud e João Maurício Faivre. Nas suas ações fundadoras, a primeira sociedade de medicina criada no Brasil esteve relacionada ao início da institucionalização da higiene no país, visando a promoção da medicina acadêmica como valor utilitário para a construção de uma sociedade civilizada nos trópicos, e dedicou-se ao conhecimento das relações entre clima (natureza tropical) e as doenças no Brasil. Isso antes da reforma de 1835, que marcou profundamente seus caminhos (cf.: FERREIRA, Luiz O.; MAIO, Marcos C.; AZEVEDO, Nara. A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, IV(3), nov. 1997-fev. 1998, p. 478-482).

³⁵ Mais tarde, em 1886, uma outra agremiação de médicos, a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, procurou ampliar os lugares de participação da classe médica e de discussão dos saberes médico-científicos, inclusive com a promoção dos primeiros congressos científicos pelo país (cf.: FERREIRA, MAIO & AZEVEDO, op.cit., p. 475-491).

³⁶ GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 522.

³⁷ “Desde a sua fundação pode-se observar a influência que a sociedade irá exercer sobre as decisões governamentais, no que se refere à saúde pública. Ela irá apresentar um amplo programa que se estende desde a higiene à medicina legal; educação física das crianças; a questão dos enterros nas igrejas; denunciará a carência de hospitais; estabelecerá regulamentos sobre as farmácias; medidas para melhorar a assistência aos doentes mentais; denunciará também as casas insalubres e repletas de pessoas; e dará destaque ao saneamento.” (NUNES, Everardo D. Sobre a história da saúde pública: idéias e autores. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2), 2000, p. 253-254). Ainda a respeito da medicina social, ver: MACHADO, Roberto. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

³⁸ PIMENTA, Tânia S. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. 11, 2004, p. 90.

da população.

É fazendo frente a esse amplo grupo de *terapeutas* que o Estado Imperial brasileiro regulamentou as faculdades de medicina (a lei de 1832), numa das linhas de defesa das instituições médicas, a fim de obstar as práticas populares de cura. Com tal regulamentação, o Estado coibiu as atividades terapêuticas e curativas dos que não tivessem tal formação para o exercício da profissão. Daí ser, um pouco antes, em 1828, a extinção da Fisicatura-mor, o principal exemplo. Tratava-se, pois, de um órgão fiscalizador e regulador de todas as formas de atividades terapêuticas exercidas no país: cedia autorização para médicos, cirurgiões e boticários, e outorgava licença a uma gama variada de terapeutas ligados às práticas populares de cura, como parteiras (função exercida pelas gerações de mulheres desse ofício), sangradores e curandeiros³⁹. A extinção dessa instituição visava restringir as práticas dos terapeutas populares em todo o país, pois, ainda que exercidas legalmente até aquele momento, a partir da nova regulamentação teriam de ser cessadas, sob penas cabíveis ao ônus do charlatanismo. Entretanto, muitas seriam as dificuldades para que tal legislação, de fato, se efetivasse. Afinal, a diversidade e a numerosa classe de terapeutas, ainda que sem formação, porém muito requisitados pela população frente ao exíguo número de médicos, somadas as dificuldades de fiscalização e de regularização das atividades em saúde pelos órgãos governamentais, entre outros aspectos, se constituíam em elementos conflitantes para a afirmação da medicina acadêmica naquele tempo⁴⁰. A permanência na difusão de diversificadas práticas de cura, sob todas as formas e matizes (inclusive charlatanices), encontrava correspondência em uma sociedade acostumada a definir seus próprios métodos e práticas de cura. Questão que se explica, também e não exclusivamente, pela sua acessibilidade: os serviços cobrados eram rápidos, próximos à população e não eram caros. Contudo, as mudanças encetadas com vistas à medicina acadêmica começavam a produzir seus efeitos.

Essa mesma lei de 1832, que transformou as academias do Rio de Janeiro e de Salvador em faculdades de medicina e permitiu-lhes a concessão dos títulos de doutor em

³⁹ Na Fisicatura-mor, os ofícios reconhecidos eram vários, e as funções delimitadas e hierarquizadas: “*Os médicos que podiam prescrever remédios, os cirurgiões, que tratavam de ‘moléstias externas’, e os boticários, que manipulavam e vendiam os medicamentos, constituíam o grupo mais prestigiado. Os sangradores, que podiam sangrar e aplicar sanguessugas e ventosas [e ainda: sudoríferos, purgantes, eméticos e dietas], as parteiras, que ajudavam as mulheres a dar à luz, e os curandeiros, que podiam cuidar de doenças ‘leves’ e aplicar remédios feitos com plantas medicinais nativas, desempenhavam atividades menos consideradas. Incluíam-se aí os licenciados a tratar somente de alguma moléstia específica, como embriaguez e morfêia.*” (PIMENTA, Tânia S. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. In: *Caderno Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, abril 2003a, p. 93).

⁴⁰ PIMENTA, op. cit., 2004, p. 67-92.

medicina, bem como os de farmacêutico e de parteira, instituiu, e daí o seu alto valor para a medicina acadêmica no país, “o início do monopólio legal das artes de curar por parte dos médicos”, como afirma Tânia Pimenta⁴¹. Entende-se que tal legislação contribuiu não só para oficializar os médicos nas práticas terapêuticas de cura, sendo, como aponta a autora, o marco da institucionalização da medicina acadêmica no país, mas cabe observar o papel de tal legislação como instrumento de afirmação da classe médica e de ordenação dos rumos da saúde pública no país – muito embora isso não significasse impedimento ao acesso da população às práticas até então costumeiras, pelos curandeiros, sangradores e outros terapeutas mais. Entretanto, a despeito da regulamentação, o ensino da medicina continuaria restrito às escolas do eixo Rio de Janeiro-Salvador. Só muito mais tarde, no século seguinte, é que tal ensino foi difundido nos estados brasileiros do sul e do sudeste, e ainda em outro tempo de mudanças, inclusive políticas – é na vigência da República e, por meio da lei do ensino livre que novas instituições de ensino, como as escolas médicas, constituir-se-ão.

Ainda que restrito às faculdades oficiais, o ensino da medicina não tardaria em sofrer alterações em sua estrutura e conteúdo, com vistas a orientar os rumos desse ensino e do exercício da profissão. De acordo com Flávio Edler, todo o século XIX foi pródigo em reformas nesta especialidade no Brasil⁴², e isso teve correspondência com as alterações sentidas pela área da medicina num cenário muito mais ampliado, a medicina ocidental. As mudanças da ciência médica – a clínica e o laboratório –, impondo novas perspectivas aos modelos institucionais, sobretudo europeus, alcançam as bases da profissão médica. O cenário de crise da profissão supera-se ao longo do tempo, depois de várias estratégias de afirmação da classe, com a criação de revistas especializadas, a realização de congressos médicos, e a participação em órgãos da administração da saúde pública, entre outros exemplos. Somente na passagem dos séculos XIX-XX, a universalização do currículo do curso médico colaborará para a institucionalização da medicina acadêmica ocidental, mantendo a legitimidade profissional do médico num cenário marcado por muitos modelos de cura. E é num cenário de ampla negociação que as novas técnicas e práticas de cura, ao lado dos avanços científicos com a pesquisa médica – o que acontece no desenvolvimento explosivo da medicina no século XX, como bem o mostra o filme de Gilles Moisset⁴³ –, começam a ganhar corpo. É a coerente tese de Edler: de um lado, o médico entendido, cada vez mais, como detentor de um

⁴¹ PIMENTA, op. cit., 2004, p. 71.

⁴² EDLER, Flavio C. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da Medicina na Corte do Rio de Janeiro (1854-1884)*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

⁴³ MÉMOIRES DE MÉDECINE – retour sur l’histoire d’une science qui a marqué le XX^{ème} siècle. Direção: Gilles Moisset. França: Montparnasse Productions, 2005. 1 filme (DVD, 52 min.), sonoro, colorido.

saber especializado, e de outro, a medicina colhendo créditos no sentido de seu poder curativo e preventivo. Tais elementos colaboram para o prestígio desse profissional e da ciência em tela. E o reconhecimento desses passos será dado, ainda que de modo muito lento no país, em meados do século XIX.⁴⁴

Tal situação não passaria ao largo das primeiras instituições médicas brasileiras, que tinham no modelo das universidades europeias o caminho a ser seguido. Era esse ensino experiente e com prestígio que despontaria como regra no currículo das escolas médicas brasileiras. No caso da FMRJ, até às últimas décadas do XIX, quando o modelo sofrerá outras interferências (do sistema alemão), sobressai o modelo francês, em especial o da Faculdade de Medicina de Paris. Da primeira geração de médicos brasileiros ali formados, nomes como o de Joaquim Candido Soares de Meirelles e José Martins da Cruz Jobim⁴⁵ contribuíram decisivamente na organização de associações médicas (como a SMRJ), exercendo alcance sobre o curso médico, então em desenvolvimento, e no pensamento da classe que começava a ser organizada na capital administrativa e política brasileira.

“O ensino médico, tal como o conhecemos hoje, é uma invenção do século XIX”⁴⁶, isso porque as várias reformas e alterações curriculares ocorridas nesse tempo expressam tanto as possibilidades de entendimento da medicina ocidental decorrentes dos avanços e conquistas da ciência em relação à prevenção e ao tratamento de doenças e às descobertas científicas de modo geral como reservam ainda um olhar mais atento ao profissional que se quer formar. Com tais conquistas, o ensino da medicina não poderia continuar o mesmo, e requererá novas configurações, cada vez mais recorrentes e em menor tempo – muito longe de sugerir, portanto, a ideia de um currículo engessado e desconectado das urgências do seu tempo e das emergências das inovações, sobretudo tecnológicas. E atentos às mudanças do status do profissional em formação, os programas do curso médico vão, pouco a pouco, incorporando, com possíveis ressignificações, saberes até então populares. No início do XX, as gerações de mulheres parteiras foram perdendo, pouco a pouco, o seu espaço para o então “médico das doenças de senhoras”, de saberes populares a práticas científicas de cura, tal

⁴⁴ FERREIRA, Luiz O.; FONSECA, Maria R. F. da; EDLER, Flávio C. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX. In: DANTES, Maria Amélia M. (Org.). *Espaços da ciência – 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p. 59-61.

⁴⁵ Ainda sobre a atuação desses médicos, cf.: FERREIRA, MAIO & AZEVEDO, op. cit. E outra leitura da atuação de tais médicos, e seus contemporâneos, numa perspectiva pouco comentada do lado obscuro da prática médica de meados dos Oitocentos (terapêuticas cruéis em nome da ciência, e a “babel” brasileira das seitas médicas), através das publicações dos *Annaes de Medicina Brasiliense* (cf.: COELHO, Edmundo C. *As profissões imperiais*. Rio de Janeiro: Record, 1999, em especial, capítulo 4 - O Dr. Jobim e a sua Academia, p. 105-150).

⁴⁶ FERREIRA, FONSECA & EDLER, op. cit., p. 71.

como o ocorrido também na FMP. Mas até que isso de fato ocorresse, passaria ainda todo o século XIX e as várias reformas do ensino médico no período, que além de regular a formação dos médicos brasileiros, procurava fincar cada vez mais o espaço desses profissionais e de sua ciência entre as práticas de cura no país. Consideremos um pouco mais tais reformas do Oitocentos⁴⁷.

De 1808, ainda, um dado se destaca: na constituição das escolas médicas no Brasil, o aporte do currículo do curso. Além dos conhecimentos de medicina, cirurgia e de anatomia, as escolas médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro e de Salvador teriam que lidar, ainda, com as disciplinas de fisiologia, terapêutica cirúrgica e particular, medicina cirúrgica e obstétrica, química e elementos de matéria médica e de farmácia. Para o ingresso, a exigência da língua francesa e, claro, o pagamento da taxa de matrícula. As lições seriam teóricas e práticas. E o curso cirúrgico, de quatro anos, levava o aluno habilitado a prestar exame para atuar. Entretanto, ainda que como profissional da área médica, a atuação do médico-cirurgião estaria restrita à realização de sangrias, aplicação de ventosas, cura de feridas e fraturas, entre outros exemplos próprios da profissão. A administração de remédios internos era-lhes vetada, cabendo apenas aos diplomados pelas universidades europeias. Com o tempo, transformações necessárias no exercício da profissão ampliaram o campo de atuação desse profissional, e o currículo do ensino médico legitimará tais mudanças, que não demoraram para acontecer.

Logo em 1813, quando as escolas médicas oficiais passaram a ser nomeadas academias médico-cirúrgicas e adotaram normas próprias para o funcionamento, foram ampliadas as exigências de ingresso (somada a língua inglesa) e o tempo do curso, que passava, então, a cinco anos de duração, no qual apareciam, pela primeira vez, as disciplinas de higiene, de etiologia e de patologia. Além das alterações de algumas das disciplinas já existentes no currículo, ocorreu também a repetição de algumas destas em séries diferentes. É o que se observa no caso das disciplinas de anatomia e de arte obstétrica, por exemplo. Haveria ainda uma configuração importante aos concluintes do curso. Aprovado e concluído todo o currículo, o aluno poderia receber carta de *cirurgião aprovado* ou de *cirurgião formado* conforme a opção que fizesse ao final da trajetória de estudos. A diferença entre as duas cartas era grande. No último caso, como cirurgião formado, realizando a repetição do 4º e do 5º ano do curso, o habilitado teria seu campo de atuação profissional muito mais ampliado que na situação anterior. Para os que somassem dois anos de estudos, de repetição, a mais no currículo, o exercício profissional da medicina atenderia ainda a realização de

⁴⁷ As reformas do ensino médico do XIX, a partir daqui citadas, têm como fonte: FERREIRA, FONSECA & EDLER, op. cit., p. 62-68.

cirurgias e o tratamento de todas as enfermidades onde não houvesse médico licenciado pelas faculdades europeias. Ora, a vantagem de ser *cirurgião formado* era maior em relação a ser *cirurgião aprovado*. Mas não seria uma decisão fácil, pois, ao repetir o 4º e o 5º anos do curso, assistiriam eles, uma vez mais, disciplinas já vistas e até duplamente assistidas, como o caso de arte obstétrica, lecionada no 4º e no 5º ano (repetição). Interessante observar essa conformação do currículo médico do início do XIX, no Brasil. Seria a repetição dos saberes a segurança do aprendizado dos seus conteúdos, como dizia o lema *repeticio est mater studiorum*? Trata-se de uma visão tradicional do ensino, que perdurou por séculos na história da educação brasileira⁴⁸ e não se fez diferente nem mesmo no ensino da medicina, como é possível apreender desse exemplo.

Passado nem mesmo uma década desde a organização das academias médico-cirúrgicas, novos estatutos, em 1820, são elaborados. Entre as várias exigências, a adoção de uma doutrina científica na condução dos cursos é ainda mais asseverada, ao lado da comprovação de idade mínima (14 anos), do conhecimento de línguas (português e francês) e de lógica e da estrutura curricular visivelmente alterada. Numa observação comparativa, se, antes, o 1º ano contava com anatomia geral, química farmacêutica e noções de farmácia, agora apenas anatomia; se o 2º ano retomava como repetição os estudos de anatomia, mais a disciplina de fisiologia, agora seriam fisiologia e patologia; se, antes, o 3º ano contava com higiene, etiologia, patologia e terapêutica, agora eram matéria médica, higiene geral e particular e terapêutica geral; se o 4º ano se destacava pela instrução cirúrgica e operações, e arte obstétrica (teoria e prática), agora seriam instituições cirúrgicas e medicina operatória; e, se o 5º ano era composto apenas por medicina e arte obstétrica (repetição), agora eram medicina clínica e nosografia médica. Os alunos ainda teriam que assistir, no decorrer do curso, aulas de química e de botânica. Eram, portanto, algumas mudanças! Em uma rápida observação, logo se vê que não há mais disciplina de repetição. Algumas são ampliadas, como o caso de higiene, e outras suprimidas, como todas as que faziam referências à farmácia e à obstetrícia – que ganham cursos próprios. Pode-se ainda observar, nesse exemplo legal, que a medicina acadêmica de 1820 no Brasil acolhia em seu currículo uma das principais mudanças da área médica no período: a medicina clínica, sobretudo com a inclusão das disciplinas de patologia, matéria médica, a própria medicina clínica e nosografia médica. Primeiros passos que acomodavam, aos poucos, uma nova interpretação do papel do cirurgião que era formado. O currículo era delineado com mais precisão a cada nova alteração na sua formação, como a

⁴⁸ A esse respeito, registro o esforço dos pesquisadores em história da educação em ampliar as possibilidades interpretativas acerca de práticas, saberes e culturas escolares que permitem realizar tal comparação.

que aconteceu na década seguinte. As alterações e adaptações curriculares se mostravam cada vez mais urgentes.

No ano de 1830, foi solicitada à SMRJ a elaboração de um novo plano para as escolas médicas brasileiras. A Câmara dos Deputados tinha interesse em adequar o país à nova situação política (independente) e, portanto, ao novo contexto vivido. O plano dos acadêmicos resultou na já mencionada lei de 1832 que transformou as academias em faculdades de medicina. O modelo de ensino seguido àquele tempo, segundo as influências das escolas europeias que refletiam na formação dos professores e nos currículos e bibliografias ofertados, era o francês. O curso médico-cirúrgico passou então de cinco para seis anos de estudo, contando paralelamente com um curso de farmácia de três anos, e um de obstetrícia de dois anos. Para o ingresso, a exigência de 16 anos completos e maior conhecimento de línguas estrangeiras (latim e inglês ou francês), junto com a apresentação de um atestado de bons costumes. A seriação foi ampliada, assim como o currículo, passando a considerar, na formação do médico-cirurgião em todo o país, a distribuição que se observa no quadro a seguir:

QUADRO 1 – Distribuição das cadeiras e seriação do curso médico-cirúrgico (1832)

SÉRIE	CADEIRAS
1º ano	Física médica, Botânica médica e Princípios elementares de Zoologia
2º ano	Química médica e Princípios elementares de Mineralogia, Anatomia geral e descritiva
3º ano	Anatomia, Fisiologia
4º ano	Patologia externa, Patologia interna, Farmácia, Matéria médica, Terapêutica e arte de formular
5º ano	Anatomia topográfica, Medicina operatória e aparelhos, Partos, Moléstias de mulheres peçadas e paridas e de meninos recém-nascidos
6º ano	Higiene e história da medicina, Medicina legal

As várias inclusões do currículo do curso médico-cirúrgico de 1832, como apresenta o Quadro 1, aproximou ainda mais o “cirurgião” (operatório) do então “médico” (clínico), profissões que foram, por longo tempo, entendidas como diferentes entre si. Em 1848, finalmente, tal distinção de atribuições foi extinta no país. A partir daí, tanto *cirurgiões aprovados* como *cirurgiões formados* passaram a exercer qualquer ramo da medicina. Era inaugurado, então, o novo perfil do profissional da área médica: o “médico” que possuía saberes curriculares operatórios, como já se observa deste currículo (medicina operatória é o importante exemplo), e não mais o cirurgião que possuía saberes clínicos. Além das importantes alterações sentidas em comparação com as reformas anteriores (1820, por

exemplo), as faculdades oficiais de medicina passaram, a partir daquela data, a verificar os títulos de médicos, cirurgiões, boticários e parteiras, obtidos em escolas estrangeiras.

E as reformas não param por aí. Em 1854, a reforma Bom Retiro (decreto de 28 de abril) apresenta novos estatutos, que acabam por se contrapor à autonomia administrativa e pedagógica das escolas médicas observada na reforma de 1832⁴⁹, mas amplia o quadro docente da FMRJ e as disciplinas ofertadas, passando a contar no currículo: anatomia geral e patológica, patologia geral, química orgânica e farmácia⁵⁰. Tal reforma, embora considerada inferior à anterior, foi o parâmetro norteador do ensino médico até o ano de 1879, quando ampla modificação foi realizada a bem de atender novos fundamentos do saber médico, com a influência da medicina experimental e a institucionalização de novas especialidades clínicas. Daí, mais disciplinas (antes dezoito para o total de vinte e seis), a exigência de catorze laboratórios para o ensino e a realização de provas práticas, entre outras questões⁵¹, como a realização de cursos livres sobre os diversos ramos da medicina. Todas essas ampliações e mudanças, que tomam mais corpo a partir das décadas finais dos Oitocentos, trazem características de um novo sistema que se apresentava na medicina acadêmica ocidental: o modelo alemão. Era a revisão do modelo francês da anatomoclínica para outro de bases, sobretudo, laboratoriais, em que a química e a fisiologia despontavam como disciplinas emblemáticas⁵² – modelos distintos que ressoariam, mais tarde, na própria história da FMP.

Esse breve panorama das reformas educacionais ocorridas no século XIX nas escolas médicas do Rio de Janeiro e de Salvador informam que não foi só o profissional da área médica que, aos poucos, mudou de figura e teve ampliado o seu campo de atuação, como a própria medicina que foi acolhida no curso também sofreu alterações, incorporando as mudanças ocorridas na própria área médica – os fundamentos. Se é certo que a medicina acadêmica brasileira foi marcada por modelos europeus e que na primeira metade do século XIX era o modelo francês que sobressaía no currículo do ensino médico brasileiro (e aqui não se destacou ainda outras tendências divergentes do pensamento médico francês que são também apropriadas no Brasil), mais precisamente a partir de 1870 será a influência germânica, notadamente na reforma de 1879, que responderá com mais eficiência às necessidades da formação de profissionais sob o aporte da medicina experimental, também

⁴⁹ Mais sobre esta legislação: EDLER, op. cit., 1992, em especial, p. 29-61 (Capítulo 1).

⁵⁰ FERREIRA, FONSECA & EDLER, op.cit., p. 67.

⁵¹ É permitido às mulheres o acesso ao curso de medicina. Antes, elas eram apenas matéria de estudo - obstetrícia. Sobre a medicina da mulher e as mudanças nessa arte no decorrer do tempo, veja: MARTINS, Ana Paula V. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

⁵² GUIMARÃES, Maria Regina C. O desenvolvimento da pesquisa e do ensino médico nos dois mundos entre o século XIX e a primeira década do XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 24, 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: UNISINOS, 2007 (CD-ROM).

designada científica⁵³. Nesse caso, não será à toa a exigência de um maior número de laboratórios para o estudo e a prática médica, algo a que os médicos-fundadores da FMP, tempos depois, se esmerarão em observar logo no início dos cursos ali constituídos.

Essas mudanças sentidas na área da medicina e no seu ensino revelam as acomodações percebidas ante os avanços das tecnologias e da biociência, o que, durante todo o XIX e com mais vigor no decorrer do XX, reforçará o poder do médico e sua atuação na sociedade como um todo, e não só no Brasil⁵⁴. Entretanto, é bom lembrar que mesmo o médico, no final do século XIX, ganhando destaque pouco a pouco entre a população e fazendo frente à massa de terapeutas do período, não significa o impedimento do acesso aos demais curadores disponíveis à época. Nem mesmo que o prestígio desses profissionais ocorresse de modo tranquilo e sem dissensões, inclusive por parte da própria classe médica. A esse respeito, houve o caso, destacado por Gabriela Sampaio, do médico da Corte que recebeu do colega de profissão a alcunha de “Dr. Fura-Uretras”⁵⁵, numa disputa permeada por suspeitas quanto aos procedimentos terapêuticos que ultrapassa os consultórios e chega à imprensa do Rio de Janeiro. Outro caso ainda, o das dissensões dos próprios acadêmicos, em meados dos Oitocentos, cuja ausência de consenso na SMRJ sobre o modelo de medicina resultou, como observou Edler, na complicada lei para as escolas médicas que foi a de 1854 – a referida lei significou alto ônus para a FMRJ com a perda da autonomia e a submissão, por 30 anos (até a reforma de 1884), aos interesses dos gabinetes do II Reinado⁵⁶.

A despeito dos problemas éticos da profissão, ou das dificuldades de se manter um posicionamento comum em torno da medicina, como no caso observado dos acadêmicos do Rio – e neste ponto há que se considerar que é no século XIX que a homeopatia terá no contraponto aos procedimentos da medicina oficial o seu lugar⁵⁷ –, sobressaltam da trajetória da profissionalização de médicos no Brasil, especialmente sob a via da legislação educacional, os recorrentes arranjos que refletiriam sobre os domínios da própria profissão, e os que fazem referência ao seu exercício. Mudanças de perspectivas, alterações curriculares, ampliação do quadro docente, ajuste dos métodos, materiais e procedimentos conformam a

⁵³ EDLER, Flávio C. O debate em torno da medicina experimental no Segundo Reinado. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, III (2), p. 284-299, jul.-out. 1996.

⁵⁴ O trabalho de Maria Stella Bresciani, *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*, publicado pela Ed. Brasiliense, em 2004, dá mostra do tema que fará parte, mais tarde, do repertório da atenção de médicos, engenheiros, planejadores do urbano: a vida na cidade, a pobreza, a criminalidade – eixos do livro.

⁵⁵ Cf.: SAMPAIO, Gabriela dos R. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001, p. 31-61 (Capítulo 1: O doutor Fura-Uretras).

⁵⁶ EDLER, op. cit., 1992, p. 39.

⁵⁷ SIGOLO, Renata P. Pensamento médico e história: um breve ensaio. *Revista de História Regional*, vol. 1, n. 1, inverno 1996, p. 7-9. Disponível em: <<http://www.uepg.br/rhr/v1n1/renata.htm>> Acesso: 12 maio 2008.

preocupação constante das instituições educativas como um todo, das quais as escolas médicas não fugiriam à regra. E, mais especificamente, no caso da medicina, o decorrer do século XIX marca não só o tempo, mas os lugares de ampliação da medicina acadêmica, cujos representantes congregados nas várias instâncias de difusão desse saber (sociedades, escolas médicas, revistas específicas, órgãos públicos etc.), ainda que sob eventuais dissensões, tomariam e definiriam para si o exercício oficial (e legal) da medicina científica. A própria profissionalização do médico em terras brasílicas foi um dos principais eixos de sustentação de afirmação da classe médica.

De modo geral, tal possibilidade formativa, aliada aos esforços de uma classe em projeção, atenta às mudanças experimentadas pela medicina ocidental ante os avanços das tecnologias e dos sucessos (e insucessos) da ciência médica experimental, reforçaria, cada vez mais, o poder do médico nas decisões que competiriam aos vários eixos da assistência pública, como a saúde, a educação, o planejamento urbano etc. A emergência desses profissionais no cenário público, sobretudo entre os séculos XIX-XX, só tenderia a aumentar, concomitantemente à percepção de sua urgência nos principais centros urbanos do país, em vista do crescimento populacional e das novas demandas daí decorrentes. O reconhecimento político, educacional e social do médico nesse cenário em mudança, integrado aos projetos de modernização, resultaria na difusão das escolas médicas, na primeira década do século XX, para os diferentes estados brasileiros, como os estados do sul e do sudeste, no qual se inclui a experiência paranaense. Consideremos, a seguir, essas possibilidades de formação médica difundidas nas décadas iniciais dos Novecentos.

1.2 As possibilidades formativas dos Novecentos

A partir do último quarto do século XIX, vale lembrar, a medicina brasileira, impactada pelo avanço das novas tecnologias, é marcada pela instituição da microbiologia⁵⁸ e por uma recepção bastante conflitiva no meio científico do período⁵⁹. Genericamente, com a

⁵⁸ Para um panorama desta disciplina entre os séculos XIX-XX, veja: CARRETA, Jorge A. “*O micróbio é o inimigo*”: debate sobre a microbiologia no Brasil (1885-1904). Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2006. Em paralelo, ver também: RIBEIRO, Maria Alice R. *História sem fim...* Inventário da saúde pública, São Paulo: 1880-1930. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

⁵⁹ Confira: BENCHIMOL, Jaime L. Domingos Freire e os primórdios da bacteriologia no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 2(1), p. 67-98, mar.-jun. 1995; ALMEIDA, Marta de. São Paulo na virada do século XX: um laboratório de saúde pública para o Brasil. *Tempo*, Niterói, vol. 10, n.19, p.77-89, jul./dez. 2005. Fora dos meios científicos o discurso médico espalha e toma forma inclusive em uma classe geralmente pouco afeita aos discursos vindos do ‘alto’, mas que o assimila, o reinterpreta e o toma para si em razão da causa do operariado, veja: BERTUCCI, Liane M. *Saúde: arma revolucionária*. São Paulo, 1891-1925. Campinas:

ciência dos micróbios em tela, novos elementos para a compreensão da etiologia, da profilaxia e mesmo da dinâmica da pesquisa médica são muito lentamente inseridos na prática médica (como exemplo, o episódio da febre amarela). Paralelamente, é estimulada a criação dos Serviços Sanitários, sobretudo nos grandes centros urbanos – São Paulo e Paraná ao mesmo tempo, em 1892, e anteriores mesmo ao Rio de Janeiro que data de 1899 –, e dinamizada a constituição de laboratórios e institutos de pesquisa a bem de atender os principais problemas de saúde da época. Nesse campo, o Instituto Bacteriológico de São Paulo é considerado um dos laboratórios pioneiros do país.

Tempos esses de personalidades transformadas em mito, tais como Oswaldo Cruz, Vital Brazil, Adolpho Lutz, Carlos Chagas e tantos outros.⁶⁰ Personalidades cujas ações trazem outra cientificidade à medicina, às práticas de cura e aos modos de pensar a saúde/doença da população brasileira. Mas há que se considerar que não seria esse um tempo de ruptura ou de demarcação de fronteira rígida com a medicina Oitocentista, posto que, como afirma Flávio Edler, estaria a área longe de uma concepção monolítica de ciência pautada na relação dual de um *antes* e *depois* de eventos específicos⁶¹. Isso porque a experiência colonial, ela mesma, demonstra a disputa entre a *anatomoclínica* (o hospital, a medicina exercida na cabeceira do leito do paciente), a *topografia médica* (a medicina que faz uso do método estatístico, cunhada, pejorativamente, de “medicina de gabinete”) e a *medicina experimental* (ou a medicina de laboratório)⁶² a permear todo o século XIX. Consideremos um pouco mais tal defesa, partilhada, em razoável medida, por Jaime Benchimol, sob a perspectiva de ainda outras instituições médicas que congregavam os profissionais da medicina brasileiros e que pensavam, à luz das experiências estrangeiras, os fundamentos dessa área.

A afirmação da medicina experimental, com maior visibilidade na virada dos séculos XIX-XX, já era observada antes mesmo da organização da *Escola de Manguinhos*, ainda considerada por alguns⁶³ como o marco inicial da medicina científica brasileira.

Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

⁶⁰ Veja, por ex.: BRAZIL, Lael Vital. *Vital Brazil, vida e obra*, 1865-1950. Niterói: Instituto Vital Brazil, 2001; BENCHIMOL, Jaime L. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 10(1), p. 13-83, jan.-abr., 2003; CHAGAS FILHO, Carlos. *Meu pai*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1993.

⁶¹ Essa discussão pode ser resumida na seguinte oposição: uma, a imagem clássica da medicina pré-pasteuriana, casuística, de rejeição à observação metódica e à experimentação científica e, portanto, uma medicina *pré-científica*; e outra, a medicina atual, que reafirma a suposta rejeição pelas instituições médicas imperiais às conclusões dos trabalhos experimentais em parasitologia médica de Wucherer (fundador da *Escola Tropicalista Baiana*) ou ainda demarcadora da ruptura pela notável participação de Oswaldo Cruz nos rumos da saúde pública brasileira, daí o científico, o racional, pautado em novos saberes, como a fisiopatologia e o emprego teórico-metodológico da moderna medicina experimental. É tal oposição que se discute.

⁶² EDLER, Flávio C. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9(2), p. 357-385, maio-ago. 2002.

⁶³ Situam-se nessa perspectiva, por exemplo, os estudos de Nancy Stepan (*Gênese e evolução da ciência*

Diferentemente, para Benchimol, seria a *Escola Tropicalista Baiana* o possível começo. A designação identificava o grupo de médicos reunidos em torno do periódico *Gazeta Médica da Bahia* (1866-1915) que, “na fronteira entre o paradigma miasmático/ambientalista e a teoria dos germes”, buscou produzir e difundir investigações originais sobre as patologias nativas da região, “bem como [firmar] suas posições independentes face à medicina acadêmica européia e ao *establishment* médico local.”⁶⁴ Dentre os também chamados *tropicalistas*, o destaque para três médicos estrangeiros que, em Salvador, fundam o periódico: o português, filho de pais alemães, Otto Wucherer (1820-1873), o escocês John L. Paterson (1820-1882) e o português José Francisco da Silva Lima (1826-1910). Todos eles com relações importantes nos países europeus onde o novo modelo da ciência experimental se espalhava por meio da correspondência de uma rede informal de médicos – a princípio desconhecidos, mas que tempos depois se tornaram reconhecidos nomes da parasitologia e da medicina tropical –, que davam sua contribuição à *Gazeta*. A identidade dos tropicalistas deslocava então a atenção do meio ambiente (teoria miasmática) para as etiologias parasitárias específicas (parasitologia), como as das investigações de Wucherer: ancilostomíase e filariose, ou ainda outras, como beribéri e ainhum, doenças associadas ao clima tropical. Mas a morte de Wucherer, em 1873, interrompe a pesquisa sobre a biologia e os hábitos do parasito da ancilostomíase, que será retomada, em meados de 1880, por Adolpho Lutz.

Para Benchimol, é nesse momento que o grupo tropicalista deixa de existir, absorvido pelo *establishment* médico e pelas mudanças políticas brasileiras do período. E se, contraditoriamente, até o advento da República não havia sido possível formar discípulos para dar prosseguimento à obra começada na *Gazeta*, os principais integrantes do grupo tropicalista que se transferem de Salvador para o Rio de Janeiro, a capital brasileira, acabam por ascender profissionalmente, especialmente nas pesquisas em parasitologia helmíntica dando novo fôlego e lugar à *Escola Tropicalista*. Nos conturbados anos de 1880 e 1890, diz Benchimol, e “à frente de periódicos, de cadeiras na faculdade e de cargos políticos e honoríficos puderam [os tropicalistas agora residentes no Rio], sim, influenciar a nova geração de médicos formados na última década do século [XIX].”⁶⁵

É nessa mudança de cena, de Salvador para o Rio de Janeiro, de Monarquia para a República, que Benchimol observa a ocorrência de um processo conflitivo na medicina,

brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica, São Paulo: Artenova, 1976) e de Benedito Oliveira em edição por ele coordenada (*Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003) - este último, sobretudo da questão arquitetônica de Manguinhos.

⁶⁴ BENCHIMOL, Jaime L. A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2), 2000, p. 266.

⁶⁵ BENCHIMOL, op. cit., 2000, p. 269.

marcado por “novos atores e interesses, novas doenças e dinâmicas de pesquisa”, e que marcará os anos de 1890. Dentre as várias pelejas, destacam-se os desacordos sobre o diagnóstico, a profilaxia e o tratamento de doenças epidêmicas nos centros urbanos do Sudeste, como a epidemia do cólera no Vale do Paraíba, em 1894-1895, a chegada da peste bubônica a Santos, em 1899, e a intermitente caçada “ao micróbio” da febre amarela no Rio de Janeiro – este último, em ação bem sucedida de Oswaldo Cruz, no centro da capital brasileira, que já contava até então com 800 mil habitantes. Esses eventos desnudam a medicina cambiante e desencadeiam contradições entre os médicos-pesquisadores filiados aos institutos vacinogênicos e bacteriológicos, inclusive à organização do serviço sanitário⁶⁶ que resultam em movimentos populares expressivos como o foi, no caso do Rio de Janeiro, a Revolta da Vacina em 1904. Contudo, esses elementos identificam a medicina experimental na fronteira da microbiologia e da medicina tropical: a nova matiz que viraria o século.

Para Oswaldo Cruz, à frente do Instituto Soroterápico Federal (ISF), bem como no cargo de diretor da Saúde Pública, no governo de Rodrigues Alves e no subsequente de Afonso Pena, no início dos Novecentos, esse novo momento exigiria também um novo posicionamento institucional, com investimentos na fabricação de produtos biológicos, na pesquisa e no ensino, de modo semelhante aos fundamentos do Instituto Pasteur de Paris. A “dilatação de fronteiras” dos cientistas de Manguinhos, como diz Benchimol, tinha também conotação geopolítica, no sentido de adentrar os sertões brasileiros⁶⁷, para o estudo e o combate de doenças como a malária. Feito o investimento nas novas instalações, bem como na ampliação das ações do ISF, Oswaldo Cruz redige o regulamento do Instituto de Patologia Experimental, criado em dezembro de 1907 e rebatizado como Instituto Oswaldo Cruz (IOC) em março de 1908. Em 1906, foi inaugurada a primeira filial em Belo Horizonte – MG. Em 1909, um dos seus filiados, Carlos Chagas, descobre uma nova doença tropical até então confundida com a malária ou a ancilostomíase, cujo inseto era conhecido como “barbeiro”, por atacar de preferência o rosto humano. Tal doença ficou conhecida como Doença de Chagas⁶⁸. Sua descoberta consolidaria a protozoologia como uma das importantes áreas de

⁶⁶ Destaques do Serviço Sanitário de São Paulo, cf.: ALMEIDA, Marta de. *República dos invisíveis*: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917). Bragança Paulista, Editora da Universidade São Francisco, 2003; TEIXEIRA, Luiz A. Rodolfo Mascarenhas e a história da saúde pública em São Paulo. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, 40(1), p. 3-19, 2006; Idem. Em prol da ciência, em benefício da saúde. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 16, p. 79-100, 2004.

⁶⁷ Cf.: LIMA, Nísia T. A cidade descobre o sertão. Notas sobre a viagem de Roquette-Pinto a Rondônia e a dos médicos Arthur Neiva e Belisario Penna ao Brasil Central. In: ALMEIDA, Marta de; VERGARA, Moema de R. (Orgs.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008, p. 139-160; BERTUCCI, Liane M. Médicos-educadores no sertão do Brasil nos anos 1910. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007. *Anais...* São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2007, v. 1, 8 p.

⁶⁸ A parasitologia é impulsionada através das descobertas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, e margeia o

pesquisa do IOC, fato que reflete um somatório de condições que possibilitaram a Chagas tal feito, como, por exemplo, o aprendizado de habilidades técnicas e teóricas em sua formação como um dos cientistas de Manguinhos. A essa descoberta seguiu-se ainda a do suposto “micróbio” da varíola, uma problemática real na epidemia do Rio de Janeiro de 1908.

A ampliação do campo de ação do IOC, sinalizando positivamente aos médicos que haviam então se dedicado ao laboratório e não à clínica hegemônica, levou para o Instituto novos agentes, como Adolpho Lutz, que, em 1908, deixou a direção do Instituto Bacteriológico de São Paulo (IBSP)⁶⁹. Entretanto, em 1910, mudanças acontecem no IOC e o investimento de seu fundador se volta a percorrer os estados do Norte, Centro e Nordeste brasileiro em comissões médico-sanitárias, às quais se seguiriam ainda outras expedições, como a de Adolpho Lutz e Astrogildo Machado, entre abril e junho de 1912, ao Vale do Rio São Francisco; a de João Pedro de Albuquerque e Gomes de Faria, entre março a julho de 1912, atravessando os estados do Ceará e Piauí; e a de Artur Neiva e Belisario Penna, de março a outubro de 1912, percorrendo 7 mil quilômetros nos estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás. Se, por um lado, ainda para Benchimol, tais comissões sanitárias se mostraram improfícuas, por outro, as expedições reuniram um conjunto de materiais das patologias brasileiras aos laboratórios do IOC. Ademais, “os relatórios escritos pelos cientistas, ricos em observações sociológicas e antropológicas, e a extraordinária documentação fotográfica que produziram constituem o primeiro inventário moderno sobre as condições de saúde e vida das populações rurais do Brasil.”⁷⁰ Em São Paulo, ao mesmo tempo, acontecia a corrida contra a febre amarela e os investimentos de Emílio Ribas, inclusive na defesa da concepção microbiológica e da higiene, à frente do Serviço Sanitário do estado.⁷¹ Essas ações em torno da ciência médica e de organização de instituições de serviço específicas da área corriam juntas às discussões e expectativas de implantação do ensino da medicina em outros centros do país e para além dos casos do Rio e de Salvador, como será destacado adiante.

Nesse breve panorama da organização da medicina científica (alopata) brasileira, ficou ausente, entre outros, o enfoque às ações contra as doenças mais proeminentes do período (como a varíola, a sífilis, a tuberculose) e a possibilidade de interlocução dos médicos nos Congressos Médicos Latino-Americanos e das Exposições Internacionais de Higiene paralelas

caminhar da medicina tropical desde a criação da SMRJ em 1829 com seu amplo programa de saneamento, em especial das instituições (hospitais, cemitérios, escolas, quartéis e prostíbulos), cf.: MASCARINI, Luciene M. Uma abordagem histórica da trajetória da parasitologia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(3), p. 809-814, 2003.

⁶⁹ Veja: BENCHIMOL, op. cit., 2003.

⁷⁰ BENCHIMOL, op. cit., 2000, p. 283.

⁷¹ ALMEIDA, Marta de. Combates sanitários e embates científicos: Emilio Ribas e a febre amarela em São Paulo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 6(3), p. 577-607, nov.-fev. 1999-2000; Idem, op. cit., 2005.

aos eventos – lugares de importantes trocas e de intercâmbio científico no continente⁷². Contudo, é possível observar ainda outros importantes lugares de atuação da classe médica para além do exercício da clínica e que era realizado, sobretudo, nos hospitais da Santa Casa de Misericórdia (SCM). Médicos filiados ao exercício da medicina experimental, geralmente envolvidos em sociedades médicas (no Rio era a SMRJ, e em São Paulo, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, SMCSP⁷³), motivariam, no país, a criação de instituições que tinham na pesquisa médica o seu lócus de atuação. Daí a importância, ainda que precária a princípio, dos Institutos Soroterápicos, pouco tempo depois, origem dos Institutos Butantan (São Paulo, 1901) e Manguinhos (Rio de Janeiro, 1900)⁷⁴; e adiante, passagem para a criação dos Institutos Pasteur (São Paulo, 1903)⁷⁵, e de Higiene (com participação da Fundação Rockefeller, 1918)⁷⁶, como ocorrido no caso paulista.

Partindo do específico na área médica e pensando as políticas públicas a respeito da organização dos serviços de saúde brasileiro, vale o destaque à criação das Inspetorias de Higiene, bem como à expedição do Regulamento dos Serviços Sanitários, ambos a cargo dos estados, em fins dos Oitocentos (São Paulo e Paraná, 1892; Rio de Janeiro, 1899)⁷⁷. Outro ponto são as ações e instituições daí decorrentes (adrede ao regulamento, a constituição de laboratórios de bromatologia [ciência dos alimentos], entre outros)⁷⁸ como ponto fundamental de visibilidade do exercício da medicina científica, uma vez que, em se tratando de saúde pública, tais ações partiriam de nomeados ao cargo que ocupassem a exigência de serem “médicos diplomados por qualquer das Faculdades de Medicina da República ou universidades estrangeiras reconhecidas pelo Governo”⁷⁹, ainda que com todas as dificuldades inerentes ao cargo público, com falta de recursos humanos e materiais, e os limites na

⁷² Cf.: ALMEIDA, Marta de. Circuito aberto: idéias e intercâmbios médico-científicos na América Latina nos primórdios do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 13, n. 3, p. 733-757, jul.-set. 2006; Idem. Da Cordilheira dos Andes à Isla de Cuba, passando pelo Brasil: os congressos médicos latino-americanos e brasileiros (1888-1929). São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

⁷³ Veja: TEIXEIRA, Luiz A. *Na arena de Esculápio: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895-1913)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007; Idem, op. cit., 2004, destaques da SMCSP entre 1895 e 1920.

⁷⁴ Cf.: BENCHIMOL, Jaime L.; TEIXEIRA, Luiz A. *Cobras, lagartos e outros bichos: uma história comparada dos Institutos Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1993.

⁷⁵ Cf.: TEIXEIRA, Luiz A.; CARDOSO, Maria R.; TAKAOKA, Neide Yumie. Instituto Pasteur de São Paulo: cem anos de combate à raiva. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11(3), p. 751-766, set.-dez., 2004.

⁷⁶ O Instituto de Higiene de São Paulo é considerado o embrião da atual Faculdade de Saúde Pública de São Paulo. Ver: FARIA, Lina R. A Casa de Geraldo de Paula Souza: texto e imagem sobre um sanitarista paulista. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 3, p. 1011-24, set.-dez. 2005.

⁷⁷ ALMEIDA, op. cit., 2005.

⁷⁸ Entre os laboratórios criados pelo governo do estado, está o *Laboratório de Análises Químicas e Microscópicas* (PARANÁ. Decreto n. 5 – 4 jan. 1909. Decreta a criação do Laboratório de Análises Químicas e Microscópicas. Curitiba, *Coleção de Leis do Governo do Estado*, p. 4-5).

⁷⁹ PARANÁ. Lei n.23 – 1º junho de 1892. Decreta a criação da Inspetoria Geral de Higiene na capital. Curitiba, *Coleção de Leis do Governo do Estado*, p. 78-79.

expansão do atendimento desses serviços, que cerceavam o campo de atuação dos gestores geralmente à capital do estado, como o ocorrido no caso paranaense até às primeiras décadas do XX. Por outro lado, constituíram-se em espaços possíveis de atuação do médico e do exercício do seu poder na ordenança social, regulando o modo de vida de uma sociedade que rapidamente se urbanizava. Este *processo civilizador*, difícil não lembrar o tema caro a Norbert Elias, ainda que trate de outro tempo e lugar⁸⁰, é também um processo *medicalizador*, sobretudo se considerarmos as afirmativas de Michel Foucault de que “a medicina moderna é uma medicina social”⁸¹, ou seja, que esta como parte da estratégia biopolítica do poder, visa, para além do corpo individual, o corpo social. Por mais que cause certo incômodo o ‘fetiche’ de Foucault, em suas análises presas à estrutura do capital, as interpretações de sua lavra acerca do poder e das estratégias deste sobre o indivíduo e o meio social, em especial o poder dos médicos, é expressamente pertinente. Daí que se pode reconhecer, sem muita resistência, que a higiene, ramo da medicina, se constituísse, em fins do XIX e início do XX, eixo importante no papel da manutenção e do controle de hábitos saudáveis como questão desse poder social e dos médicos no exercício deste⁸². Nesse sentido, pensar a medicina, seus agentes e suas instituições é também pensar as suas formas de poder, como destaca Foucault. Continuemos, então, a observar esse alcance.

Entre os séculos XIX-XX, instituições variadas, públicas e privadas, destacam-se no campo de atuação da medicina científica, organizada, sobretudo, nos principais centros brasileiros, como Rio de Janeiro e São Paulo, e denotam a atenção de seus agentes às novas tecnologias da biociência. Entretanto, a convivência de instituições de pesquisa desse quilate, sobretudo as do eixo Rio–São Paulo, por vezes não foi pacífica. Disputas acirradas ocorreram na competição pelo espaço de visibilidade de seus produtos e dos seus (renomados) pesquisadores. O reconhecimento da importância destas instituições na área médica chamava a atenção de outros estados brasileiros, como o Paraná, que via, nesses exemplos, o desejo de criação de instituições equivalentes. Em Curitiba, chegou-se a fomentar, nos anos iniciais da

⁸⁰ A esse respeito, sobre a modelação do comportamento humano e social, com Norbert Elias, na sociedade europeia renascentista, ver: *O processo civilizador: uma história dos costumes*, vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, em especial, p. 65-213 (Capítulo 2 – A civilização como transformação do comportamento humano); Idem, *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*, vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, em especial, p. 215-224 (A transformação de guerreiros em cortesãos).

⁸¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 79.

⁸² No Paraná, dois estudos competem para a compreensão dessa noção: LARocca, Liliana M. *Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1886-1947)*. Curitiba, 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná (versão Defesa Pública); PYKOSZ, Lausane C. *A higiene nos grupos escolares curitibanos: fragmentos da história de uma disciplina escolar (1917-1932)*. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

década de 1910, o interesse pela criação de um Instituto Pasteur. Tal expectativa rondava a cidade, especialmente nos casos em que a assistência pública local não dava conta⁸³, como diante dos incessantes casos de ataques dos “cães hydrophobos”⁸⁴. Perambulando pela cidade, sem eira nem beira, grupos de “cães vadios”, assim chamados na imprensa paranaense, avançavam, indistintamente, sobre as “gambias” das pessoas que por eles cruzavam às ruas. As vítimas eram logo encaminhadas pela polícia, sob custo do erário público, em viagem de trem ao Instituto Pasteur de São Paulo, já que os hospitais da Santa Casa de Misericórdia (SCM) do Paraná (Curitiba, Paranaguá e, fins de 1912, a recém-inaugurada Ponta Grossa), estavam desassistidos de vacinas específicas⁸⁵. Com essas notícias, a lembrança da ideia de criação de um Instituto Pasteur era inevitável.

E de passagem, efêmera ou não, o “Instituto Pasteur de Curitiba”, de fato, existiu. Depois de notícias um pouco mais substanciais da possibilidade de sua criação veiculadas na imprensa em começo de 1913, na eventualidade do apoio governamental a fim de ampliar os serviços do Laboratório de Analyses do Estado, dotando-o ainda dos laboratórios de bromatologia, toxicologia, bacteriologia e análises de terras e produtos agrícolas, como bem expressava anteriormente o Regulamento Sanitário de 1892, outras notícias mais comemorariam sua efetivação. À frente do então Laboratório de Analyses, o dr. Manuel Lustosa Carrão era felicitado publicamente pela sua aplicação à casa, e seu interesse de constituição do Instituto equivalente no Paraná tendo, inclusive, às próprias expensas, visitado o laboratório de Paris. Acreditava-se que com tal criação anexa ao Laboratório “essa repartição ficará perfeitamente em condições de satisfazer todas as exigências da hygiene e da saúde publica.”⁸⁶ O desejo realizou-se mais tarde, sob os auspícios do dr. Eduardo Leite Leal Ferreira que, em São Paulo, foi estudar a organização do Instituto Pasteur daquele estado. Em 10 de fevereiro de 1914, o novo destino das pessoas atacadas por cães vadios no Paraná era o Instituto Pasteur de Curitiba⁸⁷, à rua Ermelino de Leão, n.16, no centro da capital paranaense. De começo, ao menos, e somente com o que contam os jornais⁸⁸, houve dificuldade para que as pessoas confiassem nos benefícios da casa e deixassem de seguir a São Paulo.

⁸³ DIÁRIO DA TARDE. *Pavilhões de isolamento. Instituto Pasteur, vaccinogenico e bacteriologico*. Curitiba, n.4.380, 17 maio 1913, p. 4; Idem. *Perigo imminente*. Curitiba, n. 4.375, 12 maio 1913, p. 3.

⁸⁴ Alguns casos nos noticiários do *Diário da Tarde* “a folha de maior circulação do Paraná” (grafado à primeira página), ao lado de *A República*, um dos mais importantes jornais vespertinos de Curitiba nas décadas iniciais do século XX: n. 4.230, 20 nov. 1912, p. 2; n. 4.233, 23 nov., p. 3; n. 4.234, 25 nov., p. 1; n. 4.236, 27 nov., p. 3.

⁸⁵ DIÁRIO DA TARDE. *Cães hydrophobos – população ameaçada*, n. 4.231, 21 nov. 1912, p. 1.

⁸⁶ COMMERCIO DO PARANÁ. *Laboratório de Analyses*. Curitiba, n. 119, 2 mar. 1913, p. 1.

⁸⁷ COMMERCIO DO PARANÁ. *O Instituto Pasteur de Curitiba*. Curitiba, n. 407, 6 fev. 1914, p. 3; Idem, *Factos & Notas*. Curitiba, n. 410, 10 fev. 1914, p. 2.

⁸⁸ Desconhece-se a existência de estudos consistentes a respeito dessa instituição.

“O mundo transformado em laboratório”⁸⁹, então, parecia mesmo ter chegado ao Brasil, no final do século XIX. E contaria com a presença de outras instituições médicas mais. Na entrada dos Novecentos, somadas às sociedades de medicina, às instituições de pesquisa médica, à organização das instituições sanitárias estaduais e as casas de assistência à saúde pública (neste período, os hospitais da caridade passam por reestruturações administrativas importantes; em Curitiba, era a ação esperada das Irmãs de São José de Moutiers⁹⁰), ocorre a difusão de escolas médicas que extrapolavam os exemplos do Rio de Janeiro e de Salvador do início dos Oitocentos – sem esquecer a atuação individual dos médicos e farmacêuticos de plantão em suas casas, clínicas etc. As novas possibilidades para os Novecentos, portanto, pensando a ampliação do exercício da medicina no país, seriam as representadas pelas faculdades de medicina de Porto Alegre (FAMED, 1911), Belo Horizonte (FMBH, 1911), São Paulo (FMCSP, 1912) e a do Paraná (FMP, em 1913)⁹¹ – ressalva apenas para o caso gaúcho, cuja instituição, a Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, data de 1898, foi equiparada, em 1900, à faculdade oficial do Rio de Janeiro e advém do projeto de organização de instituições profissionais de médicos e dos farmacêuticos daquela região⁹². Contudo, afora o antecedente e específico caso gaúcho, colabora, e muito, para a criação das escolas médicas no país, nos anos 1910, a expedição de uma legislação educacional que provocou debates acalorados, inclusive na imprensa, sobre sua organicidade e sua pertinácia ou não para os caminhos da educação brasileira.

Dividindo opiniões ante a possibilidade da abertura desenfreada de instituições de ensino matizadas à ideia do “ensino livre” – uma das premissas do positivismo que balizam o regime republicano (até a década de 1930) e entendia que a educação deveria ser também uma ação da iniciativa privada –, a ‘polêmica’ lei de 1911 foi recebida não sem reservas. Resultante do Decreto nº 8.659 de 5 de abril de 1911, a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, ou ainda Lei Rivadávia, nome que homenageia o seu relator (Rivadavia

⁸⁹ SILVA, Márcia R. B. da. *O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933*. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

⁹⁰ No Paraná, as Irmãs de São José de Moutiers – Tarentaise, França, chegam em 1896, para a organização e direção da SCM de Curitiba e, logo mais tarde, a de Paranaguá, a pedido do bispo d. José de Camargo Barros. Tais instituições adentram o século XX com novas estratégias de atendimento e cuidado dos doentes, bem como, da higienização do hospital. (PIZANI, Maria Angélica P. N. *O cuidar na atuação das Irmãs de São José de Moutiers na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1896-1937)*. Curitiba, 2005. Tese – (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná).

⁹¹ SILVA, Márcia Regina B. da. O ensino médico em debate: São Paulo, 1890-1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 9, 2002, p. 139.

⁹² WEBER, Beatriz T. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense, 1889-1928*. Santa Maria: Ed da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999, p. 101-103.

Correia), propunha a autonomia didática e administrativa das instituições de ensino superior e fundamental (Art. 2º), regulando, segundo os títulos apresentados e num total de 140 artigos: o papel dos diretores (eleitos), a constituição do corpo docente, a livre docência, as congregações, o regime escolar, os materiais dos cursos e exames, a polícia acadêmica, o pessoal administrativo, licenças e faltas, os certificados conferidos pelos institutos, a instrução militar e as disposições transitórias⁹³. Era essa a primeira sinalização e possibilidade real de abertura de instituições educacionais no país com “autonomia didática e administrativa” ante o Estado, o que casou certa preocupação quanto ao que entendiam como desoficialização do ensino, com a abertura de escolas particulares. Mas, por outro lado, colaborou para a expansão das escolas de ensino superior, como o caso da nascente UP, e da ampliação dos cursos ofertados, até então restritos ao eixo área da saúde-direito-engenharias⁹⁴. A lei só foi possível diante do quadro de significativas mudanças a nível administrativo e político nacional, com a afirmação da República e dos ideais positivistas e cientificistas que inspiraram as mudanças levadas a cabo no plano regulatório educacional em tela.

Apesar de esse ponto positivo da legislação referida significar, como o foi de fato, a possibilidade de ampliação da difusão do ensino como um todo no país, comemorado também pelo nível superior, um outro lado, menos glamuroso da lei, originou intenso debate sobre os possíveis riscos que tal abertura suscitaria com a proliferação de instituições atuando com sentidos pouco escrupulosos. Em São Paulo, Luiz Antonio Teixeira observou a presença da intitulada “Universidade Escolar Internacional” (UEI) na imprensa paulista, ao lado de outras academias, nem todas desatentas ao cumprimento do que realmente se propunham⁹⁵. Do Rio de Janeiro também chegavam notícias que sugeriam a “venda” de diplomas, inclusive de médico, a 60 mil-réis, e validados pelo Conselho Superior do Ensino, mas não sem protestos, ao menos da faculdade de medicina oficial, que fazia constar em sua ata da congregação manifestações de repúdio levadas ao conhecimento público na imprensa daquele estado⁹⁶.

Temerária sob o ponto de vista da proliferação de instituições que cumpriam a suspeita

⁹³ BRASIL. *Decreto n. 8.659* - 5 de abril de 1911. Aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. *Actos do Poder Executivo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, p. 492-512.

⁹⁴ “No período que vai da reforma Benjamin Constant, em 1891, até 1910, ano imediatamente anterior ao da reforma Rivadávia Corrêa, foram criadas no Brasil 27 escolas superiores: 9 de Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia, 8 de Direito, 4 de Engenharia, 3 de Economia e 3 de Agronomia.” (CUNHA, Luiz A. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3ª ed. rev. SP: UNESP, 2007, p. 157-8).

⁹⁵ Ao lado da UEI, outras instituições disputavam a atenção nos jornais: Universidade de São Paulo, Instituto Universitário de São Paulo (inclusive com escola de medicina), e a Universidade Brasileira. (TEIXEIRA, Luiz Antonio. *Ciência e saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período de 1903-1916*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995, p. 134).

⁹⁶ DIÁRIO DA TARDE. *Pelo Telegrapho: falsa universidade – diplomas a 60\$000*, Curitiba, n. 4.222, 11 nov. 1912, p. 2; Idem. *Pelo Telegrapho: diplomas a 60\$000*, Curitiba, n. 4.236, 27 nov. 1912, p. 2.

das instituições de fachada, as chamadas “fábricas de diplomas”, a Lei Rivadávia alimentou, mais precisamente entre os meses de novembro e dezembro de 1912, o debate educacional na imprensa paranaense. No centro desse debate, a criação da “Universidade do Paraná”, cujas notícias eram registradas com maior diligência pela imprensa local nesse período precedente a sua constituição. Ilustres cidadãos se posicionavam, a favor ou contra a empreitada⁹⁷, e houve até quem sugerisse caminhos ante os primeiros equívocos que já se podiam notar da nova instituição, como a acolhida, no quadro docente, de membros que não possuíam diplomas universitários⁹⁸ – ponto que se encontra nos estatutos da instituição entendendo qualificativo o saber notório dos ingressantes ao cargo, e mesmo, anunciado posteriormente nos concursos públicos realizados para os candidatos às cadeiras vagas da UP⁹⁹. Entretanto, pode-se apontar, nesse momento, a coexistência de duas linhas de enfrentamento sobre o tema do ensino superior no Paraná: a que evidencia e critica as instituições de fachada atentas ao mero lucro na venda de diplomas (como o caso da UEI que, no começo de 1913, tentou estabelecer-se sem sucesso, e apesar de todos os seus protestos inclusive desmerecendo a terapêutica alopática e o ensino da medicina em nome da sabedoria dos práticos – a instituição concedia atestado a estes considerados “infalíveis quanto ao tratamento” –, na já prevenida capital paranaense)¹⁰⁰; e a que, reverenciando ou resistindo à efetivação do projeto da UP, recomenda

⁹⁷ Veja alguns posicionamentos em: BARANOW, Ulf G.; SIQUEIRA, Márcia D. (Orgs). *Universidade Federal do Paraná: história e estórias, 1912-2007*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2007, p. 29; 35-36.

⁹⁸ LEVI JR. Fundação de uma Universidade no Paraná. *Diário da Tarde*, Curitiba, n. 4.241, 3 dez.1912, p. 1.

⁹⁹ O primeiro concurso realizado após a inauguração informa, em Edital, as condições da prova, constando, dentre elas, o seguinte termo: “*poderão concorrer os nacionais e os estrangeiros não diplomados, mas de notória competência científica na matéria da secção vaga, a juízo do Conselho Superior,devendo, neste caso, fazer acompanhar o seu requerimento de inscrição de todos os seus trabalhos científicos já publicados.*” (DIÁRIO DA TARDE. *Secção Alheia - Edital de concurso*.Curitiba, n. 4.263, 28 dez. 1912, p. 5).

¹⁰⁰ A primeira notícia substancial da UEI que chega ao Paraná diz respeito a uma negativa de registro de diploma expedido pela instituição e na qual seus representantes (Lawrence & C.) aproveitam para afirmar a idoneidade que entendem a ela caber face à legislação educacional de 1911. Isso ocorre em fevereiro de 1913. Sem demora, Generoso Borges, colaborador da principal coluna (Chronica do dia) do *Commercio do Paraná*, discute a presença dos negociadores de diplomas no estado. Estavam postas aí as bases para a réplica e a tréplica dos representantes da UEI, bem como a manifestação de cidadãos na imprensa paranaense. Mas tudo cessa quando o Superior Tribunal Federal expõe o entendimento legal sobre o tema da liberdade profissional que com as livres interpretações da UEI já havia perdido as raízes da racionalidade. O fato é que, no Paraná de 1913, já era bem outra a situação para que instituições como essa tivessem sucesso fácil, e a “bronca” da UEI não ajudaria em nada. O mais estarecedor do episódio é como isso foi possível no jornal dirigido pelo médico Victor do Amaral que primava por veicular massivamente as informações da UP. Só se pode pensar que a notícia haveria de ter sido bem paga. (COMMERCIO DO PARANÁ. O sistema da Universidade Internacional está reconhecido. *Secção Alheia*. Curityba, n. 98, 6 fev. 1913, p. 2; BORGES, Generoso. As Universidades para vender diplomas e a tolice humana. *Commercio do Paraná*, Curityba, n. 100, 8 fev. 1913, p. 1; LAWRENCE & C. O que são as falsidades contra a Universidade Escolar Internacional. *Commercio do Paraná*, Secção Alheia, Curityba, n. 104, 13 fev. 1913, p. 2; LAWRENCE & C. O ensino, as profissões e a derrota da Medicina! *Commercio do Paraná*, Curityba, n. 145, 3 abr. 1913, p. 2; DOUTOR A. DE CASTRO. A ignorância em liberdade (a propósito da liberdade profissional I). *Commercio do Paraná*, Curityba, n. 166, 27 abr. 1913, p. 2; DOUTOR A. DE CASTRO. A liberdade de mistificar (a propósito da liberdade profissional II). *Commercio do Paraná*, Curityba, n. 167, 29 abr. 1913, p. 2; LAWRENCE & C. A propósito da liberdade profissional que os imbecis pretendem estorvar! *Commercio do Paraná*, Secção Alheia, Curityba, n. 167, 29 abr. 1913, p. 2; STF. A liberdade

atenção para que essa escola não viesse a se tornar “uma mera fábrica de rótulos acadêmicos”¹⁰¹ – era o que advertia Euclides Bandeira, favorável ao projeto. Advertência que os fundadores da UP jamais esqueceram, tornando-se ponto recorrente da história oficial da instituição, em especial dos discursos de Victor do Amaral. A recorrência a esse ponto permite entender que tal quesito era questão de honra não só para o diretor, mas para todos os ali envolvidos: “ensinar, difundir a sciencia e não simplesmente diplomar”¹⁰².

Entretanto, e a despeito de toda discussão aventada, inclusive a do temor específico aos profissionais da medicina que a sugerida “liberdade profissional” ameaçasse a já tão regulamentada profissão médica com o reconhecimento dos práticos não-formados¹⁰³, e não só no Paraná, a Lei Rivadávia significou, no século XX, e no que tange às escolas de medicina, a possibilidade real de ampliação dessas instituições médicas nas regiões Sul e Sudeste do país. Todas elas (FAMED, FMBH, FMCSP e FMP), de tempo bem posterior à formação das primeiras gerações de homens de ciência do período imperial das escolas oficiais do Rio de Janeiro e de Salvador, e tendo à dianteira, como no caso paranaense, os egressos formados nessas primeiras escolas médicas brasileiras. As novas gerações de escolas médicas ante as já centenárias escolas oficiais, pouco a pouco, supririam a presença incipiente desses profissionais no atendimento à população e não apenas nos locais de sua instalação. É de se observar que, tal legislação embora polemizada na imprensa nacional, demarcou, no século XX, inclusive pela via do ensino médico, sua importância no cenário educacional.

Há que se registrar que a criação de instituições de ensino, especialmente nesse nível e especialidade (superior e de medicina), apresentava ponto essencial de referência nas cidades nas quais eram constituídas. A expectativa em torno da realização desses específicos projetos colaborava, como ainda hoje, para firmar os ideais de modernidade e de progresso constantes dos intentos ainda mais ampliados defendidos pelos republicanos, simbolizando um interesse coletivo maior: a profissionalização dos jovens, e a projeção do local de sua criação. Daí que os poderes públicos participassem ativamente, a fim de levar a cabo tais projetos e elevar a posição de seus estados no cenário nacional. Foi o que ocorreu em São Paulo, com sua aguardada faculdade de medicina, e também o que haveria de se passar no caso paranaense – e ainda mais neste, que vivenciava uma emancipação política recente (1853).

profissional. *Commercio do Paraná*, Curitiba, n. 180, 15 maio 1913, p. 2).

¹⁰¹ BANDEIRA, Euclides. A Universidade. *Diário da Tarde*, Curitiba, n. 4.240, anno XIV, 2 dez.1912, p. 1.

¹⁰² Esse é um dos inúmeros exemplos que denotam este como o ponto de honra de Victor do Amaral em relação ao ensino superior no Paraná, ainda que nesse caso se colocasse em relação à “Faculdade de Medicina” [1929], In: LIMA, Eduardo C. (Org.) *Victor Ferreira do Amaral e Silva: o reitor de sempre* (coletânea). Curitiba: Imprensa da UFPR, p. 388. Aqui, o exemplo aleatório de mais de quinze anos da fundação da UP.

¹⁰³ DANTES, Maria Amélia M. A profissão médica e outras práticas de cura em São Paulo na Primeira República. In: ALMEIDA, VERGARA, op. cit., p.58-60.

1.3. Em tela: o caso paulista

A primeira escola médica oficial paulista, a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (FMCSP), foi criada em 19 de dezembro de 1912, e anexada, mais tarde, à então Universidade de São Paulo. Aqui, o caso paulista da escola médica interessa-me por duas razões: ela é anterior à criação da escola médica paranaense, e por ter sido, conforme o que sugerem os relatórios administrativos e didáticos da Faculdade de Medicina do Paraná (FMP), um dos principais canais de interlocução para a organização inicial desta, posto que viagens de Victor do Amaral e de Nilo Cairo para as escolas médicas de São Paulo e do Rio de Janeiro são mencionadas nesses relatórios, destacadas no livro de registro dos professores com licenças das atividades da instituição, e divulgadas nos jornais locais. Entretanto, a constituição de ambas as escolas médicas, tanto em São Paulo como no Paraná, se dará, no mínimo, de modo bastante diverso. Consideremos a respeito.

Da história das instituições de ciência de São Paulo, a FMCSP têm recebido atenção especial de pesquisadores como Maria Gabriela Marinho e André Mota, além da memória histórica do professor Carlos Lacaz¹⁰⁴. Tais estudos observam que, desde o ano de 1891, uma lei estadual paulista já havia aprovado o surgimento de uma faculdade oficial de medicina e que tinha até nome, “Academia de Medicina e Farmácia”, mas que nunca chegou a ser constituída de fato. O adiamento da criação da primeira escola médica do estado de São Paulo parece ter sido inevitável e por uma questão peculiar ao caso paulista: a da acirrada oposição entre os médicos e farmacêuticos na disputa da organização da escola médica local. Situação muito diferente da ocorrida no Rio Grande do Sul, e muitos anos antes, como Beatriz Weber apresenta em seu estudo, e diversa, ainda, de outros lugares do país. No Rio de Janeiro, por exemplo, o curso de Medicina e Cirurgia caminhou atrelado desde os seus primórdios aos cursos de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia. No Paraná, isso não seria diferente já que o curso de Medicina foi ofertado no ano subsequente à criação desses mesmos cursos da área da saúde. Já em São Paulo, a constituição do curso de Medicina numa escola particular de Farmácia, numa outra possibilidade aventada, não aconteceu.

A então escola médica oficial paulista só se tornou realidade, mesmo, em fins de 1912, e depois da participação dos médicos em instâncias outras da ordem médica (instituições de pesquisa, sociedades, revistas, laboratórios, hospitais e clínicas), mais coesos no projeto de

¹⁰⁴ MARINHO, Maria Gabriela. *Trajetória da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: aspectos históricos da “Casa de Arnaldo”*. São Paulo: FMUSP, 2006; MOTA, André. *Tropeços da medicina bandeirante: medicina paulista entre 1892-1920*. São Paulo: EDUSP, 2005; LACAZ, Carlos da Silva. *História da Faculdade de Medicina - USP: reminiscências, tradição, memória de minha escola*. 2ª ed. rev. ampl. SP: Ed. Atheneu, 1999.

legitimar a medicina paulista no cenário nacional em detrimento de outros centros de ensino, e neste caso, especialmente o da capital federal¹⁰⁵. Cabe bem salientar a observação de Luiz Antonio Teixeira a esse respeito: “A inexistência de uma faculdade de medicina que fosse o *locus* de disseminação das novas disciplinas do conhecimento médico e as limitações das instituições bacteriológicas existentes empurrava os porta-vozes da nova ciência médica para a criação de instituições que lhes garantissem melhores posições no campo médico.”¹⁰⁶ E foram muitas as iniciativas de expansão do campo médico em São Paulo anteriores à constituição da escola médica, como as citadas, com mais destaque no período republicano¹⁰⁷.

Da aproximação das escolas médicas de São Paulo e do Paraná, ocorridas quase ao mesmo tempo, a de São Paulo em fins de 1912 (e, curiosamente, no mesmo dia da fundação da UP) e a do Paraná em fins de outubro de 1913, algumas peculiaridades. A escola paulista nasce nos meandros de uma sociedade cuja classe médica já contava com várias ações na área e que possibilitaram, a partir daí, embora com certa reticência, a efetivação de seu projeto de ensino médico. Já a escola médica paranaense, ao contrário, seria ela mesma o lugar de agremiação essencial que possibilitaria, ou melhor, impulsionaria outras ações específicas no campo – uma semelhança ainda que longínqua com o ocorrido de modo abrupto nos casos do Rio de Janeiro e de Salvador tempos antes: a escola médica como ponto de apoio para os demais projetos na área da saúde e no campo médico. A despeito do anacronismo sugerido, isso me parece bastante pertinente para compreender, de início, alguns dos pontos essenciais que diferenciam tais projetos nascidos quase ao mesmo tempo, mas que guardam entre si ainda outras diferenças.

A criação da escola médica oficial do estado de São Paulo foi, por algum tempo, o sonho paulista até à sua efetiva constituição que se entende “tardia” em 1912, especialmente, se considerado o decreto de sua oficialização em 1894. Na direção, o dr. Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho, conhecido apenas como “Doutor Arnaldo”¹⁰⁸. Desde o início enfrentou severas dificuldades. Funcionou por mais de uma década em prédios alugados com

¹⁰⁵ SILVA, op. cit, 2002, p. 139-146.

¹⁰⁶ TEIXEIRA, op. cit, 1995, p. 53.

¹⁰⁷ Principais exemplos: a Santa Casa de Misericórdia, o Instituto Vacínico (1838), a Inspetoria de Higiene (1886), a Revista Médica (1889), a tentativa de uma instituição corporativa dos médicos paulistas na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1888-1891, sendo seu primeiro diretor e fundador o dr. Antonio Pinheiro de Ulhôa Cintra, Barão de Jaguará; recriada em 1895, pelo dr. Sérgio Meira), o conjunto de laboratórios – ou institutos (Instituto Bacteriológico; Instituto Vacinogênico; Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas; Laboratório Químico e Farmacêutico) – criados a partir do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo (1892), a Revista Médica de São Paulo (1898), o Instituto Butantan (autonomamente em 1901) e o Instituto Pasteur (1903). (TEIXEIRA, op. cit., 1995, p. 31-53).

¹⁰⁸ SADI, Afiz; FREITAS, Divaldo Gaspar. *O ensino médico em São Paulo anteriormente à fundação da Paulista* [Escola Paulista de Medicina, em 1933]. São Paulo: Ed. Sáfadi Ltda, 1995, p. 23.

departamentos dispersos pela cidade, sendo apenas mais tarde (1928-1931)¹⁰⁹ iniciada a construção com importantes recursos financeiros junto à Fundação Rockefeller (FR)¹¹⁰. Essa relação da agência internacional com a FMCSF requereu da escola médica paulista o atendimento de sérias exigências que firmavam o acordo estabelecido (construção do hospital de clínicas, limitação de número de alunos no curso médico etc.). Além disso, desde o princípio, a FMCSF procurou contar com o escol de professores estrangeiros na conformação do corpo docente, fazendo disso a sua prioridade. Era a ideia de que esses professores desenvolveriam seus trabalhos centrados no ensino e na pesquisa como um diferencial em relação ao suposto “ensino livresco” geralmente imputado àqueles que, além do magistério, realizavam também o exercício da clínica¹¹¹. A dedicação ao ensino e à pesquisa advindos da prática e vivências dos professores nas universidades europeias e norte-americanas era a argumentação a sustentar o investimento que a escola médica paulista fez para receber, e por vários anos, “os primeiros professores estrangeiros contratados na Europa, das áreas de química (Heinrich Reinboldt), zoologia (Ernst Marcus e Ernst Bresslau) e botânica (Felix Rawitscher)”¹¹², bem como outros nomes, como os de Antonio Carini, Alessandro Donati e Carlo Foá, da Itália; Samuel Taylor Darling, Wilson G. Smille e Roberto Archibald Lambert, dos Estados Unidos; Oscar Klotz, de Pittsburg; Walter Haberfeld, da Alemanha; Emílio Brumpt e Lambert Mayer, da França¹¹³.

Um pequeno adendo, porém, para informar, segundo a memória histórica paulista, que, anterior a essa escola médica oficial, houve a criação da “Escola de Medicina e Cirurgia”, instituição não oficial, integrada à intitulada “Universidade Livre de São Paulo”, também conhecida como “primeira USP” – por vezes, chamada “Uspinha”, para se diferenciar da que foi criada oficialmente em 1934 – e que merece consideração. À cargo do diretor Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães, foi fundada em 19 de novembro de 1911 e instalada em 12 de março de 1913. Contou com a participação inicial de importantes

¹⁰⁹ Apesar do projeto existir desde 1926, as obras só foram iniciadas em 25 de janeiro de 1928, e sua inauguração datada em 15 de março de 1931. (MARINHO, op. cit., p.68).

¹¹⁰ “...o estreito relacionamento entre as duas instituições [FMCSF e FR] permitiu a destinação, entre 1925 e 1931, de cerca de US\$ 1 milhão para a Faculdade de Medicina.” (MARINHO, op. cit., p. 70. Consulte, ainda: MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. *Elites em negociação*: breve história dos acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo: 1916-1931. Bragança Paulista: CDAPH; EDUSF, 2003). Sobre a FR no Brasil, veja: FARIA, Lina R. *Saúde e Política*: a Fundação Rockefeller e seus parceiros em São Paulo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

¹¹¹ CAMPOS, Ernesto de S. *Instituições culturais de Educação Superior no Brasil*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1941, p. 155.

¹¹² LACAZ, Carlos da S.; MAZZIERI, Berta R. de. *A Faculdade de Medicina e a USP*. SP: EDUSP, 1995, p.18.

¹¹³ MAZZIERI, Berta R. de (Coord.). *Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo*: testemunhos de sua história. São Paulo: Fundo Editorial BYK, 2000, p. 19; MUSEU Histórico Prof. Carlos da S. Lacaz, FMUSP, *Sala dos Profs. Estrangeiros*. Disponível em: <http://www.fm.usp.br/sobre/museu/s_profestrang.php> Acesso em: 26 jun. 2009.

personagens da área médica paulistana, como os doutores Rubião Meira, o próprio Arnaldo Vieira de Carvalho, Mathias de Vilhena Valladão, Luiz de Resende Puech, Francisco Franco da Rocha, Clemente Miguel da Cunha Ferreira, Adolfo Carlos Lindeberg, Diogo Teixeira de Farias, Ulisses de Freitas Paranhos, Nicolau de Moraes Barros, Sérgio de Paiva Meira Filho, João Alves de Lima, Antonio Carini, Olegário Moura, Luiz Migliano e o italiano Carlo Brunetti (professor convidado formado pela Universidade de Roma), entre outros. Porém, muitos desses nomes não chegaram a lecionar, sendo substituídos por Luiz Philipe Baeta Neves, Alberto Seabra, David Vargas Cavalheiro, Vital Brazil e outros. O seu fechamento é entendido “por razões políticas” para a criação de outra escola médica, a oficial FMCS, o que levou ao seu não-reconhecimento pelo Conselho Nacional de Educação. A última turma de médicos que se matriculou nessa primeira Universidade de São Paulo, já sob os auspícios de Vital Brazil, o fez no ano de 1917. Em 1923, a instituição estava reduzida apenas à reitoria, num escritório à rua Barão de Itapetininga, n. 11-A. Um fundo material sobre essa instituição, intitulado “Inventário do Fundo USP”, está contido em trinta e duas latas e seis pacotes no Arquivo do Estado de São Paulo, aguardando futuras investigações. Trata-se de um importante espólio documental encontrado pelos professores Afiz Sadi e Divaldo de Freitas quando de suas pesquisas a respeito dessa instituição, mais precisamente da primeira Escola de Medicina e Cirurgia do Estado de São Paulo¹¹⁴. Porém, sem termos mais detalhes dessa instituição, fiquemos, por ora, com a que obteve maior repercussão e estudos (a FMCS).

No Paraná, a história seria um tanto quanto diferente em relação à FMCS. O curso médico é constituído em seguida aos cursos de saúde (Odontologia, Obstetrícia e Farmácia), e no interior do projeto que reunia cursos distintos na então UP. Sem apoio de agências ou cooperações internacionais, como a FR, que chegou a ser recebida em Curitiba numa comissão de visita em 1916, mas sem resultados efetivos conhecidos¹¹⁵ – mais tarde, inclusive, em viagem ao Rio de Janeiro por ocasião das festas do centenário da Academia Nacional de Medicina, em 1929, o diretor da FMP solicitou, uma vez mais, à FR, apoio para a ampliação dos laboratórios e gabinetes para o ensino prático da escola médica paranaense, cuja “audaciosa tentativa ficou adiada para ocasião oportuna”¹¹⁶. Apesar dessa ausência em

¹¹⁴ SADI, FREITAS, op. cit., p. 23-38.

¹¹⁵ Em 1916, Rodolpho Josetti, da comissão do governo federal, acompanhou a missão científica norte-americana do Instituto Rockefeller, com John Ferrel, em visita às instalações da UP, registrando em ata as impressões e felicitações pelo observado. Da visita não decorreu nenhum outro ato entre as instituições. (BARANOW, SIQUEIRA, op. cit, p. 70; UP. *Relatório geral da UP apresentado à Assembléa Geral de 19 de Dezembro do anno de 1916 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor*. Curitiba: Typ. d’A República, 1917, p. 68-69, as impressões da visita em ata).

¹¹⁶ FMP. *Relatório do anno de 1929 apresentado à Congregação pelo Dr. Victor F. do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 3 de Janeiro de 1930*. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia, 1930, p. 3-4 (citação, p. 4).

relação ao plano paulista, no Paraná houve forte estreitamento das relações junto ao poder público e nas três esferas, mas sobretudo a estadual, que doou terreno e encampou a ideia do ensino superior no Paraná. Ademais, foi o poder público estadual que acelerou a inauguração do projeto da UP para a data comemorativa do 59º ano da emancipação política do estado, a 19 de dezembro de 1912, algo que estava planejado apenas para o ano seguinte. E não seria esse um ato qualquer. O objetivo dessa antecipação ressaltava o valor moral e intelectual do estado do Paraná no cenário nacional, com a inauguração de um projeto educativo de monta, como a criação de uma universidade. A construção do prédio, embora com muitas subvenções públicas e doações de particulares, por longo tempo, levou ao sacrifício voluntarioso de um terço dos salários dos professores e demais envolvidos.

E por falar em professores, os estrangeiros também se fizeram presentes no Paraná, porém mais pela urgência de ocupação do quadro docente da escola médica que efetivamente pelo interesse refletido, como ocorreu no caso paulista. E isso evidencia uma participação importante da cultura polonesa, expressão marcante nas terras do sul do país¹¹⁷. E estava aí anunciado outro ponto distintivo do perfil do corpo docente médico da FMP: não apenas professores no exercício do magistério, mas, ainda, profissionais que não deixavam por isso mesmo o exercício da clínica. Ponto que era aclamado pela diretoria da casa e contrário do desejado pela FMCSPP, que entendia nessa questão um aparente prejuízo do estímulo ao ensino e à pesquisa médica. A escola médica paranaense pensava, a esse respeito, de modo diverso da escola paulista. Ademais, observando tais projetos – paulista e paranaense –, de modo geral, denotam o resultado de jogos políticos de natureza bastante diferenciada. No primeiro caso, era o setor privado (FR) investindo no público (a FMCSPP), e no segundo, o público (as três esferas) investindo no privado (a FMP). Diferenças radicais ainda que para um mesmo denominador comum, isto é, a constituição do ensino médico, com a criação de um centro de cultura e de excelência no ensino superior e a vulgarização da ciência pela profissionalização dos seus participantes.

Desde a sua criação, em 1912, a FMCSPP esteve estreitamente ligada a SCM daquela localidade. Aliás, é questão que merece breve pontuação. Não há como se pensar a estruturação das escolas médicas brasileiras sem, a princípio, a participação de suas escolas nas SCM's – parceiras incontestes na formação clínica dos primeiros médicos no país, e isso

¹¹⁷ Para se ter ideia dessa expressão, apenas no Paraná, em recente estudo, Valquíria Renk afirma a existência de, aproximadamente, 220 escolas primárias eslavas (polonesas e ucranianas), no ano da nacionalização compulsória, em 1938. (RENK, Valquíria E. *Aprendi português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas*. Curitiba, 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná – versão Defesa Pública).

desde as oficiais do início do século XIX. Com o tempo e a ação de seus envolvidos, observa-se que a aproximação de tais instituições não era de todo artificial. Considerando o caso paulista, logo se vê que o primeiro diretor da FMCSP seria também diretor clínico da SCM: Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho (1867-1920) – o mesmo exemplo, de certo modo, também acontece no Paraná, pois Victor Ferreira do Amaral já havia sido diretor da SCM (em 1912, com João Evangelista Espíndola), o que não quer dizer que houve aceitação unânime e sem conflitos da participação da faculdade no hospital, tanto em São Paulo como no Paraná. Contudo, era no hospital de caridade paulista, e o seria logo mais no caso paranaense, o lugar do ensino clínico e cirúrgico da FMCSP, e por um tempo considerável: de 1916 a 1947¹¹⁸. O hospital é o espaço essencial de aprendizado dos futuros médicos, e tal como diz Le Goff: “o jogo da doença e da saúde joga-se cada vez menos em casa do doente e cada vez mais no palácio da doença, o hospital.”¹¹⁹ “Palácio da doença” ou casa da saúde – ou ainda santa casa –, o hospital ganha, no início do século XX, a atenção da medicina científica como lugar de práticas de saúde oficiais e laboratório de ensino para os médicos em formação¹²⁰. Entretanto, tal necessidade só se veria exemplarmente satisfeita para a FMCSP, na década de 1940, quando da fundação do Hospital São Paulo – hospital de clínicas –, e já com a presença de ainda outro projeto educativo nesse ensino no estado: a Escola Paulista de Medicina¹²¹.

Em Curitiba, muitas das questões tratadas até então e consideradas em outros centros urbanos, sobretudo São Paulo, se fizeram ora mais, ora menos presentes na escola médica paranaense. De modo geral, o curso médico após outros da área da saúde, como o ocorrido em Porto Alegre; a escola médica como catalisadora das ações e de organização da classe – resguardadas as diferenças temporais e outras mais –, a exemplo das escolas oficiais do Rio de Janeiro e de Salvador; a relação que se sugere pouco conflituosa entre escola-hospital e próxima da situação observada em São Paulo são, em breves linhas, algumas das semelhanças da escola médica do Paraná com as de outros estados brasileiros com projetos conexos. Semelhanças e diferenças que se acentuariam com o passar do tempo na história da FMP.

¹¹⁸ “Com a construção do prédio central do Hospital das Clínicas (abril de 1944), passou o ensino clínico a se efetuar no grande complexo do Araçá, aqui se erigindo notável Escola médica, em 1962.” (LACAZ, op.cit., p.33).

¹¹⁹ LE GOFF, Jacques. Uma história dramática. In: LE GOFF, Jacques et al. *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985, p. 8.

¹²⁰ Cirurgião-médico italiano, em suas memórias, assim se refere ao hospital: “É difícil descrevermos o que representa o hospital para um cirurgião. É o mesmo que um navio para o marinheiro, a casa para a mulher, o teatro para o artista, a igreja para o padre. Se não é possível conceber um marinheiro sem navio, uma mulher sem lar, também não se pode imaginar um cirurgião sem hospital.” (MAJOCCHI, Andréa. *Memórias de um cirurgião*. 2ª ed. São Paulo: Livraria José Olympio, 1946, p. 88).

¹²¹ Cf.: SILVA, Márcia Regina B. da. *Estratégias da ciência: a história da Escola Paulista de Medicina (1933-1956)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003b; e, Idem, O ensino médico em São Paulo e a criação da Escola Paulista de Medicina. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 8(3), p. 543-568, set.-dez. 2001.

1.4 Auscultando o curso médico (e os da área da saúde) no Paraná

Em Curitiba, o curso médico foi constituído logo após os cursos da área da saúde Odontologia, Obstetrícia e Farmácia, constantes do projeto inaugural da UP (1912). Nascidos ao sabor da “era do saneamento” e da institucionalização das ciências sociais no Brasil¹²², tanto o curso médico quanto os da saúde ali ofertados respondiam, junto a outras ações conexas no tema da assistência pública, às principais carências vivenciadas pelo estado paranaense, sobretudo pela falta sentida há tempos desses específicos profissionais. Não à toa, as primeiras especialidades ofertadas na área da saúde, e ali contempladas, eram as mais difundidas pelo país e “necessidades da época” no entendimento de Nilo Cairo, conforme o seu primeiro relatório didático e administrativo como secretário da casa¹²³. Entretanto, e ao que tudo indica, o curso de medicina constava das intenções dos fundadores do projeto de ensino superior no Paraná desde o seu princípio. É o que se pode depreender, por exemplo, dos anúncios que circulavam na imprensa, pouco antes da sua fundação, informando tal curso – ainda que fora de hora –, ao lado das demais ofertas de ensino imediatas da instituição. Porém, efetivamente, foi diferente o que aconteceu.

O curso de medicina só foi ofertado no ano seguinte à abertura dos cursos de saúde. A possibilidade explicativa mais recorrente, e da memória histórica da instituição, é a de que foram abertos os cursos que estivessem prontos àquele momento, sugerindo que outros cursos teriam ficado para depois, o que chegou a ser divulgado nos jornais¹²⁴. O curso de medicina, efetivamente, não participou do rol dos cursos ofertados no projeto inaugural da UP, contudo, sua saída de cena dentre as ofertas de ensino para o primeiro ano letivo do iniciante ensino superior no Paraná parece, a meu ver, encerrar mais significado que apenas uma questão de incompletude do quadro docente ou de insuficiência dos materiais didático-pedagógicos. Tais elementos devem ser sim considerados, mas se observarmos o curso de medicina revestido da aura de tradição, lembrando Edmundo Coelho como uma das “profissões imperiais” do país, não teria sido, portanto, logo de início, um curso de destaque que resultasse em ainda mais projeção e prestígio ao projeto do ensino superior paranaense no começo do século XX? É o que se pode supor a respeito.

¹²² Veja: HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia T. Pouca saúde, muita saúde, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2), p.313-332, 2000.

¹²³ RELATORIO DIDÁTICO E ADMINISTRATIVO da Universidade do Paraná, 1913, p.13-86.

¹²⁴ “Como a instituição conta presentemente apenas com os seus próprios recursos não lhe será possível desde já estabelecer os outros cursos, que estão no seu programma; mas assim que fôr possível, serão também inaugurados os cursos de pharmacia, de engenharia, de agronomia e de medicina e cirurgia. O primeiro será provavelmente o curso de pharmacia.” (DIARIO DA TARDE. Universidade do Paraná. Curitiba, n.4.237, 28 nov. 1912, p.1).

Considerando, porém, as discussões abertas na imprensa paranaense, em torno das diferentes propostas de instituições de ensino superior nascentes sob o prisma da lei do “ensino livre” (1911), a resposta não poderia ter sido outra. Não seria aquela hora, como não foi mesmo, o melhor momento para a oferta de um ensino que se remeteria diretamente à tradição das centenárias escolas médicas do Rio de Janeiro e de Salvador. Um ensino, portanto, de larga responsabilidade e alto risco para a qual o grupo de fundadores do projeto paranaense já havia, anteriormente, resistido a pensar, e por isso um curso deixado para depois, quando de seu melhor preparo e organização, como o diziam as memórias oficiais. A explicação, por si só, é plenamente plausível. Agora, não seria também *sério por demais*, por outro lado, o caso de todos os outros cursos, como Engenharia, Direito (Ciências Sociais e Jurídicas), entre outros que foram, nem por esse receio, alijados do programa inaugural? Habilitemos o entendimento de que a oferta do curso de medicina, assim, de início, poderia significar, um potencial risco a todo o projeto da UP. Portanto, face o risco, sua suspensão temporária significaria uma saída estratégica ante os eventos daqueles meses específicos.

Nesse momento, em Curitiba, a imprensa paranaense introduzia no dia a dia dos leitores mais assíduos dos periódicos locais uma discussão delicada e, por vezes, acirrada sobre o futuro educacional do estado. Ao lado do tema candente do período – a “questão de limites”¹²⁵ –, e que resultaria mais tarde na nova configuração política territorial do mapa paranaense, estava, concomitantemente, o tema da “universidade” em geral e a do “ensino superior” em particular. Os comentários estavam longe da unanimidade e, às vezes, sugeriam confusão entre os projetos postos em pauta. E quando o tema esbarrava na constituição de um curso médico, as discussões se tornavam ainda mais complicadas. A questão essencial disso tudo é que tal abertura ao debate público, dava mais visibilidade ao projeto da UP e seus cursos, porém os tornava vidraça dos potenciais ataques contrários – e estes não eram poucos.¹²⁶ Diante desse quadro, o risco de comprometer de vez os interesses dos envolvidos no projeto da UP ao agregar o curso de medicina era real. E a sua reserva para outro momento, significaria, àquele específico, uma saída estratégica. Tem-se, então, outra leitura para as mesmas palavras do grupo fundador na resistência ao curso de medicina: algo realmente *sério por demais*.

O fato é que, posto em tela na imprensa paranaense, o tema alertou os envolvidos com o projeto da UP e antecipou uma ação preventiva dos mesmos, a suspensão temporária do

¹²⁵ NEUNDORF, Alexandre. A questão de limites entre Santa Catarina e Paraná e a construção identitária paranaense: as fronteiras, o outro e o projeto intelectual. *Revista Eletrônica Cadernos de História*. Ouro Preto, UFOP, ano II, março 2007, 7p.

¹²⁶ Cf.: BARANOW, SIQUEIRA, op.cit., p. 29; 35-36.

curso de medicina em favor da oferta dos cursos da saúde – e, ademais, o curso de farmácia era o requerido no rol de cursos da saúde, pois, eram eles os “boticários”, antes dos médicos, que davam conta da assistência à população que recorria às suas casas¹²⁷. Naquela ocasião, seria então a decisão mais prudente a ser tomada que se arriscar ao enfrentamento público de uma sociedade já questionadora das ações de instituições inescrupulosas no ramo, como o caso da UEI. A reserva para outro momento mais oportuno da constituição do mais tradicional curso em âmbito nacional – o de medicina – se mostraria, em pouco tempo, uma decisão acertada dos fundadores da UP.

No Paraná, o curso médico é aprovado oficialmente na reunião do Conselho Superior da UP em 23 de outubro de 1913, tendo as aulas iniciadas no ano letivo de 1914. Já era ali um outro momento e uma outra realidade. A instituição mesma estava em novo endereço, em prédio recém-construído para esse fim em praça pública, recebendo o carregamento dos materiais trazidos do exterior – Rio de Janeiro e Europa – necessários aos laboratórios, e na expectativa da transferência de tudo e de todos para aquele local de ensino (abril de 1914). Nesse outro momento, de aparente euforia com a real visibilidade e, como não reconhecer, sucesso do projeto universitário no Paraná, a oferta do curso de medicina não seria mais alvo de ataques que viessem a comprometer os destinos do projeto do ensino superior já constituído e com seu primeiro ano letivo (1913) e de experiência vencido a contento. Muito pelo contrário. Ao lado dos demais cursos já em funcionamento na UP, o curso médico colaboraria para agregar o sentido vanguardista do ensino científico e profissional ali ofertado. E esse ato preventivo, então, faria bastante diferença na história institucional da UP.

O ensino médico no Paraná, portanto, não parte do esforço de um grupo de profissionais habilitados que procuraram ampliar os serviços em torno do tema e decidiram criar uma escola de medicina e apenas ela, como o foi no caso gaúcho, por exemplo. Na capital paranaense, o curso médico se constituiu no interior de um projeto educativo de maior monta e expressão. Não se tratava, portanto, da organização isolada de uma faculdade, mas de uma possibilidade de ensino dentre várias outras e de diferentes matizes que comporiam o quadro de ofertas da então chamada UP. Criado em outubro de 1913, o curso médico da UP não se furtaria ao mesmo destino dos demais cursos nessa especialidade no país. A interdependência da FMP à SCM de Curitiba, realidade de todas as escolas médicas, foi necessária, sobretudo no processo de ensino-aprendizagem dos futuros médicos nas diferentes

¹²⁷ Interessante observar que Euclides Bandeira, naquele mesmo artigo do *Diário da Tarde* (2 dez.1912) em que advertia os fundadores da UP para que passassem longe do rótulo de “fábrica de diplomas”, lamentava a ausência do curso de farmácia no rol de oferta de cursos. Quinze dias depois, mais precisamente à data da fundação da UP (19 dez. 1912), tal curso já constava do quadro oficial da instituição (BANDEIRA, op. cit., p. 1).

cadeiras específicas do currículo, com convênio firmado no ano de 1915. Lá, era ministrado o ensino das clínicas, como também o seria, mais tarde, em 1916, no Hospício N. S. da Luz, também chamado Hospital de Alienados, que em 1914 ganhou mais um pavilhão para o atendimento aos internos – nos anos de 1912 a 1914, pelo menos, e segundo os dados dos jornais, esse hospital contou com número sempre elevado de internos em relação aos da caridade, e apesar de ter mais assistidos, inclusive os indigentes (aproximadamente um terço a mais do total geral dos atendidos na SCM), tratava-se de uma instituição (e tema)¹²⁸ que pouco aparecia nos periódicos da época.

Ao lado de Victor do Amaral, muitos outros médicos da SCM de Curitiba participaram como professores de várias disciplinas dos cursos médico e da área da saúde, da FMP. E como ele, sem deixar suas atividades na dianteira dos atendimentos médicos daquela casa, e mesmo da seara particular. Aliás, o diretor Victor do Amaral pode ser entendido como um dos homens responsáveis pelo estreitamento das relações entre escola-hospital quando do ensino das clínicas e do exercício do ofício assistido dos futuros médicos da FMP, com certa semelhança da ação do médico Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho na relação FMCSF-SCM de São Paulo. Dessa relação estreita entre a FMP e a SCM, a princípio centralizada na figura de Victor do Amaral, mas ampliada com a participação de Reynaldo Machado, João Evangelista Espíndola, Francisco Burzio, e ainda outros do hospital, que dividiriam o exercício da prática médica com o magistério, surgiu a possibilidade, anos depois, da criação do Laboratório de Análises Clínicas ali mesmo instalado.

Criado lá no começo da década de 1920, como “Laboratório de Pesquisas Clínicas”, ficou a cargo da primeira médica formada, a Doutora em Medicina pela FMP, senhorita Maria Falce¹²⁹. A constituição do Laboratório era ponto certamente positivo para a medicina experimental no estado do Paraná, cujo reconhecimento dos problemas vivenciados pelos serviços sanitários do estado eram muito externados pelos governantes (falta de médicos, remédios, vacinas e hospitais, entre outros), sobretudo em tempos de epidemias (1855 cólera, 1917 febre tifoide, 1918 gripe espanhola, e as recorrentes e até permanentes de gastroenterite etc.). Em efetivo, as políticas públicas em saúde procuravam, lentamente, mudar o quadro de precariedade do sistema de assistência pública. Porém, isso não quer dizer que “o início da

¹²⁸ Interessante estudo sobre esse tema tão delicado da assistência à saúde pública mental, veja: ENGEL, Magali G. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001. Em Curitiba: PIZANI, Maria Angélica. A atuação de religiosas em Curitiba na assistência aos alienados durante a República Velha. *Revista Cogitare Enfermagem*, Curitiba, vol.7, n.2, 23p., 2002.

¹²⁹ Dentre os primeiros nomes a defender tese de doutoramento na FMP estava a senhorita Maria Falce, com a investigação “*Em torno de um caso de ascaridíase hepática*”, aprovada em 1919. Logo depois, em 1921, quando de seu consórcio com o professor José Pereira de Macedo, seu antigo colega de faculdade e primeiro egresso do curso médico a ser absorvido no quadro docente da FMP, tornou-se a sra Maria Falce de Macedo.

modernização dos serviços sanitários no Paraná” só tivesse ocorrido apenas “na década de 1930” como o afirma Lindolfo Fernandes em seu registro da história da saúde do estado do Paraná¹³⁰. Acatar essa taxativa seria negar os vários esforços anteriores, em vários níveis, sobre o tema. Levando em conta, por exemplo, as políticas públicas no tocante à saúde no estado, no final do XIX e início do XX, observam-se várias ações. Além da criação da Inspetoria Geral de Higiene, em 1892, e, no mesmo tempo, a aprovação do Regulamento do Serviço Sanitário do Paraná e sua definição tempos depois, outras importantes ações foram a inauguração do Serviço de Águas e Esgotos da cidade de Curitiba (1909) e, mais tarde, a expedição do Código Sanitário do Estado do Paraná (1918)¹³¹.

Tomados em conjunto, esses, e ainda outros regulamentos, cooperam, portanto, para um entendimento divergente do que a historiografia da saúde no Paraná afirmou. A atenção para os assuntos em saúde era uma constante, ainda que precária, para os órgãos governamentais, que observavam o que ocorria nos estados vizinhos, em especial São Paulo, cujas leis mencionadas (Regulamento e Código Sanitário) ocorreram em tempo coincidentes. O tema era importante, inclusive, para quem dependia desses serviços, a própria população paranaense, que se manifestava nos jornais da época, em colunas como *Reclamações do Povo* no *Diário da Tarde*¹³², pressionando os órgãos públicos para ações emergenciais e não apenas sanitárias, como a limpeza do lixo, esgoto, águas paradas etc. Se considerarmos que as leis significam, como ensina Thompson, o resultado da luta de várias concepções de sociedade, sob diferentes abordagens e pressões sociais¹³³, observa-se aí o poder exercido pelas manifestações, ainda que pontuais, exercidas por populares nesses pequenos excertos do cotidiano na imprensa do Paraná.

Nesse conjunto de ações, é imprescindível considerar o papel da profissionalização dos jovens nos temas médicos e da saúde na FMP, bem como do exercício assistido nos novos espaços de atuação criados para o ensino prático destes. Era diretamente a população paranaense que se beneficiava dos serviços prestados pela FMP que, deliberadamente, ocupava importante lacuna deixada pelos órgãos governamentais no que dizia respeito a

¹³⁰ FERNANDES, Lindolfo. *Secretaria de Estado da Saúde do Paraná*. Curitiba: SESP, 1988, p.33.

¹³¹ PARANÁ. Decreto n° 590 de 30 de dezembro de 1909 – Inaugura o Serviço de Águas e Esgotos da cidade de Curitiba. Curitiba, *Coleção de Leis do Governo do Estado de 1909*; PARANÁ. Decreto n° 783 de 08 de outubro de 1918. Aprova o regulamento do Serviço Sanitário e Código Sanitário. Curitiba, *Coleção de Leis do Governo do Estado de 1918*; PARANÁ. Lei n° 261 de 27 de dezembro de 1897. Define o regulamento do Serviço Sanitário do Estado. Curitiba, *Coleção de Leis do Governo do Estado de 1897-1898*.

¹³² Cf.: BENVENUTTI, Alexandre F. As “Reclamações do Povo” na “Belle Époque”: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916). Curitiba, 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

¹³³ THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

assistência pública. Paulatinamente, a expansão e a organização dos serviços de saúde no Paraná se davam a partir da ampliação do alcance social da FMP e as instituições a ela ligadas.

1.5 Expectativas em torno do ensino superior: breves notas sobre a UP

Em linhas gerais, a UP resulta da reunião de vários interesses de grupos de intelectuais formados por profissionais atuantes em várias áreas da seara social e que pensavam a ampliação do ensino profissional e a necessária criação do ensino superior no estado. E sua inauguração ocorre, de certa forma, em hora apropriada para a sua efetivação. À data do aniversário político do estado, a inauguração de uma instituição universitária, com aporte legal (1911), atrairia os olhares de todos para a capital paranaense. E as expectativas em torno do projeto da UP eram altas:

Vae dentro de breves dias installar-se o nosso primeiro estabelecimento de ensino superior, com o qual, dentro de alguns annos, uma vez em funcionamento todos os cursos universitários de que elle se compõe, ficaremos definitivamente emancipados das escolas superiores dos outros Estados para as quaes até hoje mandávamos os nossos filhos, quando queríamos vel-os seguir uma carreira acadêmica qualquer. A 19 do corrente [dez. 1912] inaugura-se, em sessão solemne, no Palácio do Congresso Legislativo do Estado, a Universidade do Paraná.¹³⁴

Em dezembro de 1912, o jornal paranaense *Commercio do Paraná* realizou um amplo anúncio da fundação da UP. O primeiro estabelecimento de ensino superior no Paraná, e durante pouco tempo e para os sonhos de alguns paranaenses, o do país¹³⁵, era destacado de modo singular pelo jornal, que dias antes do evento noticiava o que seria um grande acontecimento local. O periódico diário, em seu primeiro ano de atividade, cumpria com afinco o propósito de realizar a cobertura do evento, ao contrário do feito pelos demais periódicos de ampla circulação na época e que se restringiram a breve nota do ocorrido.¹³⁶ Nesse jornal, o episódio foi narrado com uma seqüência de informações litúrgicas. A cidade era colocada sob expectativa do grande dia. E não sem razão. Como o próprio excerto destaca,

¹³⁴ COMMÉRCIO DO PARANÁ, Curitiba, ano I, n. 53, sexta-feira, 12 dez. 1912, p. 1.

¹³⁵ Confira uma versão do acontecido no registro do escritor paranaense Valfrido Piloto em, *Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, Ed. Lítero-Técnica, 1976.

¹³⁶ O jornal *Diário da Tarde* manifestou o acontecimento apenas na data (19 dez.) e em breve nota que dividia espaço com fatos policiais. Já o *Commercio do Paraná* anunciou o evento sete dias antes (12 e 13 dez. 1912) com riqueza de detalhes sobre a organização tanto da instituição como do evento. No dia seguinte, e em 1ª página, o relato extensivo do ocorrido e, na íntegra, o discurso oficial de fundação da UP (COMMERCIO DO PARANÁ, dez. de 1912; DIÁRIO DA TARDE, dez. de 1912).

“o nosso primeiro estabelecimento de ensino superior” emanciparia “definitivamente” os paranaenses das escolas superiores “dos outros estados” para o quais eram mandados os filhos a seguir “uma carreira acadêmica qualquer”. Note que o argumento utilizado não poderia ser tomado por outrem que não estivesse extremamente envolvido com o projeto de construção da universidade. Este era o caso do médico Victor Ferreira do Amaral, diretor do jornal *Commercio do Paraná*. Logo, seria ele eleito o primeiro diretor da UP, tendo como secretário o também médico Nilo Cairo da Silva.¹³⁷ E há um dado interessante a notar nesta relação.

Um médico alopata (Victor do Amaral), e um médico homeopata (Nilo Cairo)¹³⁸, juntos no projeto de constituição da primeira *universidade* paranaense. Aparentemente, suas diferenças formativas – inclusive de temperamento pessoal –, não foram impeditivas para o projeto que se destinaram a realizar. E suas concepções, ainda que divergentes sob o ponto de vista da orientação e terapêutica médica, davam o toque pessoal ao currículo dos primeiros cursos da área da saúde e, posteriormente também ao curso médico: no caso de Victor do Amaral, seu legado no ensino da Obstetrícia e a construção da maternidade (e ainda outros projetos), e no de Nilo Cairo, além da cadeira de Patologia, o curso livre de Homeopatia nos anos iniciais da UP. Alopata e homeopatia, caminhando lado a lado, ainda que em curto período de tempo (1913-1916), nos cursos médico e de saúde no Paraná. Na capital brasileira, ao mesmo tempo dava-se a criação da Faculdade de Medicina Homeopática (1912)¹³⁹, no intento de formar médicos homeopatas. No caso paranaense, a escola médica tornou possível, a coexistência das duas orientações terapêuticas no ensino do médico alopata (e que não era refratário a outros saberes), ainda que por poucos anos. Ensino realizado no início do século XX, num tempo de disputas e suspeições em torno das ‘artes de curar’, mas também de espaço para a conveniente e relativa convivência entre ambas as orientações médicas no atendimento à saúde pública em geral¹⁴⁰. Fato curioso a observar a esse respeito na constituição da escola médica paranaense é o que demonstra a relação de livros da biblioteca

¹³⁷ Egresso da Escola Militar da Praia Vermelha (RJ) e professor honorário da Faculdade Hahnemanniana do Rio de Janeiro, em 1912 assumiu a cátedra de Fisiologia, Patologia e Anatomia Patológica, do curso de Odontologia da UP, a substituindo, mais tarde, pela de Patologia Geral, em 1920, na FMP. Autor dos livros: “*Guia de Medicina Homeopática*” (1911) e “*Elementos de Patologia Geral*” (1913), entre muitos outros.

¹³⁸ Estudo sobre a trajetória de Nilo Cairo e a homeopatia, cf.: SIGOLO, Renata P. *Em busca da “ciência médica”*: a medicina homeopática no início do século XX. Curitiba, 1999. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

¹³⁹ Depois de várias alterações, e filiação (funcionou, por algum tempo, como órgão do Instituto Hahnemanniano, RJ) é a atual Escola de Medicina e Cirurgia da Universidade do Rio de Janeiro – Unirio. (SALLES, Sandra A. C. A presença da homeopatia nas faculdades de medicina brasileiras: resultados de uma investigação exploratória. *Revista Brasileira de Educação Médica*, n. 32(3), 2008, p. 286).

¹⁴⁰ Cf.: BERTUCCI, Liane M. *Influenza, a medicina enferma*: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004, em especial, p. 197-219 (Medicina dos sintomas: a epidemia e a ciência homeopática).

da UP do ano de 1914. Organizada por cadeira lecionada e curso, a relação permite observar que a que detinha, dentre todos os cursos ofertados, o maior número de manuais, livros, revistas e teses era a cadeira livre de homeopatia – seria, a vastidão de materiais disponíveis, uma forma de comprovar o caráter científico da disciplina? É o que sugere pensar.

E são esses mesmos personagens que estão à frente da empreitada universitária que cooperam para a criação dos primeiros cursos médicos no Paraná. Na historiografia da instituição, é recorrente o entendimento de que a universidade “suruiu quase ex-abrupto, e sem grande período de incubação – foi o produto de um gesto quase impulsivo, uma obra de audácia”¹⁴¹, nas palavras do médico-fundador Victor do Amaral. E assim, mesmo de súbito:

em 15 de março de 1913 eram iniciadas as aulas, com 97 alunos e 26 professores, dos cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Odontologia, Obstetrícia, Farmácia e Comércio [este último, secundário e profissional, anexo ao curso de Ciências Jurídicas]. Pouco mais tarde, no ano seguinte, funcionaria o curso de Medicina e Cirurgia. As aulas de início foram dadas em casa alugada situada à rua Comendador Araújo [no centro da capital paranaense].¹⁴²

Com outros cursos se somando aos inicialmente apresentados na universidade¹⁴³, alterações curriculares em virtude das legislações do período, mais o justo quadro do corpo docente, tais aspectos logo colaborariam para trazer dificuldades ao encaminhamento da casa, e em pouco tempo a trajetória da primeira universidade paranaense se veria tumultuada – consequências do ato “quase impulsivo”? Os fatores de ordem econômico-financeira como o decorrente da construção do edifício acadêmico à Praça Santos Andrade, o denominado “Palácio de Luz”, incluindo-se aí a instalação da Maternidade do Paraná, sem dúvida, legado de Victor do Amaral (médico das “doenças das senhoras”), no ano de 1914/1915, a própria manutenção dos professores e funcionários, inclusive dos materiais necessários para os vários laboratórios dos quais os fundadores esmeravam-se na organização, são todos elementos que podem ter se somado a essa questão. Além de uma série de eventos que levou à dissolução da universidade, tiveram peso especial os de ordem legal, como a Reforma Maximiliano, de 1915 (reorganização do ensino superior), e a de 1920 (a exigência da separação completa das faculdades, com administração e patrimônio independentes).¹⁴⁴

¹⁴¹ SILVA, Victor Ferreira do A. apud COSTA, Iseu Affonso da. *Patronos da Academia Paranaense de Medicina*. Curitiba: Fundação Santos Lima, 2003, p. 242.

¹⁴² WESTPHALEN, Cecília M. *Universidade Federal do Paraná: 75 anos*. Curitiba: SBPH/PR, 1987, p. 10.

¹⁴³ Para o ano letivo de 1914, a oferta de cursos na UP era consideravelmente maior, sendo somados aos já existentes os de Medicina e Cirurgia, Engenharia Industrial, Engenharia Mecânica e Eletricidade, Agronomia, Medicina Veterinária e o curso Preparatório (UP. *Estatutos*. Curitiba, 1913, p. 4).

¹⁴⁴ Apesar de constituída e reconhecida nacionalmente em 1913, e pelo governo do estado em 1914, a UP se dissolve em três faculdades: Medicina, Direito e Engenharia, afim do reconhecimento das suas escolas. Mas o

Ainda a respeito dos gastos na universidade, a memória de ex-professores procura mostrar o quanto a parceria entre Nilo Cairo e Victor do Amaral era, ao menos nesse aspecto, dessemelhante: “Nilo, perdulário, não temia largas despesas com aquisição do material destinado à construção e os laboratórios; Victor, parcimonioso, protestava, ameaçava abandonar o velho companheiro, quando se excedia, mas resignado, acabava saldando todos os compromissos assumidos.”¹⁴⁵ Entretanto, juntos ou não – de fato quem, mais à frente, “abandona” o companheiro é Nilo Cairo –, os doutores amargariam os fatores de ordem política e legislativa na trajetória que levou ao desmembramento das faculdades da UP. Além disso, fatores de ordem pedagógica, como a falta de professores, algo reiterado pelos memorialistas, teria realmente colaborado, na primeira década da universidade, para a debandada de alunos para as escolas superiores de outros centros – a geração paranaense enviada novamente a outros estados a despeito do que havia sido veiculado no *Commercio do Paraná*?...

Memórias da história da FMP são pródigas em afirmar que a década compreendida entre os anos de 1912 a 1922 foi marcada por um tempo muito difícil, “das vacas magérrimas”, sem alunos e ainda mais sem professores. Os poucos docentes eram apelidados de “gramofones universitários”, pois, conclamados pelo diretor a não esmorecerem frente a iminente dificuldade de manter o ensino médico em Curitiba, davam aulas de várias disciplinas (cinco, seis ou mais), e muitas vezes repetiam os conteúdos lecionados, daí o apelido. Milton Carneiro, filho de médico-professor da casa, lembra alguns nomes daqueles que foram “multiplicados” para assumir várias cadeiras nos cursos médicos¹⁴⁶:

Três nomes: José Cypriano Rodrigues Pinheiro, Alfredo de Assis Gonçalves e Petit Carneiro – foram os professores que, com mais dedicação e espírito de sacrifício, se submeteram à operação pedagógica multiplicadora, à alta cirurgia proposta por

ideal de unificá-las nunca foi deixado de lado, até que o próprio Victor do Amaral assumisse então a reitoria da reunificada UP em 1946, tendo ali permanecido até o fim de seu mandato, poucos anos depois, em 1948. (WESTPHALEN, op. cit., p. 11-34).

¹⁴⁵ COSTA, Iseu Affonso da; LIMA, Eduardo C. (Orgs.). *O ensino da medicina na Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992, p. 15.

¹⁴⁶ Segundo o memorialista, as cadeiras atendidas pelo maior “gramofone universitário” da época, José Cypriano Rodrigues Pinheiro (1869-1927), foram: Química Analítica, Toxicologia, Química Orgânica e Biológica, Bromatologia, Física Farmacêutica, Farmacologia, Farmácia Galênica e Terapêutica Homeopática, Alopática e Matéria Médica (Medicina e Farmácia); Química Mineral e Orgânica (curso de Engenharia Civil); História do Comércio e Geografia Comercial (curso de Comércio). (CARNEIRO apud COSTA, LIMA, op. cit., p.37-38). No entanto, breve pesquisa no Livro-ata de Assentamento dos Professores permite a correção: às áreas de Farmácia, Homeopatia e de Comércio, participou na condição de membro de bancas examinadoras. Foi catedrático de Química Analítica e Toxicológica, desde 1912. No tempo que serviu ao magistério realizou laudos periciais para a chefatura da Polícia ou seu Gabinete Médico Legal. Trabalhou muito. Em ata da sessão da Congregação da FMP, a notação dos colegas de que em 1924 ele requereria “pela primeira vez” licença, tendo até aquela data exercido “o magistério por 12 anos ininterruptos”. (FMP. *Livro de Assentamentos dos Professores*. folhas 7 e verso; 74 e verso; FMP. *Livros-ata da Congregação*, n.2, 1915-1924).

Victor do Amaral, para salvar a vida da Faculdade de Medicina. Os três homens se compenetraram bem dos seus papéis que caíram em verdadeiro delírio de “aulação”. Deram tantas e tão variadas aulas que pareciam não ter cuidado nunca de outra coisa na vida. Foram os mais desaplaudidos, escarnecidos e entusiasmados “auleiros” dessa época.¹⁴⁷

Os valiosos “auleiros” – não havia mesmo auleiras¹⁴⁸ –, em grande parte formados pela FMRJ, e que realizaram tamanha “operação pedagógica”, a “alta cirurgia”¹⁴⁹ de efeito salvífico da FMP, parecem não ter recebido àquele momento o reconhecimento pelo feito. Foram “os mais desaplaudidos e escarnecidos” professores... A sina ainda não estaria completa. Parece até que nem receberam mais pelo esforço empreendido, o trabalho a mais seria obra de gratuidade, uma vez que “não havia verbas para contratar professores, nem havia mais professores, [nem] para serem laçados pelas ruas pouco povoadas de Curitiba”. Naquela época, e de modo geral, os professores (não só da Faculdade), ainda na memória dos ex-alunos, eram vistos como “espécies de heróis muito mal pagos ou inteiramente nada pagos.”¹⁵⁰ À dificuldade de se encontrar profissionais aptos para compor o quadro docente da FMP, nos anos das “vacas magérrimas” apresentadas pelos memorialistas, já se pode adiantar uma breve contestação.

A partir da leitura dos relatórios gerais da casa, ficam evidentes que as dificuldades financeiras decorrentes dos investimentos que a FMP assumia naquele percurso específico (1912-1922), destacado pelos memorialistas como período de “vacas magérrimas”, não foram tão magras assim, muito menos por tanto tempo. A década foi difícil, sem dúvida, com professores se desdobrando em disciplinas decorrentes dos ajustes frente às várias organizações e reorganizações em face da lei (primeiro a Reforma Maximiliano, em 1915,

¹⁴⁷ COSTA, LIMA, op. cit., p.37.

¹⁴⁸ Na imprensa, quando da organização da UP, um periodista de codinome Septimo, indicou o nome da cirurgiã-dentista Véra da Costa para compor o quadro docente que, em fins de novembro, ainda sofria com a ausência de professores habilitados. O artigo incitava aos fundadores que a UP saíria “na frente” incorporando uma representante do sexo feminino. Perguntava ele: “*Ora, a ideia que tivemos, foi que dessemos uma prova de que somos um povo realmente progressista, acompanhando, de perto, a marcha acellerada do século: por que não se preencher a cadeira vaga com distincta cirurgiã dentista, residente nesta capital, e formada, pela academia do Rio de Janeiro?*” A “marcha progressista”, nesse caso, não rompeu com os vários preconceitos que o tema despontava. A primeira professora a fazer parte do corpo docente totalmente masculino da FMP foi, muito tempo depois, a dra. Maria Falce de Macedo, egressa de 1919. Sua inclusão ocorreu, por concurso, apenas no ano de 1929. (DIÁRIO DA TARDE. *Chronica*: por Septimo. Curityba, n. 4.245, 7 dez. 1912, p. 1).

¹⁴⁹ Interessante notar aspectos da educação interpretados sob os saberes e procedimentos médicos – aproximações comuns entre os médicos envolvidos na área educacional e que logo seriam apropriados, ao menos na linguagem, pela sociedade. Nesse fragmento, o efeito de ‘salvação’ à educação é ampliado com os adjetivos médicos. É a ação dos terapeutas ante um risco iminente: o fechamento da instituição, no seu limite, a morte da educação médica paranaense. E a morte, como ressalta novamente as memórias do médico-cirurgião italiano: “*A morte é, para nós, médicos, uma inimiga pessoal. Todo o nosso trabalho e toda a nossa atividade são empregados em combatê-la, afastá-la, e arrancar-lhe das garras alguma vítima.*” (MAJOCCHI, op. cit, p. 334 grifos no original). Neste caso, ‘a vítima’ era a FMP.

¹⁵⁰ CARNEIRO apud COSTA, LIMA, op. cit., p. 37.

depois os cuidados para equiparação no começo da década seguinte), o suspense em torno do tema levou à desconfiança da demanda de alunos em relação aos cursos ofertados – se oficializados ou não –, muitos se transferiram, é verdade, mas a casa nunca parou de funcionar. No meio de campo, a ampliação do prédio depois da entrega da obra principal em 1916 (mais tarde em 1922), que foi algo enfrentado pela própria Congregação de Medicina, que entendia a necessidade de ampliar o espaço a despeito da dificuldade de participação das demais Congregações da casa, e dos fatídicos conflitos armados (do Contestado, entre PR-SC, 1912-1916, à surpresa da I Guerra Mundial), que encareceriam os preços de tudo – e como eles reclamavam desses aumentos –, inclusive dos materiais encomendados para os gabinetes, laboratórios e museus, que chegavam da Europa com valores muito acima do que ficou registrado na compra, é o que registrava Victor do Amaral. No ano de 1917, a febre tifoide, e em 1918, a gripe espanhola, que solapou vidas da FMP – alunos, professores, filhos de professores (o próprio diretor perdeu dois de seus filhos para a febre). Até o começo de 1919, foram quatro professores, de grande prestígio que perderam a vida (pela gripe ou não) e somaram a contabilidade negativa da casa, o que efetivamente atrasou o já prolongado processo de equiparação da FMP às oficiais, desta vez, devido a fatalidade da incompletude do quadro docente, que foi rapidamente “reconstruído e integralizado”, mais tarde, na reunião do Conselho Superior, em novembro de 1920.

É de se notar que, especialmente a partir do ano de 1920, uma nova safra de profissionais da área médica já se encontrava à disposição para disputar os espaços da FMP para, digamos assim, *complementar* o aparente quadro docente desfalcado: os próprios egressos da primeira turma do curso médico de fins de 1919. Só para ficar em dois exemplos familiares dos que logo retornaram à casa. José Pereira de Macedo, egresso dessa primeira turma, já se encontrava, naquele mesmo ano de 1920, como professor da disciplina de Anatomia descritiva do curso em que se formou, atendendo ainda o curso de Odontologia – era o primeiro egresso do curso médico a ser absorvido pela FMP. Outro foi a senhorita Maria Falce, a primeira Doutora em Medicina formada pela FMP naquele ano de 1919, pouco tempo depois senhora Falce de Macedo (1921), e a exemplo de seu futuro companheiro, também retorna à casa no ano de 1920, dirigindo os serviços de diagnósticos do Laboratório de Pesquisas Clínicas, depois Laboratório de Análises Clínicas, montado na SCM de Curitiba, do qual seria diretora durante alguns anos daquela década. Como se vê, a FMP representou, para alguns, algo a mais do que os próprios cursos ofereciam. Nesse caso, em especial, a realização de vários sonhos... Uma oportunidade de estudo, a possibilidade de trabalho e até um casamento.

CAPÍTULO 2

“*SCIENCIA ET LABOR*” NO “*PALÁCIO DE LUZ*”: O MODELO DE ENSINO MÉDICO NO PARANÁ

– a Faculdade de Medicina do Paraná –



Gabinete de Farmácia(?)



Vestíbulo



Aula no laboratório

CAPÍTULO 2

“SCIENTIA ET LABOR” NO “PALÁCIO DE LUZ”: O MODELO DE ENSINO MÉDICO NO PARANÁ

“Cheguei ao hospital. Mais uma vez me impressionou o maciço daquela construção, o sombrio dos compridos corredores assoalhados com largas tábuas. Eu caminhava, caminhava. Eu passava por outros estudantes, eu passava por freiras, eu passava por imagens de santos, lançando-lhes apenas um olhar de relance: naquele tempo eu já estava pensando pouco em Deus. Eu caminhava a passos firmes – um rapaz de bom aspecto, decentemente vestido (terno azul-marinho, gravata sóbria e sapatos pretos bem engraxados), dando a todos a impressão de limpeza. E de seriedade: graças à testa ampla, aos óculos, às grossas sobancelhas, ao olhar firme. Graças aos lábios um pouco caídos nos cantos da boca, a sugerir um moderado grau de depressão – embora eu fosse até espirituoso, à época. E graças, finalmente, a portar, na

mão direita, uma maleta de médico.”
(MOACYR SCLiar, **Doutor Miragem**, p.91)

Apresentação

O breve excerto da história de Scliar poderia bem representar o sentimento de qualquer um dos alunos dos cursos da Faculdade de Medicina do Paraná (FMP) que estreavam seus passos nos hospitais da cidade, ou ainda como estudantes nos corredores da Universidade do Paraná (UP). Pensando no novo prédio, qual não seria o orgulho de adentrar o então batizado “Palácio de Luz”, título que certamente não fazia referência apenas à luminosa cúpula que inundava de luz natural o centro do edifício e compunha a exuberante arquitetura em estilo colossal. Era o que ele representava, de fato, enquanto instituição de saber e de ciência. E, quem sabe até, não fizesse mesmo referência homenageante a um dos fundadores da UP que, na época, esteve a frente de várias empreitadas educacionais na cidade e apoiaria, com muita propriedade, mais esta: o professor Flávio Luz¹⁵¹. O lema da casa complementa a simbologia das metáforas: *Scientia et Labor*. Não poderia ter sido tão significativa a escolha feita por Pamphilo d’Assumpção, presidente da Associação Comercial do Paraná e um dos membros fundadores da UP, responsável pelo projeto que incluía o emblema. O novo prédio dava novo fôlego a todos os envolvidos com a obra educacional e

¹⁵¹ Dentre outras instituições educacionais de sua lavra: o Ginásio Coritibano. É curioso que, àquele mesmo ano de 1912, e muito antes de surgirem as primeiras notícias da idéia de criação de uma “universidade paranaense” (a primeira: DIÁRIO DA TARDE. *Universidade Paranaense*. Curitiba, n.4.149, 17ago, p.2, com o grupo de Victor do Amaral, Pamphilo d’Assumpção e Chichorro Júnior), Flávio Luz já anunciava, junto a Francisco Guimarães e Júlio Theodorico Guimarães, os passos de sua nova empreitada educacional: um internato-externato para cem rapazes, no bairro Portão. (DIÁRIO DA TARDE. *Novo estabelecimento de ensino*. Curitiba, n.4079, 3 abr.1912, p.1). A obra grandiosa “*modelado pelos congêneres mais afamados do paiz*” tinha intenção de inauguração para 1913. E a oferta dos cursos, em muito, se parece com a proposta da UP: agronomia, odontologia, farmácia, agrimensura, eletricidade, comércio, direito e medicina. (DIÁRIO DA TARDE. *Novo estabelecimento de ensino (II)*. Curitiba, n.4.082, 31 maio de 1912, p.2). Mas foi esta a última notícia do seu empreendimento. Pouco tempo depois, fazia ele parte do grupo de fundadores da UP.

profissional da UP e espargia de modo mais veemente os ideais modernizadores que envolviam a capital paranaense. Afinal, não era pouca coisa a abertura de uma casa de tamanha representação social. E o que antes era breve sonho, literalmente se concretizava. E com ele, pouco tempo depois, o da FMP.

Foram muitas as novidades e em tempo bem curto. Da UP constituída, em data político-administrativa em fins de 1912, o seu funcionamento durante todo o ano de 1913 com quase cem alunos na casa alugada à rua Comendador Araújo, a compra do terreno para a construção do edifício próprio na rua Carlos de Carvalho no coração da cidade, a doação da municipalidade de terreno à Praça Santos Andrade, o lançamento da pedra fundamental da obra, a ala central finalizada em começo de 1914 e o cuidado com o aparelhamento das salas, a abertura de novos cursos, o cotidiano dos já existentes... Era a universidade em movimento dinâmico! Ainda assim, havia muito que se pensar e se fazer também. Do curso médico a ser ofertado àquele ano de 1914, o corpo docente a organizar, os laboratórios a finalizar, entre outros acertos. É entender a organização do curso médico no Paraná e a profissionalização dos futuros médicos o intento do presente capítulo.

Um acontecimento que não se deu por acaso e que ocorreu num momento em que se fez necessário erigir, no Paraná, um palácio para a ciência. Nele, a formação dos *filhos dessa terra* aqui mesmo e não em outros centros brasileiros, sobretudo o Rio de Janeiro e São Paulo, aos quais eles eram enviados até então para estudar. Uma constituição que se fez sem igual na história da medicina brasileira: no berço do projeto da universidade, a UP. Mas o propósito aqui não é tratar da história de criação da UP, ainda que volta e meia esbarremos nela, mas entender a constituição do curso médico paranaense a partir de um cenário de mudanças na cidade que cresce rapidamente e se vê diante de novas demandas, e os mesmos problemas em escala ampliada, inclusive médicos! A constituição da FMP deixa entrever uma questão pertinente, qual teria sido o impacto social dessa instituição educacional ante uma sociedade que vivenciava os apelos da modernização e da urbanização, exigências da vida cotidiana das médias/grandes cidades do começo do XX?

Dessa forma é que o presente capítulo procura pensar a respeito da saúde e da medicina no Paraná, num momento em que se torna possível, requerida e necessária a constituição do curso médico e os da área da saúde na FMP. A percepção da necessidade da oferta de condições para a continuidade dos estudos dos jovens paranaenses; a vontade de formar bacharéis e profissionais liberais para atender as demandas reclamadas pela sociedade paranaense do começo do XX e o desejo real de projeção nacional de um estado de emancipação recente e que investiu num projeto de independência educacional e cultural

frente aos demais estados são algumas das linhas de argumentação que se complementam na visualização das condições que levaram à realização dessa empreitada educacional na capital paranaense.

O texto segue para a configuração do curso médico, a sua organização administrativa, burocrática e pedagógica, adentrando os meandros do ensino da medicina e da saúde no Paraná no começo do XX. O aporte da legislação educacional vigente nos anos 1910, sobretudo, a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental (1911), a regulação específica para as faculdades de medicina com o *Decreto n. 8.661*, de 5 de abril de 1911, e a sua reorganização com a Reforma Maximiliano (1915), auxiliam a compreender a organização inicial do curso no olho da lei, e suas alterações, ausências e até pontuais inclusões no currículo da escola médica paranaense. Ainda que brevemente, foi dada atenção para o projeto ocorrido ao mesmo tempo da UP: a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (FMCSP), que auxilia a pensar semelhanças e diferenças na constituição de ambos os projetos de escola médica no país. O capítulo segue com a exposição das possíveis histórias dos professores da FMP na sua lide diária, as cadeiras por eles lecionadas e um pouco da história de suas disciplinas, que procura adensar não apenas a constituição de tais áreas de saberes no currículo do curso médico, como um pouco do cotidiano inicial dessa instituição educativa de cunho profissionalizante. Uma instituição – a FMP – que visualizava firmar as características simbólicas que constavam como lema no brasão da casa: *Scientia et Labor*. Ciência e trabalho, conhecimento e profissionalização, pilares da arquitetura do projeto educativo da FMP no *Palácio de Luz*.

Para encerrar o presente capítulo, o destaque para uma das importantes ações da FMP na organização de seus cursos e na efetivação de suas máximas: a organização dos laboratórios, museus e gabinetes da instituição. Afora a característica bastante peculiar do material e mobiliário específico às atividades essenciais para a formação médica e da saúde, a conjunção com as mudanças em torno do próprio saber difundido. Quantos modelos de ensino médico foram ali assimilados e reelaborados! Este capítulo destaca as ideias que permearam a constituição do curso médico em Curitiba e o *cotidiano* que por não ser escolar é adaptado aqui como *acadêmico* – pontual adaptação do termo corrente na história da educação, detentoras aqui do mesmo significado, cultura escolar, cotidiano escolar: cultura acadêmica, cotidiano acadêmico. E, com mais intensidade, exploram-se aqui os documentos oficiais da instituição, procurando visualizar os saberes (currículo), os procedimentos (métodos, modelos), os espaços (salas e prédio), os materiais (específicos dos cursos), e as personagens (docentes e discentes) possíveis dessa história.

2.1 A cidade cresce... e os problemas de saúde aparecem!

O início do século XX marca um tempo de significativas mudanças, inclusive demográficas, na cidade de Curitiba e também no estado do Paraná. Caminhando para mais de meio século de emancipação daquela que foi a 5ª Comarca da Província de São Paulo, o estado paranaense experimentava até então crescimento populacional excepcional. E isto, desde pelo menos o apontado pelo censo de 1890, quando a população local quase duplicou o seu número de habitantes, saltando de pouco mais de 126 mil do registrado no primeiro recenseamento geral do Brasil (1872), para quase 250 mil (aumento de 96%) espalhados por todo o território paranaense. Era o contingente de imigrantes estrangeiros que já encontravam no Paraná do século XIX o seu lugar para ficar. Mas não só eles.

As duas primeiras décadas do século XX colocam o Paraná à frente do aumento populacional brasileiro, a exemplo do ocorrido em 1890, com o índice de 109% (685 mil hab.) de crescimento, contraste significativo com a já alta média de crescimento populacional nacional de 75% (30,6 milhões hab.)¹⁵². É a expressão certa da presença do imigrante estrangeiro, e não só no Paraná, sobretudo nas primeiras décadas do XX. Aqui constituíam suas colônias e se estabeleceram nos arrabaldes da capital e no interior do estado, para a ocupação territorial e ainda o cultivo da erva-mate que, junto à indústria madeireira, representava a principal fonte de economia local desde o século XIX. Mas também para o plantio e colheita do café, cultura que nesse tempo estava sendo incorporada no estado. Somada a essa presença, o destaque também à participação do contingente migrante nacional, principalmente aquele que deixava as fazendas de café de São Paulo e se instalava no norte do Paraná, ali inserindo tal plantio, e ainda os que partiam do Rio Grande do Sul e da parte norte do estado de Santa Catarina, constituindo na parte sul do Paraná novas colônias e contribuindo para conferir ao estado, uma característica territorial singular: norte do Paraná com latifúndios, sul do Paraná com agricultores familiares¹⁵³.

¹⁵² No intervalo de 1872 e 1890, o Paraná esteve muito acima da média nacional de 44%, à frente de estados como São Paulo (65%), Bahia (39%) e Rio de Janeiro (32%), porém ligeiramente atrás do Rio Grande do Sul (106%) – outro importante destino da região Sul do país. No período posterior, entre 1900-1920, além do Paraná, o estado de São Paulo também se posiciona ligeiramente acima da linha da duplicação de sua população, com o registro de 101% (4,5 milhões hab.) e, novamente, o Rio Grande do Sul, com 90% de aumento populacional no intervalo (2,1 milhão hab.). (IBGE. *População nos censos demográficos* (tabela 1286). Dados disponíveis em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em: 13 out. 2007).

¹⁵³ A respeito dessa tese da procedência de um recorte analítico territorial que destaca características próprias à *parte Norte* e à *parte Sul* do território paranaense, e a correspondência com o movimento de migração nacional, veja: CINTRA, Anael P. de U. *Espaços rurais no Paraná: um estudo das relações campo-cidade dos pequenos municípios*. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Um estado de recente emancipação, com contingente populacional ainda inexpressivo se comparado aos principais estados do país mas em franco crescimento, sofrendo as mudanças de sua forma de subsistência econômica, baseada que foi no cultivo do mate e da indústria madeireira, e abrindo-se a novas culturas agrícolas como o café, investindo no assentamento do contingente imigrante e migrante nacional e ainda aspirando elementos que o integrassem e o conformassem como um estado representativo junto aos demais co-irmãos federados, este era o perfil do Paraná no final do século XIX e início do XX. O aumento populacional, ainda que de proporções subliminares em relação aos grandes centros brasileiros, lhe seria bastante providencial. Afinal, com a República constituída significaria a afirmação de um estado jovem que se posicionava *alvissareiro* no cenário nacional. Muito colaborou, para isso, a presença do imigrante desembarcado nos portos brasileiros, como no antigo ancoradouro de Paranaguá, e se distribuindo pelas estradas de ferro, adentrando o estado e vencendo a muralha da Serra do Mar (a linha ferroviária Paranaguá-Curitiba é de 1885 e registra a chegada de vários vapores) – significativos produtos e símbolos da *ordem* e do *progresso* local. Gente que chegava aqui também pela migração nacional, dos seus estados vizinhos: São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Uma população que, estimulada, se colocava nos espaços possíveis e na vastidão quase inabitada do território paranaense, estabelecendo o contato com o nativo, num lugar em que novas relações se impunham e se misturavam – as teorias raciais estavam também investidas nesse cenário¹⁵⁴. Uma miscigenação que se mostrava inclusive na mesa da cozinha no Paraná¹⁵⁵.

Então, o estado paranaense crescia, bem como a sua capital, ainda provinciana. Aqui estabelecidos, “os novos paranaenses”, assim designados pelos *paranistas*¹⁵⁶, logo

¹⁵⁴ A respeito, consultar: SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; e, MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996. Na medicina, ao lado da higiene, a eugenia – a ciência do aperfeiçoamento da raça – entendia a seu modo essa questão, assimilada por médicos, educadores, juristas, entre outros, como o “instrumento científico” que modelaria os corpos biológico e social brasileiro (cf.: MARQUES, Vera R. B. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994). Na esteira dessa interpretação “científica” de raízes biopolíticas, participaram vários médicos, como por exemplo, Aleixo Nóbrega de Vasconcellos, cuja trajetória demonstra a lenta construção do discurso eugênico, no coração do Brasil (RJ), veja: STANCIK, Marco A. *De médico a homem de ciência: a eugenia na trajetória de Aleixo de Vasconcellos no início do século XX*. Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná (versão Defesa Pública).

¹⁵⁵ Cf.: SANTOS, Carlos Roberto A. dos. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Juruá, 2007.

¹⁵⁶ “A intenção paranista era, portanto, forjar um novo Paraná, um estado com identidade e com características particulares que diferenciassse o povo da terra deste estado do restante do país. Identidade impregnada pelas idéias de ordem e progresso, trabalho e justiça, criado por uma gente trabalhadora, pouco importando a sua procedência com tanto que demonstrassem tal afeição realizando algo de concreto nas terras paranaenses; desta forma estariam colaborando não somente com a construção de um Paraná melhor, mas também na criação de uma Nação e até mesmo na difusão de um sentimento de humanidade.” (PEREIRA, Luis Fernando L.

constituíam na cidade seus pequenos comércios, cafés, bares, restaurantes e lojas de vestuário, entre outros, e ofertavam sua mão de obra especializada (cozinheiros, barbeiros, sapateiros são alguns exemplos). Os que se colocavam mais afastados do centro da capital também não deixavam de ali comparecer, servindo a cidade com o excedente do campo. Logo mudaram a paisagem da pacata capital, colaborando com o vai-e-vem de carroças que abasteciam as vendas, levavam encomendas, atendiam pessoas. Os bondes, ainda movidos a tração animal, circulavam pelas principais ruas e praças do centro, poucas no início do XX. E a expectativa de cidade próspera aumentava, ao passo em que surgiam os primeiros fotógrafos, cinematógrafos, historiadores, pintores e artistas plásticos. Com eles, proliferavam instituições culturais e também educacionais nos mais diversos matizes, como o Instituto Neo-Pitagórico (1909), entidade filosófico-cultural, que completa o seu centenário. Era o livre pensamento, eclético e estético à solta na *capital dos pinheirais*.¹⁵⁷

O desejo de progresso e modernização da capital do estado paranaense era sentido nas discussões promovidas nos cafés, nas confeitarias e na tribuna popular através dos vários jornais e revistas existentes¹⁵⁸. Debate que assume nova projeção no tempo de Cândido Ferreira de Abreu (1913-1916), novamente à frente da Prefeitura Municipal de Curitiba. Com ele, uma série de reformas modernizadoras inspiradas nos movimentos urbanísticos europeus e norte-americanos da *Belle Époque* visava *modernizar* a capital do estado do Paraná, num movimento que se associava às outras empreitadas em curso no plano nacional. São Paulo capital passa por um projeto de modernização entre os anos 1890-1920, o mesmo ocorrendo no Rio de Janeiro, as principais metrópoles brasileiras do período.¹⁵⁹ O que então era considerado moderno e inovador – e não só no plano urbanístico –, espelhado pelos exemplos das principais metrópoles mundiais do século XIX (Londres, Paris, Viena, Nova York e

Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, p.85).

¹⁵⁷ Do livre pensamento, Dario Vellozo é o principal protagonista na capital paranaense, tendo originado revistas e instituições filosófico-culturais, como o Instituto Neo-Pitagórico, reduto de intelectuais. Nem mesmo o termo “capital dos pinheirais” é isento de sentido *paranista*: “O paranaense do futuro seria fruto das raças que ali se encontram e que se integram sob o comando harmônico dos pinheirais. Mais do que isto, o **paranaense do futuro** e já o daquela época, **pujante e ativo**, é fruto do pinheiro, é pinha cuja semente foi **semeada** no fértil solo paranaense.” (PEREIRA, op. cit., p. 167 – grifos no original).

¹⁵⁸ O primeiro jornal de Curitiba, *O Dezenove de Dezembro*, data de 1854 e teve vida longa, encerrando em 9 de abril de 1890, quando foi publicado o decreto que tolhia a liberdade de imprensa. Para conhecer essa história e uma relação de jornais e revistas paranaenses entre 1854 e 1968, cf.: CARDOSO, Rosy de Sá. Breves notas sobre a imprensa do Paraná. In: WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*, 3ºvol., 2ª ed., p.207- 237. Veja também: CORRÊA, Amélia Siegel. *Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX*. Curitiba, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

¹⁵⁹ De São Paulo, veja: GITAHY, Maria Lucia C. (Org.). *Desenhando a cidade do século XX*. São Carlos: RiMa, Fapesp, 2005. Do Rio de Janeiro, cf.: PECHMAN, Robert M. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

Chicago), foi veiculado inclusive por exposições fotográficas que corriam o mundo mostrando o que ali havia de “novo”. Tais *espetáculos da modernidade* chegaram a ser expostos no Rio de Janeiro na data em que se comemorou o centenário da Independência (1922) – aliás, o Brasil se fazia representar nesses eventos (o estado do Paraná levava o símbolo do mate nas exposições do século XIX, elemento caro a Pamphilo d’Assumpção, presidente da Associação Comercial do Paraná e que chegou a propor tal produto em detrimento do café na hora do chá em confeitaria da cidade), e promovia exposições nacionais que eram consideradas preliminares para as mundiais¹⁶⁰. Descortinava-se, então, um mundo de luzes, câmera – moda, como não!¹⁶¹ – e ainda mais ação: era o tempo de ordenar e disciplinar os grandes centros do país, e Curitiba manifestaria adesão a esse movimento.

Na capital do Paraná, o desejo de se distanciar de um passado acanhado ainda muito presente, evocativo do que deveria ser superado pela introdução de elementos que correspondessem a este novo momento, não era apenas da elite intelectual e política, que teria contato com os principais centros do país e fora dele. A população curitibana que, lentamente, observava as conseqüências de um aumento populacional paulatino, sofria e sentia que, aos poucos, mudanças se faziam necessárias. No plano urbanístico, os bondes eram objetos de chacota há tempos nas crônicas do jornal paranaense de sugestivo nome *O Olho da Rua*. As denominadas, pejorativamente, “carangueijolas”, movidas a burro, queriam liberdade de circulação, “andar por onde bem entender”, brincava o cronista quando o assunto era o descarrilamento constante¹⁶². Ao lado do problema dos bondes, a falta de um asfaltamento das “artérias” da cidade de Curitiba era mais um objeto de atenção de ainda outros cronistas. Um deles, indignava-se com o fato dos viajantes do início do XX¹⁶³, de passagem pela cidade, não

¹⁶⁰ PESAVENTO, Sandra J. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

¹⁶¹ BONADIO, Maria Claudia. *Moda e sociabilidade: mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920*. São Paulo: SENAC, 2007.

¹⁶² “Apinhados de passageiros se puzeram em marcha... Nem dez metros de percurso (...) bufe, fora dos trilhos. Volta ao lugar, os burrinhos puxam e... bufe, outra vez fora da linha. Levantam-se protestos, reclamações, algazarra infernal... Nova arrumação, novo descarrilamento (...) a carangueijola está estragada e quer por força andar sem ser pelos trilhos. O bonde quer a sua liberdade, quer andar por onde bem entender...” (Flavio. Diversões. *O Olho da Rua*. 15 abr. 1918. In: BERBERI, Elizabete. *Impressões. A modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba*. Curitiba, 1996. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal do Paraná [Anexo II, Seleção de crônicas publicadas em Curitiba no início do século, p.147-148]).

¹⁶³ No XIX, relatos de viajantes europeus em passagem por Curitiba, como o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (em 1820), o médico alemão Robert Ave-Lallemant (em 1858), e ainda o engenheiro inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither (em duas visitas: 1872 e 1873), auxiliam a reconstituição da fisionomia da urbe (nas palavras do médico Lallemant de “velha vila enfezada” a cidade de porte médio nas décadas finais do XIX) e suportam as teorias de cidade harmônica em franco progresso, somada à presença fraterna do imigrante trabalhador difundida pelos cronistas e historiadores locais (cf.: PEREIRA, Marco Aurélio M. A cidade de Curitiba no discurso de viajantes e cronistas do século XIX e início do século XX. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, vol. 1, num. 1, 1996; PAZ, Francisco Moraes. História e cotidiano: A sociedade paranaense do

repararem nas várias belezas da “nova e linda” capital, mas logo nos “pés da moça Curitiba”, sujos, enlameados, e faziam correr esse assunto pelos jornais. A solução que o cronista imputava ao prefeito, na falta de um asfaltamento das principais vias da cidade, seria o de então “contratar engraxates para limpar a sapataria da terra moça, para que assim não se pareça mais com uma pastora”.¹⁶⁴ À bela cidade “nova e linda” sob o olhar do cronista, remetendo-se certamente às novas fachadas na região central e ao embelezamento das praças mais próximas dali¹⁶⁵, contrapunha-se o descuido da cidade no que dizia respeito a ausência de asfaltamento, sem esquecer a precariedade do meio de transporte da época, reclamações constantes da *nova* urbe nos jornais, estes que foram espaços para ainda outras reclamações, como o “abandono em que vegeta o Passeio Público” ou ainda do lembrete de cuidar da “mais bela praça de todas”, a Praça Santos Andrade, esquecida que estava, “servindo apenas para a aglomeração de animaes, e a noite, para as reuniões ilícitas de vagabundos que se sentem bem nas trevas daquelle deserto.”¹⁶⁶ Era certo que mudanças urgentes precisavam acontecer.

Então, pela Câmara Municipal, foram concedidos poderes especiais ao prefeito Cândido de Abreu, que colocaria em prática medidas que correspondiam ao primeiro grande projeto de reforma urbana da cidade, a fim de sintonizá-la com tal mundo *civilizado*¹⁶⁷ – de certo procurando deixar para trás a Curitiba de aspecto *pastoril*. Entre várias ações, estavam o calçamento das principais ruas da cidade e o embelezamento das praças, a implementação do sistema de bondes elétricos (não mais as “carangueijolas” puxadas por mulas), a construção do Palácio da Liberdade para os poderes Executivo e Legislativo Municipal e obras de melhoramentos num dos principais pontos de encontro dos curitibanos nos fins de tarde e de semana: o Passeio Público¹⁶⁸ – e as reivindicações dos cronistas sobre o plano urbanístico

século XIX na perspectiva dos viajantes. *História: Questões e Debates*, Curitiba, 8(14/15): 3-44 jul. - dez. 1987. E ainda: KURY, Lorelai. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol.VIII (supl.), p. 863-880, 2001. Além do conhecimento da fauna e da flora brasileira, viajantes médicos, como Alphonse Rendu entre 1844 e 1845, afirmavam aspectos da medicina de sua época: EDLER, Flávio. De olho no Brasil: a geografia médica e a viagem de Alphonse Rendu. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 8(supl.), p. 925-943, 2001).

¹⁶⁴ “Agora não, tratando-se de uma cidade como Curitiba, nova e linda, nada se diz dos seus olhos, dos seus contornos, dos seus gestos, das suas belezas plásticas; nada se fala do seu conjunto, mas unicamente dos seus sapatos, dos seus pés na lama, do seu descuido”. (Anônimo. *O Paraná*. Curitiba, 20 out. 1911. In: BERBERI, op. cit., p.149).

¹⁶⁵ Cf.: BAHLS, Aparecida Vaz da S. *O verde na metrópole: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916)*. Curitiba, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.

¹⁶⁶ Do Passeio: Anônimo. *O Jardim Público*. *O Paraná*. Curitiba, 10 jul. 1910. In: BERBERI, op. cit., p. 151; Da Praça: Anônimo. *O Paraná*. Curitiba, 1 set. 1911. In: BERBERI, op. cit., p. 153.

¹⁶⁷ Cf.: SÊGA, Rafael Augustus. *A capital Belle Époque: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

¹⁶⁸ BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *O Passeio Público*, ano VI, nº 42, ago 1980; Idem, *Passeio Público, primeiro parque público de Curitiba*, vol. 28, nº 126, ago 2001.

ficariam assim atendidas! A demolição das construções antigas consideradas insalubres e feias em substituição a prédios novos e de arquitetura moderna também foi empreendida. Aliás, era pela presença dos novos prédios e de sua funcionalidade pública que muito se reivindicava o ar moderno da cidade. Exemplos disso, eram o Grande Hotel ou ainda o Hotel Paris, pontos de parada dos viajantes, inclusive estrangeiros, que se dispunham a pagar altos preços e se estabelecerem temporariamente na cidade para negócios – até charlatanices! – ou a passeio. Não raro a presença das jovens mulheres, “pombas mensageiras da civilização”¹⁶⁹, de passagem, aguçava a imaginação dos cronistas.

A obra do prédio da Associação Comercial, em construção em 1911, também se juntava aos símbolos que constituíam a moderna capital paranaense, muitas vezes destacada na imprensa como exemplo arquitetônico a ser seguido. Nem o cemitério municipal passou ao largo das ações reformadoras do então prefeito¹⁷⁰. Sonhos e desejos que partilhavam parte da população de Curitiba ansiosa pelas promessas da civilização. E tais questões, correspondiam bem com os interesses nacionais desde a República, de construção de uma nova ordem social burguesa alicerçada nos conceitos do “novo”, da “ordem” e do “progresso”¹⁷¹. E outras conexões a esse ideário são possíveis. Afinal, a capital em mudança não só o era na transformação da paisagem da urbe¹⁷², mas também no plano cultural, com a difusão de sociedades, confrarias e outras agremiações, e muitos jornais, em muito creditada pela presença do imigrante estrangeiro.

E a capital crescia. Em 1912, no ano de fundação dos cursos superiores no Paraná, o estado contava com aproximadamente 540 mil habitantes, dentre os quais, perto de 40 mil em Curitiba. Ao lado da questão demográfica, ocorria a ampliação de casas comerciais e pequenas indústrias que se instalavam na capital, aos poucos dando contornos urbanos à cidade. Contudo, não raro, a contradição entre o desejo de modernização da capital paranaense aos moldes da capital brasileira e a efetiva precariedade da vida urbana da “moderna Curitiba” era também destacada nos jornais da cidade e conflitavam com a “velha Curitiba”, como destaca Benvenuti: “a imagem de riqueza, de beleza e de ordenamento

¹⁶⁹ J. Cayobá. O Hotel. *O Paraná*. Curitiba, 20 fev. 1911. In: BERBERI, op.cit., p.158.

¹⁷⁰ BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *Cemitério Municipal São Francisco de Paula*, vol. XXII, nº 104, abr. 1995.

¹⁷¹ Excelente exemplo do que significa esta tríade na prática dos trabalhadores do Rio de Janeiro, é a obra de Sidney Chalhoub em *Trabalho, lar e botequim*, publicada pela UNICAMP. Para Chalhoub, ao restringir seu estudo à primeira década do século XX, ele o justifica no sentido de ser este “o período terminante e decisivo do longo processo estrutural de implantação de uma ordem burguesa na cidade do Rio de Janeiro” (p.53). Se lá, na capital brasileira, este já era o período terminante, que dizer, de cá, Curitiba, que tal ainda aspirava.

¹⁷² Cf.: BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *Coleções & cartões postais*, ano VII, nº 46, nov. 1980; idem, *Curitiba em 24 quadros*, vol. XIX, nº 95, mar. 1992.

burguês tão necessárias a uma *cidade moderna* era quebrada pela sujeira, pelos *odores fétidos*, lama, doenças, cortiços e pela pobreza presente em pleno centro daquela que era a capital do Estado do Paraná.”¹⁷³ As reclamações acerca das novas condições de vida, recaíam sobre a falta de higiene ou a insalubridade das habitações, o esgoto a céu aberto e o mau cheiro que rondava a cidade, causado sobretudo pelo acúmulo do lixo e águas paradas, pela ausência de um sistema de esgotamento, bem como sobre os problemas que acusavam a má qualidade e distribuição da água – do leite e da carne verde! –, temas que preocupavam a muitos e ganhavam também o seu espaço nos jornais da capital. E não só isso: problemas quanto ao atendimento à saúde da população eram de longa data. As ações em torno do tema da medicina e da saúde eram muito pontuais e de indivíduos que, a rigor, entendiam importante algum esforço na melhoria e ampliação dos precários, porém existentes, serviços de assistência a saúde pública paranaense. Muitas vezes, esses indivíduos eram os próprios médicos já atuantes na vida pública e formados, na maioria, pela FMRJ, que, segundo Roberto Machado, teriam ali uma conotação de ação social na formação de seus alunos¹⁷⁴. Era esse o perfil de médicos como Victor do Amaral, Nilo Cairo, Reynaldo Machado, João Evangelista Espíndola, todos formados pela FMRJ, e ainda outros que, se somando aos cidadãos incomodados, reclamavam atitude do poder público nos jornais paranaenses.

Numa das ações neste âmbito, de certo modo reveladora da incipiente participação dos órgãos públicos junto às casas de saúde da cidade, foi a abertura, em abril de 1913, de “subscrições permanentes” (doações) no periódico *Commercio do Paraná* para a SCM de Curitiba. Ideia que veio a reboque das *subscrições* que se faziam juntar às famílias dos combatentes mortos no Irany (Guerra do Contestado, PR-SC) em outro importante periódico da época, o *Diário da Tarde*, desde fins de 1912. É de notar que pela direção daquele jornal respondia um dos médicos da casa hospitalar beneficiada: o dr. Victor do Amaral. Era de ações, de certo modo, rudimentares como essa que acusavam o estado precário da manutenção da assistência pública, até mesmo àqueles que estavam ligados, há algum tempo, à esfera pública. Victor do Amaral não era, em definitivo, um personagem qualquer da vida pública paranaense. Naquele começo de 1913, era o aclamado diretor geral da então UP, já havia sido diretor da SCM de Curitiba, onde ainda exercia função, diretor do Ginásio Paranaense (principal instituição de ensino secundário do estado) e, entre ainda outros atributos, já havia

¹⁷³ BENVENUTTI, Alexandre F. *As “Reclamações do Povo” na “Belle Époque”*: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916). Curitiba, 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, p.27.

¹⁷⁴ MACHADO, Roberto. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

ocupado o cargo de diretor da Inspetoria de Higiene do Paraná e na legislatura e política estadual (deputado estadual, em 1892; vice-governador 1900-1904). Conhecedor da situação da assistência pública e educacional paranaense como ninguém, parecia a ele, com aquela ação, reconhecer os limites “oficiais” que cercavam o tema. Na ausência do Estado, a sensibilização do coletivo sob outras formas possíveis¹⁷⁵.

Daí que o lugar assumido pela FMP na sociedade paranaense naquele tempo, diante de certa desarticulação sentida das questões médicas e de saúde no estado, fosse bastante pertinente para entender a projeção dos médicos ali envolvidos e congregados e do que se pretendia organizar em torno da constituição de uma instituição que visava a formação de profissionais essenciais para atender as demandas de uma cidade – a capital do Paraná – em vias de acentuada expansão. Havia certa consciência de que o tema da assistência pública era de uma carência sem igual, reclamada e debatida insistentemente nos editoriais dos jornais e por médicos que davam tom ao tema, como o feito pelo dr. João Evangelista Espíndola (1860-1934), no primeiro semestre de 1912, numa série de sete artigos, todos de sua lavra, que destacavam as dificuldades de tal serviço, mas também as possibilidades de sua efetivação em Curitiba, sem esquecer que tal esforço significava a defesa deliberada da principal casa de assistência pública da cidade, a SCM de Curitiba que ele dirigia¹⁷⁶.

Num dos editoriais do principal jornal vespertino da cidade, o *Diário da Tarde*, o relato da precária situação dos cidadãos malogrados salta aos olhos e motiva, dada a provocação do registro, a série redigida, em sequência, pelo médico. Eis o Editorial:

Ai de quem tiver a infelicidade de quebrar uma perna, um braço ou a cabeça; de cortar-se casualmente ou de soffrer qualquer ferimento que exija uma prompta intervenção médica. Si o mais não for de natureza grave e a victima poder correr ou arrastar-se até uma pharmacia ou ao escriptório de algum clinico, encontrará ahi, o consolo de uma providencia, que o alivie na sua dor. Do contrario, si tratar-se de um

¹⁷⁵ Nas primeiras chamadas da “*subscrição permanente em favor dos pobres do Hospital da Misericórdia de Curitiba*” à soma de 145 mil-réis, já se contabilizava ali os 40 mil-réis da redação do jornal e os 50 mil-réis do próprio Victor do Amaral. Ainda longe da subvenção anual (estadual) de 60 contos de réis para o cuidado dos doentes da SCM de Curitiba, porém um recurso a mais à principal instituição de saúde da cidade. (COMMERCIO DO PARANÁ. *Hospital da Misericórdia* – subscrição permanente. Curitiba, n. 150, 9 abr. 1913, p. 2).

¹⁷⁶ João Evangelista Espíndola (1860-1934), doutor em medicina pela FMRJ em 1883, com a tese “*Da isquemia cirúrgica e da sua influência sobre os resultados das operações cirúrgicas*”, foi diretor da SCM de Curitiba por 20 anos e, como médico, quem mais discutiu a questão da assistência pública nos jornais. No primeiro semestre de 1912, no calor de trágicos episódios que chamaram a atenção da sociedade paranaense no tema, publicou ele uma série de sete artigos sucessivos na defesa da organização do serviço de urgência (pronto socorro) a exemplo do feito na capital federal com o Posto Central de Assistência. Por meio do jornal, o médico ensaiava novos rumos para a saúde pública paranaense. (CINTRA, Erica P. de U. *Dr. Evangelista Espíndola e a questão da “assistência pública”*: o tema da saúde na Curitiba de 1912. In: SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE EDUCAÇÃO DA UFPR, 22, 2009, Curitiba, PR. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2009).

caso grave, já se sabe: tem que morrer a míngua de todos os recursos.¹⁷⁷

Do escrito, depreende-se que a população parecia mesmo contar com a própria sorte na hora da agonia. E o “extranho caso do suicídio” do jovem João Paraguay, meses antes do Editorial, em fevereiro daquele ano, é emblemático disso. Com corte no pescoço e no braço que diziam ter sido autoimpingido, foi ele transportado com o carro da assistência (único automóvel da Polícia que servia a esse e outros fins) do longínquo bairro de Santa Felicidade, onde ocorreu o episódio, até à SCM de Curitiba. Entretanto, sem a presença de nenhum dos dois médicos do estabelecimento na hora de sua chegada, o ferido aguardou por tempo demais pelos primeiros cuidados. Por conta da forte chuva que desabava na cidade àquele fim de tarde e na ausência de locomoção que levasse novamente ao hospital o dr. Espíndola, e não encontrando o dr. Victor do Amaral em casa, o ferido ficou à míngua, e desfaleceu poucos minutos depois da chegada tardia de um dos médicos. Tal situação é comentada pelo próprio dr. Espíndola na imprensa paranaense, chocada que ficou com o episódio. Na ocasião, o médico já confirmava a precariedade do serviço de assistência local realizado na SCM de Curitiba, já que, diante da insuficiência de recursos financeiros de que gozava a instituição, era “difficil a manutenção de um medico permanente, um médico de dia, para me servir de gyrya, afim de prestar socorro a esta classe especial de avariados que não podem esperar pela sua hora como o fazem os simples consultantes de gabinete.”¹⁷⁸ Ele entendia que era preciso alguma ação ante o tema, e chamava a atenção para isso, principalmente “em uma capital cuja criminalidade vae augmentando de anno para anno”¹⁷⁹. Mas de quem era a responsabilidade?...

Para tencionar ainda mais o clima precário da única casa de “assistência pública” nas palavras do próprio médico, a SCM de Curitiba – e a contrapelo de todas as defesas publicadas pelo seu então diretor –, parecia se imiscuir desta mesma assistência com o edital veiculado nos jornais desde o começo do ano de 1912, que restringia o atendimento apenas a casos graves ou com guias de instituições competentes (polícia). Além disso, em face da ausência de médicos permanentes, os existentes compareciam ao hospital somente pela manhã, retornando apenas quando os internados exigiam a sua presença. Correndo o risco de não serem prontamente atendidos, sofrendo as conseqüências das más condições das vias públicas, que colaboravam para agravar o risco de morte dos enfermos, os cidadãos se

¹⁷⁷ DIÁRIO DA TARDE. *Editorial*: Assistência pública. Curitiba, n. 4.069, 16 maio 1912, p. 1.

¹⁷⁸ ESPÍNDOLA, Doutor. A proposito do suicídio de João Paraguay. *Diário da Tarde*, Curitiba, n. 4.057, 27 fev. 1912, p. 1 – *grifos no original*.

¹⁷⁹ Idem.

arriscavam no trajeto, não raro necessitando de cuidados imediatos, como o caso de João Paraguay, ou ainda o do sargento Seraphim, que sucumbiu, segundo os jornais, na mais completa desassistência (o que hoje se entende por negligência médica) do dr. Salaroli, em caso que repercutiu amplamente na cidade e com outros desdobramentos impensáveis ao caso. Chegavam sem os primeiros auxílios e já “moribundos” à SCM, inviabilizando qualquer procedimento em seu favor.

Ir ao hospital da SCM de Curitiba nessas condições assistenciais tão adversas, mas também do aspecto urbano, era realmente um risco que poucos estavam dispostos a correr. O próprio fim do sargento Seraphim dá mostras dessa aparente resistência à figura do médico e mesmo à do hospital. No meio da tarde, baleado no abdômen por outro colega de profissão, decidiu ele por se recolher em casa e tardou a chamar um médico, o que foi feito pelos familiares altas horas da madrugada. Como o médico entendeu de imediato a gravidade da sua situação e solicitou o seu comparecimento pela manhã à SCM, que se encontrava aparelhada e com equipe médica à disposição para a realização de sua delicada cirurgia, o mesmo tardou novamente a comparecer em tempo hábil. Como entender esse episódio sem pensar que o hospital foi por longo tempo, em especial antes do século XVIII, no Ocidente, considerado um lugar de morte e não de vida? E, além disso, um lugar de assistência (ideia de recolhimento) e de exclusão (ideia de prevenção em relação aos demais) dos pobres, como diz Foucault¹⁸⁰. Um lugar de caridade e para os “desassistidos da fortuna”, como assim se referia à SCM de Curitiba o próprio Victor do Amaral, médico e também ex-diretor daquela casa, num de seus relatórios da FMP de meados da década de 1910. O quanto essa ideia sobre o hospital ainda permanecia no inconsciente coletivo de muitos paranaenses no início do XX, e que até hoje se pode observar sem muito esforço! Em se tratando da população com mais idade, não é uma questão irrespondível, como se observa do caso do sargento Seraphim. Mas isso mudaria, lenta e paulatinamente, com a participação dos médicos-professores e futuros médicos no exercício da clínica na SCM de Curitiba. O “hospital-escola” é outra visão dada àquele espaço, que trataremos mais adiante (Capítulo 3), e que colocaria a todos – médicos, professores, alunos, pacientes, religiosas, provedores, a cidade em si – no olho das mudanças da representação sobre o hospital em Curitiba, mais para o final daquela década.

Não bastasse, portanto, a evidência dramática da questão da (des)assistência pública em Curitiba no início do XX, havia ainda uma convivência e convivência aparentemente

¹⁸⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 99-112 (Capítulo 6 – O nascimento do hospital). E ainda, rápido panorama da evolução dessa instituição na história da medicina, veja: PORTER, Roy. *Das tripas coração*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 165-184 (Capítulo 7 – O hospital).

tolerável demais de aspectos considerados intoleráveis e já mencionados anteriormente no regulamento do Serviço Sanitário do Estado do Paraná, aprovado em 1892 e instituído em 1897. Naquele mesmo excerto do Editorial de 1912, a farmácia aparece como um dos primeiros lugares, porque mais próximos, para onde acorriam os acidentados de qualquer natureza e gravidade, e isso não só na capital, sendo este, muitas das vezes, o socorro possível no interior do estado com os chamados *boticários*¹⁸¹. Nas farmácias de Curitiba nos anos 1910 era comum a presença de médicos que faziam ali seus consultórios, anunciados às claras nos jornais da cidade, mas proibido por lei (essa mesma). Do mesmo modo, era perceptível a tolerância aguda dos órgãos públicos de fiscalização da Inspetoria de Higiene e não só quanto aos problemas da higiene municipal. Há muito que se denunciava o “pesado e criminoso sono”¹⁸² da instituição, dirigido pelo médico Petit Carneiro, assessorado pelos também médicos Moura Brito e Assis Gonçalves – todos futuros e destacados professores da FMP. Aparentemente, quando a ação não resultava em morte dos atendidos, pouco se fazia dos “terapeutas” que se intitulavam conhecedores de práticas duvidosas e arregimentavam clientela na cidade a peso de ouro!

Exemplo curioso era o do “Gran Pallini”. Um ousado charlatão que deu as caras em Curitiba em fins de setembro de 1912. Sua consulta custava 3 mil-réis, o que dava para comprar à época quase 4 kg do gênero alimentício mais caro e reclamado pela população à época: a carne verde (800 réis o kg, em média).¹⁸³ Além disso, as sessões do “tratamento” eram pagas a parte, daí a sua renda. Bem instalado no famoso Grande Hotel, um dos maiores e o mais procurado pelos viajantes de destaque em passagem por Curitiba, começou ali a atender e formar clientela. Estendeu o seu pouso. E apesar das ameaças públicas de deixar a cidade e “dar o seu espetáculo” em outros lugares que lhe rendiam melhor¹⁸⁴, em resposta às denúncias dos que se sentiam lesados ou acusavam seu falso curandeirismo, estabeleceu a sua morada definitiva na capital paranaense no tratamento das gentes com toda a sorte de males e com uma terapêutica improvável, pautada num tal sistema magnético. Não demorou muito para ser indiciado criminalmente por prática ilegal da medicina¹⁸⁵, mas do processo não se teve mais notícia. Depois de estratégico silêncio na praça, retornou dois meses depois, anunciando cautelosamente a “cura por sugestão mental” e apenas às enfermidades do

¹⁸¹ O termo aqui neste período já não se aplica, mas não perco a referência ao interessante livro de Vera Beltrão Marques, em *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil Setecentista*, Editora da UNICAMP, 1999.

¹⁸² DIÁRIO DA TARDE. *Higiene municipal*. Curitiba, n.4.244, 6 dez. 1912, p. 2.

¹⁸³ DIÁRIO DA TARDE. *Reclamações do povo: a carne verde*. Curitiba, n.4.187, 1º out. 1912, p.5.

¹⁸⁴ DIÁRIO DA TARDE. *Secção Alheia: Ao público – dirige a palavra o dr. Pallini*. Curitiba, n.4.202, 18 out. 1912, p.5.

¹⁸⁵ Ao mesmo tempo que ofertou 10 mil-réis pelas vítimas do Irani, era instaurado o inquérito contra o Gran Pallini acusado pelo crime citado. (DIÁRIO DA TARDE. *Noticiário*. Curitiba, n.4.213, 31 out. 1912, p.3).

sistema nervoso¹⁸⁶. A sagacidade parece ter lhe rendido bem. Tempos depois, assumiria a sua clínica no centro da cidade, em prédio anteriormente utilizado pela Câmara Municipal de Curitiba: o Palacete Wolff¹⁸⁷. Com a abertura dos cursos da saúde da UP e a maior circulação de médicos itinerantes na cidade, *Gran Pallini* decidiu por bem revelar a sua filiação acadêmica e honorária às *Escolas Hypno-Magnéticas de New-York, Paris e Madrid*¹⁸⁸, e adotou para si o título de “Dr. em Vitaopathia”, que ele explicava como “Medicina sem Medicamento”¹⁸⁹. O número crescente de seus clientes é contabilizado nos jornais da cidade, que veiculavam os “atestados de cura” (o n. 1 é de 3 outubro de 1912 – é a primeira notícia de sua presença, acompanhada da primeira reclamação de sua ação), que, certamente, e a considerar a forma e a linguagem dos mesmos, eram requeridos e até instruídos pelo próprio “Dr. Pallini”, título que ele adota a partir da publicação do atestado n. 30, no início de junho de 1913¹⁹⁰. Com o tempo, e cada vez mais encorajado com o aparente sucesso de sua ação “terapêutica”, passou ele a publicar as tais provas de cura nos jornais, endereçando-os “para os scepticos e incredulos”¹⁹¹. Caso raro esse¹⁹², que, para além da ousadia individual do fora-da-lei, revela o grau de ineficiência dos órgãos públicos responsáveis pela execução das determinações do Regulamento do Serviço Sanitário estadual, instituído desde 1897, bem como denota a tolerante convivência junto aos diplomados em exercício na capital paranaense. A lei, embora pouco eficaz, existia sim, e de papel passado. Já em outros papéis, os seduzidos pelas promessas de cura, em “atestados” de própria lavra publicados.

A ausência de médicos e farmácias em Curitiba era, portanto, sentida de longa data. E de tempos remotos, inclusive quando da epidemia do cólera de 1855, período coincidente com a mesma ocorrência que se alastrava no Rio de Janeiro logo depois da epidemia de febre amarela (1849-1850) que se abateu por lá. Além dos curandeiros e terapeutas populares estabelecidos na capital paranaense naquele período, apenas um médico e uma pequena botica do hospital militar davam conta de atender não só a população militar mas também a local,

¹⁸⁶ DIÁRIO DA TARDE. *Anuncio – o Gran Pallini*. Curitiba, n.4.265, 31 dez.1912, p.4.

¹⁸⁷ COMMERCIO DO PARANA. *Aviso ao público – o Gran Pallini*. Curitiba, n.229, 11 jul. 1913, p.2.

¹⁸⁸ Nem Pallini escapou à repercussão da UP na cidade e da presença das demais escolas que compareciam nos jornais no início de 1913: “O GRAN PALLINI sendo membro honorário das Escolas Hypno-Magneticas de New-York, Paris e Madrid, tem a alta honra de publicar atestados de enfermos (não por fazer reclame, que não o precisa), senão por própria satisfação e para dar conta à ditas Escolas dos progressos e propagandas feitos na América do Sul, desta sublime e bem feitora Sciencia Magnetica.” (DIÁRIO DA TARDE. *O Gabinete Vitaopathico, Magnético e Eletro-Magnetico*. Curitiba, n. 4.333, 22 mar. 1913, p.5).

¹⁸⁹ COMMERCIO DO PARANA. *Gran Pallini – Dr. em Vitaopathia*. Curitiba, n. 321, 26 out. 1913, p. 3.

¹⁹⁰ COMMERCIO DO PARANÁ. *Atestado n.30*. Curitiba, n. 197, 4 jun.1913, p. 2.

¹⁹¹ COMMERCIO DO PARANA. *Atestados n.32, 33 e 34*. Curitiba, n. 276, 4 set. 1913, p. 3.

¹⁹² Outros não tiveram a mesma sorte e astúcia que Pallini, sobretudo, quando os casos resultavam em morte. Foi o ocorrido com o curandeiro Adolpho Hoffmann, que responderia processo por exercício ilegal da medicina, pela morte da sra Clara W., em ação movida por seus familiares (DIÁRIO DA TARDE. *Noticiário*. Curitiba, n. 4.250, 13 dez. 1912, p. 1; Idem. *Noticiário*. Curitiba, n. 4.272, 9 jan. 1913, p. 3).

nos casos de saúde/doença. Sem esquecer que desde meados dos Oitocentos, a SCM de Curitiba, originada para apoiar o hospital de Paranaguá, repleto que estava dos casos do cólera, também se constituía em outra possibilidade de assistência pública. Essa era a realidade na capital. No interior do estado dependia-se dos boticários ou farmacêuticos. Na capital, neste período, o médico militar Cândido Muricy (1827-1879)¹⁹³ era quem responderia sozinho, e por muito tempo, pelos problemas de saúde da cidade e região circunvizinha, inclusive receitando remédios. Mais tarde, o farmacêutico Augusto Stellfeld inaugurou a primeira farmácia local: a Farmácia Alemã, na praça central da cidade, a Tiradentes¹⁹⁴ – e o próprio farmacêutico, tempos depois, aparece na lista de alunos (ouvinte) matriculados no curso médico da FMP, em 1915¹⁹⁵.

Mais ao final do século XIX, com novas epidemias a grassar em Curitiba (erysipella [doença infecciosa contagiosa da pele e tecido subcutâneo], febre amarela, por exemplo), a situação seria compartilhada pelos médicos Trajano Joaquim dos Reis, que também ocupou a Inspetoria de Higiene do Paraná, um dos primeiros órgãos na área da saúde criado em 1892 pelo governo do estado, e Jayme Dormund dos Reis, seu filho, que, estudando os problemas da cidade, defendeu a tese intitulada “Das principais endemias e epidemias de Curityba”, na FMRJ, em 19 de agosto de 1898. A tese de Jayme Reis é a voz da ciência a destacar a precariedade da saúde em Curitiba no fim do século XIX e as necessárias intervenções que deveriam ocorrer a partir dessas constatações em que a higiene alcançava o status principal da salubridade urbana. Argumentos científicos que se associavam aos ímpetos de mudança na cidade e eram, por eles mesmos, veiculados na sociedade local para fins de sua *governabilidade*¹⁹⁶.

Da criação da Inspetoria de Higiene (1892), outras ações ocorrem conjuntamente na área da saúde. É do mesmo ano a aprovação do Regulamento do Serviço Sanitário no Paraná. Entretanto, a sua definição só ocorreria anos depois, em 1897, e a efetiva instituição do

¹⁹³ José Candido da Silva Muricy (1827-1879), formado pela escola médica de Salvador, sua terra natal, concursado (1º cirurgião do Exército) e designado a Curitiba quando da emancipação da Província. Aqui, exerceu seu ofício, sendo, por muitas vezes, condecorado pelo seu trabalho. Exerceu atividades legislativas, como deputado provincial (1864-1869), e, como botânico, se ocupou em estudar a flora local e sua qualidade terapêutica. Colaborou para a construção e provedoria da SCM de Curitiba, cf.: LOPES, Cândido M. *Biografia ou breve notícia sobre a vida do muito humanitário médico Dr. José Candido da Silva Murici*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

¹⁹⁴ Cf.: BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *Da Pharmacia à Farmácia: farmácias curitubanas 1857-1940*, v. 25, n. 123, jul. 1999.

¹⁹⁵ UP. *Relatório Geral da Universidade do Paraná apresentado á Assembléa Geral de 19 de Dezembro do anno de 1915 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral, Director*. Curityba: Typ. Max Roesner, 1915, p.30.

¹⁹⁶ Tal como explora os relatórios do aparato governamental do estado, Marco Aurélio Monteiro Pereira, em *Discurso burocrático e normatização urbana e populacional em Curitiba no início do século XX. Revista de História Regional* 5(1), p.38-66, 2000.

Código Sanitário, ainda mais tarde, 1918, meses antes da gripe espanhola fazer suas vítimas. É desse tempo, ainda, o destacamento de um grupo de religiosas francesas que chega à capital paranaense a pedido do bispo dom José de Camargo Barros, para o cuidado da SCM de Curitiba, ou Hospital de Caridade. Em 1896, as Irmãs de São José originárias de Moutiers, Tarentaise (França), fixam-se na capital paranaense onde logo assumem o compromisso de auxiliar no trato dos doentes e na organização e direção do principal hospital local que se encontrava em estado precário. O sucesso da empreitada fez com que o bispo pedisse por outro destacamento das mesmas religiosas francesas que, no ano seguinte, passam a atender a SCM de Paranaguá.¹⁹⁷ O novo prédio da SCM de Curitiba, construído em 1880 e um tanto afastado da região central da cidade à época, juntava-se aos demais prédios públicos que cercavam a antiga faixa de areia que se tornava um lamaçal em dias de chuva, a Praça da Liberdade (hoje Praça Rui Barbosa), dentre os quais figuravam ainda o quartel e a Igreja Senhor Bom Jesus, dos padres franciscanos, e seria mais um testemunho das mudanças na cidade que crescia e que se preocupava com a saúde dos seus.

Os hospitais da Misericórdia, no Brasil, desenvolveram-se junto às mudanças observadas na área médica, ao mesmo passo em que acompanhavam a evolução das suas cidades-sedes. No Rio de Janeiro, por exemplo, uma das mais antigas SCM's do país, provavelmente do século XVI, e com a presença dos médicos da Academia Imperial de Medicina no primeiro quartel dos Oitocentos, foi palco de debates em torno de sua construção arquitetônica inadequada e, dentre outras, da necessidade de fragmentar o atendimento às diferentes demandas ali encontradas. Era a necessidade de criar espaços específicos para o atendimento dos expostos, para o recolhimento das órfãs, para os doentes, para os loucos¹⁹⁸, inclusive para os mortos¹⁹⁹. Questões que seriam atendidas mais tarde na presença de outro Provedor na SCM do Rio de Janeiro, Clemente Pereira, que investiu, inclusive, na construção do Hospital Geral da Misericórdia e juntamente com a participação das Irmãs da Caridade. Em São Paulo, tais mudanças também encontraram eco. A busca pela modernização do atendimento médico que se efetivou com a criação das novas instalações da SCM de São

¹⁹⁷ Cf.: PIZANI, Maria Angélica P. N. *O cuidar na atuação das Irmãs de São José de Moutiers na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1896-1937)*. Curitiba, 2005. Tese – (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências, Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

¹⁹⁸ No caso da institucionalização dos alienados, o estudo de cinco províncias brasileiras – São Paulo, Rio Grande do Sul, Maranhão, Pernambuco e Pará –, durante o Segundo Reinado, observou-se a contradição entre um suposto projeto de assistência em bases pinelianas e a prática da simples reclusão, segundo a autora, esta realmente efetivada no país (cf.: ODA, Ana Maria G. R. *História das primeiras instituições para alienados no Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 3, p. 983-1010, set.-dez. 2005).

¹⁹⁹ Veja as imagens de cada lugar criado para o atendimento de cada função (enfermarias, hospitais, expostos, hospício, orfanato): GANDELMAN, Luciana. *A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. VIII(3), set.-dez. 2001, p. 621-628.

Paulo, mantenedora dos hospitais mais antigos da cidade, foi um dos primeiros pontos ali perseguidos enquanto dali participavam lideranças que se estabeleceram em postos-chaves da administração republicana²⁰⁰. Desempenhando atividades especializadas, a SCM de São Paulo constituía-se, a exemplo das outras casas, no final do XIX e início do XX, num serviço de caráter público e assistencial essencial, e cada vez mais requisitada para participar da reordenação do entorno social. Em Curitiba, tal situação não seria muito diferente. A participação das religiosas francesas na organização e direção do novo hospital, em fins dos Oitocentos, empreenderia novos contornos administrativos e imporia uma dinâmica que se associava ao ocorrido na fragmentação dos espaços de atendimento tal como no Rio de Janeiro. Mais tarde, a SCM cederia, paulatinamente, o seu espaço para a participação dos médicos-professores, bem como dos futuros médicos em ofício assistido, da FMP, que ali tomaram vez a favor do ensino e da aprendizagem das diferentes especialidades clínicas, sobretudo, a terapêutica.

Pouco a pouco, o médico e a sua ciência tornavam-se essenciais nesse contexto de mudança do urbano e da assistência à saúde e assumiam para si o papel de representantes da sociedade moderna, reiterando o que afirma Márcia Regina Barros da Silva, “a cidade moderna nascia do padecimento”²⁰¹ e das ações aí decorrentes. É entre o movimento de uma cidade, pensando Curitiba, que oscilava entre uma visão positiva, até ufanista, em que signos do progresso aparecem ligados ao crescimento urbano, e outra visão negativa, na qual esse mesmo crescimento expunha a dificuldade das autoridades em dar conta dos problemas em tela, que se encontra esta capital, com dramas que se aproximam, embora em menor escala, do ocorrido, por exemplo, em São Paulo, entre os séculos XIX-XX²⁰². Contornar, controlar e dirimir tais episódios será papel essencial que os médicos sanitaristas assumirão para si, e do qual participarão ainda engenheiros e administradores públicos que tecerão novos contornos, em especial às grandes cidades brasileiras.

Curitiba, efetivamente, não era, àquele tempo, sequer uma cidade de porte médio, com muito menos de 100 mil habitantes – ponto esse que se somou ao impedimento do reconhecimento legal da UP em nível federal. Mesmo assim, seus gestores se espelhavam nas grandes cidades para vislumbrar o seu “futuro”. E nelas, o retrato de uma “cidade viciosa”, no plano geral, tornando-a cada vez mais vigiada, controlada, a fim de que a “cidade virtuosa”,

²⁰⁰ SILVA, Márcia Regina B. da. O processo de urbanização paulista: a medicina e o crescimento da cidade moderna. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 27, n.53, 2007, p.250-261.

²⁰¹ Idem, p. 261.

²⁰² Cf.: GUIMARÃES, Valéria. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 323-349, 2007.

no sentido exposto por Heloísa Rocha, saneada e regenerada, se projetasse como sinônimo de progresso e desenvolvimento. Daí que a jogatina, a prostituição (a preocupação com as doenças venéreas, dentre as quais a sífilis é o principal destaque)²⁰³ e a atenção à criminalidade (que ganha, no fim do XIX, de Cesare Lombroso e outros médicos, ciência própria, com a polêmica antropologia criminal)²⁰⁴ começam a ser encarados, em Curitiba, no exercício do combate aos vícios, um tanto próximo ao que ocorrera tempos antes, na cidade do Rio de Janeiro²⁰⁵.

Nessa altura dos acontecimentos, na virada dos séculos XIX-XX, os médicos, em todo o país, despontam como arautos do progresso, da modernização e do saneamento das urbes, como agentes definidores da relação com o outro, com a cidade, com a saúde em si.²⁰⁶ Entretanto, o papel ora assumido pelos médicos em Curitiba, especialmente os envolvidos ou acolhidos depois no projeto da FMP, não os coloca tão conectados ao controle direto e incisivo do social, haja vista a aparente *tolerância* demasiada a várias questões da higiene social que, apesar de reclamadas insistentemente pela população nos jornais, não era atendida. O caso da atuação de charlatães que disputavam o espaço de cura com médicos formados é outro ponto a considerar nessa atuação ausente dos órgãos públicos de então. Porém, num outro sentido, os médicos paranaenses se apresentam muito mais preocupados com a formação de profissionais da medicina e da saúde que constituíssem um corpo de especialistas que pudessem colaborar para dirimir, a médio e longo prazo, os inúmeros problemas vivenciados pelo estado e experimentados cotidianamente pela sua população. Para isso, a profissionalização dos médicos e demais agentes da saúde, a fim de disponibilizar, se ausentes, e ampliar, quando existentes, os serviços de assistência pública à saúde. O controle do social, claro, haveria. Mas sob outra face e dimensão possíveis.

²⁰³ MARQUES, Vera Regina B. A espécie em risco: sífilis em Curitiba nos anos 1920. In: NASCIMENTO, Dilene R. do; CARVALHO, Diana M. de. (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 277-294.

²⁰⁴ A tentativa de implantar uma visão “científica” do crime é analisada por Pierre Darmon, em *Médicos e assassinos na Belle Époque* - a medicalização do crime, publicada pela Paz e Terra (RJ), em 1991.

²⁰⁵ Cf.: ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004; e, ainda: SOARES, Luiz Carlos. Da necessidade do bordel higienizado: tentativas de controle da prostituição carioca no século XIX. In: VAINFAS, Ronaldo. *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. Um outro lado da história, já no séc. XX, numa intrincada relação sociedade-moralidade-sexualidade-jurisprudência, e os instigantes conflitos de visões entre homens e mulheres sobre a honra sexual, cf.: CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000. Da relação da mulher e o seu corpo, não posso deixar de referenciar o intrigante estudo de Fabíola Rohden, *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*, publicada pela Editora Fiocruz (RJ), em 2003, que trata do tema da reprodução sob as perspectivas médica e jurídico-policial.

²⁰⁶ BONI, Maria Ignes M. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

2.2. O interesse pela emancipação educativo-cultural do Paraná

Ao lado da transformação da urbe curitibana, da organização das várias instituições de naturezas diversas e dos precários, porém existentes, serviços de saúde, e, em nível geral, da cada vez mais requisitada presença do médico nas questões urbanas e de saúde que auferiam vigor a questão da urbanização e modernização das cidades, um outro tema estava posto em tela na capital paranaense. Não menos importante era a preocupação de alguns com o futuro dos jovens que concluíam os cursos secundários. O que fazer daquela mocidade que parecia fadada à limitação dos seus estudos ao nível secundário? A preocupação vinha daqueles que estavam num dos principais ambientes de efervescência cultural da cidade, entre os séculos XIX e XX: o *Gymnasio Paranaense*, principal instituição de ensino secundário do estado. O seu próprio prédio, no centro da cidade, acolhia bem, em sua arquitetura, a modernidade almejada para um centro de educação, alicerçada nos ideais republicanos que inspiraram a constituição dos grupos escolares²⁰⁷, na tentativa de sistematização da educação primária no Brasil. Era lá um dos locais de encontro dos intelectuais paranaenses, onde professores, não raro postulantes a ainda outros cargos públicos, diretamente ligados ao poder executivo ou legislativo, davam vida e valor aos seus projetos e ideias para a construção do “novo Paraná” – o *paranismo* parece bem congruente nesse cenário. Além disso, alguns personagens, também dali professores, como Dario Vellozo, Sebastião Paraná e Ulysses Vieira, entre outros, colaborariam sobremaneira para a constituição e organização dos centros de cultura na capital do estado. Das primeiras décadas do XX, a criação do centenário Instituto Neo-Pitagórico (1909, e anterior à UP), local de encontro de intelectuais que estudam a filosofia e repartem ideais fraternistas e universalistas com Dario Vellozo, e a Academia Paranaense de Letras (1919), reconstituída por Ulysses Vieira em 1937, são alguns exemplos.

E era ali, no *Gymnasio Paranaense*, espaço público de encontro por eleição desses intelectuais paranaenses, na sua maioria professores e aclamados mestres que logo interfeririam direta ou indiretamente nas questões da cidade, que ideias sobre a constituição do ensino superior no Paraná tiveram ressonância. Afinal, naquele momento, o projeto de uma universidade no Paraná não passaria ao largo dos projetos de modernização daquela que era a capital do estado. E muito embora, em tempos anteriores, já houvesse sido esboçado tal

²⁰⁷ Sobre a implantação dos grupos escolares no país, veja: SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998. Reflexões sobre a arquitetura e o espaço escolar em várias instituições educativas em Curitiba, cf: BENCOSTTA, Marcus Levy A. (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005. Um panorama brasileiro, cf.: VIDAL, Diana G. (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

intento, como no projeto de Rocha Pombo²⁰⁸, era nesse início de século (XX) que se daria o apoio efetivo para o seu desiderato. Ainda outros nomes, como o do médico Victor Ferreira do Amaral, diretor do Gymnasio Paranaense, correspondiam nesse sentido de investimento, na formação de bacharéis na própria cidade de Curitiba. Afinal, de que adiantaria bem formar os *filhos desta terra*, lembrando o afã *paranista* nos jornais, se para se tornarem bacharéis precisariam deixar essa mesma *terra* do qual tanto se ufanavam? Para a capital paranaense, no início do XX, que buscava seu espaço de destaque em âmbito nacional, isso não fazia mais sentido. Era preciso então “emancipar definitivamente” os paranaenses das escolas superiores “dos outros estados”, para os quais eram mandados os filhos para seguirem “uma carreira acadêmica qualquer” – lembrando as palavras da primeira página do *Commercio do Paraná*, periódico local, no anúncio da constituição da UP, em dezembro de 1912. Isso encorpava a percepção, então possível, de consolidar um projeto que *emanciparia definitivamente*, e em nível educativo-cultural, não apenas os jovens, mas o estado paranaense no cenário nacional.

Assim, Curitiba, no começo do XX, traduziria os interesses de parte da sociedade local desejosa de “dotar” a capital paranaense com a oferta de estudos de nível superior para formar os seus *filhos* e, ainda, se colocar como exemplo para os demais estados do país, nesse momento em que o grito de ordem era progredir. Portanto, “avançar” no sentido de formar os futuros bacharéis na própria cidade, sem onerá-los com o deslocamento a outras terras e para que aqui também ficassem e exercessem sua atividade, era o que faria mais sentido àquela época. Além do que, nas discussões sobre a criação da universidade paranaense nos jornais locais, não raro aparecia a percepção da cidade propícia aos estudos devido aos seus “bons ares” (salubridade do clima), associada à ideia de não haver muitas distrações que competissem com a atenção da mocidade estudiosa, como ocorreria nos grandes centros urbanos. Fazia-se preciso, portanto, um lugar específico e próprio para a difusão dos saberes necessários aos novos tempos que se observava para a capital paranaense, mas também a bem da sociedade brasileira em geral. E tal não seria que dois grupos de idealizadores, no Paraná, sem o saberem, tramavam para esse mesmo fim na cidade²⁰⁹.

²⁰⁸ Cf.: BEGA, Maria Tarcisa. *Sonho e invenção do Paraná: a geração simbolista e a construção de identidade regional*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo; e, CAMPOS, Nívio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2008, p.52-69.

²⁰⁹ Esta específica história é muito comentada na historiografia do tema, por isso não a reproduzirei aqui. No entanto, uma interpretação do fato, pouco valorizada e feita por Nilo Cairo em seu primeiro relatório da UP, trazendo interpretação um tanto distinta da corrente, foi objeto de minha atenção, em: Formando médicos em Curitiba: a trajetória da Faculdade de Medicina do Paraná (PARANÁ - Brasil, 1912-1920). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – SBHE, SPCE, 8, 2008, Porto - Portugal. *Anais...* Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2008. Disponível em: <http://web.letras.up.pt/7clbheporto/trabalhos_finais/eixo6/IF1411.pdf> Acesso em: 11 nov.2008.

Reunidos, tais grupos, sob a liderança dos drs. Victor do Amaral e Nilo Cairo, dão cabo a esse intento, em fins de 1912. E não será à simples revelia a definição dos cursos que ali tomarão corpo. A despeito de pesar sobre tal definição a aproximação às próprias qualificações do contingente elaborador desse projeto, estariam ali também envidadas e contempladas as questões atinentes à “ciência” e à “técnica”, que caminhavam *pari-passu* com os vários sentidos reclamados àquele tempo. Formar especialistas e profissionais liberais nas especialidades de curar, construir e comercializar – eixos essenciais da vida em sociedade no começo do século XX e de uma capital em vias de *urbanização* e *modernização* – estavam presentes nos ideais da universidade que era então constituída, traduzindo bem o lema adotado pela UP: *Scientia et Labor*. Era o desejo de parte da sociedade paranaense, sua elite e camadas médias, que entendiam a necessidade da formação de um corpo de profissionais especializados a bem de atender a população nos eixos da educação e da saúde, bem como colaborar para o desenvolvimento econômico e social local e nacional. Daí a urgência de se pensar os primeiros cursos na área da saúde, assim como os de engenharia, os da área jurídica e os cursos técnicos comerciais, cujas áreas se faziam bem representar na cidade.

Tais aspectos contribuem para entender o pensamento em torno da constituição do projeto de ensino superior no Paraná e, especificamente, no tocante à criação dos primeiros cursos na área da saúde, inclusive o médico: a resposta ante a ausência desses profissionais específicos para atender a população sempre crescente. No começo do XX, era a expectativa de projeção de uma “cidade virtuosa”, tomando novamente de empréstimo a referência de Heloísa Rocha em seu estudo de São Paulo no mesmo tempo²¹⁰, ordeira e asseada e que se queria *moderna* e *civilizada* para a capital paranaense, em contraposição à endêmica e epidêmica cidade desnudada no estudo do jovem médico Jayme Reis²¹¹. Um outro lado desta mesma capital, não tão “nova” como também não tão “bela” da fala do cronista, a esquife que incomodava. Se considerarmos que medicalizar²¹² a sociedade era o lema nacional dos médicos higienistas e sanitaristas do começo do XX, isso não fugiria aos interesses de uma capital que procurava se projetar no cenário nacional, ao menos na visão dos populares e também de médicos que reclamavam ações nesse âmbito nos jornais paranaenses. Mas não só à medicalização da cidade serviriam os profissionais formados pela universidade paranaense nascente, pois a criação da FMP buscava mesmo o caráter pragmático na formação de

²¹⁰ ROCHA, Heloísa Helena P. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2003.

²¹¹ REIS, Jayme Dormund dos. *Das principais endemias e epidemias de Curitiba*. Tese apresentada à Cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1898. RJ: Typ. Ribeiro, Macedo & C., 1898.

²¹² MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

especialistas em medicina e na saúde que formassem contingente qualificado visando a aplicação social no exercício da clínica, no efetivo atendimento da população.

Então, pode-se entender que o que estava em jogo, além da sensibilização com o futuro da juventude no que diz respeito à continuidade dos estudos em nível superior, era o projeto de emancipação educativo-cultural da capital paranaense no cenário nacional com a oferta dos cursos superiores. Portanto, era muito mais que as belas palavras de Victor do Amaral procuravam dizer, na primeira página de seu Relatório Geral de 1913: que “os extraordinários progressos” percebidos no Paraná àqueles últimos anos eram provas que “determinaram a necessidade de criação de institutos de ensino superior, para dessedentar a nossa mocidade inteligente e ávida de saber.”²¹³ Era muito mais que isso! Não só uma juventude sedenta de saber, mas um estado ávido para projetar-se alvissareiro em âmbito nacional, para além de todos os problemas até então vivenciados: capital provinciana, assistência à saúde pública precária, conflito territorial etc. E a criação da FMP permite compreender essa abrangência de que se fala aqui. Consideremos mais um pouco a respeito.

Ali, naquele novo espaço de eleição, arregimentava-se, pela primeira vez e amiúde, um corpo de médicos-professores especialistas que, a partir dessa congregação, pensavam em conjunto condições de constituição de ações no campo médico e da assistência à saúde que até então não haviam sido possíveis numa escala mais ampliada. Basta lembrar a respeito os artigos veiculados pelo dr. João Evangelista Espíndola, diretor da SCM de Curitiba, no início do primeiro semestre de 1912, comentando a precária questão da assistência pública e de urgência na cidade. Portanto, é da criação da FMP a possibilidade real da constituição de ainda outras instituições conexas: as associações da classe médica nascente (a Sociedade de Medicina do Paraná, SMP, em 1914 é exemplo disso), as revistas específicas e de difusão das próprias pesquisas e do intercâmbio com outras instituições e agremiações médicas no país (Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Porto Alegre, se encontravam na Revista Paraná Médico, em parceria com a SMP, 1914), os hospitais para ampliação dos serviços de assistência pública (a Maternidade do Paraná, inicialmente chamada Maternidade Curitiba, nasce no interior da FMP, em 1914), os Dispensários que atendiam a população no ofício assistido dos alunos (Dispensário Dentário, 1913; Dispensário Infantil, 1919), além de permitir o acesso e mesmo o intercâmbio de práticas com as demais instâncias de saúde, médica e até policiais, do Estado, que tinham em suas diretorias professores lotados na FMP (SCM de Curitiba e Hospício N. S. da Luz – dr. João Evangelista Espíndola e dr. Antônio Rodolpho de Lemos,

²¹³ UP. *Relatório geral da Universidade do Paraná apresentado à Assembléa Geral de 19 de Dezembro do anno de 1913 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor*. Curitiba: Typ. Alfredo Hoffmann, 1913, p.3.

respectivamente; Instituto Pasteur de Curitiba – dr. Eduardo Leite Leal Ferreira; Laboratório de Análises do Estado – dr. Manuel Lustosa Carrão; Departamento de Polícia (médicos legistas) – dr. Moura Brito, dr. Assis Gonçalves e dr. Miguel Santiago, são alguns exemplos).

É a partir da constituição da FMP que se percebe a mobilização conjunta destes profissionais dispersos em pontuais ações médicas e de assistência pública à saúde no Paraná. Era ali então estabelecido, definitivamente, o palco essencial que congregaria os profissionais da medicina científica em várias vertentes e até então, de certo modo, desarticulados no cenário público, e os legitimaria de modo efetivo no exercício do poder médico na capital e no estado do Paraná. Não à toa, um dado curioso que se observa nos jornais paranaenses logo após a abertura dos cursos da saúde na UP e no decorrer do ano de 1913, é o aumento de anúncios de médicos em passagem pela cidade e/ou que já anunciavam sua permanência definitiva em Curitiba²¹⁴. Era a possibilidade real da assistência à população com a abertura de consultórios em casa (os gabinetes) ou nas farmácias – ainda que neste último ponto estivesse em desacordo com a lei de 1892 –, bem como, e não se pode menosprezar, a possível expectativa de participação no efetivo quadro docente dos cursos da recém-constituída FMP. São elementos que denotam muito mais expressividade do projeto educativo-cultural levado a termo no estado do Paraná.

2.3 Operando o sistema: a organização e as reorganizações do curso médico²¹⁵

A criação do curso de Medicina e Cirurgia, em fins de outubro de 1913, marca, na então denominada UP, a constituição da FMP, que aglutina, a partir desse momento, os cursos médico-cirúrgico (6 anos de duração) e os já existentes e operantes na área da saúde: Farmácia (3 anos), Odontologia (2 anos) e Obstetrícia (2 anos). A escolha particular por esses cursos iniciais na área da saúde e no projeto inicial da UP é congruente com a oferta de outras

²¹⁴ O dr. Ubaldo Veiga (RJ), por exemplo, anunciado especialista no tratamento da sífilis, da gonorreia, da impotência genital e da morfeia, era um dos itinerantes em Curitiba, chegando a atender em Paranaguá onde estavam seus pais, como em outras cidades do interior, em especial, Ponta Grossa. Atendia, pela manhã, no Laboratório Paranaense, a Rua Barão do Serro Azul, n. 6, e à tarde na Farmácia Oncken, na Praça Tiradentes, n. 5. (COMMERCIO DO PARANÁ. *Anúncio*: dr. Ubaldo Veiga. Curitiba, n. 54, 13 dez 1912, p. 1-2; Idem. *Anúncio*: dr. Ubaldo Veiga. Curitiba, n. 262, 19 ago 1913, p. 1; Idem. *Anúncio*: dr. Ubaldo Veiga. Curitiba, n. 288, 18 set. 1913, p. 3). Já o dr. Theodomiro Telles (SP), especialista em olhos, nariz, ouvido e garganta, anunciou e fixou residência na cidade, atendendo em dois endereços. (DIÁRIO DA TARDE. *Noticiário*: dr. Theodomiro Telles. Curitiba, n. 4.326, 14 mar. 1913, p. 5; Idem. *Anúncio*: dr. Theodomiro Telles. Curitiba, n. 4.344, 4 abr. 1913, p. 5). O médico Cândido de Mello e Silva também fixou residência. (DIÁRIO DA TARDE. *Noticiário*: dr. Cândido de Mello e Silva. Curitiba, n. 4.333, 22 mar. 1913, p. 5). Tal como esses, outros mais.

²¹⁵ A partir daqui, optei por atualizar a redação das cadeiras ali lecionadas ao português corrente, sem prejuízo do seu conteúdo original. Assim, antes de escrever *Physica pharmaceutica*, passo a *Física farmacêutica*. O mesmo procedimento foi adotado ao tratar da legislação do período.

instituições congêneres do período, sendo os cursos tradicionalmente mais difundidos na área em todo o país. Já Obstetrícia, um curso que aparece como oferta inicial no rol de cursos da UP, em 1912, e que acaba por não contar com nenhum inscrito, é aglutinado, oficialmente, como disciplina do curso médico nos anos finais, sendo somente mais tarde que reassume o status de curso, como Enfermagem Obstétrica (a partir de 1933). Essa escolha no plano inicial, certamente, condizia com o que os médicos filiados à SCM de Curitiba percebiam das demandas locais em relação ao sensível registro do aumento de nascimentos, das consequências da falta de assistência ao recém-nato e à criança que, não raro, sucumbia ao óbito de doenças infecciosas, como a gastroenterite, antes dos cinco anos de idade, bem como, da atenção especializada à gestante, alvo de parteiras nem sempre diplomadas, levando ao risco da febre puerperal. O fato é que a oferta de tais cursos correspondia às demandas percebidas na experiência dos médicos na cidade, e se encontravam devidamente regulados em lei para a sua efetivação.

A esse respeito, a legislação educacional em vigor, que definia o ensino superior à época da constituição da UP, era a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental²¹⁶. Essa legislação, considerada a primeira regulação educacional do gênero no período republicano, tratava da autonomia administrativa e didática dos institutos de ensino superior e deliberava sobre vários aspectos, entre os quais a organização do Conselho Superior de Ensino (C.S.E., RJ, instância máxima da educação, na esfera federal, posteriormente, substituído pelo Conselho Nacional de Educação – C.N.E., em 1925, e depois, em 1931, pelo Departamento Nacional de Educação – D.N.E.), a organização das congregações das faculdades isoladas, o processo de escolha dos diretores e suas atribuições mandatárias, a constituição do corpo docente e seus direitos e deveres, o regime escolar, a distribuição das matérias dos cursos, a polícia acadêmica, o pessoal administrativo, os certificados conferidos e até a instrução militar. Era esse o incentivo à criação de novas instituições superiores *desoficializadas*, isto é, de iniciativas particulares, como o presente caso.

O momento propício culminou com a criação de várias instituições identificadas como “universidades”, mas com sentidos os mais variados. No caso do Paraná, a “UP”, instituição particular de ensino, procurava dar sentido comum, ou melhor, congregar um conjunto de cursos que preparassem para as carreiras liberais, e não só elas, posto a vigência do curso de comércio (técnico-profissional), e do curso preparatório de 4 anos de duração (aos exames de

²¹⁶ BRASIL. *Decreto n. 8.659 - 5 de abril de 1911. Aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Actos do Poder Executivo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, p. 492-512. (Coleção de Leis)

admissão, 1914-1918), dentre as ofertas ali condensadas. Situação um tanto diferente da ocorrida em São Paulo, com a “Universidade de São Paulo”, fundada em 19 de novembro de 1911 (Artigo 1º)²¹⁷, cuja proposta de oferta englobava ainda vários outros níveis de ensino: do jardim de infância aos cursos superiores, e além dele, o chamado curso transcendente, destinado a desenvolver “a alta cultura mental” dos seus estudantes (Artigo 2º). Como se vê, a Lei Rivadávia (1911) permitiu a organização de instituições superiores anteriores mesmo à do Paraná, como no exemplo citado, de São Paulo – só para ficarmos num caso mais próximo regionalmente. Contudo, a difusão de “universidades”, a exemplo dos casos citados, exigiu, em pouco tempo a revisão da lei, culminando, em 1915, na Reforma Maximiliano. Mas até que ela acontecesse, era a Lei Rivadávia, ou melhor, a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, a legislação vigente naqueles anos iniciais da então UP.

Na mesma data, afora essa organização mais efetiva dos institutos superiores, houve outra legislação que tratou, especificamente, sobre as faculdades de medicina. Era o Decreto n. 8.661²¹⁸ que aprovava o regulamento das faculdades de medicina no país. A legislação específica, de 99 artigos, regulava os cursos que constituíam tal faculdade (inclusive os da área da saúde), a condição para a matrícula, definia as matérias, requisitos do corpo docente, a seriação de todos os seus cursos, instruía sobre as aulas em geral, orientava o exame preliminar (Ciências Físico-Químicas e Naturais), a prova médica básica, a prova final do curso médico, os exames de médicos e parteiras estrangeiros, os prêmios em geral, tratava dos auxiliares de ensino, do provimento do cargo docente e da instrução militar. De modo geral, uma legislação que completava a regulação, sobretudo pedagógica, das faculdades de medicina no país. Sob a perspectiva administrativo-burocrática, já havia a referida Lei Orgânica. A equação então não era difícil. Para ofertar cursos nessa especialidade, bastava seguir essas duas leis educacionais – a geral e a específica para as escolas médicas. Mas isso não pareceu ser tarefa simples, ao menos, no caso paranaense. A oferta primeva dos cursos da área da saúde (Farmácia, Odontologia e Obstetrícia), já apresentava algumas alterações no currículo, a despeito do regulado em lei. Consideremos, rapidamente, tal situação.

Na proposição inicial do breve curso de Obstetrícia (2 anos de duração), por exemplo, ficou ausente a cadeira de “Higiene geral infantil e antissepsia”, que deveria conformar a 5ª

²¹⁷ USP. *Regimento Interno da Universidade de São Paulo, aprovada em sessão do Conselho Superior realizada em 22 de abril de 1912*. São Paulo, 1912.

²¹⁸ BRASIL. *Decreto n. 8.661 - 5 de abril de 1911. Aprova o regulamento das faculdades de medicina. Actos do Poder Executivo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, p.527-542. (Coleção de Leis)

matéria do curso, segundo a legislação específica²¹⁹. O porquê da ausência poderia ser justificado no que os memorialistas apontavam como dificuldade de “laçar” professores “nas ruas pouco povoadas de Curitiba”²²⁰. Apesar de não coadunar com a perspectiva destas ruas tão vazias assim na capital na década de 1910, a ausência de professores qualificados para assumir tal responsabilidade poderia ser sim um problema real. Outra questão notada na comparação entre a proposição dos cursos e a lei foram algumas alterações na nomeação das cadeiras e sua ordem nas séries. Ainda nesse curso, a cadeira de Clínica Obstétrica, por exemplo, prevista em lei para a 1ª série do curso, constava no programa paranaense na 2ª série e ao lado da cadeira de Obstetrícia, possivelmente, a correspondente em lei do que se intitulava “Prática do parto natural e pequenas operações obstétricas” (Artigo 64, do Decreto n. 8661). De modo geral, eram poucas, mas sensíveis, as alterações num curso que já era breve. Acomodar a lei com a realidade foi uma tarefa considerada no Paraná. Nos casos dos cursos de Farmácia e de Odontologia²²¹, o que aparece é a presença de professores que assumiam cadeiras distintas além da sua cadeira de posse, ainda que conexas à sua especialidade profissional ou acadêmica. Era esse o caso, por exemplo, do lente José Cypriano Rodrigues Pinheiro, em três cadeiras diferentes de Química (1ª e 2ª séries), sua especialidade farmacêutica, bem como do lente Miguel Severo de Santiago, que também comparece duplamente no currículo dos primeiros cursos (Obstetrícia e Odontologia) com a disciplina de Anatomia descritiva. E havia ainda outros lentes mais nessas condições.

Conforme a lei, era possível assumir várias cadeiras e de diferentes cursos, inclusive

²¹⁹ O plano para Obstetrícia, constava de quatro cadeiras distribuídas em dois anos de duração, com os seguintes lentes: 1º ano, Elementos de anatomia descritiva - Anatomia descritiva e topográfica do abdômen e do canal pelviano (Miguel Santiago); Elementos de fisiologia - Fisiologia do aparelho genito-urinário feminino e noções de embriologia (Assis Gonçalves); 2º ano, Obstetrícia (Reynaldo Machado); e Clínica Obstétrica (Victor do Amaral). Chama a atenção, nesse conjunto de informações sobre os cursos ofertados, a brevidade do curso de Obstetrícia, com apenas quatro cadeiras nos dois anos de duração, sendo o primeiro ano mais teórico e o segundo, essencialmente prático.

²²⁰ CARNEIRO, Milton apud COSTA, Iseu da; LIMA, Eduardo (Orgs.). *O ensino da medicina na Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992, p. 37.

²²¹ O curso de Farmácia apresentava tempo maior de duração dentre os cursos da área da saúde, três anos, sendo, no total, nove cadeiras assim distribuídas: 1º ano, Física farmacêutica, com Manoel Lustosa Carrão; Química farmacêutica, com José Cypriano Rodrigues Pinheiro; História natural farmacêutica, com Joaquim P. Rebello; 2º ano, Noções de Microbiologia e de Higiene, Cláudio de Lemos; Química analítica e toxicológica, com José Cypriano Rodrigues Pinheiro; Química biológica e bromatológica, com José Cypriano Rodrigues Pinheiro; 3º ano, Farmacologia galênica, com Hugo O. Riedel; Farmacologia homeopática, com Nilo Cairo, e Matéria médica e terapêutica, vaga no ano de 1913. Já o curso de Odontologia, por sua vez, tinha o mesmo tempo de duração que Obstetrícia, sendo a diferença o maior número de cadeiras distribuídas por ano, num total de dez: 1º ano, Elementos de anatomia descritiva - Anatomia descritiva e topográfica da cabeça, com Miguel Santiago; Elementos de histologia e anatomia microscópica, com Abdon Petit Carneiro; Elementos de fisiologia e patologia geral, com Nilo Cairo; Clínica dentária, com A. Mattos Azeredo; Prótese dentária, com A. Neves da Costa; 2º ano, Noções de Microbiologia e Higiene, com Cláudio de Lemos; Patologia dentária, Estomatologia, com Julio Xavier; Matéria médica e terapêutica dentárias, com Virgolino Brazil; Clínica dentária, com A. Mattos Azeredo; e Prótese dentária, com A. Neves da Costa. (RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1913, op. cit., anexos).

na mesma área, desde que a vaga do professor ordinário (lente catedrático) fosse preenchida com a nomeação do professor extraordinário efetivo da mesma disciplina, e na falta deste, por outro professor ordinário, ou ainda o extraordinário e o livre docente (assistente, preparador ou substituto) indicado na forma da lei (Artigo 79, do Decreto n. 8661). Além disso, era permitido contratar profissionais para lecionar as disciplinas técnicas dos cursos de Obstetrícia e de Odontologia (Artigo 93, parágrafo único), bem como profissionais estrangeiros para a regência temporária de cadeiras ou cursos, assim como para a chefia e direção dos laboratórios (Artigo 84, do Decreto n. 8661). Entretanto, para tal, se fazia, antes, necessário, um corpo docente muito mais robusto do que o composto para os cursos da UP, em seu início. A descrição do quadro do corpo docente para os cursos da saúde apontava apenas a existência de lentes catedráticos, sendo que os “substitutos” inexistiam²²². As possibilidades de preenchimento dessas cadeiras vagas, como se vê, eram várias. Mas o que faltava mesmo, afirmando a tese dos memorialistas, eram profissionais habilitados e por isso, a sobrecarga de alguns como a única solução possível àquele momento. Se a realidade de tais cursos, breves e de currículos pontuais, já impunha uma condição limite ao minimamente possível, qual não seria a situação antevista para o curso de Medicina e Cirurgia, de currículo e seriação muito mais extensos se comparado aos demais em curso! Vejamos, especificamente, esse curso.

O curso de Medicina e Cirurgia vem, literalmente, à pauta do Conselho Superior da UP, na reunião de outubro de 1913. Mais precisamente, no dia 28 de outubro, quando o Conselho aprovou, a toque de caixa, o seu estatuto, a indicação do corpo docente para o mesmo e a constituição da Congregação de Medicina e Cirurgia. À mesa, apenas treze dos vinte e oito membros do colegiado estavam presentes. Era a média pouco substantiva da participação dos professores naquele primeiro ano letivo, apesar da permanente crítica e ameaça de exclusão aos membros (empossados) faltosos, dos quais reclamava o seu diretor. Quem presidia as reuniões do Conselho era o próprio diretor geral da UP, Victor do Amaral, eleito para o cargo. A aprovação do curso médico-cirúrgico, bem como, a criação da FMP²²³, àquela data e com aquele *quorum*, foi, de certo modo, pouco pomposa para uma especialidade que se pensava tantos cuidados. Mas sua entrada abrupta no repertório de ofertas de ensino da então UP não era assim tão diferente do modo bastante peculiar da constituição desse projeto na cidade – “produto de um gesto quase impulsivo, uma obra de audácia” nos dizeres do

²²² Apenas o curso de Odontologia apresentava um professor substituto para uma das três seções do curso; dos demais cursos citados, todas vagas (RELATÓRIO GERAL DA UP, op. cit., 1913, anexos).

²²³ A partir dessa data, a “Congregação dos Cursos de Odontologia, Obstetrícia e Farmácia” passou a “Congregação de Medicina e Cirurgia”. (Idem, p.24).

médico-fundador²²⁴.

Foi, então, na rapidez de sua acolhida, e na urgência de estabelecer o novo curso médico que os novos lentes assumiram suas cátedras sem concurso. Empossados no dia 30 do mesmo mês de outubro, oito professores compunham o vasto quadro de cadeiras de que tratava os seis anos de duração do curso médico. Apesar de poucas delas terem permanecido vagas, com os poucos professores desdobrando-se em cadeiras distintas, ficou assim distribuído, o primeiro ano letivo do curso médico-cirúrgico da então FMP:

Quadro 2 – Distribuição das cadeiras e seriação do curso médico-cirúrgico (1913)

Séries	Cadeiras do curso de Medicina e Cirurgia	Lentes
1º	Anatomia descritiva Histologia História Natural Médica	Miguel Severo de Santiago Abdon Petit Carneiro Joaquim Pinto Rebello
2º	Fisiologia Física Médica Química Médica Clínica médica e propedêutica médica	Alfredo de Assis Gonçalves Manoel Lustosa Carrão Manoel Lustosa Carrão João Evangelista Espíndola
3º	Patologia Geral Microbiologia Anatomia médica, cirúrgica e operação e aparelhos Clínica médica e propedêutica médica Clínica dermatológica e sifiligráfica	vaga Cláudio de Lemos Miguel Severo de Santiago João Evangelista Espíndola José Guilherme de Loyola
4º	Anatomia e Fisiologia patológicas Farmacologia Clínica médica com Patologia médica Clínica cirúrgica e propedêutica cirúrgica Clínica pediátrica médica e puericultura	Franco Carini vaga João Candido Ferreira Jorge Hermano Meyer Abdon Petit Carneiro
5º	Terapêutica clínica e experimental Homeopatia e terapêutica homeopática Clínica cirúrgica com patologia cirúrgica Clínica médica e história da medicina Clínica homeopática Clínica de olhos, ouvido, nariz e garganta	vaga Nilo Cairo da Silva Francisco Burzio Artidonio Pamplona Nilo Cairo da Silva Vaga
6º	Higiene Medicina Legal e toxicologia Clínica ginecológica e ginecologia Clínica obstétrica e Obstetrícia Clínica neurológica e psiquiátrica Clínica pediátrica cirúrgica e Ortopedia Clínica médica Clínica cirúrgica	João Evangelista Espíndola João de Moura Britto Reinaldo Machado Victor do Amaral Antonio Rodolpho Pereira Lemos vaga Artidonio Pamplona Joseph Ferencz

Fonte: RELATÓRIO GERAL DA UP, 1913, anexos.

O Quadro 2 apresenta a seriação, as cadeiras e os lentes respectivos do plano inicial do

²²⁴ SILVA, Victor Ferreira do A. apud COSTA, Iseu Affonso da. *Patronos da Academia Paranaense de Medicina*. Curitiba: Fundação Santos Lima, 2003, p.242.

curso de Medicina e Cirurgia da FMP, na sua aprovação em fins de 1913. Nessa organização, observa-se, de início, a inexistência de professores auxiliares ou substitutos para as cadeiras do curso médico, posto que todas as onze seções de que estava constituído o curso, nesse aspecto, se apresentavam vagas. Além disso, cinco das trinta e uma cadeiras ofertadas também estavam vagas, isto é, sem lentes catedráticos. Era esse o caso de Patologia Geral (3ª série), Farmacologia (4ª série), Terapêutica clínica e experimental (5ª série), Clínica de olhos, ouvidos, nariz e garganta (5ª série), e Clínica pediátrica cirúrgica e Ortopedia (6ª série). Mas isso não era ainda muito comprometedor para o ritmo das aulas em curso, pois se tratava de ausências mais especificamente das últimas séries do currículo. Até que os anos finais do curso chegassem, a instituição teria lá algum tempo para se organizar. E no quadro se observa ainda a presença de professores “interinos” para outras sete cadeiras do curso, o que significava dizer, na prática, que tais cadeiras também se encontravam vagas, isto é, sem lentes catedráticos. Os professores interinos, na sua maioria, já participavam, anteriormente, dos cursos na área da saúde, sendo eles: Miguel Severo de Santiago (Anatomia descritiva), Manoel Lustosa Carrão (Química médica), João Evangelista Espíndola (Clínica médica e propedêutica médica), Abdon Petit Carneiro (Clínica pediátrica médica e puericultura), Nilo Cairo (Clínica homeopática) e Artidonio Pamplona (Clínica médica). Além de interinos, os professores aqui citados assumiam no curso de Medicina e Cirurgia duas, até três cadeiras ao todo, cada um. Era uma tarefa a mais, sobretudo àqueles que ainda teriam de se dedicar à sua cadeira de posse – altos candidatos na disputa daquele título de “gramofones” da universidade!²²⁵

Na comparação entre o quadro de disciplinas ofertado pelo curso de Medicina e Cirurgia da então constituída FMP e a legislação vigente (ver Anexo 1), logo se observam algumas alterações, ausências e até o seu contrário, pontuais inclusões também. De começo, muitas mudanças na ordem das cadeiras nas séries que a lei demandava. Por exemplo, Física médica e Clínica médica, ao lado de História natural médica, constavam, em lei, da 1ª série do curso. No entanto, na FMP estavam na 2ª série do curso. Nessa série, a legislação regulava Anatomia descritiva, Anatomia microscópica e Fisiologia, contudo, a primeira cadeira compunha a 1ª série, a segunda, estranhamente não foi ofertada em todo o curso (talvez, incluída em alguma outra cadeira) e a terceira cumpria a lei. E assim prosseguiram as várias alterações de cadeiras e séries. Uma hipótese para tais alterações, na ordem da seriação das

²²⁵ Milton Carneiro é quem traz à tona a história dos “gramofones universitários” na UP. Era um apelido aos professores que, ao assumirem várias disciplinas, acabavam por repetir a matéria dada. (CARNEIRO apud COSTA, LIMA, op. cit., p. 37-38). Aqui, insisto na dificuldade de eleger um ou outro “gramofone”, sobretudo nos anos iniciais, já que a muitos caberia tal título.

cadeiras, seria em decorrência da disponibilidade dos lentes efetivos para atendê-las. Num corpo docente já restrito ao mínimo possível, que se desdobrava em várias disciplinas dos diferentes cursos, além de assumirem atividades burocrático-administrativas na instituição, e seus próprios trabalhos além da FMP, um ajuste se faria absolutamente necessário, mesmo que conflitasse um pouco com o disposto na lei. Isso não significava que as cadeiras não seriam lecionadas, mas adaptadas às condições do quadro docente. E por falar em cadeiras ausentes...

De modo geral, o Decreto 8.661 de 1911 apresentava trinta cadeiras distribuídas nos seis anos do curso médico, sendo que as três primeiras séries apresentavam menor número de disciplinas (três por ano) e as demais com variadas cadeiras de especialidades distintas, principalmente as Clínicas: médica, cirúrgica, oftalmológica, otorrinolaringológica, dermatológica e sifiligráfica, pediátrica médica e higiene infantil, pediátrica cirúrgica e ortopedia, obstétrica, ginecológica e psiquiátrica e de moléstias nervosas. O que se observa do quadro do curso de Medicina e Cirurgia da FMP é o aumento gradual no número de disciplinas lecionadas, ainda que permanecessem as alterações de séries, e algumas introduções ao currículo composto por trinta e uma cadeiras, uma a mais que a legislação vigente. Mas entre mais e menos, o curso médico então proposto deixava de contemplar *ipsis litteris* pelo menos uma cadeira, e talvez nem ela: Anatomia microscópica, da 1ª série, poderia ser a referência para Histologia ofertada ali mesmo, disciplina esta que estuda a estrutura microscópica dos tecidos e órgãos.

Está aí a raiz da dificuldade de comparação das cadeiras ofertadas em relação à lei, pois bem se nota a tendência de modificar o título das mesmas, ampliando-a na sua compreensão estrita e sugerindo, na inclusão de outras especialidades, o seu aprofundamento. Isso é muito observável, por exemplo, nas disciplinas da quinta e da sexta séries do curso. Se na lei constava apenas Terapêutica, no curso médico da FMP ela recebia um acréscimo e passava a se chamar “Terapêutica clínica e experimental”; se naquela, apenas Clínica obstétrica, no curso era “Clínica obstétrica e Obstetrícia”, e assim outras mais. Além da ampliação do título das cadeiras, o que se pode pensar numa tentativa de afirmar o caráter especializado da disciplina ou do curso médico ofertado, inclusões na pauta também, ainda que pontuais, são observáveis e reafirmam ainda mais tal perspectiva. Por exemplo, da segunda série, é a cadeira de “Química Médica” que destoa do conjunto das disciplinas em lei, no entanto comparece, ao menos, no currículo da FMRJ²²⁶; na quarta série, “Clínica pediátrica

²²⁶ As disciplinas de Química Médica e Histologia comparecem no currículo do curso médico-cirúrgico da FMRJ. Aliás, esse currículo também, apresentou várias alterações de séries se comparado ao Decreto referido.

médica e puericultura” – a troca de higiene infantil por puericultura, neste caso, amplia o cabedal formativo para a disciplina²²⁷; e da quinta série, as inclusões inexistentes na lei: “Homeopatia e terapêutica homeopática”, “Clínica médica e história da medicina” e, “Clínica homeopática” – ainda que tivessem todas vidas curtas curtíssimas até a próxima regulação educacional.

Todas essas alterações e inclusões não atendem apenas o sentido de especialização curricular do curso ofertado na FMP, como também procuram demarcar, à época, uma essencial diferenciação em relação aos demais cursos existentes no país. Tais inclusões e ampliações, por exemplo, não aparecem no currículo do curso médico da FMCS²²⁸, e nem todas estão no da FMRJ, que tenderam, ambas, a acatar o proposto pela legislação específica, ainda que essas mesmas instituições tivessem, a exemplo da FMP, procedido a pontuais alterações das cadeiras nas séries dos seus cursos. No caso paranaense, essa conformação um tanto quanto diferenciada, sobretudo dos anos iniciais do currículo do curso médico, evidenciava o aproveitamento das potencialidades formativas e a disponibilidade do próprio corpo docente para dar conta do currículo assumido. E isso se manteria nessa organização até o Decreto n.11.530 – de 18 março de 1915²²⁹, também conhecido como Reforma Maximiliano, que reorganizou o ensino secundário e superior, promovendo uma revisão de todo o conteúdo do texto anterior, inclusive ditando novas regras aos cursos de medicina, exigidas para a condição de equiparação às instituições oficiais congêneres, a fim de resguardar a garantia profissional dos alunos matriculados nas escolas médicas de todo o país. Em se tratando de reformas educacionais na área médica na primeira metade do século XX, esta, a de 1915, foi a de maior repercussão – já nos primeiros anos da FMP seu impacto seria grande.

Estando todos os cursos da faculdade em andamento, a diretoria entendeu por bem, manter o mesmo regime até o fim do ano letivo para realizar as devidas adaptações curriculares para o ano seguinte (1916). Não seriam poucas as alterações e, por isso, tal legislação significou um momento de suspense na instituição, que sentiu “os seus alicerces

(FMRJ. *Regulamento da FMRJ, aprovado pela Congregação e pelo Conselho Superior do Ensino*. Rio de Janeiro, 1912, p.20-23).

²²⁷ Tomando de empréstimo os relatos de médicos analisados por Junia Pereira, a puericultura pode ser entendida como a medicina da promoção da saúde de crianças e a pediatria, como a medicina de doenças de crianças. De um caráter eminentemente curativo da disciplina (Clínica pediátrica médica) do currículo da FMP, vê-se a extensão de práticas preventivas (puericultura) e que tem “assente na enfermagem e na ação escolar.” (PEREIRA, Júnia Sales. *História, Ciência e Infância: narrativas profissionais no processo de singularização da pediatria como especialidade*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008 – citação, p. 51).

²²⁸ REGIMENTO INTERNO DA USP, op. cit., 1912, p.15-17.

²²⁹ BRASIL. *Decreto n. 11.530 – de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Actos do Poder Executivo*. RJ: Imprensa Nacional, 1915, p.1107-1135. (Coleção de Leis)

ameaçados pela reforma de ensino”, como registrava em seu relatório anual, o diretor geral.²³⁰ Isso porque a instituição continuava organizada sob o princípio geral da UP, e não havia até então instituição congênere no país ao qual pudesse ser oficialmente equiparada. Assim, o C.S.E., instância superior da educação na capital federal, resolveu que tal reconhecimento só poderia ser feito com o desdobramento da instituição em escolas autônomas. Daí que, em 25 de maio de 1918, a UP se desdobrou em três faculdades (Direito, Engenharia e Medicina), firmou a autonomia didática, mas manteve centralizada a direção administrativa. A separação completa, para o reconhecimento federal, só aconteceu, mais tarde, no ano de 1920, quando em sessão, na última assembleia geral da UP realizada em 19 de dezembro daquele ano, foi homologada a decisão em escritura pública, ficando a partir de então, cada faculdade (Medicina, Direito e Engenharia) com sua administração e patrimônio independentes, ainda que utilizando o mesmo espaço físico e alguns laboratórios conjuntos.²³¹

À ideia de “alicerces ameaçados”, é preciso considerar, também se aplica ao comportamento da demanda de alunos que, a partir dos anos que se seguem à reforma, retrairia. Questão que se justifica não apenas sob o ponto de vista da desconfiança gerada pela lei de 1915, que deixava a pensar se estariam ou não resguardadas as garantias profissionais dos ali diplomados, mas, sobretudo, devido às alterações ocorridas nos exames de admissão aos cursos, que passavam, a partir de então, a ocorrer na forma de vestibular. Há também, uma situação que não é das menores: o transe mundial com a vigência da I Guerra Mundial, que abalaria os ânimos da juventude paranaense, posta à disposição para servir a pátria. A este particular respeito, a FMP assistiu a partida de alguns dos seus alunos para o combate, aclamados a bem de servir como exemplo de civismo e de patriotismo aos demais colegas da casa, como informam alguns relatórios. Sabe-se que esse tema, corrente naquele período, estava sempre presente na pena de Victor do Amaral. O estreitamento da relação com Olavo Bilac (1865-1918), seu colega desde os tempos de escola secundária no Rio de Janeiro, colaborou ainda mais nesse sentido. Visitas de Bilac à FMP foram relatadas, ao menos, em dois diferentes momentos (1915 e 1916), quando teve ele a oportunidade de palestrar sob os

²³⁰ UP. *Relatório geral da UP apresentado à Assembléa Geral de 19 de Dezembro do anno de 1915 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director*. Curitiba: Typ. Max Roesner, 1915, p. 3-4.

²³¹ FMP. *Relatório apresentado à Congregação da Faculdade de Medicina do Paraná em sessão de 19 de Dezembro de 1920 pelo Director Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva*. Curitiba, 1921, p. 3-4. A respeito do uso compartilhado de laboratórios, houve, pelo menos, o registro do uso comum, entre a FMP e a Faculdade de Engenharia, do Laboratório de Física, que pertencia à segunda escola. O desejo de constituição do próprio Laboratório de Física, no caso da FMP, foi apenas uma sugestão levantada pelo diretor no relatório do ano de 1927, sem mais referências a respeito nos anos seguintes. O que se supõe é que outras urgências se sobrepujaram a essa. (FMP. *Relatório apresentado à Congregação da Faculdade de Medicina do Paraná pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director, em sessão de 3 de janeiro de 1928*. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia, 1928, p. 4).

temas do despertar patriótico e da Liga da Defesa Nacional, sua criação desde 1916²³². Aliás, a instrução militar (Estatuto 1915, Artigo 280) como atividade obrigatória para as escolas superiores constituídas sob a lei de 1911 e baseada na regulação de 1908²³³, é mantida rigorosamente na FMP.

A Reforma Maximiliano exigiu logo a reforma dos Estatutos. Mas ela só ocorreria em fins de novembro de 1915, sendo a quarta reformulação estatutária da casa²³⁴. A nova versão apresentou menor número de artigos que a anterior, de 1914 (de 374 para 327 artigos), e a proposição reflete o que aparenta: texto enxuto e objetivo. É nessa reforma interna de 1915, por exemplo, que se destina, na FMP, capítulo próprio ao ensino das cadeiras de Clínicas (Capítulo XIV, Do ensino da Clínica) e que consideraria, a partir de então, o ensino a ser mantido nos hospitais da UP e, note bem, nos “hospitais particulares contratados para esse fim”, uma significativa alteração do estatuto anterior, centralizado à ideia de um Hospital geral (Capítulo XIV, Do Hospital da UP, Estatuto 1914), que não sai do papel durante o período estudado – somente mais tarde, já na segunda metade do XX, com a concretização do projeto no Hospital de Clínicas. Naquela antiga versão, ainda, a proposição de outros espaços, alguns postos em operação, como o Dispensário Dentário (1913) e a Maternidade (1914), ou apenas na proposição, como a Policlínica Geral do Paraná e a Farmácia da UP. A esse respeito, no Estatuto de 1915, aparecem somente os capítulos próprios para o Dispensário Dentário e a Farmácia (esta última, intenção que não se consuma na década de 1910). E, ainda, com a inclusão do capítulo do ensino das Clínicas, referido anteriormente, o ponto assume maior relevância se considerarmos que é nesse mesmo ano de 1915 que a FMP estabelece a parceria com a SCM de Curitiba para a realização efetiva do ensino prático de tais cadeiras do curso médico, que àquele ano se resumiam apenas a Clínica Médica e Propedêutica e a Clínica Dermatológica e Sifiligráfica.

Nesse ponto da reformulação estatutária há duas ocorrências que quero salientar.

²³² A Liga de Defesa Nacional, constituída por Olavo Bilac, continua operante, como se observa de seu sítio na internet, no qual os filiados mantêm como “finalidade permanente”: “*Cultivar na opinião pública do Brasil um elevado sentimento de patriotismo.*” (LIGA DA DEFESA NACIONAL. *Finalidade permanente*. Disponível em: <<http://www.ligadedefesanacional.org.br/principal.htm>> Acesso em: 15 nov. 2009).

²³³ BRASIL. *Lei n. 6.947 de 8 de maio de 1908* - Approva o regulamento para execução do alistamento e sorteio militar estabelecidos pela lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908. (Cf.: Artigo 170 – torna obrigatória a instrução de tiro e evoluções militares aos alunos maiores de 16 anos nas escolas superiores da República).

²³⁴ Um apanhado das principais alterações do Estatuto no período estudado: fins de 1912 (UP), com alterações administrativas; 23 de outubro de 1913, criação do curso de Medicina e Cirurgia e incorporação dos cursos da saúde à FMP; 21 de maio de 1914, reelaboração interna do Estatuto; 29 de novembro de 1915, a primeira ante a Reforma Maximiliano; 4 de setembro de 1916, a segunda ante a Reforma Maximiliano, com modificações de programas, inclusive do de Medicina; maio de 1918, o desligamento didático da FMP da UP; 26 de outubro de 1918, reorganização curricular conforme a fiscalizada FMBH; fins de 1920, autonomia completa das faculdades; julho de 1923, seriação das cadeiras dos programas de cursos; 1925, Lei Rocha Vaz; 1932, adaptações ao Estatuto das Universidades Brasileiras.

Primeira, a da resistência dos professores da FMP em acolher a Reforma Maximiliano no momento em que ela foi decretada. E depois os seus efeitos causados àquele ano letivo. Com relação à primeira, era ainda meados do mês de março de 1915 quando a lei veio a lume. Pode-se pensar na eventual possibilidade, e era o esperado, de que as alterações regimentais ocorressem ainda naquele ano em início. Entretanto, membros da diretoria e congregados da FMP teceram duras críticas ao regulado²³⁵, sobretudo quanto a organização curricular do curso médico, gerando não apenas um impasse, mas uma resistência aberta ao texto legal e à consequente reorganização institucional. Isso resultou numa outra ocorrência naquele ano letivo, bem a exemplo do que se passou em 1913: houve muitos pedidos dos lentes para a transferência de cadeiras. Enquanto as discussões internas em torno da lei prosseguiram, e o Conselho Superior da UP aprovava possíveis modificações curriculares a serem representadas junto ao C.S.E., Nilo Cairo, ele mesmo, dirigiu-se para lá, em viagem no mês de abril “a fim de requerer a equiparação da FMP às oficiais congêneres”²³⁶. Teria ele levado junto ao C.S.E., as duras críticas que tecia perante o Conselho da casa? É uma possibilidade. No entanto, a viagem não resultou em avanços no tema, nem do oficial. Lá, soube ele que era “premature” o pleito da equiparação, já que deveria antes proceder a separação das faculdades (as três) e aguardar a fiscalização prévia por inspetores distintos – o que acarretaria em mais ônus aos cofres da casa, uma vez que as custas dos inspetores sairiam às expensas da requerente, e agora não mais um apenas, mas três. E silêncio, fez Nilo, do texto da lei...

Contudo, parece ter ele aproveitado a sua estada na capital federal para recolher os programas atualizados das faculdades oficiais e observar, de perto, a composição curricular do curso médico ora exigido. É assim que ele reflete, com detalhamento, os “flagrantes deslizes” que entende da legislação educacional de 1915:

Para não citar senão dous exemplos flagrantes de deslises dessa reforma, basta dizer-vos que nas Faculdades de Medicina federais, estuda-se *Anatomia descriptiva* (1ª parte, isto é, ossos, articulações, músculos e vasos) no mesmo 2º anno do curso, em que se estuda *Physiologia* (1ª parte, isto é, digestão, respeiração, circulação), conforme se pode verificar pelos programmas das respectivas cadeiras, que aqui tenho sobre a mesa, diante de mim. Quer se cousa mais irracional? O estudante de medicina estudar a physiologia dos aparelhos digestivo e respiratório, sem conhecer a anatomia descriptiva desses aparelhos, que elle só vae estudar no 3º anno? Não é só isso. Colocam-se no 1º anno do curso medico as cadeiras de *Physica medica* e de *Chimica Medica*, quando ainda o alumno não tem noção alguma de anatomia nem de physiologia. Pois o que é physica medica, o que é chimica médica? O Sr. Dr. Toledo Dordsworth, que, aliás, é lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, está já

²³⁵ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1915, op. cit., p. 20; 27-28.

²³⁶ Idem, p. 21-22.

cansado de fazer ver que um curso de *physica medica* não é matéria para o 1º ano, mas para o 2º ou o 3º do curso médico; mas ninguém lhe quer dar ouvidos; d'ahi a irracionalidade dos programas dessas cadeiras, nas Faculdades officiaes, peçados de cousas que o alumno não pode comprehender por falta de preparo em anatomia e physiologia. Com effeito, o que póde entender um alumno de phonendoscopia ou de esthetoscopia, si ele não sabe ainda o que é o pulmão, o que é o coração, ou o que são as bulhas cardíacas?²³⁷

Nilo Cairo é firme nas considerações. Destrinhou, em “dois exemplos flagrantes de deslizes”, o que lhe pareceu “irracional” sob o ponto de vista da composição curricular dos programas das cadeiras do curso médico das escolas oficiais em meados da década de 1910. Programas estes que se encontravam “sobre a sua mesa”, diante dele, às suas mãos. Desse exercício ele entendia bem, bastando lembrar sua empreitada na organização dos cursos todos do projeto inicial da UP. E, médico formado (e formador) que era, entendia, também e tão bem, acerca da gradação do curso de sua especialidade. Não sendo, pois, eu médica, não ousarei discutir esses apontamentos, apesar de didaticamente compreensível pelo seu detalhamento. Chamo a atenção, porém, para a importância do seu ato contestatório, visando a melhor sequência curricular para o ensino e o aprendizado das disciplinas médicas em tela. É essa expressão, de tirar as vendas da aparente “irracionalidade” dos programas das cadeiras das escolas oficiais, e que o move ao embate junto as instâncias oficiais – a lei, à(s) faculdade(s), o Estado –, que me parece absolutamente interessante. É uma briga que se faz, pelo aluno, para o aluno, e sob o ponto de vista pedagógico e educativo. Não é, pois, questão qualquer. Ainda mais se levarmos em conta que a preocupação da formação dos médicos em Curitiba a toda hora esbarrava na afirmação de Victor do Amaral, aprofundando o lema (*Scientia et Labor*): “ensinar, diffundir a sciencia e não simplesmente diplomar”²³⁸. Daí que a contestação fosse um ato mais que educativo, era político, e no sentido lato da palavra. E sendo ato político, a preocupação quanto a seriação curricular não seria um ponto de vista qualquer, mas essencial, nesse caso.

Somente pensando assim é possível entender por que a conformação curricular do curso médico da FMP apresentada pelo novo Estatuto de 1915 tomou o rumo que tomou ao não atender, de todo, as alterações legais requeridas²³⁹. A constatação dessa atitude, antes de

²³⁷ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1915, op. cit., p. 22. *grifos no original*

²³⁸ AMARAL, Victor. “Faculdade de Medicina” [1929] In: LIMA, Eduardo C. (Org.) *Victor Ferreira do Amaral e Silva: o reitor de sempre* (coletânea). Curitiba: Imprensa da UFPR, p.388. (Cf.: capítulo 1, p.40-41).

²³⁹ Na reforma de 1915, a seriação oficial do curso médico é a que segue: 1º ano: Física Médica, Química Médica, História Natural Médica; do 2º ano: Anatomia descritiva (1ª parte), Histologia, Fisiologia (1ª parte, só frequência, com exame de cadeira no ano seguinte); do 3º ano: Anatomia descritiva (2ª parte), Fisiologia (2ª parte, com exame final), Microbiologia, Clínica propedêutica médica e cirúrgica; do 4º ano: Patologia geral, Anatomia e fisiologia patológicas, Clínica dermatológica, Clínica oftalmológica e Clínica cirúrgica; 5º ano:

causar estranheza ou surpresa, dignifica a coletividade diante do já exposto, pois declara a manutenção da palavra professada, firma o ato incontido, põe-se fiel à contestação aberta dos congregados da FMP em torno do tema da seriação curricular. A antiga forma (Quadro 2, p.87) dos primeiros anos do curso é, pois, mantida, tendo como base de defesa aquela argumentação do secretário geral Nilo Cairo. Mesmo que durasse pouco, era assim que seria, pelo menos, no ano de 1915:

Quadro 3 – Distribuição das cadeiras e seriação do curso médico-cirúrgico (Estatuto de 1915)

Séries	Cadeiras do curso de Medicina e Cirurgia	Lentes
1º	Anatomia descritiva (1ª parte) Histologia História Natural Médica	Miguel Severo de Santiago Abdon Petit Carneiro Eduardo Leite Leal Ferreira
2º	Anatomia descritiva (2ª parte) Física Médica Química Médica Fisiologia (1ª parte)	Miguel Severo de Santiago Manoel Supply de Lacerda Alfredo Assis Gonçalves Manoel Lustosa Carrão
3º	Fisiologia (2ª parte) Patologia Geral Microbiologia Clínica propedêutica médica	Manoel Lustosa Carrão Nilo Cairo da Silva Cláudio de Lemos João Cândido Ferreira
4º	Anatomia e Fisiologia patológicas Farmacologia e arte de formular Clínica propedêutica cirúrgica Clínica dermatologia e sifiligráfica Clínica oftalmológica e otorrinolaringológica Clínica cirúrgica	Franco Carini vaga Reinaldo Machado José Guilherme de Loyola Vaga Jorge Hermano Meyer
5º	Anatomia médico-cirúrgica e operações e aparelhos Terapêutica Clínica cirúrgica Clínica médica Clínica pediátrica médica e higiene infantil Clínica pediátrica cirúrgica e ortopedia	Miguel Severo de Santiago Aluísio França José Ferencz João Cândido Ferreira Abdon Petit Carneiro João Rebello
6º	Higiene Medicina Legal e toxicologia Clínica médica e história da medicina Clínica obstétrica com o curso de Obstetrícia Clínica ginecológica com o curso de Ginecologia Clínica neurológica Clínica psiquiátrica	João Evangelista Espíndola João de Moura Britto Artidonio Pamplona Victor do Amaral Reinaldo Machado Manoel Supply de Lacerda Antônio Pereira de Lemos

Fonte: ESTATUTO DA UP, 1915, p.9-10.

Anatomia médico-cirúrgica e operações, Terapêutica e arte de formular, Clínica cirúrgica (frequência e exame), Clínica médica, Clínica pediátrica médica, Clínica pediátrica cirúrgica, Clínica otorrinolaringológica; do 6º ano: Higiene, Medicina legal, Clínica médica, Clínica obstétrica, Clínica ginecológica, Clínica neurológica, Clínica psiquiátrica. (BRASIL. *Decreto n. 11.530* – de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. *Actos do Poder Executivo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 1129 - Coleção de Leis).

Na proposição então ratificada, e em comparação com a lei de 1915, especificamente o que se observa, além da modificação da ordem das cadeiras lecionadas, é a ausência da cadeira de Clínica Otorrinolaringológica, do quinto ano, muito provavelmente por falta de profissional – já vaga que se encontrava na composição anterior. As alterações que haviam sido protestadas pelo secretário da instituição que fazia a defesa de que “nossos programmas de ensino eram verdadeiros modelos, especialmente, quanto a seriação das cadeiras”²⁴⁰, justamente o ponto de desequilíbrio que entendia ocorrer na nova reforma, são mantidas, como se vê do Quadro 3, a contrapelo da lei, no novo Estatuto de 1915. É que tais alterações “prejudicariam gravemente os alunos”. Nessa visão ele parece ter ido até às últimas consequências, às últimas instâncias superiores, já que havia obtido aprovação do Conselho Superior da casa para levar as considerações junto ao C.S.E. no Rio de Janeiro. Se chegou a marcar presença junto ao C.S.E., não se sabe. Mas essa sua “revolta”, como ele a define, que é também a revolta da Congregação da FMP que se filia às suas críticas “contra a adopção servil do novo plano de ensino federal”, duraria pouco e o prejuízo final parece ter sido muito maior que apenas aquele que atingiria “os alunos”.

Tal procedimento, como destaquei, era, afinal, a própria ciência em ação que entendia incompreensível a quem lidava com o dia a dia do ensino médico “obrigar o alumno à *estudar phisiologia do aparelho digestivo sem conhecer a sua anatomia descriptiva*”²⁴¹, como regulava a lei. Mas manter-se inflexível nesse ponto guardava um sério risco, e em nada ajudaria a instituição que procurava, desde os primeiros anos, “ombrear”, como era o desejo, as instituições oficiais congêneres. Muito pelo contrário, nesse caso, desafiando claramente a lei, competia contra os intentos coletivos, consciente ou inconscientemente. Nesse jogo de impasses que se estabelecia – a lei ditava uma coisa, a FMP lograva tempo questionando, o ano letivo de 1915 corria, e a previsão de um currículo diferenciado da lei se estabelecia para o ano de 1916 com o Estatuto de 1915 –, inevitável pensar até quando o risco seria evitado.

A esse respeito, levou-se ainda algum tempo até que a reformulação estatutária sob a mesma lei ocorresse. Apenas no começo do mês de setembro do ano seguinte, 1916, a protelada reorganização da seriação do curso médico da FMP, conforme o que ditava a reforma Maximiliano, foi, enfim, realizada. E isso apenas diante do que havia se passado na casa ao lado, ou seja, na Faculdade de Medicina de Porto Alegre (FAMED). Lá, o C.S.E. exigiu a seriação das cadeiras do curso médico gaúcho tal como o apresentado pelas

²⁴⁰ UP. *Relatório Geral da Universidade do Paraná apresentado à Assembléa Geral de 19 de Dezembro do anno de 1916 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral, Diretor*. Curitiba: Typ. d’A República, 1917, p.22.

²⁴¹ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1916, op. cit., p. 18. *grifos no original*

faculdades federais da República. Foi o suficiente para que o Conselho Superior da UP fizesse o mesmo com a FMP, somente ‘aparentemente’ antecipando-se a possíveis “embaraços à futura equiparação”, ônus que ninguém mais queria ter para si. Daí que Nilo Cairo já amainasse as suas críticas à seriação curricular da lei já no relatório de 1916, assumindo ali um tom mais cortês, e até melancólico.

Resumindo a história: ao cabo do ano de 1915, o novo Estatuto foi aprovado em sessão de 29 de novembro da Congregação da FMP. Nele, ficou estabelecida ainda a separação das faculdades (Medicina, Direito e Engenharia) da então UP e seus referidos cursos (Medicina e Cirurgia, Farmácia, Odontologia, Obstetrícia – este último, ainda que integrante das séries finais do curso de Medicina e Cirurgia, e ainda que, acolhendo, temporariamente, a proposição de Medicina Veterinária²⁴²), todos com autonomia didática, porém mantendo a administração centralizada na direção e secretaria-geral. Nesse mesmo estatuto, ficou definitivamente organizado o quadro do corpo docente do curso médico e a impossibilidade, a partir de então, de transferência de cadeiras dos lentes, uma vez que, no entendimento do diretor, se deveria levar em conta uma preocupação pedagógica com o compromisso vitalício assumido (lentes catedráticos): “a UP já tem três annos de existência, é forçoso que cada lente se especialise seriamente na sua cadeira e nella aprofunde o seu saber, a fim de tornar cada vez mais efficiente o seu ensino”²⁴³. Era a preocupação pedagógica de uma instituição educacional que aos poucos adaptava seus rumos em face do percurso trilhado, e apesar dos desconfortos criados no olho da lei, cuja força, em especial, visava restringir a aparente liberdade difundida pela legislação anterior. Era pois, um xeque-mate oficial...

Daí, então, a grande surpresa. A despeito de todas as possíveis negociações do ano findo, bem como do corrente, Nilo Cairo, em seu último relatório didático e administrativo, se despedia não apenas do ofício de secretário que cumprira por quatro anos a fio e exaustivamente – exemplo disso é o irrepetível detalhamento dos relatórios didáticos-administrativos anuais da UP (1912-1916)²⁴⁴ em sua gestão –, como também deixava ele a própria instituição que se dedicara a construir. Numa saída incompreensível e sempre reclamada pelos seus colegas mais próximos, partia o “Leão da Universidade” (lembrando as palavras de Romário Martins) aparentemente ferido. As últimas linhas do seu relatório,

²⁴² Curso este que teria passagem transitória nos Estatutos da FMP, já que é ofertado apenas no ano de 1931.

²⁴³ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1916, op. cit., p. 18.

²⁴⁴ Aliás, mero detalhe, não encontrei em lugar algum da UFPR e fora dela, os relatórios posteriores, e primeiros que seriam, da FMP dos anos de 1917, 1918 e 1919 – o que defino como “ponto-cego” da presente pesquisa. Existiram sim, pois há menção de suas possíveis existências no relatório de 1920. Entretanto, a presente investigadora não teve a sorte de encontrá-los a tempo durante a caminhada. Lamentável, realmente.

lembram até um canto de amor e de lamento insondável²⁴⁵... A interpretação corrente é de que a situação do desmembramento da UP em faculdades isoladas foi por demais chocante para ele. Sua saída de cena, inclusive da cidade já que se muda para o interior de São Paulo (Mogi das Cruzes), encerra, ao menos temporariamente, a sua intensa participação no que foi o período inicial de funcionamento da UP. Mais tarde ele volta, ainda que de modo intermitente, para acompanhar a década de 1920. Mas já era outro momento seu, e da história da instituição também.

E como algumas coisas na vida parecem conectadas, de um jeito ou de outro, aquele episódio de contestação da organização curricular do curso médico protagonizado por Nilo Cairo, nos anos de 1915 e 1916 não seria, de longe, o único evento na casa, ao menos durante a primeira metade do XX. Ali, e com ele, se fez escola. Aliás, estava aí a regra, e desde o princípio, se considerarmos as alterações já ocorridas na seriação do primeiro ano letivo do curso médico paranaense. Entretanto, na trajetória de mudanças estatutárias da FMP, é nesta reforma de 1915 que se envolveriam os congregados, de modo mais veemente e contestatório, em torno das críticas ao regulado pela legislação educacional federal. Contudo, ainda outras reformas do curso médico se seguiriam, sobretudo as que procuravam ajustar a FMP às oficiais congêneres (em 1918, especialmente, e a de 1922), depois acolhendo as normativas legais de 1925 (Reforma João Luiz Alves, também conhecida como Lei Rocha Vaz), e mesmo a de 1931, com o tão aguardado Estatuto das Universidades Brasileiras (Reforma Francisco Campos)²⁴⁶. Novamente, outras situações assemelhadas advieram. Avancemos, então, ao período da década de 1920, que guarda a ocorrência do processo de equiparação da FMP às instituições oficiais congêneres.

Antes, breve consideração histórica. Não bastasse um fim de década tumultuado pelos efeitos dos conflitos armados ocorridos àqueles tempos, do qual a I Guerra Mundial (1914-

²⁴⁵ “Chegada a última linha deste Relatório, resta-me, para encerrar-o, apresentar-vos os votos que faço pela vossa felicidade pessoal [Victor do Amaral] e os desejos que levo de ver, de longe sempre na senda, do progresso de uma instituição, que, um dia, amei com o mais entranhado carinho do meu coração e que, certo, jamais a esquecerei.” (RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1916, op. cit., p. 57).

²⁴⁶ Aqui, identificamos as reformas aos nomes de seus executores, no entanto, oficialmente, nos referimos, respectivamente, às seguintes normativas federais: BRASIL. *Decreto n. 11.530* – de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. *Actos do Poder Executivo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p.1107-1135. (Coleção de Leis); BRASIL. *Decreto n. 16.782* – 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional de Educação, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. *Actos do Poder Executivo*, vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, p.20-89. (Coleção das Leis, 1925); BRASIL. *Decreto n. 19.851* – 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. *Actos do Governo Provisório*, vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, p.391-492. (Coletânea de Decretos-Lei).

1918) era evento recente e que sacolejou o cotidiano da cidade, com importante participação juvenil em destacamentos militares de combatentes, haveria ainda os fenômenos da febre tifoide (1917) e da gripe espanhola (1918) que grassaram pela cidade, fazendo suas vítimas entre professores, alunos, funcionários e demais envolvidos com a FMP. O ano de 1920 começava, portanto, com um legado histórico-médico-social amargo. No quesito educacional, os ajustes da Reforma Maximiliano cobravam o seu preço. E a retração sentida do número de matrículas nas séries iniciais dos cursos da FMP, anotado pelos relatórios do começo da década de 1920, foi, segundo os mesmos, possivelmente o resultado da introdução, desde 1916, do exame vestibular no lugar dos exames de admissão – algo que, ao contrário do que se pode pensar, é comemorado pelos membros da direção da casa, pois isso, a despeito do recrudescimento nas matrículas, “nos trouxe candidatos melhores preparados, capazes de apreender com facilidade os cursos superiores”²⁴⁷, lembrando que já eram conhecidas as críticas a respeito da pouca bagagem dos candidatos aos exames de admissão à casa e que motivaram a criação do curso Preparatório (1914-1918), já de saudosa memória. Essa aparente, já me adianto, retração das matrículas, como um “phenomeno” sentido pela casa, no entanto, não era só dela, diziam os relatórios. É questão que se passou “em todas as escolas superiores do paiz”, quando se justificava então que “não nos devemos lamentar de ver decrescer as matrículas em 1916 facto que não tem relação alguma com os créditos do nosso estabelecimento”.²⁴⁸ E não haveria de ser apenas isso mesmo. Havia toda uma conjuntura social, local, legal, de vários aspectos, até provavelmente o que nem consideramos, que levavam a essa observação sentida por eles na prática. Mas já voltamos a esse tema, reservemo-lo por ora.

O que quero destacar, neste ponto, é que, mesmo na adversidade – temporária –, a expectativa pela equiparação da FMP às escolas oficiais sempre se manteve nutrida. E foi o que os fez realizar, ao final do ano de 1918, uma importante modificação curricular, embora atropelada pelos eventos todos daqueles dias. Era a reorganização da FMP segundo os moldes da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte (FMBH), que àquela época já se encontrava reconhecida e fiscalizada pelo governo federal. A aprovação da Congregação à nova seriação e organização do corpo docente – esta última, necessidade real devido às grandes perdas do quadro observadas naquele ano, dentre os quais, do camarista Reynaldo Machado –, ocorreu na sessão de 26 de outubro, cujo acatamento à conformação curricular de 1915 foi integral, apesar das alterações de cadeiras dos 4º e 5º anos, como se observa a seguir:

²⁴⁷ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1916, op. cit., p. 20.

²⁴⁸ Idem.

Quadro 4 – Distribuição das cadeiras e seriação do curso médico em dois momentos: lei de 1915 e reforma de 1918 (FMBH); e os lentes da FMP

séries	Reforma Maximiliano (1915)	Cadeiras do curso de Medicina e Cirurgia (da FMBH à FMP)	Lentes (FMP, 1918)
1º	Física Médica Química Médica História Natural Médica	Física Médica Química Médica História Natural Médica	José Guilherme de Loyola Eduardo Wirmond Lima Eduardo Leite Leal Ferreira
2º	Anatomia descritiva (1ª) Histologia Fisiologia (1ª parte)	Anatomia descritiva (1ª parte) Histologia Fisiologia (1ª parte)	José de Azevedo Macedo Abdon Petit Carneiro Manoel Lustosa Carrão
3º	Anatomia descritiva (2ª) Fisiologia (2ª parte) Microbiologia Clínica propedêutica médica e cirúrgica	Anatomia descritiva (2ª parte) Fisiologia (2ª parte) Microbiologia Clínica propedêutica médica Clínica propedêutica cirúrgica	José de Azevedo Macedo Manoel Lustosa Carrão Alfredo de Assis Gonçalves Francisco Martins Franco Simão Kossobudzki
4º	Patologia geral Anatomia e fisiologia patológicas Clínica oftalmológica Clínica dermatológica e Clínica cirúrgica	Patologia geral Anatomia e fisiologia patológicas Clínica oftalmológica e Otorrinolaringologia Clínica dermatológica e sifiligráfica Clínica Cirúrgica Farmacologia	Leônidas do Amaral Ferreira Gabriel Nowicki Júlio Szymanski Domingos Jerson de Saboia José Ferencz Aloisio França
5º	Anatomia médico-cirúrgica e operações, Terapêutica e arte de formular Clínica cirúrgica Clínica médica Clínica pediátrica médica, Clínica pediátrica cirúrgica, Clínica otorrinolaringológica	Anatomia médico-cirúrgica e operações e aparelhos Terapêutica Clínica cirúrgica Clínica médica Clínica pediátrica	Miguel Severo de Santiago Euripedes Garcez do Nascimento Joseph Ferencz João Cândido Ferreira Joaquim Pinto Rebello
6º	Higiene Medicina legal Clínica médica Clínica obstétrica Clínica ginecológica Clínica neurológica Clínica psiquiátrica	Higiene Medicina legal Clínica médica Clínica obstétrica e ginecologia Clínica neurológica e psiquiátrica	João Evangelista Espíndola João de Moura Britto João Candido Ferreira Victor do Amaral Cláudio de Lemos

FONTE: FMP. *Livro-ata da Congregação da FMP*: sessão da Congregação de 26 de outubro de 1918. Curitiba, livro n. 2, p. 15-16.

Reorganizada, portanto, sob as bases curriculares de uma instituição oficializada, o que, de fato, lhes valia mais em apoio moral que qualquer outra coisa, uma vez que ambas as instituições caminhavam junto à lei vigente, a FMP se posicionava radicalmente alinhada às regulações legais alijando toda a discussão anterior que levou ao currículo ratificado no Estatuto de 1915, envidando, agora, todos os esforços para “garantir a autonomia da FMP”²⁴⁹, como diziam na sessão de junho da Congregação. O jogo havia mudado, as regras ainda eram as mesmas, mas no caso da FMP precisava-se de um reforço (FMBH), pois o desligamento da

²⁴⁹ FMP. *Livro-ata da Congregação*: sessão da Congregação de 1º de jun. de 1918. Curitiba, livro n. 2, p.11.

UP já havia ocorrido em 25 de maio daquele ano – estavam, portanto, à deriva. Era necessária uma reorganização a fim de mostrar um novo ânimo junto ao governo federal a fim de realizar, enfim, o pedido de sua equiparação, o que já contava de um longo caminho de preparação e expectativa. O Quadro 4 permite, então, observar o ofertado pela FMBH já com algumas pontuais alterações na acolhida pela FMP, em fins de 1918, e comparado à legislação específica vigente. De modo geral, poucas as alterações sentidas, e mais concentradas nos 4º e 5º anos do curso. As mudanças existentes ali, se referem a uma particular junção realizada pela FMP diante da ausência de professores (falecimento), que pegaria a todos de surpresa, durante aquele atípico ano (epidêmico) de 1918. Foi esse o caso da disciplina Clínica obstétrica e ginecológica, cuja junção se deveu ao falecimento de Reynaldo Machado (ginecologia), bem como a junção da disciplina Clínica Neurológica e psiquiátrica, com a morte de Manoel Supplicity de Lacerda. Ainda assim, a distribuição acertada para o ano de 1919, estava apenas virtualmente garantida: não virariam o ano os professores Cláudio de Lemos (psiquiatria) e Antonio Rodolpho Pereira de Lemos (clínica psiquiátrica e diretor do Hospício N. S. da Luz), mais baixas a contabilizar do quadro docente do curso médico paranaense²⁵⁰.

A situação da FMP, portanto, na virada da década de 1910 a 1920, não era lá das mais confortáveis e, dado o caráter fúnebre dos acontecimentos mais recentes, muito menos tempo para graça. A tese das “vacas magérrimas” dos memorialistas, incrustada num intervalo de respeitável duração (1912 a 1922), que encerra muito mais história para contar que a sugerida síntese, por demais sugestivamente anedótica, parece perder muito da sua validade diante de tantos e entremeados eventos daqueles tempos. Naquele ano de 1919, por exemplo, com o quadro efetivo docente desfalcado por, pelo menos, quatro professores catedráticos sucumbidos no ano da gripe, seria impossível pedir a equiparação às escolas médicas oficiais junto ao C.S.E., na capital federal. E assim não pôde ser feito mesmo. Por isso, apenas em fins do ano de 1920, na sessão da Congregação de 17 de novembro, é que houve a reorganização do quadro docente, encerrando o único fator que lhes faltava. Essa reorganização do quadro de professores já acolheria em si uma das principais marcas da década de 1920 na história da FMP: o retorno dos alunos formados como professores da instituição. O primeiro exemplo é o do médico recém-formado pela primeira turma, em fins de 1919: José Pereira de Macedo, que assumia a cadeira de Anatomia descritiva, naquela exata reorganização. Estava aí, já em ação, uma das faces contempladas do propósito inicial da constituição da FMP e da

²⁵⁰ LIVRO-ATA DA CONGREGAÇÃO DA FMP, op. cit., 1918, p. 17.

institucionalização da ciência médica no Paraná: a conformação de um quadro de especialistas na área médica – e da saúde – que começava a tomar os seus postos em várias searas de atuação na cidade, inclusive no ensino médico.

Mas o ponto aqui é pensar a organização do curso médico da FMP na primeira metade do XX. E naquela década de 1920 havia ainda muito o que ser feito. Especialmente depois de outro episódio imprevisto que daria certa dor de cabeça aos envolvidos no projeto pleiteado junto ao C.S.E. Naquele primeiro semestre do ano, em Curitiba, a expulsão de um aluno da FMP causaria transtorno a todos, pois, indo parar nos jornais, o jovem promoveria uma campanha negativa que tinha potencial para comprometer a imagem da instituição que buscava, desde muito antes de 1918, mas especialmente a partir dessa data oficiosa (ali completavam os cinco anos de existência mínima para requerer o pedido), a sua equiparação às instituições oficiais congêneres. Ademais, havia ainda o fator moral ante as demais faculdades coirmãs, posto que, das três faculdades da extinta UP, apenas a FMP ainda não havia requerido a equiparação – as demais já haviam obtido a fiscalização prévia e teriam, na sessão de julho daquele mesmo ano (1920), no C.S.E., a equiparação aprovada às oficiais congêneres. Portanto, o caso continha certa delicadeza para a escola médica paranaense, e exigiu a partida imediata do diretor Victor do Amaral, em 8 de junho, à presença do dr. Ramiz Galvão, presidente do C.S.E., “a fim de pulverisar as acusações que nos eram ferozmente asaccadas”²⁵¹. E os ataques, ao que parece, não eram apenas à instituição, mas também à própria pessoa do diretor, como ele ali registrava.

A visita resultou num bem providencial e necessário, e dissolveu, segundo os jornais, “os grunhidos de um despeitado que por ahi andou, em campanha inglória a atassalhar o bom nome da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná”²⁵². Os bons ventos voltariam a soprar a favor da escola médica, que receberia mais subvenções estatais para incentivar ainda mais o projeto aos olhos da capital federal, reorganizaria o quadro docente aproveitando os recém-formados da própria escola médica e em fevereiro de 1921 se colocaria novamente diante do C.S.E. para realizar, enfim, o pedido de equiparação. Naquele ano, a 21 de maio, finalmente, iniciava-se o aguardado trabalho de fiscalização prévia das instalações da FMP, com a indicação do inspetor Henrique de Araújo para os trabalhos. Ele retornaria ainda no mês de outubro (20) e de dezembro (1º ao dia 9), a fim de realizar o detalhado relatório de fiscalização para dar prosseguimento à solicitação. Tudo foi avaliado: as instalações didáticas,

²⁵¹ FMP. *Relatório do anno de 1920 apresentado a Congregação da Faculdade de Medicina do Paraná em sessão de 19 de Dezembro de 1920 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor*. Curitiba, 1921, p. 9.

²⁵² DIÁRIO DA TARDE. *Do meu canto – Vae triumphando a nossa Faculdade de Medicina*. Curitiba, 22 de out. 1920. (FMP. *Livro-ata “Notícias dos jornais sobre a Faculdade”*. Curitiba).

administrativas, a documentação institucional; realizou a assistência às aulas, aos exames e provas diversos, enfim, procurou se inteirar de todo o detalhamento possível da instituição (administrativo, burocrático e pedagógico), a bem de elaborar com fidedignidade o relatório oficial. Entretanto, em pouco tempo, os alunos matriculados, bem como os professores e a diretoria, sentiriam os primeiros efeitos de sua presença reguladora na casa.

Era meados de julho de 1921 quando um ofício do inspetor pairou sobre a mesa da diretoria. Tratava-se de um ato nunca antes observado na casa, pelo menos com tamanha expressão: a ordem de cancelamento de duas dezenas de matrículas, no meio do ano letivo. Isso não era habitual na FMP e foi motivo de protesto dos alunos. Alguns saíram à imprensa em moção de solidariedade²⁵³. De ordem do inspetor, pouco restava a fazer, senão obedecer. Entre os que tiveram as matrículas consideradas irregulares, constavam cinco alunos transferidos da Faculdade Hahnemanniana (RJ), seis alunos transferidos da Universidade de São Paulo (SP)²⁵⁴, um da Faculdade de Medicina de São Paulo (SP), três da Escola Médico Cirúrgica de Porto Alegre (RS), dois por terem apresentado certificados de colégio e instituição técnica de São Paulo (SP) e outros três por terem apresentado apenas o diploma de normalista (PR?). O ato foi recebido “com grande surpresa” pelo diretor da casa, que assim mesmo comentava a ação a ser cumprida, e a realizava, para o descontentamento dos estudantes. No entanto, era o que se tinha de fazer. Portanto, matrículas canceladas.

Essa questão, em especial por se tratar de alunos transferidos, me lembra uma instigante questão de Márcia Regina da Silva, levantada anos atrás, acerca da possibilidade da FMP ter obtido mais *quorum*, próximo ao ano de 1918, com o fechamento de uma escola médica paulista²⁵⁵, e de que alunos paulistas poderiam ter buscado a transferência de cursos para a capital paranaense – o que parece não ter sido novidade, inclusive, observada em outras bibliografias²⁵⁶. Se o referido ofício tratava particularmente desses transferidos, logo se vê o resultado. Antes, não me parece possível que o tenha sido, ainda que me falem os relatórios

²⁵³ GAZETA DO POVO. *Faculdade de Medicina, moção de solidariedade*. Curitiba, 26 de set.1921. (Livro-ata “Notícias dos jornais sobre a Faculdade”).

²⁵⁴ Trata-se da primeira escola médica paulista, porém não oficial, a Universidade Livre de São Paulo, de 1911, que já abordamos no capítulo 1, veja à página 44.

²⁵⁵ SILVA, Márcia R. B. da. O ensino médico em debate: São Paulo, 1890-1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 9(suplemento), 2002, p. 150.

²⁵⁶ COSTA, LIMA, op. cit., p. 35-36. Essa não seria a única vez que alunos das escolas médicas paulistas, ou ainda de outros estados, se deslocariam para a realização dos cursos médicos no Paraná. Quando a Reforma Francisco Campos (1931) trouxe novas exigências para o ensino superior, inclusive às faculdades de medicina, a FMCSF logo estabeleceu restrições para o número de matrículas de sua escola médica – algo que foi muito criticado nos jornais paulistas. Um desses jornais dava conta de que “um grande número de estudantes paulistas” deixavam o estado em direção às faculdades de medicina, sobretudo, do Rio de Janeiro e do Paraná. (Cf.: SILVA, Márcia Regina B. da. *Estratégias da ciência: a história da Escola Paulista de Medicina (1933-1956)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 30-31).

desse período específico (1917 a 1919) para observar de fato a possibilidade da ocorrência de um “grande número de estudantes paulistas”, como foi dito, terem sido transferidos para o Paraná. No entanto, me parece que isso não passaria despercebido na memória da casa, que, de certo modo, sentia, nos relatórios dos começos da década de 1920, a “retração” das matrículas, ao menos das séries iniciais dos cursos da FMP.

Entretanto, diante de um breve levantamento das matrículas gerais na FMP realizado a partir dos relatórios anuais de todo o intervalo do presente estudo (cf.: Anexos 4 e 5), apesar da ausência dos dados de 1917 a 1919 (o ponto cego da pesquisa), nota-se que o aparente recrudescimento de seu número a partir de meados da década de 1910 – mais para uma estabilização do quadro –, não estabeleceu a regra na década posterior. A partir do ano de 1920, especificamente, o dado já se apresenta razoavelmente elevado a 116 matrículas, quase o triplo do ano de abertura da casa em 1914, com as primeiras 43 matrículas. E essas só tenderiam a aumentar, paulatinamente, na década de 1920. Já nos anos 30 (este com 233 matrículas), o que se observa é um aumento galopante das matrículas nos cursos da casa, atingindo em meados da década (e já incluído o curso de Enfermagem Obstétrica, desde 1933), um número maior que três vezes o observado no começo da década (total de 712 matrículas). O recrudescimento aconteceu no período da instalação do Estado Novo, e a retomada se deu apenas na década seguinte, mas sempre acima da já expressiva faixa das 500 matrículas. O ano de 1945, ano de fechamento da pesquisa, registrou 780 matrículas nos diferentes cursos da escola médica paranaense, sendo 604 matrículas só no curso médico. Os dados permitem observar, claramente, a evolução do número de matrículas da FMP, e o destaque do curso médico, desde 1915, como o carro-chefe dentre os cursos ali ofertados. Diante desses números do movimento de entrada, relativiza-se um outro dado da movimentação dos alunos, retomando aqui o ponto no qual havíamos parado anteriormente. No quesito transferência, durante todo o período estudado (1914-1945), sempre a saída foi maior do que a entrada. E começou, com ênfase, no ano da equiparação da FMP, em 1922.

Tanto se quis, tanto se buscou pela equiparação da FMP que quando ela aconteceu o inesperado veio junto. A transferência de alunos para outras escolas médicas só era permitida se elas fossem oficiais ou equiparadas, e no período das férias. A partir de 1922 isso então se tornaria possível no caso paranaense. E o era à vista da lei – o Artigo 109 da reforma Maximiliano, uma legislação já bem conhecida àqueles tempos. Como a entrada de transferidos na FMP nunca foi lá muito sentida, a partida, por outro lado, seria bastante (confira o Anexo 4 do curso médico e o 5 da área da saúde). Em 1921, quando a instituição ainda estava em processo de fiscalização prévia a bem de obter o reconhecimento federal

como escola médica equiparada à oficial, o primeiro destacamento de alunos da FMP já se preparava para deixar a casa. E não seria um contingente dos mais sutis, que não fosse notado. Eram vinte e um pedidos de transferência, dos cento e trinta e seis alunos que cursaram ali naquele ano letivo. Todos para a capital federal, a FMRJ, a preferida dos alunos paranaenses até, pelo menos, meados da década de 1930. Depois dessa data, a vigência de várias escolas médicas no país disputa a atenção dos jovens e abre o leque das possibilidades. Alguns foram para bem longe, como as faculdades de medicina do Pará, de Recife, da Bahia, de Belo Horizonte, e mesmo a capital federal (Rio de Janeiro), ou ficaram mais próximos, por São Paulo e Porto Alegre – as transferências de entrada, por sua vez, estavam circunscritas geograficamente à região Sul e Sudeste. Já no ano de 1933, e com mais insistência em 1935, nota-se a predominância da Faculdade Fluminense de Medicina (FMFlu, RJ) como o destino temporário dos paranaenses. A partir de 1939, e até o final do período aqui estudado, é a Escola Paulista de Medicina (EPM) que passa a ser a principal referência de partida dos jovens médicos em formação da FMP, e os dados levantados confirmam até maior expressividade do que o observado no caso da própria FMRJ no começo da década de 1920. Então, agora sim, respondendo a questão outrora apresentada por Márcia Regina da Silva, estudiosa da instituição que ora comentamos²⁵⁷, muito mais que os paulistas virem para o Paraná, eram os paranaenses que iam até os paulistas na década de 1930. Isso por que, além da demanda paranaense já ser consideravelmente maior nesse período que nos anos anteriores, tratava-se, pois, no caso da EPM, de uma instituição recente, próxima geograficamente à capital paranaense e com muito mais possibilidades reais de trabalho numa capital em pleno desenvolvimento, como era São Paulo nos anos 30²⁵⁸. Digno de nota, ainda, e nesse mesmo tempo, foi o caso da Escola Médica Cirúrgica do Instituto Hahnemanniano (atual Escola de Medicina e Cirurgia da Unirio, RJ), que atrairia, anualmente, pouco, mas considerável e permanente contingente de alunos paranaenses. Orgulho para Nilo Cairo, se ainda estivesse por aí.

Como se vê, o trânsito de saída dos alunos da FMP era constante, mas não alarmante, posto que era, e ainda é, parte do cotidiano regular de uma instituição educativa em movimento. Assim, excluindo-se, a respeito, apenas a primeira e marcante leva (no susto) de transferidos de 1922, as demais não significariam ameaça ao bom desempenho ou encaminhamento regular da casa. O aspecto negativo, talvez, aí contido, e isso sim relevante,

²⁵⁷ Cf.: SILVA, op. cit., 2003b.

²⁵⁸ SILVA, Márcia Regina B. da. O processo de urbanização paulista: a medicina e o crescimento da cidade moderna. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 27, n. 53, p. 243-266, 2007.

é que as partidas se davam, geralmente, nos anos finais do curso. Isso poderia ser um tanto doloroso para uma instituição que investia longamente no desenvolvimento educativo dos seus (seis anos!). Nos relatórios anuais da casa, durante a década de 1920, costumou-se fazer, junto à sessão das transferências, um rol anual e nominal dos alunos que partiam para concluir os estudos em outra instituição, assim intitulado: “Relação dos alunos transferidos desta Faculdade desde a data de sua equiparação para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro”²⁵⁹. Apenas o relatório de 1924 apresenta um ar consternado da situação. Sem a relação referida, destaca o número de jovens (não os nomes), a série e o lugar para onde iam, fazendo constar do registro o complemento: “que deviam todos frequentar esses annos, nesta Faculdade”²⁶⁰. Uma observação lamentosa, para um ato um tanto lamentável, sim. Mas pode-se pensar a tal relação nominal de outro modo, mais positivo. Não poderia haver aí, também, um lado prestigioso à coisa? Afinal, não iam para qualquer faculdade de medicina, era a escola médica oficial, na capital federal, a instituição que formou a maior parte do corpo docente dos médicos fundadores da FMP – há que ser lembrada a diferença, pois o perfil do quadro docente dos anos 1930 já era bem outro, muito composto pelos alunos egressos da escola médica paranaense. Talvez, daí algum glamour ao ostentar os nomes daqueles que partiam para a instituição máxima do país, uma instituição centenária, oficial, que acolhia os paranaenses preparados para o seu ensino... Não pode ser isso também?! Então. E já que falamos dos anos 30 do século XX, destaquemos, brevemente, alguns elementos próprios desse período à casa.

Na década de 1930, os eventos da Revolução, que culminaram na instalação do Governo Provisório e a tomada do poder pelos militares com Getúlio Vargas, bem como a Revolta Constitucionalista de 1932, em São Paulo, parecem ter sido o prenúncio para alguns acontecimentos absolutamente inesperados naquele começo de década na história da FMP. Em 1932, surpreendidos com a suspensão da equiparação pelo então Conselho Nacional de Educação (o antigo C.S.E., agora C.N.E., segundo a Lei Rocha Vaz), em parecer n. 92, de 30 de abril de 1932, diante de informações remetidas pelo então inspetor Brazilio Ferreira da Luz, que assumiu o lugar do colega Henrique de Araújo desde a sua morte, ocorrida um ano depois de ter acompanhado todo o processo de reconhecimento federal, causou um

²⁵⁹ FMP. *Relatório geral do anno de 1927 apresentado à Congregação da Faculdade de Medicina do Paraná pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 3 de janeiro de 1928*. Curitiba: Typographia João Haupt & Cia, 1928, p. 21. Nessa edição, encontram-se os nomes dos transferidos desde a leva de 1922, totalizando 67 nomes, mais 3 para outras instituições, isto é, 70 transferências entre 1922 e 1927. Nos anos 1930, essa relação não é mais realizada, muito provavelmente pela pulverização da demanda de transferidos para outras instituições congêneres.

²⁶⁰ FMP. *Relatório geral do anno de 1924 apresentado à Congregação pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 2 de janeiro de 1925*. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia., 1925, p. 11.

constrangimento na FMP. Tudo porque, após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1931, e das novas determinações legais com o Estatuto das Universidades Brasileiras²⁶¹, que gerou uma reorganização fundamental nas escolas superiores do país, aguardou-se, como era de se esperar, as clássicas reorganizações de percurso, as quais pareciam demorar demais a ocorrer na FMP, lembrando muito daquela “regra” de que outrora falávamos em outras ocorrências de mesmo efeito legal. Na verdade, a principal resistência observada nesse caso dizia respeito ao sistema de avaliação dos alunos. Novamente, a questão era antes pedagógica do que administrativa ou burocrática. O tema é interessante, mas aqui dou apenas breve passagem ao assunto. Dizia o diretor, acerca da reforma, após os protocolares elogios ao ministro da pasta, Francisco Campos:

...a nova reforma, como obra humana, não podia deixar de ser escoimada de deficiências, que ocasionaram algumas modificações ulteriores. Contrastando com as salutaras inovações por ela instituídas, destaca-se o modo de se julgar as habilitações dos alunos, aberrando do tradicional sistema de exames, o qual foi recebido entusiasticamente pelos discentes, que ainda obtiveram outras concessões ardorosamente solicitadas. De modo contrário têm-se pronunciado os corpos docentes, que visam a máxima eficiência do ensino, de molde a que o diploma conferido não seja simplesmente um título decorativo, mas a expressão real da capacidade para o exercício proibido da almejada investidura.²⁶²

Bem, não havia lá muita revolta ou ataques ferinos, como já visto em outras situações semelhantes, e por outros membros da diretoria, ao levantar suas críticas contra as imposições da legislação educacional federal. Nesse caso, a diplomacia guiava o diretor a pontuar as “deficiências” que a nova reforma apresentava. Sua discordância era com o sistema de exame dos alunos, notadamente, do que se pode depreender, da “condescendência” na avaliação dos mesmos e, por isso, o possível comprometimento à “máxima eficiência do ensino”, o que lhe era temerário. Era esse um dos pontos de maior preocupação pessoal do diretor Victor do Amaral no decorrer da sua atuação na casa: a obstinação de que a instituição não “dourasse diploma”, como dito em outra ocasião, que não cedesse apenas “um título decorativo” ao aluno, como o dito aqui, e que ele significasse, de fato, a “real capacidade para o exercício probo”, no caso, o exercício profissional da medicina. Para a “máxima eficiência do ensino”,

²⁶¹ BRASIL. *Decreto n. 19.851*, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. *Actos do Governo Provisório*, vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, p. 391-492. (Coletânea de Decretos-Lei)

²⁶² FMP. *Relatório do ano de 1931 apresentado à Congregação pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 4 de janeiro de 1932*. Curitiba: Tipografia João Haupt & Cia, 1932, p. 3.

o diretor já tinha de antemão o seu método: as sabatinas. Algo de que ele sempre fez defesa e questão que ocorresse na instituição. Num momento em que não mais se utilizava esse sistema nas escolas oficiais, ele o fez manter na FMP. No seu relatório de 1920, em vias da fiscalização prévia, notando a substituição feita pelas escolas oficiais às provas parciais, ele dedica um item ao tema. Não é a única, muito menos, de longe, a primeira defesa encontrada a respeito nos documentos oficiais da instituição, mas ilustra bem o sentido pedagógico que ele remetia a esse uso:

além de facilitar ao alumno a aprendizagem, pela obrigação de trazer sempre em dia a matéria, dá ao professor elementos seguros para o julgamento dos seus discípulos. Pode-se chamar ao regimen da sabbatina, regimen da seleção, pois durante o anno o professor vae tendo conhecimento do aproveitamento dos alumnos, de modo a poder julgal-os com justiça, na occasião dos exames, destacando os bons dos máos. Por outro lado os alumnos arriscam-se menos as reprovações, porque, de accordo com suas medias e consequentemente com o seu preparo, inscrevem-se ou não para exames. Disto resulta, como bem o sabeis, que o numero de reprovados nos nossos cursos, é quase nulo, porque, em geral, aquelles que não tem o preparo sufficiente, não se submetem a exames, não fallando dos que, por não terem conseguido media, não se podem inscrever.²⁶³

O “regime da seleção”, a “separação dos bons dos maus”, inscrever-se ou não para os exames... Enfim, as sabatinas davam essas condições a professores e aos alunos na “obrigação de trazerem sempre em dia a matéria”. Realizadas mensalmente, as provas procuravam garantir os saberes aos alunos que, ao final do ano, num somatório de notas, saberiam se teriam chances de serem aprovados ou não – era preciso manter o *passaporte* em dia. As sabatinas eram realizadas religiosamente, como bem queria o diretor, e constavam do Estatuto de 1915 ainda em vigor no tema (cf.: Artigo 184). A decisão era acatada coletivamente, mas o seu uso estava longe da unanimidade na casa. O dr. Assis Gonçalves, por exemplo, era um dos professores que, abertamente, desde os tempos do começo dos anos 1920, se opunha ao uso das sabatinas, considerando-as um método custoso e ultrapassado. Ele se juntava ao coro dos alunos que solicitaram, em 1922, a mudança desse sistema de provas para o caso das disciplinas clínicas – o que ficou de ser julgado, mas possivelmente foi indeferido. Sendo essa uma das principais críticas do diretor ao texto da lei, e não encontrando outra que o valha, parece-me, ainda que precário, mas já razoável, para que este se tenha somado às más impressões do inspetor Brazilio Luz ao remeter o seu relatório ao C.N.E. estimulando a suspensão da equiparação da FMP às instituições congêneres oficiais. É curioso que esse

²⁶³ RELATÓRIO DA FMP do ano de 1920, op. cit., p. 7.

mesmo tema, para o processo inicial de reconhecimento, lá em 1922, com o inspetor anterior Henrique de Araújo, não tenha tido lá a mesma impressão do colega tempos depois. Levada ao pé da letra, a crítica e a manutenção de um sistema de avaliação que já não fazia parte das escolas médicas oficiais – e o inspetor Brazilio Luz assistiria essa situação até depois do Estatuto das Universidades (1931) – então, de fato, algo poderia não estar dentro dos conformes no estrito cumprimento das determinações legais. E o relatório do inspetor, por sua vez, ao que se sabe, passou muito longe da diplomacia aqui observada, chegando a sugerir “fraudes e irregularidades” que, na leitura de outros professores de escolas médicas do país, não se sustentavam, por trazerem argumentos “obscuros” e por entenderem que havia ocorrido apenas “má adaptação” à nova lei²⁶⁴. É, os tempos eram realmente outros... E qualquer crítica, num regime ditatorial – lembrando que, com a instauração do Governo Provisório demarcava-se o fim do regime republicano – era motivo para perseguição e retaliações, geralmente além da conta.

Foi o caso aqui, apresentado de modo ligeiro, e ainda sem todas as peças do quebra-cabeça, apenas para exemplificar o que outrora dizíamos a respeito da preocupação didática e pedagógica que se sobrepunha às determinações legais, administrativas e burocráticas para o funcionamento da casa. Esse ideal em torno da “máxima eficiência do ensino” a que já demos vistas no conflito com as leis anteriores, é que me pareceu, novamente, importante ressaltar. Era a busca pela *máxima eficiência da aprendizagem* que os levou a amargar, nas palavras de Victor do Amaral, “uma surpresa desagradável” com a exposição pública da casa em notícia divulgada na imprensa oficial, com a ata da sessão do C.N.E. que apreciou o tal parecer motivado pelo relatório do inspetor do ano de 1931. Entretanto, o diretor não tardou em remeter relatório comentado a respeito da situação financeira e didática da casa, além de abrir a instituição para uma “devassa” à comissão do C.N.E., já pedindo ali a federalização da casa nos moldes ocorridos com a FAMED²⁶⁵. A equiparação não foi perdida, e a nova reorganização da casa ficou ratificada no Regimento Interno de 1933. Naquele mesmo ano, receberiam a “visita de intercâmbio cultural”²⁶⁶ dos professores Cantidio de Moura Campos, diretor da FMCSP, e Franklin de Moura Campos, catedrático de Fisiologia da mesma instituição, quando então fizeram conferências concorridas pelos professores e alunos da FMP. Sem dúvida, é preciso saber sair dos traumas...

²⁶⁴ FMP. *Relatório do ano de 1932 apresentado à Congregação pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 3 de fevereiro de 1933*. Curitiba: Max Roesber & Filhos Ltda, 1933, p. 3-7.

²⁶⁵ Idem, p. 3-14.

²⁶⁶ FMP. *Relatório do ano de 1933 apresentado à Congregação pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 6 de janeiro de 1934*. Curitiba: Typ. João Haupt, 1934, p. 4-5.

A história da FMP na década de 1930 em diante, até onde me propus acompanhar, é muito positiva. Nesse período é que se observa o amplo crescimento no número de matrículas nos cursos ofertados, mais especificamente o curso médico, além da sensível ampliação da demanda, não mais de Farmácia, como foi o destaque na década anterior, mas do curso de Odontologia, sendo esta a preponderância dentre os cursos da saúde até o fim do período. Soma-se a isso a abertura do curso de Enfermagem Obstétrica, a partir de 1933, investindo na formação das parteiras e de fato atendendo a um público amplamente feminino – o que acredito não tenha sido a intenção inicial na oferta do curso, mas acabou sendo esta a ocorrência efetiva. Sabemos melhor do tema mais à frente, quando Fabiana Ávila Farias tiver concluído seu estudo, em curso, sobre o tema²⁶⁷, entre outras ações mais. A altíssima demanda de matrículas totais que se observa nesse particular período (1930-1945, veja anexos 4 e 5), conecta-se à ampliação do processo de urbanização e industrialização das médias e grandes cidades brasileiras, no qual se inclui a capital paranaense. Não se pode negar que a reorganização do sistema educacional superior, na entrada da década de 1930, tendeu a acelerar e ampliar a expectativa de especialização de uma mão de obra mais qualificada para o mercado de trabalho. Daí o investimento em diversas carreiras, a bem de atender os novos paradigmas econômicos e sociais. Afinal, as leis, como o Estatuto das Universidades Brasileiras, nesse caso, e as demais já apreciadas aqui, correspondem às expectativas que estão no bojo da sociedade e das urgências e emergências do seu específico tempo²⁶⁸. Não são, portanto, expressões máximas da tirania de grupos seletos engessados num poder (sádico) e impermeáveis ao olhar do outro, ao social. Os limites da lei se colocam na prática, que é a máxima da “verdade” e onde os conflitos aparecem... Não poderia deixar de destacar que, nesse período, acentua-se o desejo de retomar o projeto, nunca abandonado, de restauração da UP. Em 1931, dizia o diretor, apesar da repartição, as faculdades estavam aí “aguardando a primeira oportunidade, que parece não estar muito remota, para se reconstituírem em Universidade”²⁶⁹. Ah, a esperança... Esse “sonho” real... O que seria dos grandes projetos sem os sonhos de todos os homens, de todas as mulheres...

²⁶⁷ Trata-se de dissertação de mestrado, intitulada *Os começos da Enfermagem no Paraná*, em desenvolvimento, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Paraná.

²⁶⁸ Inesquecível aprendizado, cf.: THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

²⁶⁹ FMP. *Relatório do ano de 1931 apresentado à Congregação pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 4 de janeiro de 1932*. Curitiba: Tipografia João Haupt & Cia, 1932, p. 5.

2.4 Médicos-fundadores e professores e suas possíveis histórias²⁷⁰

A memória histórica da instituição reitera os mesmos nomes de professores que tomaram para si o desiderato de serem fundadores do ensino superior, bem como do curso médico no Paraná. Dentre os professores que lideram a lista, aqui entendidos como médicos-fundadores, destacam-se, sobretudo, e sem novidade, Victor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo da Silva. Mas há também muitos outros nomes. Alguns que passaram brevemente, outros que, apesar de não estarem presentes nos primeiros passos da instituição, puderam ali dedicar parte da sua vida ou até mesmo toda a vida. Entender um pouco suas possíveis histórias, que se fundem com as do funcionamento da instituição e da formação dos médicos, permite lançar o olhar sobre uma profissão que estava em construção no Paraná no início do XX: a do médico. Era então uma nova atividade profissional que despontava na cidade, como oportunidade de trabalho aos habilitados que poderiam se tornar professores do seu ofício, mas, especialmente, de aperfeiçoamento aos seus jovens candidatos, àquela mocidade secundarista que já poderia sonhar em continuar os seus estudos superiores e almejar uma carreira liberal que se colocava imprescindível ao estado paranaense à época. Uma atividade que requereria, pelo menos de seus professores, e de início, o “sacrifício inicial” (de um terço dos salários), na versão do seu diretor e secretário, em favor do bem comum e do “futuro” da instituição cujo esforço se transformaria, e era o que visionavam, num legado educacional e cultural à comunidade paranaense e, por conseguinte, brasileira. Era, de fato, inédito esse começo da formação de médicos em Curitiba. E quantas expectativas teriam cada um de seus participantes!...

Trabalho não lhes faltaria. Do exercício mais imediato com a sala de aula ao exercício administrativo e burocrático da instituição, havia muito o que se fazer. Pensando os essenciais cargos administrativos, Victor do Amaral foi um dos que apresentou carreira e atuação das mais longevas. Nascido na Lapa (PR), em 9 de dezembro de 1862, e falecido em 2 de fevereiro de 1953, foi ele quem esteve durante longo tempo à frente, como Diretor Geral (eleito em 19 de dezembro de 1912) e depois como Reitor (a partir de 1918), de início, da UP. Depois, com a reorganização dos cursos na casa por força da lei Maximiliano, em 1915, foi ele empossado para o cargo de Diretor da FMP, onde se manteve, ininterruptamente, em sucessivas reeleições pelos seus pares, por mais de 30 anos consecutivos. Durante esse tempo, foi ele também eleito, em 1930, Diretor Clínico da Maternidade do Paraná, que fez existir em meados da década de 1910 e que mais tarde levaria o seu nome em vida, reverência que o

²⁷⁰ As escolhas são mais ou menos aleatórias, mas partem de uma ordem comum apresentada no Livro “Assentamentos de Professores”, cuja lista de professores, a título de observação, consta em anexo (Anexo 2).

homenageado dizia não lhe ser cabida e ter-lhe pego de surpresa. Suas atividades administrativas eram muitas e de alta responsabilidade²⁷¹, e não encerravam a única verve participativa de Victor do Amaral nos meios acadêmicos. Havia ainda a sala de aula.

Mas a sala de aula certamente guardava para ele uma lembrança intrigante. Pelo menos, no começo. Desde 1912, empossado como lente catedrático da cadeira Clínica Obstétrica do curso de Obstetrícia, Victor do Amaral entraria efetivamente em sala de aula somente no ano de 1919²⁷². A demora no exercício da cadeira deixa a pensar, no mínimo, duas justificativas. A primeira, e a mais evidente delas, era a completa ausência de interessados no primeiro ano de oferta do curso citado, deixando, por isso, o curso ocioso. A segunda é quanto ao posicionamento que a cadeira Clínica Obstétrica assumiria logo após a sessão do Conselho Superior de 28 de outubro de 1913, ao ser alocada em novo curso: o de Medicina e Cirurgia, e no 6º ano. Há duas questões interessantes aqui que não quero perder de vista. A primeira delas seria, me parece, uma possível maior desconfiança que desinteresse da demanda de estudantes em relação ao curso de Obstetrícia, que vale explorar um pouco mais, e segundo, o que ocorre, ou melhor, o que não ocorre, para que seja necessária tal alteração já na sessão do Conselho Superior da UP para o ano seguinte. Então, vejamos.

Aberto os cursos médicos (Odontologia, Obstetrícia e Farmácia) aos candidatos do ano letivo de 1913, para o curso de Obstetrícia ninguém se inscreveu. Não há como deixar de considerar nessa ausência de inscritos certa resistência (pudor?) da sociedade paranaense ao que era ofertado. O que seria ao jovem, sobretudo do sexo masculino, e naquele momento, corresponder aos saberes e práticas próprias do universo feminino como opção de curso de ensino superior e numa cidade em que parteiras, geralmente não diplomadas, dominavam amplamente a prática do parto? Ainda mais naquele curso, em que o corpo feminino era efetivamente o objeto de estudo e de saber dos médicos, na totalidade constituída por médicos-professores homens, tal como Victor do Amaral, Reynaldo Machado e ainda outros nessa especialidade, e que a intimidade feminina era posta à mesa! Não parecia questão simples para o jovem em sua opção, ainda mais na cidade que, com tal ausência, sinalizava sua posição de certo modo reticente e conservadora ao tema. Também era um curso breve, de curta duração, de apenas dois anos letivos. As possibilidades ou os limites do trabalho podem

²⁷¹ Victor do Amaral exerceu muitas funções na vida pública, dentre elas: “*Lente no Ginásio [Paranaense], Superintendente Geral do Ensino, Diretor da Instrução Pública, Deputado à Constituinte Estadual de 1892, Diretor do Serviço Sanitário, Deputado Federal, Vice-Presidente do Estado, Fundador e Redator de jornais políticos e revistas médicas*”. (ORAÇÃO DE SAUDAÇÃO, por Milton de Macedo Munhoz, em 1949, apud LIMA, Eduardo C. (Org.). *Victor Ferreira do Amaral e Silva* [o reitor de sempre]. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1982, p. 460 – Coletânea).

²⁷² FMP. *Livro-ata Assentamentos de Professores*, Livro n. 1, Folha 1 e verso.

ter soado pouco atraentes para motivar a inscrição de possíveis candidatos ao curso de Obstetrícia. Melhor então pensar em outra opção de estudos superiores.

A resistência da demanda nessa oferta logo fez com que a UP pensasse em novos rumos para o curso então preterido. A solução foi rápida, o movimento também. Tudo naquela reunião do Conselho Superior de 28 de outubro de 1913. O curso de Obstetrícia passava então a ser compreendido na cadeira Clínica Obstétrica e durante anos redigida com o anexo “com o curso de Obstetrícia”, redação que não constava de qualquer item da legislação específica (1911). O curso de Obstetrícia sai do calendário de ofertas de cursos da instituição já no ano seguinte, 1914, dando lugar ao esperado curso que estava ali, naquela mesma reunião, sendo aprovado: o de Medicina e Cirurgia. E o que antes era curso torna-se então cadeira, sendo lecionada no sexto ano do curso médico. Só mais tarde a cadeira reassume a posição que um dia teve, ainda que aglutinada a outra área do saber médico: Enfermagem-obstétrica é o curso ofertado pela FMP anos depois de uma jornada de aprendizado dos médicos-professores e de caminhada da *medicalização do parto*²⁷³ em Curitiba. Nesse outro momento, na década de 1930, mais especificamente 1933, um curso dessa natureza, certamente, já não causaria estranheza a mais ninguém. E associada à Enfermagem²⁷⁴, curso geralmente constituído pela demanda feminina, tudo pareceria estar novamente em seu lugar.

E em seu lugar também estava Victor Ferreira do Amaral e Silva, em 1919, exercendo o seu ofício de professor na cadeira agora intitulada Clínica Obstétrica e Ginecológica²⁷⁵, no curso médico da FMP, sendo a Maternidade do Paraná o local do seu ensino. Mas até que isso fosse efetivamente possível, foram sete anos dedicados muito mais às atividades administrativas e burocráticas da instituição, inclusive às rotinas de bancas de exames de admissão de cursos, de provas orais e escritas de cadeiras várias, até mesmo as que não eram do saber médico (Comércio e Preparatório, são alguns exemplos), do que no exercício de sala de aula. Enquanto isso, a própria Maternidade corria sob os auspícios de parteira-chefe, e dos médicos Reynaldo Machado, depois Miguel Isaacson, e os médicos assistentes Nilo Cairo da Silva, Assis Gonçalves e ainda outros que os sucederam, como o egresso da FMP, Ciro

²⁷³ Cf.: THÉBAUD, Françoise. A medicalização do parto e suas consequências: o exemplo da França entre as duas guerras. *Estudos feministas*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão – v. 7, n. 1-2, (1999). Florianópolis: UFSC, 1999, p. 415-427.

²⁷⁴ Cf.: PIZANI, Maria Angélica Pinto Nunes. *Os caminhos do ensino de graduação em Enfermagem na cidade de Curitiba, de 1953 a 1994*. Curitiba, 1999. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

²⁷⁵ A alteração acontece em decorrência da reorganização do curso e do corpo docente da FMP em junho de 1918. No ano de 1920, o inspetor federal procede à fiscalização e elaboração do relatório da Faculdade, como um dos passos que precedem a instrução do pedido de equiparação da FMP à faculdade oficial do Rio de Janeiro. O reconhecimento do curso viria no ano seguinte, em 1922.

Moraes de Castro Vellozo²⁷⁶, jovem médico obstetra que teve breve passagem como docente livre da cadeira de Obstetrícia nos anos de 1926 a 1931, interrompida por sua morte prematura. Nesse período, Victor do Amaral só não deixou a sala de aula de todo, situação que lhe era até possível devido ao acúmulo de cargos como Diretor Geral e Presidente do Conselho Superior da UP, pois era nomeado a assumir na condição interina ou *ad-hoc* algumas cadeiras da instituição por conta de licenças dos seus efetivos. Foi assim com a cadeira de Fisiologia e Patologia do curso de Odontologia, ou com a cadeira de Clínica Médica²⁷⁷, ambos no difícil ano de 1918, ano em que grassou na cidade os maus ventos da gripe espanhola e ainda o rescaldo da febre tifoide, que levou professores, alunos e até filhos do diretor. Além dessas atividades, Victor do Amaral participava assiduamente dos exames de parteiras, inclusive estrangeiras, como no caso da parteira italiana Mathilde Ceschin, da Universidade de Pádua, que prestou exames em junho de 1914, quando então assumia a direção de um hospital maternidade de Curitiba, a Maternidade do Paraná, um instituto anexo à FMP. Estava ele também à frente das provas de habilitação de médicos estrangeiros. Aliás, o primeiro exame de habilitação de médico estrangeiro foi realizado em novembro de 1913, num curtíssimo intervalo de tempo desde a aprovação do curso de Medicina e Cirurgia naquela sessão de dois de outubro do mesmo ano. Seria demais conjecturar alguma conexão de tais eventos nesses poucos dias transcorridos?

Sobre os assuntos obstétricos, ainda, chamo a atenção para um aspecto que me soa interessante, ainda que bem pontual. Durante algum tempo os relatórios da instituição vão identificar como “parteiras”, no feminino mesmo, os próprios alunos – homens – da Faculdade, ao invés de diretamente mencioná-los no gênero masculino da palavra. Tão interessante quanto a manutenção de títulos ou palavras masculinas usadas no trato com as mulheres, por exemplo, o uso de “alunos” na correspondência corrente num colégio feminino²⁷⁸, é o que ali acontece na identificação do ofício de um homem. A manutenção do gênero feminino da palavra resguardaria ali alguma filiação ao passado recente do ofício?! Ao menos, estranho é.

Ao lado de Victor do Amaral, muitos outros médicos-fundadores ou médicos-professores participaram da criação do primeiro curso médico (e os da área da saúde) do estado do Paraná. A esse respeito, outro nome sempre lembrado, Nilo Cairo da Silva. Nascido

²⁷⁶ Filho do reconhecido educador, filósofo e tribuno paranaense, o livre-pensador Dario Vellozo (1870-1937).

²⁷⁷ LIVRO-ATA Assentamentos de Professores, op. cit, Folha 1(um) verso.

²⁷⁸ Essa permanência pude observar, correntemente, nos ofícios e correspondências de um colégio católico feminino de Curitiba de meados do XX, cf.: *Ensino profissional feminino em Curitiba: a Escola Técnica de Comércio São José* (1942-1955). Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

a 12 de novembro de 1874 na cidade de Paranaguá (PR) e falecido a 6 de junho de 1928, Nilo Cairo teve um percurso acadêmico semelhante ao de quem sempre teve por amigo, o próprio Victor do Amaral. Ambos eram médicos, formados pelas instituições de ensino superior do Rio de Janeiro. Victor, da então centenária FMRJ, onde defendeu em 10 de dezembro de 1884 a tese intitulada *Influência da prenhez sobre as moléstias pulmonares*²⁷⁹, justificando aí sua inclinação para os estudos obstétricos e recebendo das mãos do próprio Imperador Pedro II o diploma de Doutor em Medicina. Nilo formou-se antes Engenheiro Militar e Bacharel em Ciências Físicas e Matemática pela Escola Militar da Praia Vermelha (antiga Academia Real Militar) e, mais tarde, médico pela mesma escola médica centenária (FMRJ, 1904), de onde estabeleceu vínculos com o Instituto Hahnemanniano do Brasil (fundado em 1859, no RJ), sendo dali, inclusive, professor honorário. Muito conhecido pela sua defesa da ciência homeopática, publicou em 1911, de sua lavra, o *Guia de Medicina Homeopática*.

O tema era mesmo caro a Nilo Cairo, mas não lhe era o único. Nilo foi personagem decisiva à frente da empreitada universitária e da constituição do ensino superior no Paraná, sobretudo nos primeiros anos da instituição – e não só no ensino médico. Sua participação era notada tanto no plano administrativo e burocrático, como secretário geral da Casa, como no plano didático-pedagógico em sala de aula, ou melhor, em salas de aula! Era figura constante nos diferentes cursos e nas mais diversas atividades e funções. Inicialmente, lente catedrático da cadeira de Fisiologia, Patologia e Anatomia Patológica, do curso de Odontologia, empossado na mesma data em que foi eleito secretário junto à fundação da UP. Assumiu ele, ainda, outras cadeiras interinamente, e nem todas do curso médico. Em 1913, compôs a banca de exames de admissão de História Universal e do Brasil, esteve nas bancas de exames finais pela Congregação de Comércio da cadeira de Prática da Língua Inglesa e, na falta de um membro da banca de Desenho Linear e de Aquarela do curso de Engenharia, lá estava Nilo como examinador *ad-hoc*.

Ainda naquele ano, em abril de 1913, Nilo Cairo foi designado pelo Conselho Superior da UP para integrar uma comissão destinada a organizar o curso Preparatório (4 anos de duração), de caráter humanístico elementar e muito voltado ao ensino de línguas²⁸⁰, que,

²⁷⁹ Tese reproduzida na íntegra na coletânea organizada por Eduardo Lima, já aqui citada, p. 33-100.

²⁸⁰ O curso preparatório apresentava a seguinte composição: 1º ano, Português (Julio Theodorico Guimarães), Francês (Henrique Itiberê da Cunha), Aritmética (Mário Tourinho) e Geografia e Corografia do Brasil (Sebastião Paraná); 2º ano, Português (Claudino dos Santos), Francês (J. Amadeu Cezar), Latim (Hugo Simas) e Álgebra (Daltro Filho); 3º ano, Português (Emiliano Pernetta), Latim (Hugo Simas), Inglês (L. H. Reuter), Alemão (Walter Aust) e Geometria, Trigonometria e Cosmografia (Plínio Tourinho); 4º ano, Inglês (L. H. Reuter), Alemão (Walter Aust), História Universal e do Brasil (Antonio Franco), Física e Química (Arthur Franco) e História Natural (Flávio Luz). Era a preparação dos alunos aos exames de admissão da UP com a participação

apesar de ter vida curta (1914-1918), auxiliou na preparação de mais de uma centena de alunos para os exames de admissão aos cursos. O encerramento do Preparatório, importante baixa em decorrência da reforma de 1915, é lamentado pelo diretor da instituição, que via nele a oportunidade de aprofundamento dos estudos aos candidatos que chegavam com “pouca bagagem” para a realização de tais exames – o que não se evidencia, ao menos, nos irrisórios índices de reprovação dos candidatos: quase todos os que se inscreviam eram aprovados, salvo alguns poucos. Em 18 de agosto, Nilo foi nomeado para dar parecer sobre as propostas apresentadas à construção do edifício da UP, sendo pouco tempo depois (22 agosto) nomeado, conjuntamente com Manoel de Cerqueira Daltro Filho (subsecretário) e João Moreira Garcez (lente de Engenharia), na comissão de fiscalização da construção do mesmo à Praça Santos Andrade. Entre os dias 13 e 15 de setembro, esteve ele mesmo nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, “a fim de estudar as instalações das escolas congêneres no tocante à prática do ensino”²⁸¹. Tudo calculado para o melhor encaminhamento e aproveitamento dos projetos, bem coisa de engenheiro.

Mas o auge de Nilo Cairo foi mesmo durante os expressivos anos de 1914 e 1915. Das diversas cadeiras regidas interinamente²⁸², e ainda das diversas bancas de exames de admissão e de exames finais que compôs, além do seu trabalho como secretário geral da UP, sobressai do seu currículo o envolvimento com a Maternidade do Paraná (comissão organizadora da Maternidade e Associação de Damas de Assistência à Maternidade e à Infância, provedor da Maternidade, e conferência sobre obstetrícia às parteiras), nos exames de habilitação de médicos e parteiras estrangeiros e de práticos de farmácia, na análise de materiais sob solicitação do Chefe de Polícia, ainda à frente da comissão que pensava a arquitetura e inspecionava a construção do edifício da universidade, e seu retorno ao Rio de Janeiro para tratar de assuntos junto ao governo federal “a propósito da reforma do ensino” – a Reforma Maximiliano (1915) –, cujas alterações previstas incomodavam a todos. Suas atividades foram tantas e de modo tão intenso que, em 4 de novembro, o Conselho Superior concedeu-lhe, em vista dos serviços prestados, o Diploma de Benemérito da UP. Mas a partir daí os rumos mudaram na vida de Nilo. Sua saúde abalada agravava-se e sua presença tão forte nos

dos mais expressivos nomes da capital paranaense. Emiliano Pernetta, o consagrado poeta simbolista, e Claudino dos Santos, Inspetor da Educação do Estado, para ficar em apenas dois nomes.

²⁸¹ LIVRO-ATA Assentamentos de Professores, op. cit, Folha 2.

²⁸² Do ano de 1914, além das que regia – Elementos de Fisiologia e Patologia Geral (curso de Odontologia), Farmacologia Homeopática (Farmácia), História Natural (Farmácia), Histologia (Médico), Elementos de Histologia (Odontologia) e até disciplinas fora do eixo da saúde, como Geografia e Corografia (Preparatório), Geografia Comercial e, ainda, História do Comércio (ambas, no Comércio) – a aproximação com a prática da direção da secretaria da universidade, uma possibilidade (LIVRO-ATA Assentamentos de Professores, op. cit, Folhas 2, 3, 6 e versos).

primeiros anos daria lugar ao vazio dos últimos da década de 1910 e seguintes. Nilo se apagava e se distanciava lentamente da instituição. Mais que o problema da surdez que progredia com o tempo e o tornava, provavelmente, mais instrospectivo, pesaram mais a alteração das leis educacionais, a submissão aos currículos oficiais, as incertezas quanto à continuidade do projeto da UP, a sua dissolução previsível, o descontentamento desde a Reforma Maximiliano... Isso, me parece, teria sido o bastante para que ele – ou qualquer um – se apartasse por motivos de saúde. Como ele anotaria no prefácio de sua obra didática de 1916, a causa determinante de moléstias de “natureza social e moral” era a grave lacuna que havia ficado ali ausente... Uma pena! Teríamos encontrado ali razões que ajudassem a entender a incompreensível partida de Nilo de sua obra magna, que foi a criação da UP?...

Nilo bem que ensaiou um retorno vagaroso à FMP, em 1920. Naquele fim de ano, em 17 de novembro, foi eleito professor catedrático da cadeira de Patologia Geral do 4º ano do curso médico, sempre lembrado pelos memorialistas por essa disciplina, mas no período do curso da saúde. Da disciplina ele bem entendia, havia-a lecionado, em 1913, no curso de Odontologia, e publicado o seu livro *Elementos de Patologia Geral* anos depois, em 1916. Depois de 1920, Nilo só regeria sua cadeira no curso médico três anos mais tarde, em 1923, quando, efetivamente, parecia estar retomando o ritmo de antes. Naquele ano, assistiu cadeiras interinamente, em julho chegou a ser eleito, outra vez mais, secretário da FMP e, por mais de um mês (24 de setembro a 31 de outubro de 1923), exerceu, na licença do diretor efetivo, ele próprio as funções de Diretor da FMP. Porém as dificuldades, para Nilo, recomeçaram em 1926. Seu silêncio nas alas da instituição se estabeleceu definitivamente. Apenas com poucos manteve o contato por meio de cartas, algumas delas guardadas ainda hoje na secretaria da casa em que serviu, como se observa do exemplo a seguir.

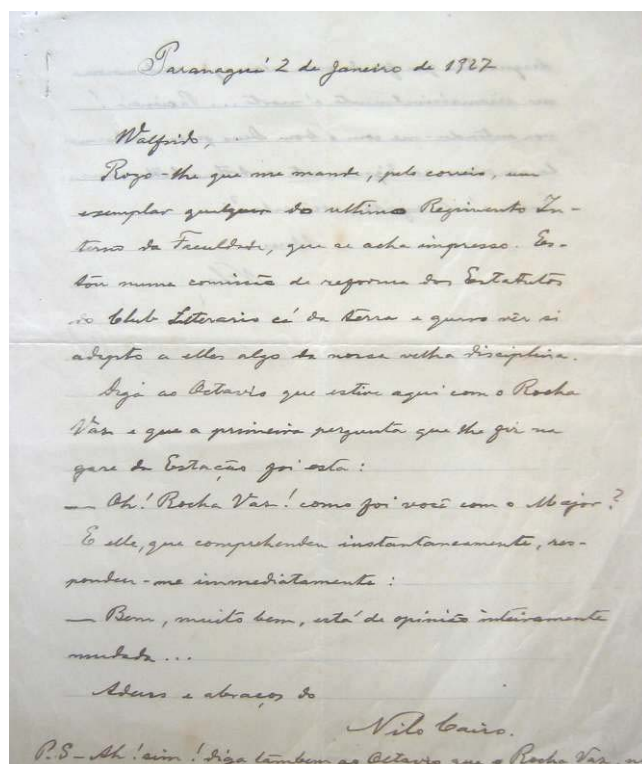


Figura 1: Exemplar de carta de Nilo Cairo à Walfrido Leal. De Paranaguá, em 2 de janeiro de 1927. Fonte: Arquivo Direção do Setor de Ciências da Saúde, UFPR*

Algumas dessas cartas, as de 1927, chegaram à FMP endereçadas a Walfrido Leal, tesoureiro da Faculdade, e a Octávio Silveira, o secretário. Escritas, brevemente, em uma lauda, às vezes duas, na sua grande maioria, vindas de Paranaguá, sua terra natal, mas também do Rio de Janeiro nos dias de 1928, quando para lá se encaminhou a fim de realizar cirurgia. Nelas, tomava ele à pena temas da faculdade (na da Figura 1, requeria que lhe enviassem “pelo correio, um exemplar qualquer do último Regimento Interno da Faculdade”)²⁸³, compartilhava momentos de alegria da vida familiar, como o casamento da filha, que mandou publicar nos jornais da capital, mas, sobretudo nos temas últimos, falava de momentos de dificuldade da saúde frágil e de preocupação com o futuro cada vez mais incerto. A morte

* A partir de agora apenas Arquivo D.S.C.S.

²⁸³ A carta na íntegra: “Paranaguá, 2 de janeiro de 1927. Walfrido, Rogo-lhe que me mande, pelo correio, um exemplar qualquer do último Regimento Interno da Faculdade, que se acha impresso. Estou numa comissão de reforma dos Estatutos do Club Literário cá da terra e penso ver si adapto a elles algo da nossa velha disciplina. Diga ao Octávio [Silveira] que estou aqui com o Rocha Vaz e que a primeira pergunta que lhe fiz na gare da Estação foi esta: - Oh! Rocha Vaz! Como foi você com o Major? E ele, que comprehendeu instantaneamente, respondeu-me immediatamente: - Bem, muito bem, está de opinião inteiramente mudada... Adeus e abraços do [assinado Nilo Cairo]. P.S. - Ah! Sim! Diga também ao Octávio que o Rocha Vaz no [verso] diagnóstico que fez do meu estômago, condemnou-me irreversivelmente à morte... Paciência! Vou entender-me com o bom Deus para recebermos lá em cima condignamente o Arthur Cottomano... Quem é este sujeito, você sabe? Adeus. Nilo.” (CAIRO, Nilo. Carta a Walfrido. Paranaguá, 2 de janeiro de 1927, grifos no original assinado). Além do tema da saúde pessoal de Nilo, a “opinião inteiramente mudada” a que ele se refere teria sido resultado de mais uma discussão da lei educacional (Lei Rocha Vaz, de 1925) por Nilo Cairo?...

parecia-lhe a indesejada amiga constante. Nas últimas cartas, em especial, administrava o seu fim, os passos que deixava aos outros trilhar quando da sua ausência e para que nada faltasse à sua companheira na viuvez, o Montepio, a venda da casa alugada em Curitiba etc. Irônico, brincava com o sentido das coisas e não melindrava a falar de alguém. Disse ele, no prefácio de seu livro, atualizado àqueles dias para a terceira edição, que era “o tempo” que lhe dava “experiência, coragem e ousadia”²⁸⁴. Na última carta, quando já expunha a impossibilidade de escrever mais, não saía da cama, e desde o final do ano de 1927 já dizia “vou de mal a peor, muito magro e muito acabado...”, enfim, acertou tudo²⁸⁵. E na hora²⁸⁶.

Interessante observar na sua trajetória, ainda que breve e trilhada, ao fim, por várias intermitências, sobretudo por conta da doença que o consumia pouco a pouco, o exercício administrativo, político e pedagógico de alguém cuja dedicação ao trabalho era alvo de brincadeiras dos alunos, com o batismo simbólico da sala da Secretaria como a “jaula do Nilo”. Era a jaula do “leão” diziam, o “Leão da Universidade”, como complementava Romário Martins em seu relato da visita ao edifício da UP em 1915, publicado nos jornais da época²⁸⁷. Nilo dedicou-se intensamente a esse projeto no qual acreditava, e como dizia em seu relatório de 1916, despedindo-se do cargo de secretário “no qual ajudara por quatro anos a se dedicar”, embora tivesse passado um longo tempo afastado da cidade. Morreu aos 53 anos. A precocidade da vida interrompida, a morte prematura, esperada ou não, essa “inimiga pessoal dos médicos” na letra do cirurgião-poeta²⁸⁸, fez, na FMP, ainda outras vítimas. Colaboradores que, pouco a pouco, desapareciam, na roda viva da vida.

Miguel Severo Santiago é outro exemplo de perda precoce. Nascido em 29 de março de 1876, na cidade de Fortaleza (CE), e tendo estudado na FMRJ, foi ele empossado na data da inauguração da UP como lente catedrático da cadeira de Noções de Microbiologia e de Higiene dos cursos de Odontologia e Farmácia. Tendo, de início, assuntos particulares a tratar na Europa, obteve, na mesma ocasião, 90 dias de licença. No ano seguinte, permutou sua

²⁸⁴ CAIRO, Nilo. *Elementos de Pathologia Geral*. 3ª ed. Ctba: Typ. João Haupt & Cia, 1931, p. 9 (Prefácio).

²⁸⁵ CAIRO, Nilo. *Ultima carta*. (pasta). Carta a Octávio Silveira, secretário da FMP. Rio de Janeiro, 10 abr. 1928 (cópia datilografada); CAIRO, Nilo. *Carta a “Seu Walfrido!”*, tesoureiro da FMP. Paranaguá, 28 de dez. de 1927, original assinado (citação).

²⁸⁶ “Anno de 1928. Falleceu a 6 de junho, sendo excluído, por este motivo, do Corpo Docente desta Faculdade e a Congregação, votou por esse doloroso acontecimento, um voto de profundo pesar, resolvendo, ademais, que fosse o seu retrato collocado no salão nobre da Faculdade, que ficasse instituído o premio Dr. Nilo Cairo, constante de uma medalha de ouro a ser conferido annualmente ao alumno que, com melhores notas, houver terminado qualquer dos cursos desta Faculdade e que se solicitasse permissão a Câmara Municipal para collocar um busto do Professor Nilo Cairo na praça fronteira à Universidade e dar a uma das ruas desta Capital o nome do inolvidável Professor que tanto honrou a terra natal.” (LIVRO-ATA Assentamentos de Professores, folha 6 e verso).

²⁸⁷ PEREIRA, Ébano [Romário Martins]. No Palácio de Luz. *Commercio do Paraná*, 2 jul. 1915.

²⁸⁸ MAJOCCHI, Andréa. *Memórias de um cirurgião*. 2ª ed. São Paulo: Livraria José Olympio, 1946, p. 334.

cadeira com a de Anatomia descritiva e topográfica da cabeça, assumindo-a em 28 de abril. Mas sucessivas licenças para tratamento de sua saúde impossibilitariam sua permanência na universidade de modo regular naquele primeiro semestre de 1913. No ano seguinte, assumiria cadeiras, como tantos outros professores, interinamente – Anatomia descritiva (1º ano do curso de Medicina), Elementos de anatomia descritiva e Anatomia descritiva e topográfica da cabeça (1º ano do curso de Odontologia), Realizou ainda exames das disciplinas e exames de habilitação de médicos estrangeiros, entre outros. Em 1916 foi empossado como subsecretário da FMP, passando a exercer, em 1918, as funções de secretário. Em 1919 solicitou licença de um ano. Mas a doença que o atormentava, a tuberculose, obrigou-o a considerar um fim trágico, porém planejado. Deu cabo à própria vida aos 43 anos, ladeado pela esposa, em 6 de abril de 1919²⁸⁹.

Como Nilo Cairo, ou ainda Miguel de Santiago, outros médicos-professores, como Reinaldo Machado (ginecologia), Manuel Supply de Lacerda (neurologia), Cláudio de Lemos (psiquiatria) e Ciro Persiano de Castro Vellozo (obstetrícia), tiveram importante, porém breve, passagem pela FMP, vítimas que foram de doenças (a gripe) e outros acidentes da vida. Mas a Faculdade também foi palco de longas trajetórias. Ao lado de Victor do Amaral estiveram Joaquim Pinto Rebello (pediatria cirúrgica), Abdon Petit Carneiro (histologia), Manoel Lustosa Carrão (física médica), João de Moura Brito (medicina legal), Alfredo de Assis Gonçalves (professor interino de medicina legal) e Coriolano Silveira da Mota (física médica), entre outros. Local de trajetórias familiares, como os quatro filhos de João Cândido Ferreira: João Cândido Ferreira (o filho, clínica médica), Leônidas do Amaral Ferreira (patologia geral), Alceu do Amaral Ferreira (higiene) e Celso do Amaral Ferreira (otorrinolaringologia). E ainda outros irmãos: Carlos Estrella Moreira (anatomia) e Julio Estrella Moreira (odontologia).

A FMP também foi lugar de trabalho para professores estrangeiros, como os poloneses Simão Kossobudzki (clínica cirúrgica), Julio Izymanski (oftalmologia e otorrinolaringologia), Mirosław Izeliga Izeligowski (clínica cirúrgica) e Antonio Ludovico Rydygier (medicina operatória), e o russo Gabriel Nowicki (anatomia e fisiologia patológica). Nesse particular, uma observação da comenda da *Ordem da Polônia Restituta* aferida a Victor do Amaral, pelo governo polonês, em reconhecimento aos benefícios prestados à colônia polonesa no Paraná. Em 1922, a FMP recebeu a visita do enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da

²⁸⁹ BUFREM, Leilah Santiago. Miguel Severo de Santiago: um intelectual na história paranaense. *Revista do Centro de Letras*, Curitiba, n. 49, ago, 2007, 8 p.

Polônia, Sr. Conde Czeslaw Pros'inzski²⁹⁰. Já em 1930, a convite do governo da Polônia, Victor do Amaral visitou Varsóvia, sendo hóspede do Senado Polonês²⁹¹, interessante aspecto de valorização da instituição no cenário internacional. E essa não seria a primeira situação de reconhecimento da UP para além do espaço territorial estadual. No próprio país, quando os cursos da instituição correram o risco de não serem reconhecidos nacionalmente com a Reforma Maximiliano (1915), os governos do Mato Grosso (Caetano Manoel de Faria e Albuquerque) e de Santa Catarina (Felippe Schmidt) anunciaram o reconhecimento dos diplomas expedidos pela instituição e suas respectivas faculdades, para registro em seus estados²⁹². Ficavam ali garantidos, como no próprio Estado do Paraná (Carlos Cavalcanti)²⁹³, o exercício dos egressos diplomados pela Casa.

Ex-alunos também participaram como docentes: Maria Falce de Macedo (análises clínicas), Rosala Garzuze (patologia geral), César Pernetta (pediatria) e Erasto Gaertner (oncologia) são alguns exemplos de egressos que se tornaram professores e que coroaram a carreira médica com importantes ações sociais em laboratório e hospitais nas suas especialidades, ou mesmo na sala de aula da FMP. Trajetórias que se fundem com a história da FMP e mesmo com a organização dos serviços de saúde na cidade e até fora dela – lembremos o caso de Aramis Taborda de Athayde (1900-1971), formado Doutor em Medicina pela FMP no ano de 1924. Chegou ele ao cargo máximo na área da saúde, como um dos primeiros Ministros da Saúde, na então recém-instituída pasta (1953) da República Federativa do Brasil, na gestão dos anos 1954 e 1955. Todos nomes que dão sentido ao trabalho ali desenvolvido e difundido. O exercício médico se fazia, portanto, dentro, mas também fora da FMP, onde os médicos iam se fazendo cada vez mais necessários. A equipe crescia ano a ano...

²⁹⁰ FMP. *Relatório do anno de 1922 apresentado pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, diretor da Faculdade de Medicina do Paraná, em sessão da Congregação realizada a 19 de Dezembro de 1922*. Curitiba, 1923, p. 16.

²⁹¹ LIMA, Eduardo C. Apresentação. In: LIMA, Eduardo C. (Org.) *Victor Ferreira do Amaral e Silva* (o reitor de sempre). Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982, p. 16.

²⁹² MATO GROSSO. *Decreto n. 418* – 30 de maio de 1916. Decreto que reconhece e manda registrar nas repartições competentes os diplomas conferidos pela Universidade do Paraná, pelo Presidente de Estado Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, Palácio do Governo em Cuiabá. SANTA CATARINA. *Lei n. 1.166* – 29 de setembro de 1917. Lei que reconhece oficialmente a Universidade do Paraná, pelo Presidente de Estado Felippe Schmidt, Palácio do Governo em Florianópolis, nos anexos dos *Estatutos da UP de 1916*, Curitiba, p. 97 e 99.

²⁹³ Em tempos de incerteza, o Governo do Estado do Paraná baixou o Código do Ensino do Estado do Paraná, fazendo ali reconhecer o ensino superior da UP, “*instituto particular e autônomo, reconhecido e subvencionado pelo Estado*” (Art. 321) e fiscalizado pelo poder estadual. (PARANÁ. *Decreto n. 710*, de 8 outubro de 1915. Código do Ensino do Estado do Paraná, pelo Presidente de Estado Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Palácio do Governo em Curitiba, nos anexos dos *Estatutos da UP de 1916*, Curitiba, p. 93).

2.5 “*Scientia et Labor*” no “*Palácio de Luz*”: a arquitetura dos projetos

O prédio que sediava o primeiro ano letivo da UP à rua Comendador Araújo, no centro da cidade, era alugado, precário e requereu várias reformas a bem de acolher as instalações e os materiais necessários para os cursos. Para o primeiro ano letivo, comportaria com folga os primeiros 97 alunos de todos os cursos ofertados, mas para o ano seguinte, com vistas a acolher novo contingente, que se esperava crescente, já seria mais complicado manter-se no mesmo prédio. Pensaram então, Victor e Nilo, num novo espaço “mais espaçoso que o atual”, para alugar ou mesmo para construir. Àquele tempo, o Governo do Estado havia feito uma doação de 80 contos de réis para o patrimônio da UP, que, somados aos 10 contos de réis da municipalidade, fizeram a diretoria achar por bem investir na compra de um terreno ali perto, localizado à rua Carlos de Carvalho, esquina com a Visconde de Nácar, também no centro da cidade. Pagaram 29 contos de réis pelo terreno. O preço parecia justo, conforme as provisões que teriam de honrar com a necessária construção de um novo prédio escolar. Foi então que a Câmara Municipal de Curitiba fez a doação de terreno localizado à época um tanto afastado do centro e com face para uma das principais ruas da cidade, a rua Quinze de Novembro. Na verdade, o final da rua Quinze, desembocando na Praça Santos Andrade, praça que há muito estava carente de cuidados. Parecia até estranho que a praça, mal visitada à noite e aparentemente esquecida de dia, fosse o lugar propício para uma casa de ensino. Algo inclusive comentado por Romário Martins em sua visita, mais tarde, e à noite, ao novo prédio da UP ali localizado:

O Largo Santos Andrade, ao fim da rua Quinze, estava escuro, breado das sombras da noite. Caminhava-se por trilho que, não fosse o meu ilustre guia já o saber de cor, não sei se eu chegaria a penetrar sozinho no templo resplandecente de luz interior, que é a nossa Universidade. Parece que a Prefeitura quis propositalmente, abandonando de melhoramentos esse local da cidade e preferindo simbolizar, na ironia de um caos, que para se chegar aos conhecimentos da cultura humana é mister palmilhar primeiro os devaneios do atraso, tactear a rudeza dos caminhamentos, acender os olhos na noite de ignorância para os ir acostumando à luz da sabedoria.²⁹⁴

Mas a oferta não poderia ter sido melhor. Um bom espaço ali tiveram para edificar o “Palácio de Luz”, a concretização definitiva da universidade paranaense. E, para isso, pareciam caminhar bem. Às doações estaduais e municipais somava-se a subvenção de 50 contos de réis do Governo Federal acertadas anualmente para bem dispor o curso de

²⁹⁴ PEREIRA, op. cit., 2 jul. 1915.

Engenharia²⁹⁵. A relativa fase de prosperidade financeira, observada pelo diretor, de que gozava a instituição ainda em seus primeiros passos era algo positivo. Ainda assim, tal “prosperidade” passaria longe da remuneração, na mesma proporção, dos honorários dos lentes da instituição, que recebiam mensalmente, ou, como afirma o secretário, “sujeitavam-se a ganhar apenas 70 mil réis (70\$000) cada” e com desconto de faltas. Mas “com a maior assiduidade”, ainda conforme o secretário, os professores compareciam a “todas as aulas”²⁹⁶, e, certamente, devem ter entendido as palavras do diretor, ao cabo daquele primeiro ano letivo, do apertar os cintos ainda para o ano vindouro. Victor do Amaral tentava mitigar o fato em nome de um interesse coletivo maior: “O nosso primeiro dever, se quisermos ver consolidada a reputação do nosso estabelecimento, é nos sacrificarmos um pouco no começo, a fim de permitir a organização completa do nosso ensino”²⁹⁷. Era o desejo de “erigir um monumento com o nome de Universidade do Paraná”, o que para ele logo se tornaria um dos primeiros estabelecimentos de ensino superior do Brasil e o primeiro do Paraná, fazendo crer assim que para esse fim valesse o “sacrifício” inicial.

Além dos preparativos do terreno doado, pensar no destino que dariam àquele que já haviam comprado e o aluguel que ainda manteriam do prédio ocupado a fim de tornar ali a sede provisória da Maternidade do Paraná, por vezes chamada Maternidade de Curitiba. Eram muitos os projetos em jogo, e logo se veriam às voltas com a construção do novo prédio da UP, na Praça Santos Andrade. Um grande projeto que assumiam no decurso do ano de 1913: o desejo de construir um edifício próprio, com equipamento e mobiliário adequados à nova realidade educacional, a preocupação com os gabinetes e, sobretudo, os laboratórios para os cursos médicos, a ponta de lança do projeto dos médicos-fundadores. Logo tudo se ajeitaria. A primeira parte da obra, suficiente para acomodar todos os cursos, ficou pronta pouco tempo depois de iniciado o ano letivo de 1914, no mesmo ano em que o curso de Medicina e Cirurgia entrava em ação. A mudança para a Praça foi no mês de abril, dizem até que os próprios alunos carregavam as mesas e cadeiras às costas, de um ponto a outro da cidade, e encerrada no dia 10 de junho. Logo os futuros médicos compartilhariam espaços, objetos, disciplinas e professores com os demais cursos da instituição que ali já funcionava.

²⁹⁵ A primeira monta foi recebida em novembro de 1913. (HISTÓRIA DA UP, por Plácido e Silva, em 1917 apud LIMA, op. cit., p. 490).

²⁹⁶ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1913, op. cit., p. 45.

²⁹⁷ Idem, p. 7.



Figura 2: *Curityba – Universidade do Paraná*, cartão postal, s/d.
Fonte: Arquivo D.S.C.S.

O “Palácio de Luz”, inaugurado em abril de 1914, o palácio da UP, em sede própria, naquela praça, no limite da cidade, posicionava-se, ironicamente, de face para o sol nascente e de “costas para a cidade”, ponto também observado por Ulf Baranow e Márcia Siqueira²⁹⁸. Abrigava ali todos os cursos ofertados, inclusive o curso de Medicina e Cirurgia, que galgava seus primeiros passos. A meta da instituição anunciada pelo diretor desde a data de criação da universidade era clara: “Nada de rótulos para dourar a ignorância”, dizia Victor do Amaral, “é ministrar um ensino profícuo, sólido, sem preocupações de títulos acadêmicos”²⁹⁹, afirmação que faz ressoar, ainda com mais vigor, o lema evocado à reflexão no brasão da Casa (*Scientia et Labor*) e a formação profissional em primeiro plano. Daí que, em parte, talvez se justifique a pouca menção de títulos de Doutor em Medicina expedidos pela FMP anualmente. É o eixo da profissionalização de médicos para o pronto exercício da clínica, mais que a preocupação em torno do doutoramento em si e da especialização dos mesmos para a pesquisa médica embora enfatizada no curso, o ponto essencial da formação efetuada pela FMP³⁰⁰.

Para a construção do edifício, uma junta de professores pensava os planos, os desenhos, a organização dos espaços. Nilo Cairo, em 18 de agosto de 1913, foi nomeado para dar parecer sobre as propostas apresentadas à construção do edifício da universidade, sendo, pouco tempo depois (22 agosto), nomeado conjuntamente com Manoel de Cerqueira Daltro Filho (subsecretário) e João de Moreira Garcez (lente de Engenharia) para fazer parte da

²⁹⁸ BARANOW, Ulf G.; SIQUEIRA, Márcia D. (Orgs.). *Universidade Federal do Paraná: história e estórias*, 1912-2007. Curitiba: Ed. da UFPR, 2007, p. 61.

²⁹⁹ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1913, op. cit., 1913, p. 7.

³⁰⁰ Mais no item 3.3.

comissão de fiscalização da construção do prédio. Os trabalhos evoluíram bem, e em pouco tempo ali se instalaram. Tornava-se realidade o que há pouco tempo parecia ilusão. O próprio Nilo é quem relembra, em telegrama a Victor do Amaral, o episódio. Na ocasião, respondia com alegria o reconhecimento dos cursos da Faculdade de Direito, em 1920, em que os colegas no Paraná o devotavam como “o mais esforçado fundador”. Ele retrucava, e no seu modo de se posicionar, contava em que bases se deu a construção do prédio da UP:

Lembras-te do dia em que assinaste com esse herói do Bortolo Bergonse [o construtor] o contrato de 350 contos para a edificação da Universidade? Não tínhamos um vintém na algibeira. Minto. Creio que eu tinha um tostão e ti te queixavas (sempre foste um chorão) de que os inquilinos ainda te não haviam pago os aluguéis de casa, e nesse dia, só tinhas recebido um “osso” no consultório. E me dizias aterrado:

– Mas, seu Nilo, como é que havemos de assinar este contrato de 350 contos, quando não temos nem um na caixa?

Então, não sei se te recordas. Foi na Praça Tiradentes, no meu consultório, tu, pálido, suando, sentado à minha mesa, eu de pé a teu lado, com ar profético de um novo Cristo. Estendi-te o braço em um gesto trágico e disse-te com a frieza cortante da lamina de uma espada:

– Assina, Victor!

– Mas olha...

– Assina! Que importa que não tenhamos um vintém? Depois do tijolo estar na parede, quero ver como o Bortolo o há de tirar de lá...

– Vê bem...

– Assina!

Então tu te iluminaste da coragem com que se descobrem os mundos e assinaste... Que teríamos pois, nós feito, se essa tua mão heróica não tivesse traçado nesse momento o teu nome? Qual de nós ambos fez aí o maior esforço? Eu quando estendi o dedo profético ou tu quando rabiscaste aquele teu V de pontas torcidas? E talvez mais do que tu e eu, esse Bortolo audacioso, digno de uma estátua, que, sabendo-nos sem dinheiro, ousou, não obstante, meter mãos a obra nesses muros, que são também glórias suas... Dá-lhe pois, um abraço, por mim, quando o encontrares, que ele também tem parte nessa filha que nos enche de orgulho e de vaidade.³⁰¹

Junto aos médicos-fundadores, muitas outras pessoas acreditaram no projeto que estava em curso. Nesse caso apresentado por Nilo Cairo, foi o engenheiro Bortolo Bergonse, responsável pela construção das várias etapas da obra, ou ainda o próprio fundador, Victor do Amaral, confiante na firmeza profética de suas palavras. Nessa mesma carta, outros nomes mais aparecem: Walter Aust (tesoureiro), Daltro Filho (subsecretário), Flávio Lacerda (professor de Medicina), Benjamin Lins (professor de Ciências Jurídicas), João Barcellos (contador), Baeta de Faria (professor de Engenharia), Petit Carneiro (professor de Medicina), Carlos Cavalcanti (Presidente do Estado), Luiz Bartolomeu (Deputado Federal, benfeitor da UP, 1913) e o primeiro aluno, Oscar Plácido (amanuense). A história do primeiro aluno a

³⁰¹ DUAS CARTAS, por Nilo Cairo, em 1920, para Victor do Amaral, apud LIMA, op. cit., p. 472-473.

adentrar a UP, no prédio alugado, é outro tema que Nilo Cairo gostava de relatar. Essa mesma carta endereçada a Victor do Amaral reproduz a história que ele contava em outras ocasiões:

Um dia, debes te lembrar, naquele casarão da rua Comendador Araújo, só havia então duas mesas entre as paredes nuas, tu sentado à tua, e eu à minha, esperávamos com o coração aos pulos, que aparecesse o primeiro aluno. O Cordeiro [Antonio Cordeiro, bedel], que então acumulava todos os cargos da administração interna (era contínuo, bedel, porteiro, servente e não sei que mais) anunciou-nos um sujeito que nos desejava falar. Eu empalideci. Tu te tornaste cor de cera (tu nunca foste muito corado e sempre me pareceste um eterno canceroso). Entrou então um sujeitinho, baixote, moreno, com cara de japonês. Era o primeiro aluno! Vinha matricular-se no Curso de Direito e exibia atestados do Liceu Alagoano.

– Como se chama? Perguntei-lhe.

Ele respondeu:

– Oscar Josef de Plácido e Silva.

Era o primeiro herói! O primeiro ousado!...

Então eu te disse:

– Oh! Vitor! Estamos bem precisados de um amanuense para a secretaria...

O Plácido atalhou logo:

– Se quiser eu posso servir... Se for só a noite...

– Quanto quer por esse trabalho?

E ele respondeu:

– Sessenta mil réis.

E teve aí origem o Plácido, o nosso Condestável, o nosso braço de ferro.³⁰²

A ansiedade em saber se algum aluno apareceria era grande. O “coração aos pulos”, de ambos, até que apareceu Oscar, o aluno de Ciências Sociais e Jurídicas. Sairia dali não só com a inscrição no curso, mas com um emprego na mão: o de amanuense da instituição e depois, diretor da secretaria da UP, onde serviria por sete anos. Em suas memórias, Plácido e Silva se orgulhava: “Havia sido eu o primeiro corajoso, confiante na vitória da instituição cuja vida se iniciava, cabendo-me, justamente, a suprema ventura de haver sido a primeira matéria-prima de que se iria forjar o primeiro bacharel paranaense na carcaça de um nordestino...”³⁰³. Corajoso nordestino! Com os alunos, os 26 lentes que ocupavam as cadeiras dos cursos ofertados também acreditavam na causa e abriam mão dos devidos salários para receber, como dizia Nilo, “os míseros 700 mil-réis” de princípio. A lei de 1911 não apresentava a tabela de vencimentos que permitisse tal comparação, mas a Reforma Maximiliano, de 1915, instituiu os salários dos professores, o que tornou possível observar a precariedade a que estavam sujeitos. O ordenado do professor catedrático da FMP, em 1915, sem gratificação, deveria ser, conforme a lei, 6 contos e 400 mil-réis (6:400\$000). Somada a gratificação saltaria para 9 contos e 600 mil-réis (9:600\$000). A diferença era realmente muito grande. De

³⁰² DUAS CARTAS, op. cit., p. 473-474.

³⁰³ BÓIA, Wilson. *De Plácido e Silva* – Ensaio. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2002, p. 25-26.

fato, eram míseros 700 mil-réis! E o amanuense também recebia seus salários comparativamente aos professores, de modo miserável. Segundo a lei de 1915, seu ordenado deveria ser de 2 contos e 400 mil-réis (2:400\$000), e com gratificação chegaria a 3 contos e 600 mil-réis (3:600\$000), muito além do pedido pelo jovem no dia da sua inscrição, 60 mil-réis. Mas toda essa doação, de fato, deveria fazer sentido. Afinal, era a construção de um nobre ideal em tela. Eram os primeiros cursos superiores no Paraná, entre os quais, participavam os cursos da FMP.

Ao primeiro aluno a adentrar a UP na sede alugada se seguiram muitos outros, quase uma centena deles só no 1º ano letivo. Naquele mesmo ano letivo, em 31 de agosto, a grande expectativa: o lançamento da pedra fundamental do novo edifício à Praça Santos Andrade. Eram passos largos para todos os participantes naquele momento. O projeto do edifício, consoante ao estilo colossal, foi primeiramente desenhado pelo engenheiro militar capitão Guilhermino Baeta de Faria, lente do curso de Engenharia³⁰⁴. Mas, não lhe sendo possível concluir o projeto do edifício no prazo requerido, foram contratados os serviços dos engenheiros Euclides Espíndola e Arthur Portella, que, juntamente com a comissão de fiscalização das obras, nomeada em 22 de agosto de 1913, fizeram algumas modificações tanto na fachada do edifício quanto nas suas repartições internas³⁰⁵.

A parte do prédio projetado, em construção, constitui o centro da ala da frente; tem 9 janelas de frente e 5 pavimentos, sendo o 1º um porão habitável e assoalhado e o 5º uma mansarda coberta de telhas deorites também habitável, ambos largamente iluminados. Esta parte do prédio, que nos custará 250 contos, contém 28 salas e gabinetes, que dão perfeitamente para o funcionamento das aulas no próximo ano de 1914. No momento de escrever este relatório, estão sendo respaldadas as paredes do 3º pavimento, contando os construtores terem toda a obra coberta até 30 de janeiro próximo. Até esta data já se pagou aos construtores a quantia de sessenta contos de réis.³⁰⁶

Coube aos construtores Bortolo Bergonse e Carlos Dietsch levantar as partes centrais de sua fachada principal (Figura 3, p. 129). A construção iniciada, solenemente, em fins de agosto, e acompanhada pela comissão de fiscalização da obra, pôde visualizar os primeiros salões prontos do novo edifício em 12 de abril de 1914, quando para lá rumaram as primeiras aulas. E à medida que iam concluindo as demais salas, outros mais seguiam para lá, até que toda a UP, com seus cento e noventa e dois alunos, fosse instalada definitivamente, em 10 de julho de 1914, na Praça Santos Andrade.

³⁰⁴ HISTÓRIA DA UP, op. cit., p. 490-491.

³⁰⁵ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1913, op. cit., p. 93.

³⁰⁶ Idem, p. 93-94.

Muitas foram as visitas recebidas no novo prédio da UP. Dentre as várias impressões registradas no Livro de Visitantes, constante do Relatório Geral de 1916, chama a atenção a presença de autoridades locais, como Rocha Pombo (Deputado Estadual) e Julia Wanderley (professora), mas também do cenário nacional, como Olavo Bilac (jornalista e poeta) e Vital Brasil, e até do cenário internacional, como no longo depoimento de Mário Monteiro (poeta e jornalista português), que assim edificava a instituição:

...A Universidade do Paraná além de fazer dos seus alunos uma espécie de *ala dos namorados* na preparação intelectual das gerações presentes e futuras, encerra ainda um aspecto curioso, a sua própria disposição, o ar que se respira em todo o edifício, a luz que irradia por toda a parte dão-nos bem a impressão da alegria que dissipa por completo as sombras dos velhos métodos de ensino e daquele aspecto catedrático e arcaico em que mais se amarrava e estiolava o pensamento do que se lhe ensinava a libar vãos largos e progressivos.³⁰⁷

É de se considerar o efeito que o prédio e sua infraestrutura causavam aos seus visitantes para que estes chegassem a tal conclusão, como a expressada pelo poeta português, numa única visita! Se é válida a expressão que *é a primeira impressão a que fica*, no caso dos visitantes que não só assinaram, como relataram, algumas vezes demoradamente, suas impressões no Livro de Visitantes, pode-se crer que estivessem estupefatos com a magnitude do prédio visitado – colossal – e a singularidade de sua nave principal composta pela cúpula que iluminava o seu interior, daí o batismo “Palácio de Luz”. Naquela cúpula, estava planejado instalar-se o Observatório Astronômico, algumas vezes apontado nos Relatórios da UP. Mas o projeto parece não ter mesmo saído do papel. As sucessivas construções a que foi submetido o prédio, no sentido de concluir a obra começada, dariam ao mesmo cada vez mais sentido à sua expressividade *colossal*:

³⁰⁷ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1916, op. cit., p. 68.



Figura 3: Aspecto do “Palácio de Luz”. Prédio em que funcionou, ao lado direito, a FMP, 1939. Fonte: Arquivo D.S.C.S.

O rigor com que levavam adiante todo o projeto de construção do Palácio de Luz – e mesmo o da constituição e subsistência da própria UP –, mesmo passando por dificuldades, como as guerras (PR-SC, SP e mundial), logo remete a uma espécie de rigor militar, sendo Nilo Cairo, o “Leão da Universidade”, algumas vezes apontado como expressão disso. E não só isso: o pendor nacionalista, característico do período, teve muitos reflexos no projeto de formação dos alunos de todos os cursos ali ofertados. Formar os jovens para o engrandecimento da nação surgia como expressão fácil na ponta do lápis dos fundadores, sobretudo de Victor do Amaral. Reflexo de um tempo que marcava o nacionalismo como linha de frente na formação desses jovens, inclusive incentivando-os ao exercício militar obrigatório. Não à toa, a instrução militar – tiro de guerra e evoluções militares – fazia parte do currículo acadêmico dos alunos maiores de 16 anos. Defesa pessoal e nacional de Olavo Bilac.

A instrução militar no Paraná, sobretudo no seu princípio, deve ter tido sabor especial para Nilo Cairo e Daltro Filho, por exemplo, militares de formação. Dado a constar era a amizade antiga de Victor e Bilac. Ambos estudaram na mesma escola secundária, o Colégio Abílio, no Rio de Janeiro, tendo por companheiros ainda Raul Pompéia, Luiz Murat e outros nomes³⁰⁸. “A tentativa de regenerar o caráter nacional” será, pois, o inflamado discurso de paraninfo de Victor do Amaral à turma de 1921, no qual relembra a todos dos seus esforços nesse sentido desde os primeiros relatórios, e conclamava-os, inspirado nas letras de Olavo Bilac, para “o ressurgimento do espírito de nacionalidade”, “de mais amor próprio nacional,

³⁰⁸ LIMA, op. cit., 1982, p. 9.

mais civismo, mais consciência de nossas energias, mais confiança em nosso destino de povo, ávido de progresso e suscetível de assimilar facilmente os primores da civilização”³⁰⁹. Victor era um nacionalista otimista.

Mas não percamos de vista o que ainda é possível recuperar do relato do visitante português ao Palácio da UP, que foi a sua impressão da “luz” que dissipa “as sombras dos velhos métodos de ensino”. Além do investimento arquitetônico, outro se faria imprescindível a bem de levar a cabo o projeto em curso: os materiais das salas, gabinetes, laboratórios, museus e biblioteca, sem os quais aquele universo todo não faria sentido. Fato bem observado pela professora normalista Julia Wanderley, em sua visita em 22 de junho de 1916, na qual registrou:

...cumpro o gratíssimo dever de consignar aqui a magnífica impressão que recebi, não só pela grandeza do belo e suntuoso edifício que lhe é destinado, como principalmente pela admirável ordem que preside a sua extraordinária organização, pelo excelente método e pela ótima disposição observada em tudo que compõe seus importantíssimos museus, laboratórios, gabinetes etc. etc., destacando-se sobretudo o rico Museu de Anatomia, que é talvez o mais importante do Brasil.³¹⁰

O aparelhamento das várias salas e demais repartições que compunham o espaço pedagógico da UP e suas respectivas faculdades, lugar sobretudo de aprendizagem, e as completas instalações da FMP, a *menina dos olhos* dos seus fundadores, não passou despercebida pela professora normalista da cidade, nem pelos visitantes de terras mais longínquas. Para o norte-americano Richard M. Pearce, da Filadélfia/EUA, em visita à instituição em fevereiro de 1916, suas congratulações ao reconhecimento “pela sua bem montada Faculdade de Medicina” constam do Livro de Visitas daquele ano, bem como a do veterinário belga T. Urbain, que em março afirmava: “a Universidade do Paraná pode rivalizar com muitas do estrangeiro”. Que orgulho para todos os cooperadores daquela obra que se tornava enfim realidade.

³⁰⁹ FMP. Relatório apresentado pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor da FMP, em sessão da Congregação realizada a 31 de Dezembro de 1921. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia, p. 36.

³¹⁰ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1916, op. cit., p. 73.

2.6 Laboratórios, museus e gabinetes: investimentos ao “ensino prático” e à *pedagogia clínica*³¹¹

Ladeava as preocupações dos médicos-fundadores da UP não só um lugar adequado para o ensino e a formação de bacharéis, algo para o qual o Palácio de Luz se apresentava muito bem adequado, como também os materiais necessários para embasar o “ensino prático” que procuravam ali difundir. Aliás, o ensino prático, como era definido para orientação dos estudos acadêmicos da UP e suas respectivas faculdades, possivelmente, teve seu fundamento nas aulas de Victor do Amaral ainda quando aluno na FMRJ. Lá, teria tido ele, via seus professores, contato com as ideias de Claude Bernard (1813-1878)³¹², fisiologista francês, professor no Collège de France, que, em 1865, como legado de seu estudo rigoroso com experimentos, publicou o estudo *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*, o que significava a defesa da introdução do método experimental na medicina³¹³. Daí o enfoque no ensino prático. Esse entendimento, no Brasil, colaboraria para ampliar as atividades científicas ao final do século XIX. Na área biomédica, “a atividade profissional ganhou novas características com a prática da pesquisa experimental, incentivada, no início, pela demanda social por melhores condições sanitárias”³¹⁴.

Próximo a essas ideias, e juntamente à construção do edifício acadêmico, os médicos-fundadores pensavam também nos imprescindíveis investimentos para subsidiar as diferentes instalações dos cursos, as diversas salas e o que se pode entender como laboratórios de aprendizagem dos alunos da então UP. Os cuidados para isso se estendiam a todos os cursos, mas as instalações, sobretudo no caso do curso de Medicina e Cirurgia, causavam preocupação redobrada. A ausência de grande parte do material necessário para as instalações do curso médico ainda em 1913 pode ter sido uma das importantes faces do problema que postergou a sua abertura para o segundo ano letivo da UP. A não oferta do curso, nesta

³¹¹ Neste, todas as informações sobre a localização das instalações no edifício, e os valores a elas destinados no ano de 1913, salvo quando mencionada outra fonte, constam das seguintes referências: HISTÓRIA DA UP, op. cit., p. 495-498; RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1913, op. cit., p. 29-32 e anexos.

³¹² LIMA, op. cit., p. 9-10.

³¹³ Claude Bernard foi atento estudioso das teorias de Rudolf Virchow (1821-1902), médico alemão que desenvolveu contribuições para o entendimento da anatomia patológica e da teoria celular. Assumindo ele as ideias vinculadas ao racionalismo científico desde Galileu, “*estos avances científico-naturales fueron la base para la constitución de una medicina científica, tarea a la que Bernard dedicó toda su vida dando lugar a una obra que lo ha convertido en un clásico, como son clásicos los trabajos de Newton, de Darwin o de Dalton.*” (MARTÍ, Oriol. *Claude Bernard y la medicina experimental*. Espanha: Novagràfik, 2006, p. 9-11).

³¹⁴ DANTES, Maria Amélia; HAMBURGER, Amélia Império. A ciência, os intercâmbios e a história da ciência: reflexões sobre a atividade científica no Brasil. In: DANTES, Maria Amélia; HAMBURGER, Amélia Império; PATY, Michel; PETITJEAN, Patrick (Orgs.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 1996, p. 20.

ausência de condições, seria mesmo a melhor alternativa.

Todas essas exigências de instalações várias para o “ensino prático” dos alunos, inclusive médicos, certamente constavam em lei. No entanto, a legislação do período – a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental de 1911, o Decreto n. 8.661 de 1911, e a detalhada Reforma Maximiliano de 1915 –, não traz considerações sobre o assunto. Apenas a Reforma de 1915, no Artigo 184, observa a presença do Museu de Higiene, a cargo do professor dessa disciplina, nas faculdades de medicina. Porém, na FMP, especificamente, o referido artigo não parece ter sido atendido de pronto, e pelo menos até o ano posterior à lei. Apesar da lei, ou por causa dela mesma, a UP organizava atentamente os seus espaços e materiais possíveis para as diferentes instalações, inclusive as da FMP.



Figura 4: Parte do Museu de Anatomia, cartazes, peças anatômicas, o esqueleto. Ao fundo, um pequeno quadro de giz, e ao centro, a reunião cadenciada das cadeiras. Fonte: Arquivo D.S.C.S.

Uma das principais instalações, e também a mais onerosa de toda a instituição, era, de fato, o Gabinete de Anatomia ou Museu de Anatomia³¹⁵ da FMP. Continha modelos artificiais trazidos da Europa, das casas Deyrolle e Tramond de Paris, sendo constantemente atualizados, chegando a ser avaliado, sozinho, no ano de 1915, em mais de vinte contos de réis

³¹⁵ Como vitrines do passado, os museus tem sido hoje referência para o estudo de vários pesquisadores que procuram entender esses espaços de modo científico, histórico e eminentemente educativo, cf.: FIGUEIREDO, Betania G.; VIDAL, Diana G. (Orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005.

(23:707\$090)³¹⁶. Dos altos custos para a manutenção cuidadosa fizeram vir ao Paraná, tempos depois, o professor Paulo Tibiriçá, da Universidade de São Paulo, que aqui ficou por dois anos, para a montagem do Departamento de Anatomia e Fisiologia Patológicas³¹⁷. Após a sua saída, o Museu de Anatomia ficou aos encargos do técnico Domingos Lukaszewicz³¹⁸. A esse gabinete estava associado, desde o começo, o Laboratório de Anatomia ou Laboratório de Dissecção, destinado aos alunos do curso médico e de odontologia. Possuía ele “mesas com pedra mármore para cadáveres, diversos modelos de cabeça e de dentes, esqueleto e ossos desarticulados, numerosos quadros murais de anatomia, um manequim Auzoux de 1,80 m de altura, um estereoscópio, estojos para autópsia e para dissecção, etc.” Servia ao *ensino prático* da disciplina de Anatomia e tal não seria para qualquer um.



Figura 5: Aspecto do Laboratório de Dissecção Anatômica, ao rés do chão do edifício. Ao fundo, uma janela aberta à Praça.
Foto: Armin Henkel, Curytíba. Fonte: Arquivo D.S.C.S.

As primeiras encomendas de materiais para o Gabinete não tardaram e foram feitas àquele mesmo ano de 1913, na previsão de ofertar o curso médico. Em meio às obras de construção do prédio acadêmico e às atividades decorrentes do primeiro ano letivo em prédio alugado, a primeira encomenda de “numerosos” modelos de anatomia humana, para o ensino de anatomia descritiva, já chegava perto dos 20 contos de réis (19:845\$000). O montante do

³¹⁶ UP. *Relatório Geral da UP apresentado à Assembleia Geral de 19 de Dezembro do anno de 1915 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral, Diretor*. Curityba: Typ. Max Roesner, 1915, p. 35.

³¹⁷ FMP. *Relatório do ano de 1936 apresentado à Congregação pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 9 de janeiro de 1937*. Curitiba: Tip. João Haupt, 1941, p. 2-3.

³¹⁸ FMP. *Relatório do ano de 1940 apresentado à Congregação pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 10 de janeiro de 1941*. Curitiba: Tip. João Haupt, 1941, p. 5.

investimento para um único gabinete era, a exemplo da arquitetura do novo edifício, colossal, se comparado aos demais gabinetes da UP. Tratava-se, portanto, do gabinete número um da instituição. As peças dos modelos anatômicos humanos chegaram à casa à medida que o prédio foi tendo concluída a primeira parte da obra, e os cursos puderam ali, pouco a pouco, se instalar.



Figura 6: Duas imagens de um mesmo lugar. O Museu de Anatomia ostenta as peças anatômicas trazidas da Europa. Fotos: Armin Henkel, Curytiba.

Fonte: Arquivo D.S.C.S.

Disciplina ingrata a povoar as mentes mais incautas, a Anatomia, por si só, remete a memória comum às mais estranhas sensações, causando, em muitos, uma espécie de curiosidade mórbida. Essas sensações não escapavam aos curiosos olhares da população que circulava pela Praça Santos Andrade. Não raro, notícias nos jornais davam conta dos aparentes descuidos da aula específica, dada em sala ao rés do chão do edifício. “Cadáveres descarnados expostos à curiosidade pública” foi matéria da *Gazeta do Povo* que circulou na cidade em 13 de outubro de 1928. A notícia procurava chamar a atenção da diretoria da FMP para o cuidado com a exposição dos cadáveres, em situação precária após os estudos práticos, e afirmava que “constitui, portanto, uma profanação permitir-se que cadáveres em tal estado permaneçam à vista do público como tem acontecido, pois vários vidros das janelas acham-se partidos, juntando-se ao redor numerosos curiosos, que ali permanecem na contemplação do quadro”. O problema das janelas, o problema dos mortos ou dos vivos?...

As “peças” eram entregues ao curso médico pela Chefatura da Polícia, pelo dr. Vieira Cavalcanti, mas também pela SCM. de Curitiba, sob auspícios do dr. João Evangelista Espíndola, e ainda pelo Hospital N. S. da Luz, com o dr. Antônio Rodolpho de Lemos. Era um acordo conjunto, do qual também participava a FMP na pessoa do dr. Victor do Amaral. Quando os corpos não eram reclamados pelas famílias, parentes e amigos, eram então

encaminhados à escola médica³¹⁹. Como se observa do grupo, o acordo correu e correria sem muitos constrangimentos, já que quase todos – com exceção de Cavalcanti – eram professores do mesmo curso médico. E ali já abasteciam o Gabinete de Anatomia, desde o seu primeiro ano de exercício. Aos alunos não faltaria material para o estudo prático da dissecação.

O problema é que lidar com cadáveres incomodava a muitos, e os visitantes mesmo não deixavam de protestar. Romário Martins, no fim de seu registro “maravilhado” com o prédio e as instalações da UP, no Livro de Visitas de 1916, comentava suas impressões a respeito. O interessante é que essa mesma sociedade que acusava a exposição dos cadáveres, outrora acusou a UP e o ensino de Anatomia pela falta de “peças” para o estudo de dissecação anatômica. Mas o assunto era mesmo polêmico, e no artigo de Oscar Plácido e Silva sobre a memória histórica da UP, além desse aspecto, ele apresenta, sumariamente, as novas discussões que àquele começo da década de 1910 já rondavam as Faculdades de Medicina, do Rio de Janeiro, por exemplo, e até do exterior (Instituto Anatômico de Munique, Alemanha, essencialmente). Era a valorização das atividades voltadas à fisiologia, à química dos corpos, e até mesmo ao uso de modelos anatômicos, e menos a prática da dissecação³²⁰. Mas a prática, no Paraná, acontecia, e a população, horrorizada, que fazia? Os jovens precisavam aprender! Para Victor do Amaral, a resposta era clara: dissecar “era moda”³²¹...



Figura 7: “Anfiteatro de aula oral”. Pouco mais que uma sala de aula, bem menos que um gabinete. Foto: Armin Henkel, Curytiba. Fonte: Arquivo D.S.C.S.

³¹⁹ UP. *Relatório Geral da UP apresentado à Assembleia Geral de 19 de Dezembro do anno de 1914 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director*. Curytiba: Typ.Alfredo Hoffmann, 1914, p. 30-31.

³²⁰ HISTÓRIA DA UP, op. cit., p. 492.

³²¹ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1915, op. cit., p. 49.

O Laboratório de dissecação anatômica ficava no 1º pavimento do prédio e contava com uma sala anexa de preparação dos cadáveres, com todo o aparelhamento necessário: banheira, mesa com pedra mármore, instrumentos para injeção e água corrente. Naquele mesmo pavimento, havia outras salas: 2 anfiteatros de aulas orais, conhecidos por primeira e segunda salas, a arrecadação militar, instalações sanitárias, sala de material de limpeza e um gabinete do curso de Engenharia. No 2º pavimento, que dava acesso à área central do edifício, entre várias salas, havia ainda um anfiteatro de aula oral, conhecido como a terceira sala. Além dela, a Sala do Ponto, o Gabinete de Clínica dentária, o Gabinete de Prótese Dentária e a Sala de espera de clientes do Dispensário Dentário. O Gabinete de Clínica Dentária era destinado à prática clínica dos alunos do curso de Odontologia.



Figura 8: Gabinete de clínica dentária. Assistência à população e prática clínica dos alunos de Odontologia.

Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1916.

O Gabinete de prótese dentária, por sua vez, ficava ao lado do Gabinete de clínica dentária e servia para a realização da prática protética aos alunos.

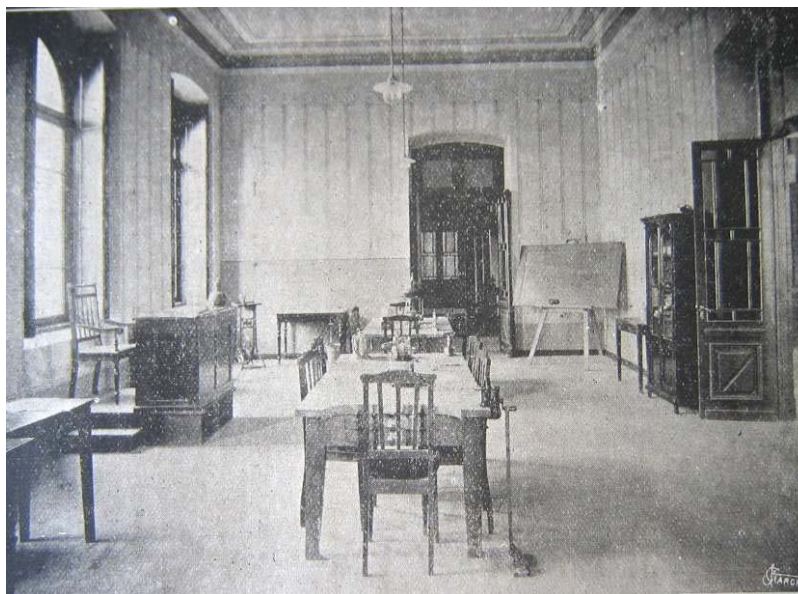


Figura 9: Gabinete de prótese dentária. A prática protética dos alunos. Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1916.

Esses dois gabinetes, juntos, formavam o Dispensário Dentário, destinado a prestar assistência dentária gratuita à comunidade, servindo de prática aos alunos durante dois anos consecutivos. O inventário do Gabinete de Clínica Dentária, em 1913, somava, em móveis, utensílios, aparelhos cirúrgicos e instrumentos, pouco mais de três contos de réis (3:169\$760). Já o do Gabinete de Prótese Dentária continha material na ordem de um conto e meio (1:439\$400). O Dispensário Dentário foi aberto ao atendimento da população carente logo no primeiro ano letivo e era frequentado, diariamente, por cento e doze clientes matriculados. Com o tempo, esse número e os serviços prestados só fizeram crescer, validando a importância do atendimento prestado pelos alunos de Odontologia na cidade³²².

O 3º pavimento do edifício foi quase todo ele destinado à administração da instituição, encontrando-se ali a Sala do Conselho Superior, a Sala da Diretoria, a Secretaria, a Bedelaria, o Depósito Geral, a Tesouraria, a Sede do Centro Acadêmico do Paraná, a Biblioteca (com seus seis mil volumes na ocasião) e a Sala de Leitura adrede. Interessante observar que a relação de livros do Catálogo Geral da Biblioteca do ano de 1914, organizada por cadeira lecionada e curso, permite verificar que, dentre todos os cursos da universidade, e não apenas o de Medicina e Cirurgia, que logo se habilitaria ao exercício efetivo àquele ano, o que detinha o maior número de manuais, livros, revistas e teses era logo a cadeira de Homeopatia, e não de Clínica ou qualquer outra disciplina do curso médico³²³. Essa preponderância de materiais a favor da Homeopatia assim se manteria até pelo menos o ano de 1921, muito

³²² O Dispensário Dentário tem item próprio (3.2.1), capítulo 3, cf.: p. 163.

³²³ CATÁLOGO DA BIBLIOTECA DA UP. Curitiba: Typ. A. Hoffmann, 1914, p. 44-47.

embora essa cadeira já estivesse extinta desde a Reforma Maximiliano, em 1915. Essa ocorrência peculiar deixa a pensar na possibilidade de um projeto interrompido, quem sabe não uma cadeira, mas um curso específico de Homeopatia como parte integrante da FMP. É o que sugerem também os estudos de Renata Sigolo³²⁴. Que outra razão teria a vastidão de materiais disponíveis nesse tema, senão a tentativa de se comprovar, uma vez mais, o caráter científico da disciplina na profusão de obras a ela relacionada? E não é de se desconsiderar que boa parte da biblioteca foi montada às expensas das doações de alunos e mesmo dos professores da UP. As várias contribuições dos alunos faziam frente às “despesas de instalação, inclusive mobiliário, gabinetes de ensino prático e biblioteca, esta tendo recebido logo um bom contingente, com generosas dádivas de preciosas obras científicas”³²⁵. Além desses incentivos, só a biblioteca, em 1913, teve um dos mais vultosos investimentos financeiros do ano, mais de oito contos de réis (8:041\$850), conforme o relatório do tesoureiro. Era um investimento substancial entre as demais instalações da UP.



Figura 10: Biblioteca. Espaço de encontro de todos os saberes.
Foto: Armin Henkel, Curytiba. Fonte: Arquivo D.S.C.S.

Adentrando o edifício, no 4º pavimento se encontrava a maior parte dos laboratórios, gabinetes e museus de toda a instituição. Concentrava-se ali o Laboratório de Microbiologia, o Museu de História Natural, o Museu de Anatomia, o Laboratório de Fisiologia, o Gabinete de Física Experimental e o Laboratório de Histologia. No 5º e último pavimento: o Laboratório de Química Geral, o Laboratório de Análises e a Sala de Desenho. Era do saguão deste último pavimento que se elevava a cúpula do edifício, dividida em dois andares e um

³²⁴ Cf.: SIGOLO, Renata P. *Em busca da “sciencia medica”*: a medicina homeopática no início do século XX. Curitiba, 1999. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, UFPR.

³²⁵ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1913, op. cit., p. 5-21.

palanquim. Pensava-se, para o primeiro andar da cúpula, instalar o Gabinete de Astronomia, e no segundo, a estação meteorológica, mas tais projetos parecem não ter passado do plano.



Figura 11: Laboratório de Histologia. Exemplo da cultura material das instalações para o ensino prático e à aprendizagem experimental.
Foto:Armin Henkel, Curitiba. Fonte: Arquivo D.S.C.S.

Com tanto esmero na organização dos laboratórios, museus e gabinetes de ensino, o ensino prático e, de certo modo, a aprendizagem experimental ali ofertada não aconteciam somente nas dependências do Palácio de Luz. Também fora dele havia outras possibilidades de aprendizagem, por meio da ligação com a SCM de Curitiba, ou o Hospital da Caridade, uma parceria possível desde 1915. Os consultórios privados dos próprios médicos-professores eram outra possibilidade. A Maternidade do Paraná, mais uma. A participação na Chefatura da Polícia, no Instituto Médico Legal, ou ainda na organização do Laboratório de Análises Clínicas, chefiado pela egressa Maria Falce de Macedo, e no interior da SCM, foram outras possibilidades negociadas de participação e atuação fora dos limites da FMP. E aqui só pensamos rapidamente na participação dos médicos: as demais especialidades na área da saúde, que outros lugares mais ocupariam?

Do que é possível depreender do observado até então dos limites e possibilidades da legislação específica do período, e do que sugere o ensino na UP, de início, mas sobretudo na FMP, a partir do investimento nos gabinetes, laboratórios, museus, biblioteca, no espaço acadêmico próprio para tal fim, em primeiro lugar é o reconhecimento da organização de uma cultura material específica para um ensino também específico: o ensino prático e médico. Mas outro entendimento também é possível. O da constituição de uma cultura acadêmica voltada para a formação de profissionais atentos às novas condições de pesquisa e de trabalho com a

ciência de seu tempo. Nesse trabalho, a formação de profissionais e pesquisadores capazes de intervir além dos limites da instituição era o que havia em tela. A formação visualizada pelos fundadores da UP não estava tão longe daquela que eles próprios tiveram na FMRJ, bem como também não estava muito distantes do que se passava para além do cenário nacional – a presença dos professores poloneses nas décadas de 1910 e 1920 pode ser vista como um exemplo dessa exposição às ideias internacionais. O ensino em bases experimentais, laboratoriais, investigativas e clínica adensa vários modelos que estão em tela nos séculos XIX e XX. A expectativa principal era a profissionalização do jovem que adentrava os umbrais da UP.



Figura 12: Farmacêuticos, obstetras, odontólogos ou médicos? As especialidades se encontram nas escadarias da Faculdade de Medicina do Paraná, anos 1920? Fonte: Arquivo D.S.C.S.

Se as opções formativas, de modo geral, se aproximavam em grande parte do que era ofertado nas principais instituições superiores do país, e nisso não havia demérito algum, não há como desconsiderar algumas peculiaridades próprias no caso paranaense, sobretudo no que tange ao maciço do investimento material nas instalações de aprendizagem, à construção de um espaço próprio e específico para os cursos superiores, ao ensino prático como metodologia adotada, à pesquisa como fim. Trata-se de pontos essenciais ali observados. Todos elementos que colaboram para compreender essa junção, que não é singular, mas plural, que também não é inédita, mas que reflete as ideias de um tempo que entendeu “*Scientia et Labor*” como denominadores comuns do aprendizado e da técnica em várias especialidades, em especial, e no que concerne ao presente estudo, nas áreas médica e da saúde.

CAPÍTULO 3

“CREAR, ENSINAR E APLICAR A CIENCIA”:

EXPOSIÇÃO E PROJEÇÃO DOS SABERES MÉDICO-CIENTÍFICOS A
PARTIR DA FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ

– ações e relações da FMP –



Hospital de Criança



Maternidade Victor do Amaral



10 anos da turma de médicos de 1929

CAPÍTULO 3

“CREAR, ENSINAR E APLICAR A CIENCIA”³²⁶: EXPOSIÇÃO E PROJEÇÃO DOS SABERES MÉDICO-CIENTÍFICOS A PARTIR DA FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ

*“A realidade científica é um foco de ordem
criado a partir da desordem”.*

(BRUNO LATOUR & STEVE WOOLGAR,
A vida de laboratório, p.282)

Apresentação

Aqui, neste começo de capítulo, já são apresentados dois pontos importantes. Primeiro, o título. “Criar, ensinar e aplicar a ciência” é observação de Victor do Amaral, num dos seus primeiros relatórios da Universidade do Paraná (UP), que, a meu ver, sintetiza, com alguma fidedignidade, a dimensão social consolidada na trajetória da Faculdade de Medicina do Paraná (FMP). Segundo, o excerto destacado. Bruno Latour, em *A vida de laboratório*, deslinda a complicada e invisível teia que liga a todos num ambiente caótico e muitas vezes sem sentido ao observador, como o laboratório. A partir do caos, a possibilidade de um “foco de ordem”, portanto, de inteligibilidade. Um ponto de vista, um *foco de ordem* como na interpretação de Latour, *o fio e os rastros*³²⁷, lembrando Ginzburg e tantos outros historiadores que fazem pensar a respeito do exercício e do ofício do historiador³²⁸, o que se busca é a via possível para identificar a “realidade científica”. Pois bem, a realidade científica que se busca aqui, no caso da FMP, parece-me um pouco a mistura das duas observações apresentadas na abertura do capítulo. Explico.

A ciência é novamente, ou ainda, o mesmo mote perseguido aqui e em toda a tese. Neste capítulo, em especial, colimado à finalidade da FMP de *criar, ensinar e aplicar a ciência*. Sentido requerido pela escola médica no Paraná, mas que não dá a ela uma particularidade de caso no cenário nacional. Pelo contrário, a filia, anexa a um sentido de observação e de entendimento do que era percebido como necessário também àquele tempo, lugar, e com as pessoas envolvidas. A institucionalização dos saberes médico-científicos

³²⁶ “A instrução superior considerada sob a tríplice função de criar, ensinar e aplicar a ciência, está definitivamente constituída na Universidade do Paraná.” (UP. Relatório Geral da Universidade do Paraná apresentado à Assembleia Geral de 19 de Dezembro do anno de 1914 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director. Curitiba: Typ..Alfredo Hoffmann, 1914, p.3).

³²⁷ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

³²⁸ Imprescindível, o clássico: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. E ainda, as reflexões de: HOBBSAWM, Eric. *Sobre história – ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

captados para além da escola médica paranaense, ou a partir de seus projetos, auxilia na compreensão do impacto da FMP na cidade de Curitiba, bem como do alcance social dos vários projetos ali idealizados e desenvolvidos. Alguns projetos ficaram apenas no papel, mas a ampla maioria ganhou espaços, invadiu a cidade e reordenou caminhos na área da assistência pública à saúde. Visualizar tal aspecto permite ainda compreender o objetivo moral dos envolvidos na oferta e na manutenção de condições para que a assistência médica no Paraná se fizesse a partir de sua casa, a partir da FMP.

Daí a necessidade de se pensar aqui tais espaços e os seus usos, os materiais e os recursos, as ausências sentidas na área da saúde e as necessárias intervenções científicas e sociais possíveis realizadas pela casa, em suas outras casas. Por isso que não constrange o fato de os médicos lecionarem e continuarem atendendo às suas clínicas, os seus gabinetes particulares, os hospitais ou ainda o serviço público nos quais estavam enredados. Em São Paulo, esse teria sido um fator que os complicaria no projeto de constituição da escola médica daquela localidade, visto que partilhavam o entendimento da dedicação exclusiva ao ensino. No Paraná, ao contrário, a prática conduzia ao ensino, e a FMP era o espaço do ensino, a escola de aplicação desses saberes que se davam, para os professores, no cotidiano diário do exercício da atividade médica ou da área da saúde. Aos alunos, o contato com a experiência daqueles que se encontravam em diferentes espaços e naqueles mesmos criados pela própria escola médica nos gabinetes e laboratórios de aplicação, bem como nos dispensários e hospitais por ela franqueados. A sala de aula era também o lugar da criação da ciência. Os livros pensados pelos e para os alunos, os casos de aplicação para resolução em sala estampando os quadros de giz (Figura 7, p. 135), os temas para pesquisa, as teses médicas, os artigos científicos...

A FMP extravasa sua ciência para além da própria casa, e essa função teria ressonância nos poderes públicos que estavam também ali envolvidos. É por isso que os relatórios gerais da casa, apresentados à Assembleia geral enquanto UP (1913-1919), ou já na gestão da FMP (1920-1945) apresentados à Congregação de Medicina e Cirurgia, assumem sempre um tom de antecipação aos projetos que precisam ser postos em prática no ano seguinte, por vezes apresentando como seria possível e até com o montante de recursos financeiros necessários. Era mesmo o momento oportuno de apresentar tais intenções de investimento, posto que a plenária era composta por altas patentes governamentais. Quando da Assembleia geral, participavam nada menos que o Presidente de Estado, Carlos Cavalcanti, professor do curso de Direito, e o Prefeito Municipal de Curitiba, Cândido de Abreu, professor do curso de Engenharia. E desde esses tempos, acompanhava o camarista Reinaldo

Machado, professor do curso de Medicina e Cirurgia, atento que continuava aos relatórios quando apresentados à sua Congregação.

O presente capítulo, portanto, apresenta tais projetos em sintonia com uma sociedade em mudança, em sintonia com um conjunto de pessoas que entendiam a necessidade de tais transformações na cidade e tomavam para si os rumos dessa ação. Nomes já conhecidos de professores que rompem os limites da sala de aula para ensinar o seu ofício na prática, com o “ensino prático”, e ampliam, naquele momento, o alcance social dos projetos assistenciais da FMP. O estudo era tomado como elemento primordial. Por isso iniciamos o capítulo pensando a biblioteca e o seu uso, a produção de livros de professores para a sala de aula, a preocupação pedagógica dos médicos-professores. O texto segue para os espaços de aplicação já existentes dos quais participam (SCM de Curitiba, Hospício N. S. da Luz, Laboratório de Análises do Estado) e aos que passam a existir a partir da FMP. É a prática do que denomino “ofício assistido” dos alunos, sob o olhar atento dos professores, nos hospitais, laboratórios e gabinetes da própria escola médica ou a ela franqueados. Destaque para a Maternidade de Curitiba, o Dispensário Dentário, o Hospital de Crianças e a intenção de constituição da Policlínica da FMP, entre outros projetos.

As teses médicas também têm seu momento garantido, ainda que breve, e permitem visualizar os temas científicos e as intenções práticas. Aliando-se ao tema, citem-se a constituição das associações médicas e as revistas especializadas no Paraná, como aporte de transmissão e recepção dos conhecimentos médico-científicos difundidos pela FMP e pelas demais escolas médicas do país. Os resultados de pesquisas científicas foram sempre a preocupação denodada, e a inclinação para temas da própria natureza médica, isto é, a formação de médicos, especialistas, clínicos mais voltados a pensar o atendimento clínico ou a preparação profissional, confirma, ainda mais, a perspectiva da profissionalização como a preocupação mais imediata defendida pela casa. O texto não estaria encerrado se dispensasse as expectativas desses jovens durante ou depois das suas passagens pela FMP. Afinal, o que teria sido participar dos cursos ofertados pela FMP no longo período estudado? Para responder a questão, são tomadas algumas memórias de médicos, a partir de artigos e livros publicados pelos próprios egressos da casa.

O capítulo foi pensado no sentido de apresentar tais propostas e pensar um pouco a escola médica no Paraná no tempo da constituição de tais projetos, no atendimento daquela população, na “aplicação” da ciência defendida pela casa àquele momento e no sentido de visualizar elementos que contribuíssem para compreender o impacto da FMP na cidade de Curitiba, na primeira metade do século XX. É visualizar as possibilidades de inserção social

dessa instituição escolar para além dela mesma, em projetos que atingiram necessária e certamente a população de modo geral e colaboraram para abrir um novo tempo para a cidade, com projetos essenciais de assistência à saúde da mulher grávida, da criança, das afecções da boca, da psiquiatria, de urgência médica etc. É de se notar que tais projetos, com exceção de um ou de outro, encontram-se ainda operantes, consideravelmente ampliados e, sobretudo os constituídos sob sua égide, mantêm-se vinculados até hoje com a instituição mater. Uma das principais mudanças ocorridas na FMP e já num tempo mais recente, na segunda metade do século XX, foi a construção do idealizado Hospital das Clínicas, que, a partir de então, centralizou ali ampla gama dos atendimentos ofertados pela casa, com a almejada escola de aplicação que desde meados da década de 1920 chamava a atenção dos fundadores diante das ações da escola médica paulista. Mas aí já são páginas para outras histórias.

3.1 Livros para autoconsumo: a biblioteca e a produção dos médicos-professores

Ensinar, aprender, educar. O magistério, sem dúvida, deve ter significado uma experiência singular para aqueles homens reunidos desde o projeto de 1912, na Universidade do Paraná, que já contava com os cursos na área da saúde (Farmácia, Odontologia e Obstetrícia). Eram cirurgiões-dentistas, farmacêuticos e parteiros que se encontravam, inicialmente, à frente da lide do ensino superior na área da saúde, em Curitiba, sendo o grupo pouco tempo depois ampliado com a presença dos médicos. Não eram, pois, professores de ofício. Alguns, sim, teriam sua experiência das salas de aula do Ginásio Paranaense, ao menos na administração dessas salas, como o caso de Victor do Amaral, diretor que foi da instituição. Mas, via de regra, eram clínicos e especialistas da saúde que iniciavam seus primeiros passos na carreira do magistério e do ensino superior a partir daquele momento.

Como professores, certamente muitas angústias tiveram. Não apenas dos saberes a lecionar, posto que estes já estavam regulados pelos estatutos que os fundadores já haviam compilado de outras instituições congêneres, mas pela preocupação que recaía sobre o como ensinar, quando nunca antes haviam ensinado. Daí que o exercício do magistério motivou alguns dos *médicos-professores* ali reunidos a tornarem-se ainda mais que professores aplicados na ciência a ensinar: tornaram-se também “médicos-escritores”, como aqui os denomino. Eles comporiam os “manuais didáticos” específicos da área médica a bem de ensinar seus alunos, facilitando-lhes o ensino, como já sugeria Nilo Cairo em seu livro de 1916. Tal como houveram antes aprendido como alunos nas instituições em que se

graduaram, os livros, os manuais, os periódicos, e tudo o mais agora se faria de fundamental importância na trajetória tanto dos futuros alunos como da própria experiência destes enquanto professores.

Os livros, para além dos professores, desde muito tempo, e quando o assunto é conhecimento, se revestem de especial importância. Tanto o saber que é difundido no modo formal (daí o livro como recurso didático privilegiado nas instituições educacionais do século XX e não apenas na FMP) como no informal (a leitura despreocupada de um romance, de um conto, de uma poesia) têm o livro como suporte. O livro educa. E a leitura como ato educativo, desde tempos imemoriais, significa “distinção social”, para usar de empréstimo as palavras de Pierre Bourdieu³²⁹. Ler é um ato que distingue uns de outros, e que, não há muito tempo, conferia *status* e prestígio em uma sociedade por longo tempo mantida sob a cultura restritiva do acesso das elites às letras.

Leitura, livros, saber, cultura, educação. O fio de Ariadne é o conhecimento. Aprofundá-lo, amalgamá-lo e dar-lhe forma em linhas, em texto, em corpo material é o que fizeram alguns dos professores da FMP. O livro como presença ilustrativa de um saber, alegoria de conhecimento, mas também distintivo de erudição – ou sugestivo de (se considerarmos que hoje o mercado editorial é imenso e, muitas vezes, se adquire o livro pela forma, pela capa, sem que se cumpra a sua função primeva) –, é item obrigatório da escola moderna, constituindo-se quase em heresia a sua inexistência no cotidiano escolar. Que dizer no âmbito das universidades, essas instituições, estabelecimentos seculares do acúmulo de conhecimento humano e social! E não só elas. Lembremos, rapidamente, o esforço de inúmeros particulares, de outros tempos e lugares, de reis e de rainhas que se voltaram ao cuidado de impressionantes acervos que compuseram um extrato da história cultural da humanidade. A Biblioteca Joanina (século XVIII), por exemplo, localizada no pátio da quase milenar Universidade de Coimbra, em Portugal, constituída por d. João V, é exemplar nesse aspecto. O rigor com que é guardado o seu acervo de 70 mil volumes, na sede original, deixa a pensar que as obras ali acomodadas (que datam até o séc. XIX) são, na acepção contrária ao que propõe Jacques Le Goff, “documentos-monumentos”. Há outros exemplos de bibliotecas de particulares, como em Curitiba mesmo. Pouco antes da constituição da UP, já era conhecida a fama da biblioteca de Dario Vellozo, prestigiado professor, filósofo, orador, esteta, jornalista, esotérico e outros predados mais. Em sua casa, na Vila Isabel, ele reunia livros aos milhares, que conduziam amigos, ex-alunos e colegas de profissão a frequentarem

³²⁹ BOURDIEU, Pierre. *A distinção*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

as rodas de discussão em meio às obras selecionadas desde a infância no Rio de Janeiro. Ali, antes de um espaço de consulta silenciosa, como reza o *modus operandi* no interior das universidades – em Coimbra, por exemplo, o silêncio é exigência crucial –, era um lugar de encontro, de filosofia, da oralidade³³⁰.

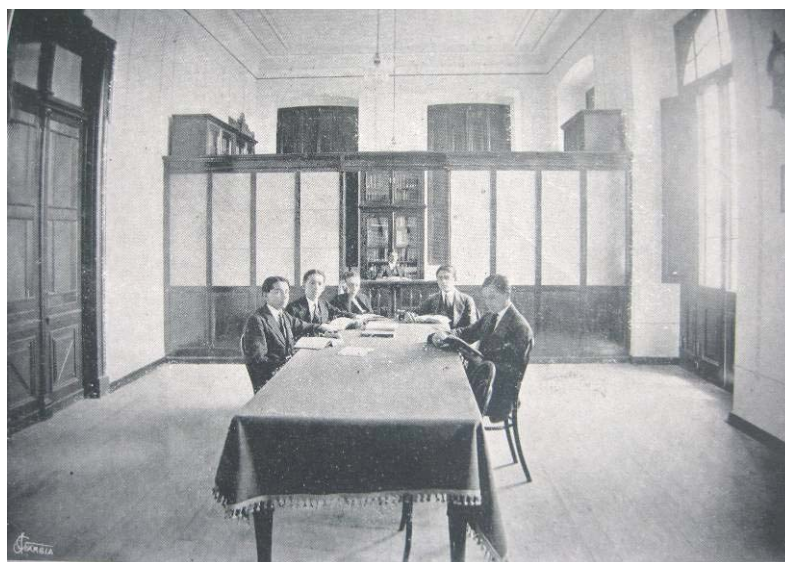


Figura 13: Aspecto da “Biblioteca e sala de leitura”.
Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1914, p.55.

Ao livro, o seu lugar. E a biblioteca é, como assinala Peter Burke, um dos “lugares do conhecimento”, ou uma das “sedes do conhecimento”, ao lado de outras mais recentes, como a livraria, o laboratório, a galeria de arte e até o café, que fazem face às sedes tradicionais medievais dos mosteiros, das universidades e dos hospitais³³¹. Desde a invenção da imprensa, como lembra Burke, as bibliotecas ampliaram o seu tamanho e importância. Inclusive dentro das antigas universidades, onde a biblioteca tinha lugar de destaque, muitas vezes rivalizando com a sala de conferências. Tradição que se manteria – e se mantém até hoje – entre as instituições de pesquisa e de ciência dos séculos posteriores. O caso paranaense não difere muito dessa realidade. Vejamos mais a respeito.

No projeto educativo da UP, a reunião de cursos de naturezas diversas num mesmo espaço para o ensino já na primeira década da instituição – a reunião do curso técnico de comércio, cursos de ensino superior nas áreas mais tradicionais das profissões liberais

³³⁰ Anos depois, Dario Vellozo doou integralmente a biblioteca particular ao espaço ampliado de encontro de interessados em artes, filosofia, educação, música etc., inspirados nos ideais pitagóricos da amizade, do estudo e da fraternidade, na centenária frateria de sua lavra: o Instituto Neo-Pitagórico, que inaugurou em Curitiba, em 1909. (CINTRA, Erica P. de U. *Dario Vellozo e o projeto do Instituto Neo-Pitagórico: a alma pitagórica*. Curitiba, 2009, 26 p. – texto inédito).

³³¹ BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 56.

(Engenharia, Direito e Medicina, além dos da área da saúde e o curso de Agronomia³³²) e, por alguns anos, o curso preparatório para os exames de admissão (1914-1918), um curso *sui generis*, com 4 anos de duração – conformaria ainda mais importância à biblioteca como lugar de destaque para o aprofundamento dos estudos dos jovens e dos professores e a consulta local da comunidade – o que era possível, conforme os estatutos da casa. Ao lado dos gabinetes e laboratórios, a biblioteca da então UP recebeu, desde o princípio, um dos maiores investimentos financeiros para sua constituição, manutenção e ampliação no decorrer do tempo. Consideremos um pouco mais sua história que, mais tarde, abarcaria a produção dos seus professores-escritores – não foram muitas as produções que atendiam o público interno da FMP, mas há exemplos.

Desde o tempo do prédio alugado na rua Comendador Araújo, n. 42, quando a UP e seus cursos na área da saúde ocuparam o prédio do Barão de Miró para fazer sede provisória da instituição educacional, a Biblioteca, que era desde então grande preocupação dos médicos-fundadores, já contava com acervo respeitável. Eram, de princípio, 972 obras e 1.274 volumes ao todo, adquiridos, a maioria deles, por doações dos lentes e de livreiros da cidade e da capital federal, bem como comprados em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro às expensas da casa. Os maiores doadores de livros para a biblioteca, naquele primeiro ano letivo, foram: Francisco Alves & Cia (RJ), com 130 livros, dr. Nilo Cairo, com 123, dr. João Evangelista Espíndola, com 59, e Henrique Itiberê da Cunha, com 40 livros³³³. Outros livreiros também fizeram suas doações em menores proporções, como as casas L. Hermany & Cia. e F. Briguier & Cia, bem como outros médicos, como Victor do Amaral, Reinaldo Machado, Petit Carneiro, Franco Carini e João Carlos Rodrigues Pinheiro. Só na área da Medicina, a segunda maior composição da biblioteca (depois de Engenharia), eram 280 títulos específicos, e o número de doadores aumentava ano a ano, ampliando e consolidando a biblioteca da UP nas diversas áreas reunidas. Em 1914, o inventário geral se elevou para 1.617 obras e 2.019 volumes ao todo; em 1915, somava 1.707 obras com 2.229 volumes; em 1916, 2.274 obras com 2.830 volumes, e assim de modo crescente, inclusive dos títulos próprios da área médica.

³³² Criado em 1918, constitui-se num dos projetos requeridos por Victor do Amaral desde o começo da UP, de sua lavra: *A educação agrícola*, 1907.

³³³ UP. *Relatório geral da Universidade do Paraná apresentado à Assembléa Geral de 19 de Dezembro do anno de 1913 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor*. Curitiba: Typ. Alfredo Hoffmann, 1913, p. 41.

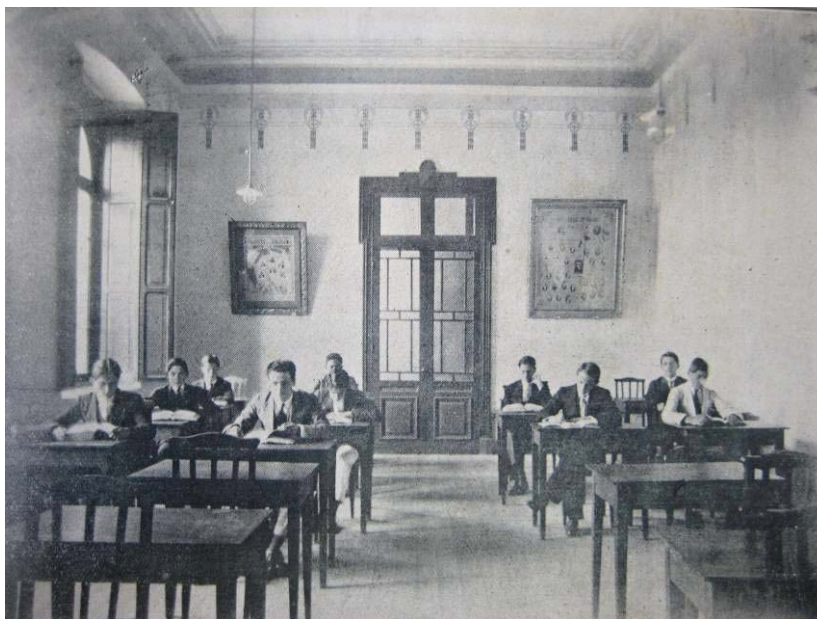


Figura 14: Aspecto da “Sala de Leitura da Bibliotheca” e assistência.

Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1915, p.23.

Entretanto, como ainda estavam se ajustando às mudanças próprias do primeiro ano letivo em curso (1913), a biblioteca, que começou a ser instalada em março daquele ano, e ainda sem catálogo efetivo no segundo semestre do mesmo, foi pouco frequentada. Isso dificultou, inclusive, a organização de um serviço de estatística de consultantes, regularizado nos anos subsequentes. No entanto, dizia Nilo Cairo em seu detalhado relatório didático daquele ano: “Posso dar testemunho de que diariamente consultaram livros da bibliotheca tanto lentes como alumnos”³³⁴. No ano seguinte, quando então já ocupavam o novo prédio, à praça Santos Andrade, a confirmação da circularidade da biblioteca, já em melhor espaço, com amplo salão como o desejavam antes, e a sala de leitura anexa, já se observa certa frequência ao espaço, ao menos para a fotografia (Figura 14). Ao fundo, a projeção dos quadros da primeira turma de alunos formados pela UP – os cursos de Pharmacia, Odontologia e Commercio, antes da reforma de 1913, eram de apenas dois anos de duração, e naquela sessão solene de 19 de dezembro de 1914 colaram grau 21 alunos, entre eles, Helena Vianna Seiler, cirurgiã-dentista, a primeira aluna formada pela FMP, ao lado dos colegas Alfredo Puglielli, Carlos Hugo Gross e Augusto Stellfeld (farmacêutico)³³⁵.

Hugo Simas ocupou o cargo de Bibliotecário desde 1913 e foi quem organizou o inventário geral dos livros e o catálogo daquele ano, publicado posteriormente. Ainda em

³³⁴ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1913, p. 41.

³³⁵ Naquela mesma sessão solene, formava-se “engenheiro-geographo” Lysimaco Ferreira da Costa, reconhecido nome do cenário educacional paranaense que ali havia concluído a terceira e a quarta séries do curso de Engenharia. (UP. *Relatório Geral da UP apresentado à Assembleia Geral de 19 de Dezembro do anno de 1914 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director*. Curitiba: Typ.Alfredo Hoffmann, 1914, p. 7).

1913, o valor da biblioteca era de mais de 10 contos de réis (10:896\$850), em móveis, utensílios e livros³³⁶. E isso, com o tempo, só fez aumentar, como era de se esperar. Entretanto, um dado interessante a destacar do conjunto da obra especificamente médica é a seguinte mudança da consistência do acervo que se nota. Dos anos iniciais, e já se comentou a respeito, a biblioteca da UP continha grande destaque de obras em Homeopatia, o que, em muito, era devido à participação de Nilo Cairo como um dos maiores doadores de livros naquele ano primevo. Sozinho, doou ele mais de 120 obras à biblioteca, e no ano seguinte, outras 117, e esteve sempre presente na lista de doadores nos anos subsequentes. Apesar de não serem identificados os títulos doados no relatório, é sabido que as artes homeopáticas eram ramo da medicina de sua especialidade. Naquele ano de 1913, o maior número de obras estava centralizado, então, na cadeira de Homeopatia (83 obras, 90 volumes), seguido da cadeira de Cirurgia (76, 100 vol.) e de Odontologia (50, 55 vol.)³³⁷.

Uma década mais tarde, e já estando a FMP equiparada oficialmente às instituições congêneres, a preponderância dos livros na área médica na biblioteca, que manteria o mesmo espaço em comum com as demais faculdades, muda de figura. Em destaque, as obras nas cadeiras de Patologia Médica (131 obras, 202 vol.), Clínica Cirúrgica (108, 128 vol.), Terapêutica (76, 100 vol.), Fisiologia (63, 79 vol.), Patologia Geral (59, 66 vol.) e Obstetrícia (52, 58 vol.). Entre as três mais destacadas cadeiras, também se encontra a de Homeopatia, com 97 obras, somando 118 volumes, o que denota alguma ampliação do seu acervo no referido interstício, mas não muita. Colabora para essa mudança de perfil da biblioteca na área médica uma série de fatores. Com o tempo, ampliou-se consideravelmente o número de doadores de obras nas suas especialidades clínico-cirúrgicas, bem como o decurso de uma década permitiu a sua revitalização à vista das novas exigências político-educacionais – não se pode esquecer que a reforma Maximiliano e as demais leis que a sucederam, sobretudo com a finalidade da equiparação da instituição nos começos da década de 1920, requereram da FMP reorganização e adaptação a currículos e cursos mais ampliados. A biblioteca refletiria fatalmente essa mudança.

Em 1923, portanto, a biblioteca na área médica dispunha a seus alunos e à comunidade em geral 1.191 obras específicas da área, tendo ao todo 1.524 volumes, orçados em mais de 18 contos de réis (18:219\$520) – bem longe dos 280 títulos que tiveram à disposição no ano de 1913. Dessa fatia, pouco mais de 4 contos de réis era o correspondente a recente investimento na compra de obras naquele mesmo ano, “obras didáticas (...) mais ou menos

³³⁶ RELATÓRIO GERAL da UP do ano de 1913, p. 41-42.

³³⁷ Idem de 1914, p. 54-55.

aconselhadas pelos professores das diversas cadeiras dos cursos, e destinadas à consulta dos alunos”³³⁸. Interessante a observação “mais ou menos aconselhadas”, pois, sob as vistas de Victor do Amaral e de Nilo Cairo, nada lhes escaparia das alterações curriculares e bibliográficas das instituições congêneres, certo?

Em parte, digamos. Afinal, era observando o que acontecia e se passava nas demais casas do país que, sim, os médicos-fundadores davam encaminhamento à sua própria casa. Isso se refletiu nos estatutos recolhidos, desde o começo, na fundação da instituição. Depois, na percepção rápida das necessárias alterações exigidas da Faculdade de Medicina de Porto Alegre (FAMED), em 1920. Anos depois, na lei Maximiliano, pelo Conselho Superior de Ensino (C.S.E.), à qual todas as escolas médicas estavam subordinadas, a fim de equiparação. Assim, tomando como lição o ocorrido na escola vizinha, se adiantaram no cumprimento do estabelecido, já que não adiantava continuar rateando contra o que era preciso seguir. Esses ao alguns dos exemplos mais significativos. Porém, aos demais professores era lícito supor sua inteireza com as práticas e o ensino ocorridas em outras instituições, já que os anos 20 do século XX demarcavam, de algum tempo, um outro momento da trajetória profissional e acadêmica dos envolvidos na FMP. Não só na casa, mas para além dela: os professores se encontravam envolvidos noutras instâncias, nas agremiações científicas, como fundadores ou como participantes da Sociedade Médica do Paraná (SMP, 1914), e, a partir dela, a constituição de periódico médico que lhes permitiria o contato com a produção científica das faculdades de medicina e associações médicas dos outros estados, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, lócus de comunicação entre si³³⁹. Daí que os professores poderiam, sim, “mais ou menos” aconselhar os diretores das suas escolhas bibliográficas embasadas nas suas rodas literário-científicas. Um ensino que, portanto, se apresentava situado com as questões do seu tempo e que sugere a oferta de uma bibliografia o mais próxima possível da produção científica da sua época. Foi então que, durante a pesquisa, tive um encontro inusitado com um acervo que poderia ter pertencido a professores da primeira metade do século XX, com livros passados pelas mãos dos alunos e que serviram ao estudo de gerações de médicos paranaenses. Desconhecido e pouco organizado, na atual sede da FMP, cataloguei-o instintivamente, de modo precário (cf. Anexo 3), mas que, minimamente, forneceu-me, naquele momento, condições para realizar uma leitura do conjunto observado a partir de mínimas categorias de seleção: obras médicas do século XX que contivessem alguma

³³⁸ FMP. *Relatório Geral do ano de 1923 apresentado à Congregação da Faculdade de Medicina do Paraná pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 15 de janeiro de 1924*. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia, 1924, p. 15-16.

³³⁹ Mais no item 3.4.

sinalização pessoal do antigo proprietário (assinatura, data escrita a mão, carimbo etc.) – médico ou faculdade. E o que foi que encontrei? Não muita coisa, mas o suficiente para a seguinte leitura.

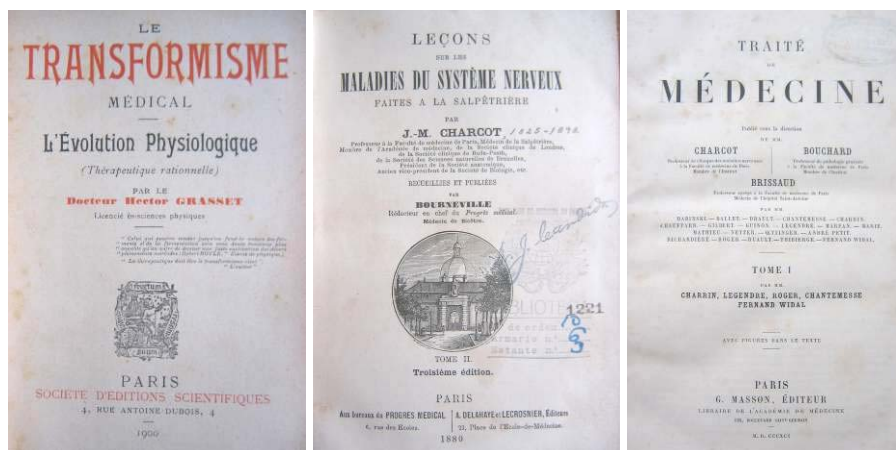


Figura 15: Destaque a três obras médicas: *Le Transformisme Médical, l'Évolution Physiologique* (1900); *Leçons sur les Maladies du Système Nerveux* (1880), *Traité de Médecine* (1891)
Foto: Autora, 10 maio 2006.

Das obras raras encontradas (século XIX, início do XX) nesse ‘Antigo Acervo’, os seguintes autores e títulos chamaram de imediato a atenção: Hector Grasset, *Le Transformisme Médical: l'Évolution Physiologique (Thérapeutique rationnelle)*, publicado em Paris pela Société d'Éditions Scientifiques, no ano de 1900; Jean-Martin Charcot, *Leçons sur les Maladies du système nerveux: faites a la Salpêtrière*, publicado em Paris pela A. Delahaye et Lecrosnier Éditeurs, no ano de 1880; e ainda de J.-M. Charcot com Brissaud e Bouchard (Dirs.), *Traité de Médecine* (Tomo I), publicado em Paris pela G. Masson Éditeur (Libraire de L'Académie de Médecine), no ano de 1891. O primeiro autor, Hector Grasset, apresenta um livro com 562 páginas, em que trata da história da medicina desde a Antiguidade, no tema das transformações médicas na área da fisiologia. Na contracapa, a editora cita outros dezenove trabalhos do mesmo autor publicados àquele tempo e versando sobre vários outros temas da área médica. O número de publicações e sua inscrição em hospitais e academias científicas francesas sugere a possibilidade de ter sido um autor que circulou pelas instituições de ensino médico do seu tempo, ainda que conste apenas ser formado em Ciências Físicas, sem mencionar o lugar de formação.

Já quando se trata de Jean-Martin Charcot (1825-1893), seu lugar de inscrição é amplamente conhecido no mundo médico. Na própria publicação destacada, abaixo do nome, a longa inscrição: “*Professeur à la Faculté de Médecine de Paris, Médecin de la Salpêtrière,*

Membre de l'Académie de Médecine, de la Société Clinique de Londres, de la Société Clinique de Buda-Pesth, de la Société des Sciences Naturelles de Bruxelles, Président de la Société Anatomique, Ancien vice-président de la Société de Biologie, etc.” As suas lições sobre as doenças do sistema nervoso haviam sido estudadas pelo dr. João Cândido, professor da FMP, que assina, à tinta azul, o antigo livro, de sua propriedade, publicado em 1880. O dr. Charcot era reconhecido professor das escolas de medicina francesas, como destacou a editora e observou ainda Pierre Darmon, que investigou a medicina parisiense no Novecentos: “*Charcot et ses ‘leçons du mardi’, à la Salpêtrière, passeront à la postérité*”³⁴⁰.

André Brouillet, fascinado pelo médico e suas lições de terça-feira na escola médica de Salpêtrière, fez, em 1887, uma pintura a óleo célebre, intitulada *Une leçon du Docteur Charcot à la Salpêtrière*, que se encontra no Museu da Medicina daquela escola. Ministrava lições de hipnose, de psiquiatria e de neurologia que marcariam seus alunos mais conhecidos, Sigmund Freud (1856-1939) e Alfred Binet (1857-1911), por exemplo. E ainda de Charcot, outro livro se destacava naquelas prateleiras ausentadas dos olhares dos médicos em formação de hoje, a obra que dirigiu junto a Brissaud, professor de Patologia Geral na Faculdade de Medicina de Paris, e Bouchard, professor na mesma instituição: um “catatau” com nada mais que seis tomos do *Tratado de Medicina*, sendo destacado na Figura 15 o primeiro volume deles.

Como se observa, rapidamente, não eram obras quaisquer. Legado da tradição de ensino das escolas médicas oficiais do Rio de Janeiro e de Salvador, cuja tradição da literatura médica francesa era prestigiada³⁴¹. Os três livros destacados vinham dessa tradição. Livros originais, que requeriam de seus alunos no Paraná o domínio da língua estrangeira. E não só o francês, mas, sobretudo, o inglês, o italiano e o alemão. Teriam tido dificuldades na leitura e interpretação dos livros? Teriam apoio de mais alguém no seu estudo diário? Viriam de famílias cuja tradição já se destacava na medicina, o que, aparentemente, lhes daria relativa vantagem em relação aos marinheiros de primeira viagem? Reservemos, por ora, tais questões suscitadas pelo material que ainda permite visualizar certa distância do tempo da constituição do curso médico (ano de 1913).

Havia muitas publicações de fins do XIX e começo do XX. E ainda haviam outras mais, próximas a esse período. Era o caso do *Traité de Pathologie Interne*, de S. Jaccoud, publicado em Paris pelos editores Adrien Delahaye et Émile Lecrosnier (Place de L'École-de-

³⁴⁰ DARMON, Pierre. *Le médecin parisien en 1900: la vie quotidienne*. Paris: Hachette Littératures, 2003.

³⁴¹ EDLER, Flávio Coelho. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da Medicina na Corte do Rio de Janeiro (1854-1884)*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1992.

Médecine), no ano de 1883; do *Traité D'Anatomie descriptive*, de Ph. C. Sappey, 4ª ed. (édition revue et améliorée), publicado em Paris por Lecrosnier et Babe, Libraires-Éditeurs (Place de L'École-de-Médecine), no ano de 1889; do *Traité de Chirurgie: clinique et opératoire*, de A. le Dentu & Pierre Delbet (Dir.), Tome 10º, publicado em Paris por Libraire J.-B. Bailliére et Fils (JBB&F), em 1896; e *Annales D'Hygiène Publique et de Médecine Légale*, de E. Bertin; P. Brouardel; Charrin et al., Tome XLIX, publicado em Paris por J.-B. Bailliére et Fils (JBB&F), em janeiro de 1903, para ficar em alguns exemplos daquele acervo. Livros que serviram aos seus antigos proprietários como estudantes, ora doados à biblioteca da FMP para a formação de novas gerações de médicos no Paraná. E ainda havia mais.

Além de livros destacados e tratados de grande monta, participava daquele acervo uma vasta coleção de periódicos científicos e revistas especializadas, com artigos de resultados clínicos nas mais diversas áreas e especialidades médicas, ao alcance dos alunos, dos professores e da comunidade em geral. Muitas dessas publicações compunham edições completas, como a de otorrinolaringologia (*Annals of Otology, Rhinology and Laryngology*, fundada por James Pleasant Parker e publicada por Jones H. Parker, de Saint Louis, Missouri, USA, tiragem trimestral de início para mensal, desde o n. 1, de fevereiro de 1897, até o ano de 1984; e *Archives of Otolaryngology*, publicação da Associação Médica Americana, de Chicago, USA, mensal, desde o n. 1, de 1925, até o ano de 1984), a de ortopedia (*La Chirurgia degli Organi di Movimento*, com direção de Dott V. Puti, professor extraordinário de Ortopedia na Università di Bologna, Bologna, Editor L. Capelli, desde o n. 1, de 1917, até o ano de 1984; *Acta Orthopaedica Scandinavica*, Editor Patrik Haglund, Stockholm, quadrimestral, números do ano de 1930 até 1980) e sobre a lepra (*International Journal of Leprosy*, publicação da Associação Internacional da Lepra, Manila, Philippine Islands, quadrimestral, desde o n. 1, de 1933, até o ano de 2004).

Publicações com vastas edições reunidas, ainda que não tão completas como as já vistas, e até dispersas, também compunham o acervo encontrado, como o caso de cardiologia (*Archives des Maladies du Coeur des Vaisseaux et du Sang*, publicado em Paris pela Librairie J.-B. Bailliére et Fils, anual, números dos anos de 1898, 1899, 1908, 1909, 1910, 1950 até 1984; *American Heart Journal*, impresso por The C. V. Mosby Company, de Saint Louis, USA, semestral, números do ano de 1941 até 1980), cirurgia (*The American Journal of Surgery*, Walter M. Brickner Editor, New York, USA, semestral, números dos anos de 1926; 1932; 1956 até 1984), medicina tropical e higiene (*The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene*, órgão oficial da Sociedade Americana de Medicina Tropical, publicado por The Williams & Wilkins Copany, Baltimore, USA, mensal, números dos anos

de 1936 até 1984) e outros mais nas áreas de endocrinologia, gastroenterologia, hematologia, patologia, oftalmologia, psiquiatria, radioterapia, medicina nuclear, anestesiologia etc., e nos temas como doenças das crianças (*American Journal of Diseases of Childrens*, equipe editorial composta por médicos de New York, San Francisco, Philadelphia e Boston, publicado em Chicago, USA, anual, números do ano de 1911 até o ano de 1990), doenças pulmonares, doenças respiratórias, tuberculose, doenças digestivas, câncer etc. Um patrimônio (perdido?) acerca da história das doenças³⁴² e das diferentes áreas médicas...



**Figura 16: Registro de parte do ‘Antigo Acervo’
Foto: Autora, 10 maio 2006.**

Passados os anos, creio não existir muito daquilo que pude recolher de forma ligeira, escrita e fotografada naquele instante; já me informaram, várias vezes, as mudanças recorrentes naquele ambiente. Entra e sai de carrinhos de livros. Entrai e sai de curiosos... Os livros ocultados da biblioteca, naquela sala, têm destino incerto e desconhecido aos pesquisadores, bibliófilos e afins. Certamente não voltarão às prateleiras que um dia ocuparam, o que é lamentável para a história da medicina – sobretudo se lembrarmos o pavilhão especial das obras raras (disponíveis!) da FMUSP –, e, especificamente, a história das doenças que tanto tem, ultimamente, conquistado o seu espaço de discussão e difusão de

³⁴² Ação exemplar do processo de difusão de pesquisas no tema da história das doenças no Brasil foi a inscrição do Grupo de Trabalho “História das Doenças”, em 2000, no Encontro Regional de História, realizado em Niterói, RJ, constituindo o salto inicial para aqueles pesquisadores filiados à FIOCRUZ que procuraram alcançar o cenário nacional de discussão no tema. Em 2001, já constavam como GT integrante do maior evento de história do país: o *Simpósio Nacional de História*, promovido pela Associação Nacional de História (ANPUH). Desde aquela ocasião, reúnem-se, ininterruptamente, em ambas as frentes (regional e nacional). Contam hoje com a coordenação nacional da professora doutora Dilene Raimundo do Nascimento/FIOCRUZ. (GT HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS, ANPUH-Nacional. Disponível em: <http://www.anpuh.org/gt/view?ID_GT=7> Acesso em 11 nov. 2009).

pesquisas, como o fazem os pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz. Sem falar na perda da memória institucional da própria FMP, sem um Museu da Medicina que tanto tem motivado escolas médicas nacionais, como a da Universidade de São Paulo, exemplar nesse ponto, tendo inaugurado recentemente seu espaço reformado, bem como as internacionais, dentre as quais a Universidade de Coimbra, em Portugal, que mantêm vasta obra dos tratados médicos antigos acondicionados em armários talhados de madeira e portas de vidro que ladeiam os largos corredores da casa, expostos claramente às vistas dos que por ali circulam e intimamente os reverenciam. É o esforço de preservação da memória institucional e da manutenção desses acervos, testemunhas silenciosas dos saberes ensinados e da ciência de um determinado tempo e lugar, que falta hoje à memória afetiva, digamos assim, de muitas instituições educacionais brasileiras, da qual não se exclui, infelizmente, a discutida no presente trabalho. Voltemos ao ponto.

As obras citadas do inusitado acervo encontrado permitem visualizar uma pequena parte do que constava no *Catálogo da Bibliotheca da UP*, de 1914, o único livro publicado e encontrado do inventário da biblioteca àqueles anos iniciais da instituição. Com 59 páginas, apresenta as obras por disciplina, informando o número no inventário, autoria, título, ano e volumes da obra. À primeira vista, logo se observa que as cadeiras de Anatomia Geral (Histologia) e de Fisiologia são as que apresentam obras mais localizadas no século XIX, embora exista um ou outro livro mais próximo à data de criação do curso, o que ocorre com a ampla maioria das demais cadeiras observadas. Das obras citadas anteriormente (Figura 15), apenas Hector Grasset, em *Le Transformisme Médical*, constava na cadeira de Patologia geral, do Catálogo de 1914 – bem como, mais adiante, Sappey (*Traité d'Anatomie descriptive*, 1894). As demais obras, inclusive as revistas e periódicos especializados citados não constavam dessa catalogação, sugerindo sua inclusão em data posterior. Do catálogo, nomes conhecidos, alguns até aqui mesmo já enunciados em outros capítulos, como Rudolf Virchow (*La Pathologie cellulaire*, 1874), Claude Bernard (*Leçons de Pathologie expérimentale*, 1872), Jean-Paul Langlois (*Précis d'Hygiène publique et privée*, 1909), Léon Poincaré (*Prophylaxie et Géographie médicale*, 1884), Broussais (*Examen des Doctrines Médicales*, 1834) e Lannelongue (*Traité des Kystes congénitaux*, 1886), entre outros. Para quebrar a hegemonia francesa na bibliografia constante do Catálogo de 1914, nota-se a tentativa de inclusão de autores brasileiros, o que, por sua vez, denotava o lugar de origem dessa hegemonia, que era a filiação à academia e escola médica do Rio de Janeiro: Torres Homem (*As febres do Rio de Janeiro*, 1885), Azevedo Sodré (*Pathologia intertropical*, 1898; *Moléstias do estômago*, 1899; *Das febres de calor*, s. d.), Francisco Fajardo (*O impaludismo*,

1904) e até mesmo o francês por lá radicado J. F. X. Sigaud (*Du climat et des maladies du Brésil*, 1844). O médico português, famoso na psiquiatria e neurologia, Egas Moniz (*Memorias monographicas, communicações e notas clinicas*, 1912; *La maladie de Silva Lima*, 1910) também comparece, entre outros mais.

Do cenário nacional, de modo geral, destaque para Afrânio Peixoto, que aparece com insistência no Catálogo de 1914. Ele, reconhecido educador e escritor que deixaria contribuições na área da pedagogia (*Noções de História da Educação*, 1933, é registro que corre à parte do catálogo aqui referido)³⁴³, marcou antes presença na área da medicina, com *Elementos de Hygiene*, 1913, e *Elementos de medicina legal*, 1910. Ao lado dele, outros reconhecidos nomes da medicina nacional: Vital Brazil (*A defeza contra o Ophidismo*, 1911; *Serumtherapia anti-ophidica*, 1909; *Do envenenamento Ophidico*, 1902), Moncorvo Filho (*Quatro casos de catarata congênita*, 1909) e Rubião Meira (*Lições de Clinica Propedêutica*, 1905). Autores locais também comparecem no inventário, como o médico paranaense Jayme Reis (*Das principaes endemias e epidemias de Coritiba*, 1898), que se não tivesse sido assassinado num crime passional que chocou a cidade em fins de 1912³⁴⁴ teria, muito provavelmente, feito parte do corpo docente do curso médico da FMP.

Do Catálogo da Biblioteca da UP de 1914 constavam ainda as produções dos próprios professores³⁴⁵, médicos-escritores, que, com suas obras científicas, compunham o acervo da escola médica local. Franco Carini, por exemplo, era ali um dos nomes mais expressivos. Médico italiano (Palermo), filiado à FMP desde o seu princípio, comparece com várias publicações científicas (*Vie Linfactiche e infezioni chirurgique*, 1910; *Appendicectomy*, 1908; *Um caso di sarcoma melanótico della pelle*, 1907; *Su tre casi di 'Herpes Zoster'*, 1907; *Sui núcleo-proteidi del cancro*, 1904; *Le modificazioni strutturali delle cellule nervose del midollo spinale nella cocainizzazione alla Bier*, 1900; *Rivista Sintetica*, s.d.). Hugo Riedel é outra contribuição. Farmacêutico, um dos primeiros professores concursados da UP, também tem ali a sua tese inventariada (*Estudo pharmacologico da associação e das incompatibilidades dos medicamentos*, 1913). Chama a atenção a ausência dos livros de João Evangelista Espíndola sobre a tuberculose.

³⁴³ A referência surge um tanto deslocada da temática geral (medicina), mas, especificamente, sendo a minha área também a pedagogia, entendo justificada a referência à leitura do trabalho da colega: ROBALO, Roberlayne de Oliveira Borges. *História da educação e a formação de professoras normalistas*: as noções de Afrânio Peixoto e de Theobaldo Miranda Santos. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná.

³⁴⁴ COMMERCIO DO PARANÁ. *Dr. Jayme Reis*. Curitiba, n. 52, 11 dez. 1912, p. 1.

³⁴⁵ Não poderia deixar de destacar a presença de ainda outros reconhecidos professores (não médicos), ainda que em cadeiras de outros cursos, como Sebastião Paraná (*Impressões do Brasil no século XX*, 1913; *O Brasil e o Paraná*, 1912; *Os Estados da República*, 1912) e Dario Vellozo (*Lições de História*, 1904).

Por outro lado, como já comentado no capítulo anterior, é destacável o acervo da expressiva cadeira de Homeopatia, contribuição de Nilo Cairo (*Guia de medicina homeopathica*, 1913; *O '606' em Homeopathia*, 1911; *A Homeopathia e a crítica*, 1909; *Tratamento homeopathico das moléstias tropicaes*, 1909; *Similia Similibus Curantur*, 1903). Nesse caso, não só o destaque às suas obras, mas também à variedade de autores e lugares de inscrição da bibliografia apresentada, da qual participam, entre outros exemplos, Alberto Seabra (*A verdade em medicina*, 1909), Saturnino Meirelles (*O Instituto Hahnemanniano do Brazil e a Faculdade de Medicina*, 1883), Licínio Cardoso, que foi, por anos a fio, presidente do Instituto Hahnemanniano do Brasil e fundador da Faculdade Hahnemanniana em 1912 (*Preito a Samuel Hahnemann – discurso*, 1910; *Doutrina homeopathica*, 1902; *Concepção de medicina*, tese, 1900), D. Duarte Velloso (*A Homeopathia em Santa Catharina e Paraná*, 1906), bem como a presença de autores de outros países: J. Voorhoeve (*Arzneiwirkungslehre neuerer homöopathischer Heilmittel* [Teoria da eficácia dos novos medicamentos homeopáticos, tradução livre], 1910; *Yellow fever and its homeopathic treatment* [Febre amarela e o seu tratamento homeopático, tradução livre], 1891) e Gallavardin (*Voyage médical em Allemagne*, 1860; *L'enseignement clinique em Allemagne*, 1858). O dado merece atenção. A heterogeneidade linguística observada na bibliografia disponível para Homeopatia guarda outro significado. Nesse caso, revela a sua inscrição a diferentes ambientes culturais e sua maior ou menor atualização ao que ocorria no estrangeiro a respeito das pesquisas no tema. Portanto, dado relevante, sobretudo a um ramo da medicina que distava da hegemonia conceitual e terapêutica da alopatia. Observemos mais de perto esse específico acervo peculiar, em números.

Dos setenta livros referenciados no Catálogo de 1914 na cadeira de Homeopatia, vinte e sete eram de língua portuguesa, vinte e seis de língua inglesa, dezesseis de língua francesa e um em alemão. Só essa observação linguística inscreve a cadeira de Homeopatia numa projeção internacional e nacional de maior escala que as demais cadeiras de seu tempo. A equidade linguística, se podemos assim dizer, sobretudo da língua portuguesa em relação à qualquer outra estrangeira, não acontece nas demais cadeiras. Homeopatia é uma exceção à regra. E a regra é a hegemonia da literatura francesa. Em alguns casos, plena, como em Patologia geral: nove livros, todos em francês. Em Cirurgia e clínica cirúrgica, tal hegemonia se observa em quarenta e nove títulos dos cinquenta e quatro inventariados, sendo apenas quatro obras em língua italiana e uma em português. O mesmo acontece em Patologia interna: dos trinta e sete livros listados, trinta eram em francês, três em italiano, três em português e um em português de Portugal. Em Terapêutica, só para concluir as cadeiras de maior número

de livros inventariados na área médica, dos trinta e quatro destacados, vinte e oito em francês, cinco em português e um em inglês.

Pode-se imaginar a dificuldade que o quesito linguístico representou ao estudo dos alunos do curso médico e dos cursos da área da saúde naquele tempo, muito embora línguas estrangeiras fizessem parte dos exames de admissão aos cursos da UP, para os quais já eram conhecidos os reclames do diretor Victor do Amaral, que entendia que os candidatos estavam pouco preparados para as provas, ainda que o índice de reprovação aos exames não cooperasse para revelar tal descontentamento (mas a criação do curso Preparatório, sim!). Daí sua insistência ter motivado a ação de Manuel de Cerqueira Daltro Filho, um dos fundadores da UP, na apresentação do curso Preparatório para os exames de admissão, o que foi rapidamente organizado e aclamado para o seu estabelecimento já no ano de 1914, quando então começava o curso de Medicina e Cirurgia. O notável dessa atitude é que não se tratava de apenas um curso rápido, de um ou dois anos de estudo no máximo. Muito pelo contrário, o que caracteriza a conformação *sui generis* do curso Preparatório ofertado pela UP em 1914 é justamente o tempo longo conferido a ele (4 anos de estudo), de cronograma diário, em que a *preparação* cederia mesmo o lugar à *formação* em algumas áreas humanísticas (história, geografia, literatura) e, como base essencial, línguas, a saber: português (1º, 2º e 3º anos), francês (1º e 2º anos), latim (2º e 3º anos), alemão (3º e 4º anos) e inglês (3º e 4º anos). Veja como a questão linguística não era mesmo coisa irrelevante.

Daí que o empenho dos professores do passado de oferecer os recursos possíveis do seu tempo, e a seu tempo, às iniciantes gerações de médicos em formação, motivou alguns no sentido de se disporem ainda mais além do feito com as doações de parte de seus acervos particulares, ou da tentativa de localizarem bibliografias na língua pátria – e em se tratando de tempos civis e patrióticos, sempre na ponta do lápis de Victor do Amaral, isso não poderia ser desconsiderado. Alguns se lançaram a traçar a difícil caminhada das letras. Passavam eles, então, a médicos-escritores, que compunham suas próprias obras didáticas a bem de ensinar os alunos em livros que melhor explicassem suas ciências e em sua própria língua e orientação/concepção. Não foram muitos, mas há exemplos para citar.

E como era de se esperar, novamente nos encontramos com Nilo Cairo da Silva. Da “experiência” decorrida das aulas a seu encargo³⁴⁶, no curso de Odontologia, naquele primeiro

³⁴⁶ Nilo Cairo foi empossado em 19 dez. 1912, na cadeira de Elementos de fisiologia e patologia geral, do curso de Odontologia, e atendia a Farmacologia homeopática, no 3º ano do curso de Farmácia – em 1913, cadeira própria, em 1914 compreendida na cadeira de Farmacologia galênica, e a partir de 1916, encerrada (cf.: UP. *Estatutos da UP aprovados pelo Conselho Superior em sessão de 21 de Maio de 1914*. Curitiba: Typ. Alfredo

ano letivo de 1913, arregaçou ele as mangas, retomou suas notas das aulas e preparou uma obra didática intitulada “Elementos de Pathologia Geral”, para servir de guia aos estudos dos alunos nos anos posteriores. Na verdade, o autor procurava dar-lhes “um conhecimento geral da molestia, systematico e synthetico, que não lhes dão as idéas dispersivas e por vezes mesmo confusas dos tratados clássicos correntes”. Já vai aí uma crítica aos *clássicos correntes*, e, se tomado o Catálogo de 1914, vê-se tais obras presentes no seu livro, e não só elas, muitas outras mais, deixando a pensar se a sugestão das referências na biblioteca na disciplina referida tivesse estado mesmo a seu cargo.

Como ele explicava em sua primeira edição (1916), o texto era fruto de suas anotações, nas quais, muitas vezes, não se furtou em inserir “passagens inteiras de auctores” mantendo-lhes a redação. Interessante a sua pontuação de que não se tratava de “obra original”, mas antes uma “vulgarização de noções esparsas pelos livros communs ou classicos”. No entanto, o que ele faz é apresentar “um programa e uma doutrina que não são bem as dos tratados correntes importados do estrangeiro e por todos repetidos ipsis verbis com unção”. Vai aí uma grande diferença, e mais uma chamada de atenção àqueles que doutrinavam sacralizando os “manuais estrangeiros”... Nilo Cairo, por sua vez, imprimiria à sua cadeira uma leitura bastante personalizada, de uma defesa que lhe era muito cara também, do entendimento da Patologia a partir do *vitalismo* e das teorias (homeopáticas) que foram o mote de toda a sua vida. E como bem informava:

Alguns assumptos, eu os expuz por obrigação de professor: ainda que não seja admirador entusiasta da doutrina microbiana das moléstias infectuosas, o dever em que me achei de transmitir aos meus alumnos o que a respeito lhes ensinava a sciencia medica corrente, obrigou-me a expor-lhes esta questão, como si eu nenhuma objeção tivesse a lhe fazer – a cathedra não era lugar de polemica e muito menos o de contradizer a doutrina geral da Faculdade. Ainda assim, ao leitor atento não escapará certamente o meu pensamento, quando, na concepção da predisposição pathologica, fiz prevalecer o papel da causa interna como elemento primordial da etiologia das moléstias. Deixo aqui esta declaração, para que não se me acoime de incoerente com idéas que tenho expendido alhures e a que me tenho conservado fiel.³⁴⁷

A passagem permite compreender não apenas a sua defesa manifesta, mas também que, mesmo professando divergentes ideias e pensamentos médicos, teria o cuidado de ensinar “a sciencia corrente” sem fazer da cátedra um “lugar de polemica”, “e muito menos o de contradizer a doutrina geral da Faculdade”. Tais afirmações me parecem absolutamente

Hoffmann, 1914, p. 52 - Art. 175; Relatório Geral do ano de 1913, op. cit., anexos). Mais tarde, nos anos 1920, tomou posse na cadeira de Patologia geral do curso de Medicina e Cirurgia.

³⁴⁷ CAIRO, Nilo. *Elementos de Pathologia Geral*. 1ª ed. Curityba: Livraria Leitner, 1916, p. 5 (Prefácio).

pertinentes para compreender o seu lugar de inscrição naquele universo de médicos formados sob uma orientação hegemonicamente destoante da sua defesa pessoal. Ainda mais ele, que se colocou à frente da organização do projeto geral da UP, que, por isso, era vidraça aos olhos alheios... Certo, então, que conviesse observar a necessária atuação o mais diplomática possível para o caso afim de não comprometer o objetivo colimado, ainda que não deixasse de valer a sua orientação doutrinária específica.

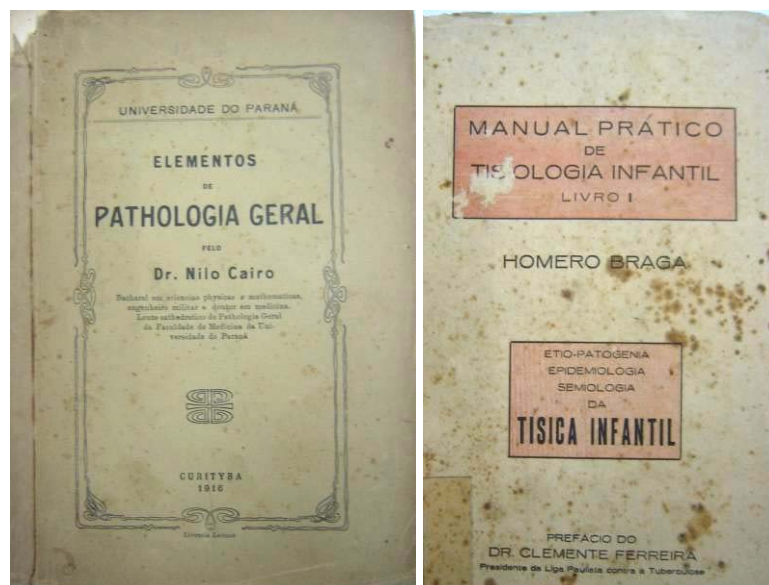


Figura 17 - Dois exemplos de obras didáticas: *Elementos de Pathologia Geral* (1916), de Nilo Cairo, e *Manual Prático de Tisiologia Infantil* (1936)
Foto: Autora, agosto de 2005

O seu livro obteve três edições. A primeira em 1916, seguida pela edição de 1924, já revista e ampliada, e a terceira, com maior ampliação, realizada no ano de 1928, conferindo-lhe uma obra colossal de 640 páginas, com publicação póstuma, em 1931. Esta última foi levada a cabo pelo entusiasmo de Victor do Amaral, na percepção do esgotamento das edições anteriores e como homenagem ao colega de trabalho e amigo pessoal. Com relação aos prefácios, chamam a atenção dois aspectos anotados por Nilo Cairo. O primeiro, da “lacuna grave” que ele observou manter nos seus escritos, de um capítulo sobre as causas determinantes de moléstias de natureza social e moral, entendendo que os tratados comuns são “mudos” a respeito do tema e que ele acabou vencendo-a apenas na terceira edição. E, segundo, do agradecimento tecido à aluna Helena Vianna Seiller, a primeira cirurgiã-dentista formada pela FMP em fins de 1914, pelo concurso à publicação do livro ao passar a limpo em seus cadernos as notas do autor, sem os quais, segundo ele, não lhe teria sido possível publicá-las. A relação educativa, em alguns casos, tem mesmo mecanismos de sobrevivência

e permanência para além da sala de aula... Os cadernos de alunos, os livros de professores, as relações estabelecidas, por vezes, e com alguma sorte, amizades para toda uma vida.

Nilo Cairo, certamente, não foi o único a pensar os estudos de seus alunos e a escrever para eles. Mas foi o primeiro. Depois dele, se seguiram, certamente, outros nomes. Homero Braga, por exemplo, em 1936, publicou o “Manual Prático de Tisiologia Infantil”, distribuído pela Editorial Libertas, de São Paulo. Um livro que pode ter sido dirigido aos seus alunos do curso livre de Tuberculose Pulmonar na FMP, já que apresentava uma proposição bem curricular ao tema: etiopatogenia, epidemiologia e semiologia da tísica infantil. Pode ter sido, inclusive, um livro continuado, uma vez que na capa se salientava: livro I. Assim como ele, outros nomes e livros esperam ser conhecidos.

3.2 Nas instituições de assistência pública: o ofício assistido

O “ensino prático”, a rigor difundido pelos médicos-fundadores na organização dos gabinetes, laboratórios e museus da UP que serviam ao ensino prático e experimental aos alunos, se realizava principalmente no confronto das situações postas na assistência pública, no exercício da clínica, nos hospitais e dispensários atendidos pelos alunos e professores da FMP. Aliás, constava do Estatuto de 1914: “As aulas de clínica serão diárias e dadas pela manhã, seja nas enfermarias do Hospital, seja em seus dispensários annexos, Policlínica, Maternidade, Dispensário Dentário, etc.”³⁴⁸. Portanto, era esta uma das principais atividades que competiam para a formação das primeiras gerações de médicos na FMP: o de estar junto ao doente, recepcionando-o desde a “sala do banco” – o ambulatório de hoje – dos hospitais, à cabeceira do leito do doente, observando as moléstias e o tratamento empenhado pelos seus professores em ação, tipificando os resultados dos exames de materiais coletados para análise, aplicando a farmacologia empregada e acompanhando cada caso etc., no contato diuturno realizado nos dispensários e hospitais sob responsabilidade da instituição. Era o jogo duro, prá valer, quando então deixavam de assistir aos controlados espaços dos gabinetes, laboratórios e museus, e passavam a agir no ofício assistido nos espaços de assistência assumidos pela FMP. E foram muitos esses espaços. Alguns, inclusive, que ficaram, por algum tempo, apenas no papel... Constituídos mais tarde, de outro modo, em outro tempo.

³⁴⁸ ESTATUTOS DE 1914, op. cit., p. 53 (Artigo 183).

3.2.1 Dispensário Dentário e seus dois gabinetes anexos



Figura 18 – Manhã de trabalho no Dispensário Dentário da FMP.
Fonte: Relatório geral da UP do ano de 1915

O Dispensário Dentário foi o primeiro serviço de assistência à saúde ofertado à comunidade em geral pela FMP, “destinado a prestar assistência dentaria gratuita, salvo quanto aos trabalhos de luxo, a todas as pessoas reconhecidamente pobres, que queiram se prestar ao ensino dos alunos”³⁴⁹. Funcionando desde a abertura da casa em 1913, vinculado ao curso de Odontologia, servia ao exercício prático dos alunos nas cadeiras de Clínica dentária e Prótese dentária, lecionadas, ambas, nos dois anos do referido curso³⁵⁰. Os professores que assistiam a esses serviços eram os mesmos responsáveis pelas disciplinas em curso ali lecionadas na prática: Antônio Mattos Azeredo e Antonio Neves da Costa, respectivamente. As aulas eram diárias, sendo a de Clínica pela manhã e a de Prótese à tarde, tendo os lentes um assistente (um cirurgião-dentista ou aluno aprovado no 1º ano) e auxiliares de ensino nomeados pela indicação dos mesmos – nos anos iniciais foram nomeados Alfredo Puglieli, sucedido por Guido Straube, e outros mais. Nessas aulas, os alunos utilizavam os aparelhos e equipamentos do próprio Dispensário, mas levavam os seus próprios instrumentos

³⁴⁹ ESTATUTOS DE 1914, op. cit., p. 69 (Artigo 253, Capítulo XVII). Eram pagos os trabalhos de ouro, dentadura e pontes.

³⁵⁰ Conforme o Estatuto de 1913, a seriação e seus professores era a seguinte. Para o 1º ano: Elementos de anatomia descritiva – Anatomia descritiva e topográfica da cabeça, com Miguel Santiago; Elementos de histologia e anatomia microscópica, com Abdon Petit Carneiro; Elementos de fisiologia e patologia geral, com Nilo Cairo; Clínica dentária, com A. Mattos Azeredo; e Prótese dentária, com A. Neves da Costa. Para o 2º ano: Noções de Microbiologia e Higiene, com Cláudio de Lemos; Patologia dentária e Estomatologia, com Julio Xavier; Matéria médica e terapêutica dentárias, com Virgolino Brazil; Clínica dentária, com A. Mattos Azeredo; e Prótese dentária, com A. Neves da Costa.

a partir de lista fornecida pela secretaria da casa³⁵¹.

O Dispensário Dentário funcionava inclusive no período de férias escolares, e a presença dos alunos de Odontologia era obrigatória, salvo licença concedida pelo diretor. Assim, o aluno que desobedecesse da incumbência assumida com o curso e atingisse a marca de quinze faltas na assistência já não se matricularia no ano seguinte³⁵². E serviço não faltava. Apenas no primeiro ano do Dispensário Dentário, há registro de 112 clientes matriculados sob os seguintes serviços realizados: obturações a massa (267), obturações a amálgama (163), obturações a ouro (7), tratamentos de canal (14), extrações (196), limpezas (9), dentaduras (4) e pivôs (2). O serviço era gratuito, mas alguma receita foi percebida, no valor de 80 mil-réis, conforme o relatório do tesoureiro de 1913³⁵³.

Todo o movimento do Dispensário Dentário era registrado e enviado mensalmente ao secretário, inicialmente da UP, e depois da FMP. A ideia era que o Dispensário fosse regido sob o regulamento geral do Hospital da Universidade do Paraná que se queria criar. Mas esse ficou, ao lado de outros projetos, por muitos anos no papel. Porém o registro do movimento foi realizado e anexado aos relatórios administrativos anuais, permitindo observar, com detalhes, o exercício clínico e a participação comunitária nos serviços prestados pelos alunos de Odontologia da FMP. Observemos um extrato do exercício do Dispensário Dentário no período estudado, considerando o intervalo entre décadas. Já sinalizamos o movimento de 1913. Considerando, então a década posterior, 1923, o número de cliente acresce um pouco, passando a 133, sendo os serviços mais solicitados àquele exercício extrações de raízes (192) e obturações a amálgama (145). Em meados da década seguinte, 1935, o número de clientes alcançou o respeitável registro de 656, sendo os serviços mais executados extrações com anestesia local (426) e obturações a porcelana (287). E finalmente, em 1945, com 325 clientes matriculados, os serviços de extração com anestesia (843) e obturações com amálgama (283) foram os mais procurados.

³⁵¹ ESTATUTO DE 1914, op. cit., p. 53 (Art. 183, parágrafo único).

³⁵² Idem, p. 70 (Artigo 260).

³⁵³ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1913, op. cit., p. 31-32 e anexos.



**Figura 19 – “Sala de Clínica Odontológica”, servindo ao Dispensário Dentário. Destaque aos novos equipamentos de meados de 1930.
Fonte: Relatório da FMP do ano de 1936, p.13.**

Interessante observar como, apesar dos serviços permanecerem, a rigor, os mesmos, desde a sua oferta inicial em 1913 (extração, obturação, incrustação, limpeza etc.), o refinamento dos trabalhos com as novidades científicas da época se percebe nos serviços prestados pelos alunos. Na década de 1920, obturações a amálgama eram superiores ao de massa, recorrentes na década de 1910; do mesmo modo, o ocorrido com as obturações a porcelana na década de 1930, sem esquecer a possibilidade da obturação a cimento Kriptex, que aparece no relatório de 1945, com 22 obturações realizadas. A opção do uso da anestesia para as extrações a partir dos anos 1920 é outro exemplo dessas mudanças recepcionadas na área médica e assumidas pelo curso no exercício clínico do Dispensário Dentário – já sob outra orientação docente, nos anos 1930 (Fig. 19), com Júlio Moreira na Clínica Odontológica e Múcio Caron na Prótese. Amplia-se a especialização das intervenções cirúrgicas das afecções da boca: em 1945, por exemplo, fazia-se curetagem peri-apical, gengivectomia, frenotomia e outras intervenções não observadas nos relatórios anteriores, confirmando que “com o aprofundamento do conhecimento biológico amplia-se o campo de ação da Odontologia, que passa a incorporar o tratamento da boca como um todo, não se limitando somente aos dentes”³⁵⁴. Apesar do serviço ser discriminado apenas em meados dos anos 1940, essa orientação para a questão preventiva da boca e dos dentes encontrava-se ainda mais asseverada no rol de disciplinas do curso de Odontologia desde a reforma de 1925, com a

³⁵⁴ FIGUEIREDO, Betania G.; CARVALHAIS, Helenaura P. M.; MARTINS, Laura Helena P. M.; DRUMOND, Marisa M. Odontologia ao longo do século XX. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel et al. (Orgs.). *Odontologia – história restaurada*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007, p. 162.

inclusão de disciplinas como Anatomia descritiva e médico-cirúrgica da boca e suas dependências (José Pereira de Macedo), Histologia geral, histologia da boca e suas dependências (Abdon Petit Carneiro), Fisiologia (noções), fisiologia da boca e órgãos anexos (Manoel Lustosa Carrão) e Higiene da boca (João Evangelista Espíndola)³⁵⁵ – o que já demonstra bastante diferença se comparado ao currículo ofertado no ano de 1913. São mudanças na ciência médica e na Odontologia, acompanhadas pela legislação educacional, que se refletem no exercício das atividades clínicas ofertadas pela FMP no seu Dispensário Dentário, que também somava recursos ao caixa da FMP – ainda que se fizesse na base de serviços gratuitos. Em 1913, foram somados 80 mil-réis; em 1923, 1 conto e 449 mil-réis; em 1935, 4 contos e 352 mil-réis; e em 1945, a moeda, que já era outra, somou 4.599 cruzeiros³⁵⁶.

Porém, de todos os dados, o que chama a atenção é a curva de clientes matriculados nos serviços operados pelo Dispensário Dentário da FMP no período de 1913 a 1945. Se cresce timidamente em 1923 e aumenta vertiginosamente em 1935, cai, da mesma forma vertiginosa, a quase 50% do número de clientes em 1945. Seria o aumento do número de consultórios particulares pelos cirurgiões-formados pela própria FMP o fator que gerou tal decréscimo acentuado no Dispensário da FMP? Por que não? Afinal, os tempos eram outros, e em 1945 a instituição já havia formado nada menos que 372 odontólogos (e mais 31 da turma de 1945)³⁵⁷, todos aptos para o exercício do ofício que aprenderam no ensino prático e assistido do Dispensário Dentário da FMP, agora a ser realizado em seus próprios gabinetes particulares na cidade de Curitiba ou até mesmo fora da capital paranaense. Não dá para negar que seja uma boa resposta, provavelmente a melhor, visionada pelos médicos-fundadores de tantos anos atrás nos destinos da escola médica paranaense.

³⁵⁵ FMP. *Relatório do ano de 1925 apresentado a Congregação pelo Prof. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor*. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia, 1926, p. 7.

³⁵⁶ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1913, op. cit., p. 31-32 e anexos; RELATÓRIO DA FMP do ano de 1923, op. cit., p. 14-15; FMP. *Relatório do ano de 1935 apresentado a Congregação pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 10 de janeiro de 1936*. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia, 1936, anexos (Mapa 9); FMP. *Relatório do ano de 1945 apresentado a Congregação pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 24 de janeiro de 1946*. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia Ltda, 1946, anexos (Mapa 9).

³⁵⁷ RELATÓRIO DA FMP do ano de 1945, op. cit., anexos (Mapa 14).

3.2.2 Maternidade do Paraná e ações em Obstetrícia



**Figura 20 – “Maternidade de Curitiba”, no brasão à frente da primeira casa.
As enfermeiras na varanda, e o diretor clínico no interior, à janela.
Fonte: Relatório geral da UP do ano de 1915, p.64.**

Na sequência de atividades clínicas e práticas ofertadas para o *ensino prático* desenvolvido na FMP à comunidade paranaense está a Maternidade do Paraná, por vezes Maternidade de Curitiba e, mais tarde, em 1929, Maternidade Victor do Amaral, em homenagem ao médico que “foi o seu fundador e que vem a administrando ininterruptamente desde a sua origem”³⁵⁸, como justificou a Congregação da FMP na reunião de 30 de novembro. A criação da maternidade era uma das primeiras preocupações, desde o começo da FMP, para servir de prática clínica aos alunos do curso que se queria realizar ainda em 1913: o de Obstetrícia. Foi resultado da ação colimada aos médicos Victor do Amaral (1862-1953) e Reinaldo Machado (1868-1918), que, juntos, desde os tempos em que atendiam na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, percebiam as demandas locais em relação ao sensível registro do aumento de nascimentos na cidade, bem como das consequências da falta de assistência ao parto, que contabilizava a morte de recém-natos sem assistência especializada. O parto, geralmente, se dava com as parteiras leigas na cidade, muitas vezes já conhecidas das mães e avós das gestantes, ou, então, escolhidas através contatos recolhidos nos jornais locais. Naqueles anos, a sra. Edvigem Woycikca era das parteiras que mais anunciavam seus serviços

³⁵⁸ FMP. Relatório do anno de 1929 apresentado a Congregação pelo Dr. Victor F. do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 3 de janeiro de 1930. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia, 1930, p. 37.

no *Diário da Tarde*, um dos principais periódicos vespertinos da capital paranaense³⁵⁹. Contudo, a preocupação com a atuação de parteiras ilegais, aquelas que sem diploma e mesmo sem registro no Serviço Sanitário do Estado do Paraná, obrigatório para o exercício do ofício desde 1892, era também a preocupação dos doutores da FMP.



Figura 21 – “Sala de Visitas”. A Governante da Maternidade e parteira-chefe Mathilde G. Ceschin, instrui a colega de profissão.

Fonte: Relatório geral da UP do ano de 1915, p.66.

O desejo de Reynaldo Machado, que visualizava a criação da maternidade, a princípio, na própria SCM de Curitiba, e a percepção de Victor do Amaral da necessária formação de profissionais habilitados para a função – os parteiros – encontraram-se no projeto da UP, com a oferta do “curso de Obstetrícia” no projeto inaugural em 1912 e a subsequente constituição da Maternidade sob auspícios da Casa³⁶⁰. Esse curso foi integralizado ao currículo do curso médico da FMP em 1913, e somente, mais tarde, em 1933, ofertado como um curso à parte na formação especializada de Enfermagem-Obstétrica³⁶¹. A tão esperada formação específica de parteiros nos princípios da década de 1910 é realizada no começo dos anos 1930, e com presença marcadamente feminina – até o ano de 1945, por exemplo, foram formadas 84 enfermeiras obstétricas³⁶². Era a efetiva regulação do espaço de atuação de uma ‘arte médica’

³⁵⁹ “PARTEIRA – Diplomada e massagista, Edvigem Woycicka, com a prática de 4 annos, nos hospitaes de Varsóvia e Paris. Dá consultas e attende chamados a qualquer hora. Mudou-se na rua Ébano Pereira, n. 70.” (DIÁRIO DA TARDE. Anúncio: parteira Edvigem Woycicka. Curitiba, n. 4.060, 6 maio de 1912, p. 3. Seção Indicador).

³⁶⁰ COMMERCIO DO PARANÁ. *A Maternidade*. Curitiba, n. 272, 30 ago. 1913, p. 3-4.

³⁶¹ Esse curso específico é objeto de estudo de Fabiana Costa Farias, em curso – já mencionado.

³⁶² RELATÓRIO DA FMP do ano de 1945, op. cit., anexos (Mapa 14).

que atravessou gerações de mulheres e que, em Curitiba, desde 1897, sofria restrição em seu exercício (pelo Serviço Sanitário), mas que se tornou, pouco tempo depois, um saber institucionalizado na FMP, no curso médico (efetivamente em 1918) e ainda num curso à parte (1933). Era a arte específica de parteiras leigas franqueada de papel passado.



Figura 25 – No “consultório” da Maternidade do Paraná, o diretor clínico, Reynaldo Machado, em atendimento à cliente.
Fonte: Relatório geral de 1915, anexos.

Desde, pelo menos, a utilização do espaço do palácio que foi residência do Barão de Miró, à rua Comendador Araújo, n. 42 (Figura 20), como sede inicial da UP, se pensava a respeito da constituição de uma maternidade sob os auspícios da instituição. Naquela ocasião, Reinaldo Machado, um dos lentes empossados em 1912 e camarista que era, recém-entrado nos meandros da política municipal naquele mesmo ano, já havia obtido aprovação do seu projeto de um saldo em favor dessa necessidade na cidade, com a Lei n. 352, de 2 de dezembro de 1912, que concedia subvenção anual de dez contos de réis à maternidade – inexistente até àquele momento, mas já contando com esse estímulo para sua ocorrência. A princípio, sua constituição se deu na SCM de Curitiba, porém mais tarde, e enquanto corriam os trabalhos de construção da própria sede da UP, em terreno doado pela municipalidade, foi tomando corpo uma outra ideia mais factível: ao desocupar-se a casa alugada, que ela fosse transformada em maternidade. Então, no começo de 1913, quando as primeiras alas do novo edifício na Praça Santos Andrade permitiram a sua ocupação, com o traslado da instituição (UP), a maternidade se fez ali possível. Aliás, durante algum tempo, a Maternidade funcionou, provisoriamente, nas dependências do 1º pavimento, ao rés do chão do edifício em construção, até que fosse organizado o casarão alugada à rua Comendador Araújo, para fazer

lá a sua sede temporária.

E o mesmo esmero observado na organização dos primeiros laboratórios, museus e gabinetes dos cursos da saúde da UP se observou também na constituição e organização dos espaços da maternidade. Segundo o Estatuto de 1914, em capítulo próprio à Maternidade (Capítulo XVI), seriam os seguintes os espaços previstos: enfermaria para gestantes que esperam; enfermaria para isolamento de moléstias contagiosas; enfermaria para parturientes e recém-nascidos; sala de partos e operações (Figura 26); consultório para serviço externo de clínica obstétrica e clínica pediátrica (Figura 25); e quartos particulares³⁶³. O seu funcionamento ficava a cargo da “Governante da Maternidade”, que se tratava de uma senhora parteira diplomada, nesse caso, a sra. Mathilde G. Ceschin, diplomada pela Universidade de Pádua (Itália), tendo o serviço clínico a cargo de um médico parteiro, que era também o Chefe da Clínica, o dr. Reynaldo Machado, que exercia o cargo gratuitamente³⁶⁴.



Figura 23 – “Maternidade do Paraná – Sala de partos”. No meio do quarto, a figura do médico assistente (Nilo Cairo) impõe a sua presença: física e clínica.

Fonte: Relatório geral da UP do ano de 1915, anexos.

À Governante ou parteira-chefe da Maternidade cabia a incumbência da realização de “todos os partos, na ausência do medico parteiro, chamando, entretanto, este, quando sua intervenção se tornar necessária”³⁶⁵. Um médico assistente também havia sido planejado para os serviços, e ele dirigiria “um Consultório anexo á Maternidade, destinado a attender ás

³⁶³ ESTATUTO DE 1914, op. cit., p. 68 (Art. 248).

³⁶⁴ UP. *Relatório Geral da Universidade do Paraná apresentado a Assembléa Geral de 19 de Dezembro do anno de 1916 pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral, Diretor*. Curitiba: Typ. d’A República, 1917, p. 7.

³⁶⁵ ESTATUTO DE 1914, op. cit., p. 68 (Artigo 245, Parágrafo 1º).

gestantes externas e aos filhos de mães pobres que se apresentarem á consulta”³⁶⁶. Nos primeiros anos, exerceu a função de assistente o médico Nilo Cairo (Figura 23), sucedido mais tarde por Assis Gonçalves, que assumiam ainda o cargo de provedores da Maternidade do Paraná³⁶⁷. Além desses médicos, os serviços contariam ainda com “mais dous internos, alumnos da Universidade, que se revearão no trabalho, devendo dormir na Maternidade no dia do seu serviço e auxiliar a Governante no serviço de partos”³⁶⁸. Criados e enfermeiras o quanto se fizessem necessários³⁶⁹. A diretora da Maternidade, a Governante, era quem realizava “todos os partos na ausência do médico parteiro”, com auxílio de dois alunos internos da FMP. Se a presença dos médicos era eventual e até acessória (chamados apenas em casos de real urgência), ao menos a parteira-chefe era ali presença garantida na hora do apuro daquelas “mães pobres” – e essa questão do atendimento a *população pobre* é ponto interessante a destacar.

No Estatuto de 1914, o primeiro artigo que abre o capítulo, “Da Maternidade” (XVI), assim define o serviço em tela: “Art. 244º – Com o nome de Maternidade, a Universidade manterá um serviço especial para partos, destinado a prestar assistência obstétrica às *mulheres pobres*, que queiram servir ao mesmo tempo ao ensino de obstetrícia dos alumnos”³⁷⁰. Com a constituição da Maternidade do Paraná, teriam um lugar propício ao parto as mulheres pobres prestes a dar à luz, essas mães que não teriam recursos para pagar um médico de gabinete ao qual pudessem acorrer diante da urgência, ou ainda, que se sujeitassem à assistência, não raras vezes, precária, de parteiras leigas – já consideradas ilegais ante a lei de 1897 –, correndo o risco de morte por febre puerperal e outras complicações decorrentes do parto, ou ainda, de perder os seus bebês. Quem não podia pagar o médico parteiro, portanto, sofria à margem dessa assistência que se pode entender *privada*. Logo, a insistência que se faz recorrente dos serviços clínicos da FMP ao atendimento da população carente – o que não era exclusivo da Maternidade –, não se restringia apenas ao benemérito da ação, e visava possibilidades efetivas e gratuitas para o ensino clínico dos seus alunos. Agora, se essas mulheres tinham consciência de “servir ao ensino de obstetrícia” é outra coisa. Porém, ante o apuro do momento, que diferença isso faria, contanto que as assistissem neste que é um momento específico e especial do mundo feminino, imbuído de dor, sofrimento e angústia como o parto

³⁶⁶ ESTATUTO DE 1914, op. cit. (Parágrafo 2º).

³⁶⁷ RELATÓRIO GERAL da UP do ano de 1916, op. cit., p. 7.

³⁶⁸ ESTATUTO DE 1914, op. cit., p. 68. (Artigo 246).

³⁶⁹ Idem (Artigo 247).

³⁷⁰ Ibidem, p. 67-69 (citação, p. 67 *grifos meus*).

o é³⁷¹. Era como convém àquela antiga expressão popular: *uma mão lava a outra*. A necessidade, nesse caso, se fazia numa via de mão dupla: a mulher que desejava um parto melhor assistido e com seguras condições de êxito para ambos (mãe e recém-nato), e a escola médica que desejava situações reais para o *ensino prático* dos seus futuros médicos parteiros (o parto) – lembrando que o “curso” de Obstetrícia se dava, efetivamente, nas séries finais (5ª e 6ª) do curso de Medicina e Cirurgia da FMP, e assim se manteria, mesmo com o curso à parte (Enfermagem Obstétrica), durante todo o período aqui estudado.



Figura 24 – Na “Enfermaria geral”, nas camas, mães que deram à luz e seus bebês descansam (ao fundo) e gestantes esperam (à frente). Em pé, a alva enfermeira acolhe um recém-nascido. Fonte: Relatório geral da UP do ano de 1915, anexos.

Auxiliava no cotidiano da manutenção da Maternidade a Associação das Damas de Assistência à Maternidade e à Infância, uma associação de senhoras organizada pelo diretor da UP, com sede ali mesmo, “a qual terá por fim obter contribuições e donativos para o patrimônio da Maternidade e para ocorrer às despesas desta”³⁷². Naquele ano da abertura da Maternidade, de todo o material da instituição, em móveis, utensílios e material cirúrgico, somava-se a importância de aproximadamente dezessete contos de réis (16:984\$570) – o que era quase a importância do Laboratório mais caro da FMP, o de Anatomia, também em seu primeiro ano (1913), com quase vinte contos de réis³⁷³, somando-se a isso quase dez contos

³⁷¹ Sobre o parto, a Revista Estudos Feministas tem dossiê próprio: MOTT, Maria Lúcia (Org.). Dossiê O parto. *Revista Estudos Feministas*. vol. 10, n. 2, Florianópolis, UFSC, p. 399-527, jul.-dez. 2002.

³⁷² ESTATUTO DE 1914, op. cit., p. 68-69. (Artigo 250º). Nesse capítulo, “Da Maternidade”, três artigos se referem à organização dessa Associação, artigos 250º ao 252º, nas páginas referenciadas do Estatuto.

³⁷³ Do específico, em relação ao material da Maternidade, um breve paralelo com um dos principais e mais caros laboratórios do curso médico, o de Anatomia, que custou, também no seu primeiro ano, em 1913, quase 20 contos de réis. Porém, são projetos distintos, de naturezas diferentes, mas complementares se pensarmos no

(9:473\$760) de despesas gerais, conforme acusava o seu livro de Inventário Geral transcrito no relatório anual. Da soma, pouco mais de seis e meio contos de réis (6:746\$800) foram doados pela Associação das Damas de Assistência à Maternidade e à Infância e cinco contos de réis foram recolhidos das subvenções da municipalidade³⁷⁴, no que constituía apenas a metade do que previa a lei do dr. Reinaldo Machado, até aqueles dias corrigida a doze réis. É de se observar a ausência da subvenção federal ao patrimônio e a promessa do governo estadual de quinze contos de réis. Mesmo recolhendo daqui e dali, a grande parte sobrava mesmo para os cofres da FMP, como observado no próprio relatório primevo acerca da instituição:

De sorte que, apesar das promessas do Governo Municipal e do Governo Federal, até hoje [fins de 1914] a Maternidade do Paraná, o que é de lamentar, tem contado sobretudo com as mensalidades da associação de gentis senhoras, que tanto nos tem auxiliado, e com o cofre da Universidade do Paraná. Foi em virtude destas dificuldades com que não contávamos, que evitamos fazer reclame [propaganda] do estabelecimento pela imprensa, deixando que o povo o fosse conhecendo através das informações das parturientes que fossem tendo alta. D'ahi resultou o pequeno movimento clinico que até hoje tem tido a Maternidade, não tendo até agora conseguido *casa cheia*.³⁷⁵

As dificuldades financeiras que levavam a onerar o cofre próprio da UP, amargando, naquele primeiro ano de 1914, o saldo negativo de quinze contos e meio de réis da Maternidade, a impossibilidade de divulgar os préstimos da casa nos jornais paranaenses, levando à restrição do atendimento das parturientes à estratégia da propaganda boca-a-boca, adiando os planos de ver a “casa cheia”, e a precariedade da execução das subvenções governamentais, numa percepção virtual dos recursos a receber, além da colaboração pequena, mas necessária da associação das “gentis senhoras”, são algumas das sérias permanências observadas nas décadas seguintes. Além do mais, em maio de 1916, a situação foi ainda mais precarizada, com a mudança da instituição para outro prédio, “á rua Sete de Setembro n. 68, onde se acha mal alojada, convindo quanto antes a sua remoção para outro local, que se preste melhor às suas installações”³⁷⁶. Mas a resolução desse aspecto demoraria algum tempo. E da manutenção onerosa da Maternidade aos cofres da FMP, ainda reclamava-

ensino prático e exercício da clínica. Em um, a reunião de artefatos que tinham procedência do exterior (daí a maior parte do ônus de sua monta); noutro, a prestação de um serviço que previa, a princípio, o atendimento limitado de pacientes e com as restrições financeiras sentidas. Com o tempo, tanto um como outro requereram sua atualização. No caso da Maternidade, a inexorável ampliação.

³⁷⁴ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1914, op. cit., p.41-42.

³⁷⁵ Idem, p.42 *grifos no original*.

³⁷⁶ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1916, p.35.

se em 1924, isto é, uma década depois da sua inauguração. Naquele ano, as despesas gerais (24:145\$915) somavam quase o valor total do patrimônio da instituição (27:608\$327), sendo a quantia de mais de doze contos de réis (12:590\$440) a arcada pela FMP, somada à subvenção estadual em quase sete contos de réis (6:960\$000), além de contar com a participação sofrível àquele ano da Associação das Damas (3:236\$100), das diárias de pensionistas (1:165\$000), dos donativos (194\$375), em que podem ter sido incluídos os do Grêmio das Violetas e da instituição do Dia da Caridade, tendo em caixa do exercício anterior pouco mais de um conto de réis (1:460\$200). Saia justíssima a realidade do balanço financeiro da Maternidade do Paraná uma década depois da sua inauguração.

“Como se vê, as despesas deste departamento da Faculdade continuam a pesar sobre o nosso orçamento, e não sabemos até quando”³⁷⁷. Constante nos relatórios, a lamentação pelo ônus desse projeto ganha expressão angustiante no ano de 1924, logo o ano que se pretendia levar a cabo a conclusão das obras da Maternidade³⁷⁸, sequer iniciadas. Era a ideia do prefeito da cidade, João de Moreira Garcez, que não saía da cabeça do diretor da FMP, ainda mais depois do “arrependimento” do sr. Agostinho de Leão, que se recusou a passar a escritura de terreno que havia concedido à FMP para a construção do prédio próprio da Maternidade – terreno este preferido por razões topográficas em detrimento do ofertado, ao mesmo tempo e em outro lugar, pelo coronel David Carneiro. Na “combinação” do prefeito, a possibilidade de que a Maternidade fosse sediada no Hospital de Crianças, que estava em construção, na ocasião a cargo da Cruz Vermelha do Paraná, e absorvesse ali para o seu término o valor de mais de trinta e três contos de réis arrecadados pela FMP entre os populares para a construção da maternidade. Tal expectativa viria a “tirar de cima dos nossos ombros um pesado sacrifício, que é o da manutenção da nossa Maternidade”³⁷⁹. Ledo engano. Nem combinação, nem nada. O acordo possível nunca aconteceu. Mas como o dito popular guarda a sua sabedoria: *há males que vêm para bem*.

Com os recursos no caixa da Associação das Damas de Assistência à Maternidade elevando-se a mais de trinta e cinco contos de réis (35:853\$548) para a construção da maternidade, a instituição assumiu, enfim, para si, a decisão de iniciar a dita construção. No auspicioso Dia de Natal do ano de 1925 foi lançada, finalmente, a pedra fundamental do edifício da Maternidade do Paraná, em terreno doado pela sra. Lili Santerre Guimarães. Como dizia o diretor da FMP, o sonho não era novo, era uma luta de treze anos, “não somente desta

³⁷⁷ RELATÓRIO DA FMP do ano de 1924, p. 19.

³⁷⁸ Idem, p. 16.

³⁷⁹ Ibidem.

Faculdade e daquela Associação, como da população curitybana”³⁸⁰, que se fazia notar, ainda que não de grande vulto, nos serviços ofertados pela Maternidade. A construção definitiva do prédio, a cargo da mesma construtora do Palácio de Luz, a Bortolo Bergonse & Cia, levaria ainda algum tempo e ainda mais recursos da casa, orçado que estava em setenta contos de réis, a serem quitados em prestações anuais.

No ano seguinte ao lançamento da pedra fundamental, em 1926, apenas o alicerce havia sido terminado, ao custo de mais de catorze contos de réis (14:263\$550), tendo sido firmada a conclusão da obra para o ano de 1927, o que efetivamente, não aconteceu. A obra foi retomada apenas em julho de 1928, com a expectativa de conclusão para meados do ano seguinte. Teve então todo o projeto revisto, atualizado, sobretudo dos valores orçados para a construção, na impressionante soma de duzentos contos de réis, e foram solicitados os materiais clínicos da Europa, tal como feito tantas vezes no caso dos laboratórios, gabinetes e museus da FMP. Havia muita expectativa nessa nova fase otimista da construção do prédio da Maternidade, aparentemente retomado pela direção da FMP, que contava com o apoio dos professores Miguel Isaacson e Octávio Silveira, este último desde 1925 secretariando os relatórios da FMP³⁸¹. Tais expectativas não deixavam à parte à demanda que se objetivava atender. Não apenas as “gestantes desprovidas de fortuna”, as já conhecidas “mães pobres” de outrora, mas também as gestantes “das classes abastadas, que encontrarão n’ele todo o conforto e recursos pomptos”³⁸². Era a atenção a um outro público – as mães ricas – oculto do interesse imediato da instituição, mas que já participava dos leitos particulares da Maternidade do Paraná desde o tempo no palacete, fugindo à Enfermaria geral (Figura 24) – havia o quarto de 1ª classe (para uma só parturiente e seu bebê), e o de 2ª classe (com duas camas e berços). A ampliação do atendimento focado nessa demanda é sinal da relativa aceitação dos serviços da casa em detrimento de outras assistências (parteiras leigas ou diplomadas, médicos parteiros, SCM de Curitiba) e outras instâncias sociais no cenário paranaense. Ponto positivo para a instituição, ainda que de limitada significação no conjunto dos serviços prestados.

A aparente resistência aos serviços da Maternidade do Paraná, sobretudo no começo, com o atendimento anual pouco vultoso, era comentado nos relatórios ora como decorrente das “prevenções injustificadas que, em toda a parte, existem contra os estabelecimentos deste gênero” e da ausência de uma farmácia para fornecer remédios gratuitos, como registrava o

³⁸⁰ RELATÓRIO DA FMP do anno de 1925, p. 25.

³⁸¹ FMP. *Relatório do anno de 1928 apresentado a Congregação pelo Dr. Victor F. do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 3 de janeiro de 1929*. Curitiba: Typographia João Haupt & Cia, 1929, p. 6-7.

³⁸² Idem, p. 7.

relatório de 1915³⁸³, ora como resultante “do natural retrahimento do nosso povo”, já em 1922³⁸⁴, ante os serviços ali empreendidos. Num intervalo de quase uma década é de se supor que a demanda recolhida se devesse a outras causas, dentre as quais, não se pode desconsiderar a do casarão antigo ocupado pela Maternidade do Paraná à rua Sete de Setembro, n. 62, do qual não se tem registro fotográfico para apreciação – bem diferente da relação que mantiveram com o palacete alugado do Barão de Miró. No relatório de 1923, se dizia que “installada em um prédio particular e velho, a Maternidade do Paraná já não satisfaz mais as necessidades hospitalares da nossa capital, vendo crescer diariamente o seu movimento”³⁸⁵. O crescimento do movimento da casa era tímido, e o não satisfazer “mais” as “necessidades hospitalares” devia-se certamente à dificuldade de se manterem espaços distintos e adequados para as diferentes enfermarias, as melhores condições clínicas e médicas para a assistência à gestante, à parturiente, ao recém-nato, aos casos de óbito etc. Como conciliar a ausência dessas “necessidades hospitalares” no atual prédio alugado com o relativo aumento da demanda? A mudança da situação, sobretudo para um novo prédio que atendesse a tais *necessidades*, portanto, era real, de longa data, e tardava a acontecer. Enquanto isso, resistentes ou não, as pacientes chegavam, os bebês nasciam e novas turmas de médicos ali se formavam, nas condições possíveis, as reais, não as sonhadas. Isso vinha há muito tempo sendo sentido, por isso tantas vezes reclamado, lamentado e até apagado da memória oficial – nenhuma foto, nem de lembrança...

Apesar de todas as adversidades das primeiras décadas, o movimento de pacientes na Maternidade do Paraná manteve-se constante, ainda que fosse nutrida a expectativa de mais participação. Da impossibilidade de fazer um balanço geral dos serviços executados com os materiais que disponho, consideremos, ao menos, alguns dados de modo aleatório. Do ano inaugural, de 1914, com a entrada de apenas 18 pacientes e 10 nascimentos; seguindo 1915, ano difícil, com o fechamento até do consultório por falta de clientes³⁸⁶, porém com 58 pacientes atendidas e 52 nascimentos; em 1916, com a mudança para o velho casarão na rua Sete de Setembro, a leve queda para 47 pacientes e 42 nascimentos; uma década depois, em 1926, no tempo do início da construção do novo prédio, o registro aumentado de 127 pacientes, com 104 partos realizados; 165 pacientes, em 1927, com 145 partos realizados; e em 1929, ano da conclusão da obra do novo prédio, mas ainda no velho casarão, 227

³⁸³ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1915, op. cit., p. 39.

³⁸⁴ FMP. *Relatório do anno de 1922 apresentado a Congregação pelo Dr. Victor F. do Amaral e Silva, Diretor da FMP, em sessão de 19 de dezembro de 1922*. Curitiba, 1923, p. 24.

³⁸⁵ RELATÓRIO DA FMP do ano de 1923, op. cit., p. 17-18.

³⁸⁶ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1915, op. cit., p. 39.

pacientes e 175 partos realizados³⁸⁷, fechando um primeiro momento da Maternidade do Paraná, com a sua abertura e os anos difíceis em prédios alugados, para um outro momento, já em outro lugar, construído para tal fim (1925-1930), em sede própria e novo nome. Numa rápida pincelada, inaugurada a Maternidade Victor do Amaral, em 3 de maio de 1930, “em novo e confortável prédio”, acabou, de início, pesando no erário da FMP, devido à ausência da subvenção estadual decretada e o pagamento do imposto aduaneiro do material importado, que não contou com isenção fiscal. Porém, do alto dos seus quase seiscentos contos de réis (585:367\$417) de patrimônio adquirido em bens móveis e imóveis, ostentava-se a instituição como “uma das mais completas organizações obstétricas do paiz”, a “clínica modelar da nossa Faculdade” e “uma instituição a altura do progresso e do futuro do seu Estado”³⁸⁸. A nova sede para a assistência médica e o ensino prático de Obstetrícia e Ginecologia aos alunos da FMP estava definitivamente concluída.



Figura 25 – “Maternidade Victor do Amaral – Edifício principal” e sede definitiva do instituto anexo à FMP, inaugurada, enfim, a 3 de maio de 1930.

Fonte: Relatório da FMP do ano de 1930, p.30.

Os serviços ali dispensados à comunidade materno-infantil paranaense iam agora muito além das duas disciplinas citadas. Uma possibilidade de apreensão da monumentalidade do projeto se observa na comparação com o que definimos brevemente de primeiro momento, da trajetória da Maternidade do Paraná, para esse segundo momento, da Maternidade Victor

³⁸⁷ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1914, op. cit., p. 42; RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1916, op. cit., p. 35-36; FMP. *Relatório do anno de 1926 apresentado à Congregação pelo Prof. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor*. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia, 1927, p. 44 e mapa n. 11 (anexos); FMP. *Relatório do anno de 1927 apresentado à Congregação da FMP pelo Prof. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 3 de janeiro de 1928*. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia, 1928, p. 42; RELATÓRIO DA FMP do ano de 1929, op. cit., p. 36-37 e mapa n. 5 (anexos).

³⁸⁸ RELATÓRIO DA FMP do ano de 1930, op. cit., p. 4-5; 30-31.

do Amaral, observando o número dos seus participantes e cargos assumidos no regulamento aprovado para a instituição e, em parte, contido no relatório da FMP de 1930:

O cargo de Diretor-clínico continua exercido pelo professor catedrático da cadeira de Clínica obstétrica [o próprio homenageado, Victor Ferreira do Amaral], auxiliado pelo Prof. Miguel Izaacson, chefe do Serviço de cirurgia, pelo Prof. Erasto Gaertner [formado pela FMP], chefe do Serviço de externas, pelo Prof. Aluizio França [formado pela FMP], chefe do Serviço de puericultura, pelos docentes-livres Victor Ferreira do Amaral Filho [formado pela FMP] e Ciro Moraes de Castro Velloso [formado pela FMP] e Dr. Atilio D'Aló Júnior, assistentes, pelo Dr. Sebastião de Azevedo, anestesador, pela 1ª parteira Antônia Cicatka, e suas auxiliares, pela enfermeira-chefe Josefina Vosniac e suas auxiliares. A administração compete à Diretoria da Faculdade, que, na forma regulamentar, age por intermédio de uma instituta (sic) [inspetora ou mesmo diretora?] cargo que se tem conduzido (...) a Dra. Iolanda Faria. Os demais funcionários administrativos são os seguintes: Salmen Kiujuwski, porteira telefonista; Francisca B. dos Santos, cozinheira; Maria Rosa, cozinheira-ajudante; Ana Huchaia, 1ª copeira; Maria de Jesus Leal, 2ª copeira; Maria Marchand, servente; Elvira Kaviska, servente; Atalipio Leal de Jesus, servente; Alexandre Zawadski, encarregado da lavanderia.³⁸⁹

A ampliação dos serviços clínicos da FMP com o instituto anexo da Maternidade Victor do Amaral a partir do ano de 1930, em sede própria e construída para tal fim, contava a lotação de 50 leitos, incluindo quartos que atendessem as diferentes demandas sociais em vista, com a referida distinção às mesmas: para as pensionistas de 1ª classe, 10 quartos, com aparelho telefônico e “a liberdade de chamar médico de sua confiança”; as de 2ª classe, também assistidas com regalias que não cabiam às da 3ª classe, porém não esquecidas: “A Faculdade de Medicina com o vasto aparelhamento da terceira classe terá um fecundo manancial de ensino da arte obstétrica”³⁹⁰. A *distinção social*³⁹¹, como nos faz ver Pierre Bourdieu, apresenta sempre uma realidade cruel, a distinção (das vestes, do linguajar, do modo de viver e do acesso ao serviço ofertado, como o posto aqui) como necessidade à manutenção do sistema e da ordem social ao qual estamos todos imbuídos – eles, nas décadas iniciais do XX, não estavam fora dessa compreensão, pelo contrário, a reconheciam e agiam a favor dela. É como tinha – e têm – de ser na sociedade atual, não?

³⁸⁹ RELATÓRIO DA FMP do ano de 1930, op. cit., p. 31-32.

³⁹⁰ Idem, p. 33.

³⁹¹ BOURDIEU, op. cit., 2008.



Figura 26 – Pavilhão Dr. Moyses Marcondes, o pavilhão de isolamento da Maternidade Victor do Amaral. Fonte: Relatório do ano de 1930, p.33.

A sede anexa à Maternidade constituía o pavilhão de isolamento Dr. Moyses Marcondes, homenagem ao esposo da sra. Zulmira Marcondes, que declinou da distinção a ela indicada. A ala esquerda da Maternidade foi denominada Seção Etelvina de Camargo, e a ala direita, Lily Santerre, doadora do terreno destinado à instituição. Dentre os novos serviços, a oferta da assistência pré-natal ou puericultura intra-uterina, bem como a realização do que o diretor da FMP denominou de “proteção médico-social da mãe desvalida e abandonada”, de situação legítima ou “vítima de sedução ou desvario”. As orientações em que se fundamenta a Maternidade Victor do Amaral, nesse momento, seriam várias: do Hospital Pró-Mater do Rio de Janeiro, a inspiração à assistência pré-natal; da Maternidade de Buenos Aires (ARG), o segredo e a discrição do parto; e da Maternidade do Castelo de Gerland, em Lion (FR), os cuidados com as mães solteiras. A distinção dos serviços, dos atendimentos, da estratificação das mulheres e da sua condição social e civil – a atenção às mães solteiras sobretudo –, da natureza da gravidez – frutos do amor, do desvario ou da violência –, etc., serviam ao intuito daquela “proteção médico-social” mencionada pelo diretor da FMP. Um serviço cuja raiz parece salvaguardar a instituição familiar e a manutenção da sociedade patriarcal, no exercício de um controle médico-social sobre o papel da mulher honrada e o seu corpo, que não é só físico, é social também.

De certo modo, um poder que é compartilhado com a mulher, sobretudo a que oculta dos olhos coercitivos da sociedade a gravidez indesejada e o parto a ser preparado, penetrando num véu de silêncio coerente com a própria intimidade do ato. Uma (ou várias) possibilidade(s) de assistência às paranaenses dos anos 1930. Os médicos ali estavam atentos

às várias demandas do tempo presente. E os problemas – reais e humanos –, certamente não estariam assim tão fora do cotidiano das alas obstétricas de todo o mundo há tempos. Mas a proposta de encará-los de frente, como visto nesse momento e na mesma instituição que já contava com uma década de existência, era o seu diferencial. Nesse sentido, o ensino de Obstetrícia na FMP, a partir dos anos 1930, ganhava retoques para além da técnica operatória do parto, sendo preenchido por diferentes histórias – alegres e tristes – de vidas de mulheres, de homens, de crianças... De seres humanos. Saberes extracurriculares no ofício de mais de seiscentos médicos, pouco mais de vinte doutores em medicina e mais de trezentas enfermeiras-obstétricas, formados pela FMP, apenas neste intervalo do ano de 1930 até 1945, período final da presente investigação. Alguma diferença fariam.

3.2.3 Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, Hospício N. S. da Luz, Hospital Militar, e o Dispensário Infantil da Cruz Vermelha e do Instituto de Proteção à Infância (embrião do Hospital da Criança): os convênios particulares da FMP

Logo após a organização dos serviços ofertados pelo Dispensário Dentário (1913), que a rigor servia ao curso de Odontologia, bem como da Maternidade do Paraná (1914), depois Maternidade Victor do Amaral (1929), ao curso de Obstetrícia, impôs-se a necessidade de um lugar propício para o exercício das disciplinas clínicas do curso de Medicina e Cirurgia da FMP. A primeira turma do curso médico, iniciada em 1914, encaminhava-se para o segundo ano de curso, em 1915, tendo a disciplina Clínica Propedêutica Médica no currículo. Seu professor, João Evangelista Espíndola, era também o diretor da Santa Casa de Misericórdia (SCM) de Curitiba. Para o efetivo ensino prático da disciplina clínica, e na ausência do Hospital da Universidade do Paraná, tal como era o interesse inicial dos médicos-fundadores referenciado no Estatuto de 1914 em capítulo próprio (Capítulo XIV)³⁹². Estabeleceu-se assim o convênio entre a FMP e a SCM de Curitiba. Da parceria com a principal casa de assistência à saúde da capital paranaense resultariam ainda outras parcerias com hospitais particulares, como o caso do Hospício Nossa Senhora da Luz, por vezes Asilo N. S. da Luz e ainda Hospital de Alienados, cuja mantenedora era a própria SCM de Curitiba, para o exercício das

³⁹² Havia o desejo de sua constituição desde 1914: “Art. 227º - *Sob o nome de Hospital da Universidade do Paraná, será mantido pela Universidade um Hospital, destinado a prestar assistência clínica gratuita à pobreza, que queira prestar-se ao ensino dos alunos, e remuneradas às pessoas que se possam tratar á sua custa, mediante uma certa contribuição diária, em quarto particular.*” (ESTATUTO DE 1914, op. cit., p. 64). No entanto, tal projeto teve de ser adiado e sua possibilidade só se fez possível efetivamente com o Hospital das Clínicas, em construção, no início do ano de 1949. Não esquecer que já no Estatuto de 1915 passou-se a considerar os hospitais particulares contratados para “o ensino de Clínicas”, que já possuía ali capítulo próprio (Capítulo XIV, Artigo 225). (ESTATUTO DE 1915, op. cit., p. 53).

clínicas de Psiquiatria (Cláudio de Lemos) e Neurologia (Manuel Supplicity de Lacerda), desde o ano de 1919³⁹³.

A presença cotidiana dos alunos nas enfermarias da SCM e do Hospício, realizada no exercício diário pela manhã, como constava do Estatuto de 1914 (Artigo 181), imprimiria novo ritmo àquelas instituições. Seus espaços, cada vez mais franqueados a professores e aos alunos da FMP das diferentes clínicas ali assistidas, logo os fariam observar as ausências e as necessidades para a melhoria e ampliação do atendimento ali ofertado, bem como do ensino clínico assistido. Daí a constituição do Laboratório de Pesquisas Clínicas, em 1920, a cargo da FMP, depois Laboratório de Análises Clínicas, em sala cedida na própria SCM de Curitiba. O Laboratório realizava os exames clínicos dos internos. A sua chefia ficou a cargo da primeira mulher formada Doutora em Medicina na escola médica paranaense, em 1919: Maria Falce de Macedo, que permaneceria algum tempo na sua direção, pelo menos até meados da década – isso porque ela tira dois anos para estágio no Instituto Oswaldo Cruz, e ao retornar a Curitiba em 1929, realiza concurso e é aprovada com nota 9,9 na cadeira de Química, tornando-se, ainda, a primeira professora do quadro docente do curso médico hegemonicamente masculino da FMP. Mas voltemos aos laboratórios, que guardam ainda uma função peculiar.

Alguns dos Laboratórios e Gabinetes da FMP tinham sua função estendida para além do ensino prático dos alunos, requeridos pela própria diretoria da instituição, a bem de atender suas instituições anexas, como a assistência prestada pelo Laboratório de Farmacologia (anexo ao Laboratório de Química Geral) à Maternidade do Paraná, na formulação de remédios e preparados, ou ainda, quando solicitado pelo poder público, para a realização de exames periciais de substâncias químicas ou toxicológicas, e de medicina legal, nos Laboratórios de Química Geral e de Anatomia, geralmente, em prestação de serviço ao Departamento de Polícia, no qual já participavam médicos lotados na escola médica paranaense: João de Moura Brito (medicina legal), Alfredo de Assis Gonçalves (professor interino de medicina legal) e Miguel Severo Santiago (anatomia). Aliás, sobre a Farmácia, há que se comentar a respeito do projeto acalentado pelo diretor, desde o início, para a sua realização na própria instituição ou pelos poderes públicos, afirmando, nesse caso, que uma farmácia pública não custaria mais do que dez ou doze contos de réis, atendendo amplamente aos hospitais da cidade – projeto efetivado mais tarde quando da constituição da própria farmácia no hospital. A sua ausência era entendida como motivo de dificuldade da procura

³⁹³ RELATÓRIO DA FMP do ano de 1920, op. cit., 1921, p. 11.

pelas instituições da saúde da FMP (lembrando os anos iniciais da Maternidade do Paraná, com clientela reduzida à vista da expectativa que tinham), por não expedirem junto à receita os medicamentos gratuitos. A esse respeito, uma curiosidade.

Algumas invenções medicamentosas tinham como autores os próprios médicos da FMP. O muito divulgado xarope de seiva de araucária, conhecido como *Peitoral Paranaense*, contra tosse, catarro, bronquite, laringite, coqueluche, até tuberculose e tísica pulmonar, tinha fórmula do dr. Victor do Amaral e era aprovado pela Diretoria Geral de Saúde Pública do Rio de Janeiro e pela Inspetoria Geral de Higiene do Paraná, o que o tornava regular. Além desse preparado, as Pílulas Reguladoras Ferruginosas ou Vegetais também eram de autoria do dr. Victor do Amaral. Um caderninho intitulado *Prospecto dos preparados medicinais do Laboratório Central de Farmácia do Paraná*³⁹⁴ (Figura 27), não só apresenta tais medicamentos, como traz uma série de quase quinze páginas com “atestados” de cura na forma de relatos ou poesias, da sua eficácia, assinados por pessoas comuns, padres, comerciantes e outros.

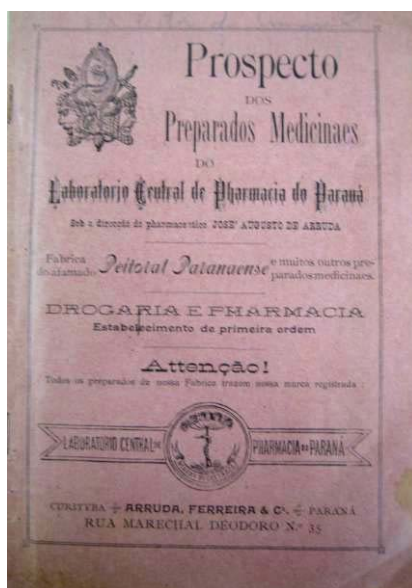


Figura 27 – Prospecto dos Preparados Médicos.
À capa, “fábrica do afamado Peitoral Paranaense”, o xarope do dr.
Victor do Amaral. Fonte: Pasta Dr. Victor do Amaral,
da Seção Paranaense da B.P.P.

Há, ainda, no Prospecto, uma declaração do próprio autor sobre a eficácia do seu medicamento de maior repercussão nacional, o Peitoral Paranaense. Médicos, realmente, conforme os regulamentos sanitários, tanto de 1892 como o de 1918, não tinham a permissão

³⁹⁴ PROSPECTO dos preparados medicinais do Laboratório Central de Pharmácia do Paraná, sob a direção do farmacêutico José Augusto de Arruda. Curitiba: Arruda, Ferreira & Cia, s.d. (1899?).

do exercício da farmácia, mas a invenção de fórmulas e a sua comprovação de eficácia e aprovação pelos órgãos de fiscalização sanitária independia da formação atestada. Nilo Cairo, por exemplo, é até hoje nome altamente reconhecido na farmacopeia homeopática, e nacionalmente. Esse ponto denota a atenção dos médicos a elementos que sugestionem a saúde dos pacientes e uma eventual possibilidade de renda, não se pode negar. Frisada a curiosidade, retornemos ao ponto anterior de nossa reflexão.

O estabelecimento de uma parceria público-privado, como se diz hoje, era evidente no caso da FMP e os poderes públicos locais. Desde 1915, por exemplo, com a extinção do Laboratório de Análises Químicas e Microscópicas do Estado³⁹⁵, a cargo do dr. Manuel Lustosa Carrão, também ele professor da FMP, exames de toda natureza eram requeridos à FMP pelos departamentos públicos. Entendendo a possibilidade de aproveitamento do material parado nas antigas instalações do extinto Laboratório do Estado, a FMP os requereu para si, inclusive os aparelhos respectivos para análises químicas, o que, posteriormente, foi cedido pelo Governo do Estado para o seu aproveitamento na escola médica, de modo que se executassem gratuitamente os laudos periciais das análises solicitadas pelo Estado³⁹⁶. Assim foi firmado o convênio, e daí a constituição do Laboratório de Química Analítica na FMP com o que havia do antigo Laboratório de Análises do Estado, para análises químicas, bromatológicas (ciência dos alimentos) e toxicológicas, bem como para as aulas práticas de Química Analítica e Toxicológica e de Bromatologia do curso de Farmácia³⁹⁷.

Mas essa não era uma ação isolada na relação do poder público com a FMP. O primeiro movimento de encaminhamento de funções exercidas anteriormente em departamentos públicos do governo estadual deu-se com os exames de médicos e parteiros estrangeiros, seguidos pelos exames de práticos farmacêuticos, dentistas e parteiros, que deixaram de ser realizados na Inspeção Geral de Higiene. Ponto positivo no sentido de se compreender a escola médica do Paraná como o lócus essencial não apenas da formação de uma classe que necessitava ampliar braços para a ação médica e sanitária na capital e no estado, mas que visualizava nessa instituição a instância que melhor conferiria os saberes

³⁹⁵ “Art. 1º – O Laboratorio de Analyses Chímicas e Microscópicas, immediatamente subordinado à Secretaria do Interior, tem por objectivo o exame microscopico e analyses chímicas dos generos alimenticios, aguas potáveis e mineraes, bebidas de toda a especie e outros productos destinados ao consumo da população e que possam influir sobre a saude publica.” (PARANÁ. Regulamento para o Laboratório de Analises Chímicas e Microscópicas. (31 artigos), 5 de janeiro de 1909. In: PARANÁ. *Coleção dos Regulamentos de 1909*. Curitiba: Typ. d’A República, 1909, p. 106-113 – citação, p. 106).

³⁹⁶ PARANÁ. *Lei n. 1.535 de 30 de março de 1915 – lei que passa o Laboratório de Analises para a Universidade, que permite a instituição do ensino pratico de Agronomia no Bacachery e que institue o exame de agrimensores práticos*. In: RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1915, op. cit., p. 54-55.

³⁹⁷ RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1915, op. cit., p. 37; RELATÓRIO GERAL DA UP do ano de 1916, op. cit., p. 31.

assimilados pelos profissionais em tela: os práticos na área da saúde e os formados por universidades estrangeiras.

O primeiro médico estrangeiro que realizou exame na FMP, tornando-se, mais tarde, parte do corpo docente da instituição, foi Benedito Evangelista, formado pela Universidade de Nápoles. Seu exame, realizado nos dias 5 a 10 de novembro, ocorreu dias após a aprovação do curso médico, na reunião de 28 de outubro de 1913. Tal exame, que consistia numa série de provas escrita e prática de domínio da ciência médica, atestava-lhe, por fim, o exercício legal da profissão no Estado do Paraná. Benedito Evangelista parece não ter tido lá muita pressa, até então, na sua realização junto à Inspectoria Geral de Higiene, já que desde o ano anterior (1912) eram conhecidos seus préstimos médicos, anunciados nos jornais paranaenses. Talvez por ter sido advertido ou multado (a multa não era salgada, taxada em 100 mil-réis, mas a recidiva era em dobro)³⁹⁸ – daí, até, a ideia de “consultório provisório” do seu anúncio³⁹⁹ –, tenha ele ocorrido ao exame logo após a constituição oficial do curso médico da FMP. Uma possibilidade, apenas. Contudo, esse episódio atesta a pouca ação da fiscalização (polícia sanitária) que era exercida pela Inspetoria Geral de Higiene para a realização da lei na prática, já que desde o Regulamento do Serviço Sanitário do Estado (1892) era sabido que, para o exercício legal da medicina e o das especialidades na saúde, era necessária a sua comprovação, e isso se faria, no caso de estrangeiros como ele, pelo exame – o Regulamento posterior, de 1918, amplamente atualizado (de 102 artigos da lei anterior para 248 artigos nessa revisão), não deixará de requerer a comprovação por meio de títulos reconhecidos por instituições nacionais ou estrangeiras, a fim de expedir licenças para o exercício oficial da profissão⁴⁰⁰. A FMP, continuamente, atendeu, nesse aspecto, os exames de práticos e de profissionais estrangeiros para atuarem oficialmente no estado do Paraná.

Em meados da década de 1920, o ensino das diversas clínicas continuava sendo realizado nas enfermarias da SCM de Curitiba, do Hospício N. S. da Luz, na Maternidade do Paraná e, desde 1919, no Dispensário da Clínica Infantil do Hospital da Cruz Vermelha Brasileira seção Paraná, que o cedia para o ensino de Clínica Pediátrica. No ano de 1925, porém, da Cruz Vermelha, o ensino de Clínica Pediátrica e Higiene Infantil (do professor Álvaro Emílio de Cerqueira Lima), como regia a nova lei, conhecida como Rocha Vaz,

³⁹⁸ PARANÁ. *Decreto n. 1 de 1º de julho de 1892* – Regulamento do Serviço Sanitário Terrestre do Estado do Paraná. (Capítulo III, *Do exercício da medicina, da farmácia, da obstetrícia e da arte dentária*, Art. 48). In: Coleção de Decretos e Regulamentos de 1918. Curitiba: Typ. d'A República, 1918, p. 230-231.

³⁹⁹ “*Dr. Benedicto Evangelista. MEDICO-OPERADOR-PARTEIRO. Especialmente nas doenças das senhoras, crianças, da pelle, venéreas e syphiliticas. Consultorio provisório. Rua Barão do Serro Azul, 23. Das 9 às 11 e de 1 às 4.*” (COMMERCIO DO PARANÁ. *Anúncio: dr. Benedicto Evangelista*. Curitiba, n. 51, 10 de dez. 1912, p. 2).

⁴⁰⁰ PARANÁ, op. cit., 1892.

passou a ser realizada no Instituto de Proteção à Infância⁴⁰¹. Em 1926, à cargo da FMP, se somavam o funcionamento e a manutenção dos seguintes laboratórios e gabinetes instalados nos hospitais próprios ou com ela conveniados: na SCM de Curitiba, os Laboratórios de Pesquisas Clínicas (dra. Maria Falce de Macedo), o Gabinete de Clínica Propedêutica Médica (Francisco Martins Franco), o Gabinete de Clínica Cirúrgica (Miroslau Szeligowski) e o Gabinete de Clínica Oftalmológica (Leônidas do Amaral Ferreira) e Otorrinolaringológica (Celso do Amaral Ferreira); na Maternidade do Paraná, o Gabinete de Clínica Obstétrica (Victor Ferreira do Amaral e Silva); e no Hospício N. S. da Luz, o Gabinete de Clínica Neurológica (Octávio da Silveira)⁴⁰² – o Dispensário Infantil apenas cedia-lhe o espaço sem gerar ônus financeiro. Seria, essencialmente, esta a parceria com hospitais particulares, que se manteria até meados da década de 1940, acrescida de ainda um outro projeto hospitalar da FMP a que já faremos menção.

De modo geral, a parceria com os diversos hospitais particulares franqueados ao ensino das clínicas é relatada positivamente nos relatórios da FMP. Algumas delas foram bastante duradouras, como a estabelecida com a SCM de Curitiba e o seu instituto anexo, o Hospício N. S. da Luz, bem como com o Hospital Militar, para o atendimento da cadeira de Clínica Dermatológica e Sifiligráfica (José Guilherme de Loyola, depois Domingos Gerson de Saboia) – em 1923, pensou-se na sua constituição na SCM⁴⁰³, porém, até o ano de 1930, foi lecionada naquele hospital, atendendo essencialmente ao público masculino. A insistência na afirmação de relações de boa vizinhança com todas as instituições que serviam ao ensino das clínicas, inclusive com as próprias instituições anexas à FMP (Dispensário Dentário, Maternidade do Paraná e, mais tarde, o Hospital de Crianças), é recorrente em todos os relatórios oficiais da FMP do período investigado. No de 1927, por exemplo, o diretor Victor Ferreira do Amaral, a respeito da parceria mais duradoura, afirmou:

Apraz-me aqui consignar a generosa acolhida que, para o ensino de diversas clínicas, temos tido nos Hospitais da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, onde o zeloso provedor, Snr. Antônio de Souza Mello, e as bondosas Irmãs de Caridade [as Irmãs de São José] tudo facilitam aos nossos alunos que, também, por honra sua, têm se portado com a devida compostura, consoante a sua boa educação, sem ter havido, até hoje, um só motivo de queixas.⁴⁰⁴

À “generosa acolhida” do provedor e das religiosas assistentes da casa, “que tudo

⁴⁰¹ FMP. *Relatório do anno de 1925 apresentado à Congregação pelo Prof. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Director*. Curityba: Typ. João Haupt & Cia, 1926, p. 24.

⁴⁰² RELATÓRIO DA FMP do ano de 1926, op. cit., p. 41-42.

⁴⁰³ Idem, de 1923, op. cit., p. 14.

⁴⁰⁴ RELATÓRIO DA FMP do ano de 1927, op. cit., p. 4.

facilitam aos nossos alunos”, a retribuição dos médicos aprendizes na “devida compostura” e “boa educação” sem “um só motivo de queixas”. A relação era, realmente, de mão dupla. É o que deixa claro o excerto. Porém, como teria sido essa distintiva relação entre as instituições quando, anos antes, em 1923, a SCM de Curitiba expôs a intenção de constituir o seu próprio Laboratório de Análises Clínicas, a despeito do já existente, ali mesmo, desde 1920, dirigido pela FMP? O excerto acima, claro, não permite entender tal episódio, que pode ter sido o resultado da reafirmação de relações amistosas após um breve embaraço entre as instituições anos antes. O motivo era que o Laboratório de Pesquisas Clínicas então constituído na SCM encontrava-se “muito insuficiente” e assim foi “fundido” ao Laboratório que a provedoria do hospital fez montar, permanecendo na direção a dra. Maria Falce de Macedo⁴⁰⁵. Isso até sua partida para o estágio em bacteriologia e zoologia médica no Instituto Oswaldo Cruz⁴⁰⁶, e pouco antes de assumir, em 1929, a cadeira de Química Orgânica e Biológica, por concurso, no qual obteve a nota 9,9, tornando-se, efetivamente, a primeira professora do quadro docente totalmente masculino da FMP⁴⁰⁷.

Entretanto, um episódio menos ameno com outra instituição me parece um tanto quanto significativo para se deixar passar despercebido. É esse o caso da breve parceria com o Hospital da Cruz Vermelha Brasileira, da qual o dr. Victor Ferreira do Amaral é um dos fundadores. E mais, pelo um detalhe do ano de 1925, em que um combinado de alguma data entre ambas as instituições terminou por não lograr sucesso. Era a construção da Maternidade do Paraná. Fracassadas as negociações que “entabularam” o projeto à época, como dito pelo secretário em seu relatório anual, a Associação das Damas de Assistência à Maternidade do Paraná assumiu enfim para si o primeiro passo, e lançou, na data religiosa do Natal de 1925, a pedra fundamental para construção do prédio tratado. A obra levou anos para ser finalmente concluída. Entretanto, o primeiro ato, de certo modo, intempestivo da Associação é o que chama a atenção. Parece ter sido uma resposta um tanto seca nas relações até então amistosas com a Cruz Vermelha. Soma-se a isso a retirada do ensino clínico pediátrico do Dispensário Infantil da Cruz Vermelha, para ser realizado no Instituto de Proteção à Infância, sob os auspícios daquela mesma Associação mantenedora. Entretanto, a aparente animosidade interinstitucional pode ter durado pouco. Em 1930, o Hospital de Crianças é levantado à rua Silva Jardim, entendido “de propriedade da Cruz Vermelha num acordo realizado entre as

⁴⁰⁵ FMP. *Relatório Geral do ano de 1924 apresentado à Congregação pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 2 de janeiro de 1925*. Curitiba: Typ. João Haupt, 1925, p. 12.

⁴⁰⁶ WITTIG, Ehrenfried Othmar. Primeira médica do Paraná e primeira catedrática. *Arquivos do Conselho Regional de Medicina do Paraná*. Curitiba, v. 26, n. 102, abr./jun. 2009, p. 66.

⁴⁰⁷ RELATÓRIO DA FMP do ano de 1926, op. cit., p. 7-8.

instituições”⁴⁰⁸, acordo este que cedeu o usufruto do Hospital à FMP⁴⁰⁹ – outras informações certamente teremos com a finalização da dissertação de mestrado, iniciada em 2009, sobre o Hospital da Criança da FMP, por Claudinéia Avanzzini, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Ali, além da Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil (Duilio Anníbal Calderari, um dos professores, e somente do ano de 1945, o seguinte corpo clínico: Clara Glasser Villa, Irineu Antunes, Homero de Mello Braga, Haroldo Trevisani Beltrão, Pio Taborda Veiga), havia outras clínicas mais, como a Pediátrica Médica e Higiene Juvenil (Milton Lopes), e Cirurgia Infantil e Ortopédica (Joaquim Pinto Rebello), entre outros.

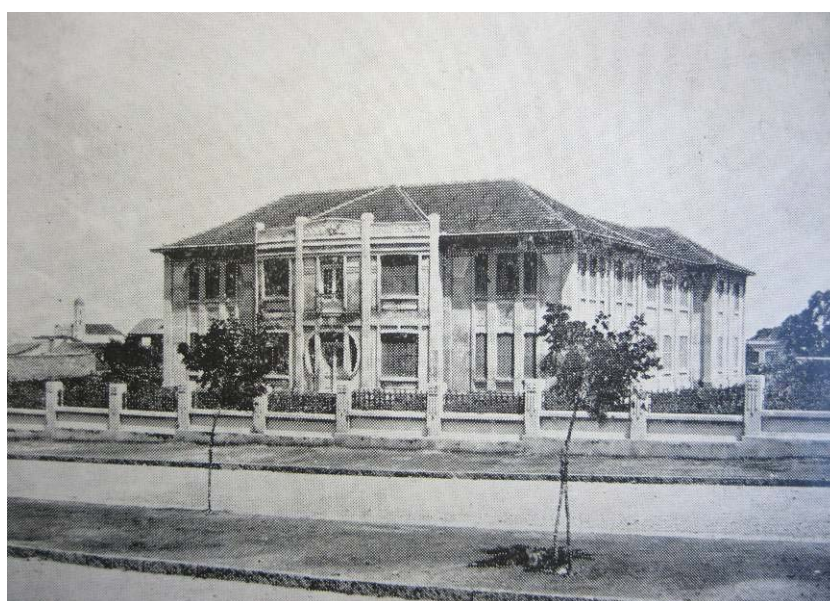


Figura 28 – Aspecto do Hospital de Crianças. Fonte: Relatório da FMP do ano de 1930, p.37.

O Hospital da Criança, em 1930, a Maternidade Victor do Amaral (antes de 1929, Maternidade do Paraná) e o Dispensário Dentário (desde 1913) conformam, juntos, o rol de institutos de saúde – recém-nato, criança, mulher e saúde bucal – anexos à FMP. Somados aos hospitais particulares da SCM de Curitiba e do Hospício N. S. da Luz – clínicas médicas e neuropsiquiátrica –, constituem-se na rede de instituições de assistência médica-hospitalar que tinha na FMP o ponto nevrálgico. Durante longo tempo, seria essa, efetivamente, a estrutural parceria que balizou o curso médico e os da área da saúde até a constituição do Hospital das Clínicas – a partir do antigo projeto do Hospital do Paraná –, cuja construção é iniciada apenas no ano de 1949, congregando ali um complexo para o ensino das clínicas e assistência

⁴⁰⁸ RELATÓRIO DA FMP do ano de 1930, op. cit., p. 5.

⁴⁰⁹ FMP. *Relatório do ano de 1934 apresentado à Congregação pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 25 de janeiro de 1935*. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia, 1935, p. 4.

médica gratuita, porém já escapando aos limites temporais da presente investigação. Entretanto, antes, em 1935, dois pavilhões foram construídos junto à SCM de Curitiba, para melhor atender, e com urgência, o ensino das clínicas. Em 1939, é ampliado e melhorado o Laboratório de Clínica Neurológica e Psiquiátrica (Octávio da Silveira) do Hospício N. S. da Luz. Em 1941, a Maternidade Victor do Amaral, pelas suas ampliações estruturais e investimentos nas áreas de Ginecologia, Obstetrícia e ainda Puericultura, é considerada “um verdadeiro hospital para mulheres”. O antigo projeto de constituição da Policlínica da UP, que aparece lá nos Estatutos de 1914 em capítulo próprio (Capítulo XV)⁴¹⁰, volta três décadas depois aos relatórios oficiais da instituição, registrando os primeiros passos a caminho da construção, que ainda se adiará, mas logo se concretizará, da Policlínica Dr. Eurípedes Garcez do Nascimento, em prédio próprio, à rua Ébano Pereira, onde hoje serve apenas de sede ao Diretório Acadêmico Nilo Cairo (curso médico), o DANC, fundado em 1917. Havia diferenças naqueles projetos primeiros do Hospital do Paraná e da Policlínica, sendo o primeiro essencialmente assistencial e o segundo voltado efetivamente para o ensino das clínicas, como um “dispensário médico-cirúrgico”.

Não se pode esquecer ainda da conclusão das obras do Dispensário de Puericultura na Maternidade, no ano de 1945. Todas as ações aqui mencionadas, que não se constituem na sua totalidade, embora tenham recebido ampla atenção no que respeita ao período estudado, denotam a efervescência dos projetos assumidos pela instituição e a ampliação dos serviços ofertados, a fim de se atender a demanda crescente, bem como o ensino clínico dos seus alunos, cada vez em maior número nos bancos da FMP, e cada vez mais voltados à especialização da formação. À vista disso, o investimento realizado na oferta de cursos livres, desde o seu começo – pode-se lembrar a respeito e aleatoriamente do curso de Homeopatia do dr. Nilo Cairo, nos anos iniciais da UP, ou mais tarde, do curso livre de Tuberculose Pulmonar do dr. Homero Braga (Chefe do Serviço da Enfermaria de Tuberculosos no Hospital da Criança, da FMP)⁴¹¹, em 1932, até chegar, no ano de 1945, na oferta de cursos de Especialização Médica e Aperfeiçoamento. No primeiro caso, e de começo, foram três especializações: Terapêutica e Técnica Cirúrgicas, de 8 a 31 de janeiro, a cargo do docente-

⁴¹⁰ ESTATUTO DE 1914, op. cit., p. 66.

⁴¹¹ O tema da tuberculose foi anteriormente observado pelo dr. João Evangelista Espíndola, com a tese sobre a super-alimentação, publicado em Curitiba em 1901, bem como pelo dr. Miguel Isaacson: *As vacinas de Friedmann na Lucta Anti-tuberculosa*, em 1930. O dr. Homero Braga, por sua vez, publicou, em Curitiba, o livro *Estudos de Tuberculose*, 1ª série, em 1934, além do *Manual Prático de Tisiologia Infantil*, comentado em capítulo anterior. (ESPÍNDOLA, João Evangelista. *Super-alimentação*. Curitiba: Typ. e Lith. a vapor Impressora Paranaense, 1901; ISSACSON, M. *As vacinas de Friedmann na Lucta Anti-tuberculosa*. Rio de Janeiro: Papelaria Mello, 1930; BRAGA, Homero. *Estudos de Tuberculose*, 1ª série. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1934; BRAGA, Homero. *Manual prático de Tisiologia Infantil...*, op. cit., 1936).

livre Brasília Vicente de Castro – o curso mais concorrido, com quase trinta médicos, doutorando e quinto-anistas inscritos; Hematologia Clínica, de 15 de janeiro a 10 de fevereiro, a cargo do professor Joaquim de Matos Barreto, com onze inscritos; e Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil, de 22 de janeiro a 28 de fevereiro, a cargo do docente-livre Pio Taborda Veiga, com sete inscritos. Mencione-se ainda o curso de Aperfeiçoamento em Clínica Cirúrgica, de 1 a 28 de fevereiro, a cargo do prof. João Vieira de Alencar, com dezenove inscritos, entre médicos e doutorandos⁴¹². De modo geral, de que outra forma teriam conciliado melhor, e por tanto tempo, os dizeres daquela inspiração inapagável do brasão da casa: *Scientia et Labor*, conhecimento e trabalho?! (Cf.: Figura 29, p. 191).

Ainda um aspecto *sui generis* a considerar. Em 1943, um instituto de ensino secundário é anexado à FMP. Não era um curso pré-médico, não era um curso secundário científico; tratava-se de toda uma estrutura educacional de tradição na cidade de Curitiba, e da colônia alemã⁴¹³. Dirigida anos a fio pelo Prof. Fernando Moreira, o Colégio Progresso, com curso na área comercial, foi transferido com todo o seu patrimônio, material e tudo o mais, à FMP, em vista do fechamento ante a reforma educacional realizada por Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, com a Lei Orgânica do Ensino Comercial daquele mesmo ano de 1943 – ano este, ainda, e coincidentemente, da visita do Ministro às instalações da FMP. Não era apenas uma questão de patrimônio a recepção institucional do Colégio Progresso. É preciso olhar para a história da instituição como um todo para entender isso. O investimento na formação da juventude, a valorização do ensino, da pesquisa e dos estudos para o desenvolvimento moral individual e coletivo justificam o ato. Em 1946, ano derradeiro de fechamento de ciclos e abertura de um novo momento institucional, a promessa observada com a visita de Gustavo Capanema da possibilidade de reconstrução do antigo projeto da UP, jamais abandonado, torna-se, enfim, realidade. Em 1º de abril acontece a reintegração das faculdades ao regime universitário: era a UP, novamente, ativa. Em 1945, jubilado por 32 anos de serviços prestados, Victor Ferreira do Amaral mantém-se na direção da FMP por aclamação de toda a Congregação. No ano seguinte, em 6 de julho de 1946, pela primeira vez na história da FMP, a eleição da diretoria aclamaria outro nome. Uma nova gestão era iniciada na escola médica paranaense com o dr. Assis Gonçalves. Naquele mesmo tempo, Victor Ferreira do Amaral e Silva era aclamado Reitor da Universidade do Paraná. Uma trajetória que até parece sugerir roteiro para filme.

⁴¹² RELATÓRIO DA FMP do ano de 1945, op. cit., p. 50-51.

⁴¹³ Estudo da escola alemã, origem do Colégio Progresso, realizado por Regina M. Schimmelpfeng de Souza, *Deutsche Schule, a escola alemã de Curitiba: um olhar histórico (1884-1917)*. Tese de doutoramento defendida em 2006, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

3.3 Teses médicas: a ciência médica reafirmada

Ao longo da trajetória da FMP, um dos aspectos que chama a atenção é a pouca repercussão das defesas de teses de doutoramento em medicina, comparativamente ao número de médicos formados, ou ainda, ao movimento de matrículas observado nos diferentes anos da instituição. Esse é um dado que merece ser melhor pontuado. Tendo à mão o Anexo 4, é possível entender melhor essa comparação, de imediato. A primeira turma de médicos formada é a de 1919, sendo quinze os médicos e dois os doutores em medicina. O que ocorre, porém, numa rápida visualização do esquema, é que apesar do aumento do movimento no número de matrículas, o mesmo não se reflete no de concluintes do curso médico, muito menos no de defesas de teses. A partir de meados da década de 1930, é notória a tendência de não realização de defesas, a despeito do elevado movimento de alunos no curso médico, sempre acima dos quatrocentos, mesmo que o número de concluintes também permaneça na faixa variável de 14 (mínima) e 108 (máxima) formados no período.

Entendida, de princípio, como ponto obrigatório no Estatuto de 1914 (Artigo 312) e reiterada *ipsis litteris* no Estatuto seguinte, de 1915 (Artigo 295)⁴¹⁴, a incisiva “a defesa de these é obrigatória para os alumnos que completarem o Curso de Medicina e Cirurgia” soa como letra morta no período que seria de sua realização. Em efetivo, não foram muitas as defesas de tese na FMP no período investigado, em comparação ao número de médicos formados. Quarenta e seis teses com êxito dentre mais de oitocentos e setenta e nove médicos formados no período (cf.: Anexo 4). Efetivamente, o interesse se centrava na maior formação de clínicos para atuar imediatamente no mercado de trabalho do que na especialização destes voltados à pesquisa científica de maior envergadura, como o caso do doutoramento. Se levarmos em conta a expectativa inicial dos médicos-fundadores, houve, no decurso do tempo, adaptações importantes. Conforme o Artigo 292 do Estatuto de 1915, a defesa de tese se constituía na apresentação de uma “memória impressa sobre qualquer assunto do curso, acompanhada de três proposições sobre cada cadeira, e de sua defesa, perante uma comissão examinadora composta de cinco lentes cathedraicos, á escolha da respectiva Congregação”⁴¹⁵. As defesas de tese tinham o seu lugar ao final do ano letivo, depois de concluídos todos os exames anuais – quanto a isso, mesmo em tempos bem posteriores, não houve grande variação. O texto não seria fruto de longa produção, e o candidato deveria apresentar à secretaria, nada mais, nada menos que “50 exemplares da sua these, dos quaes

⁴¹⁴ ESTATUTO DE 1914, op. cit., p. 22; ESTATUTO DE 1915, op. cit., p. 68.

⁴¹⁵ ESTATUTO DE 1915, op. cit., p. 67 (Art. 292).

será distribuído um a cada lente do respectivo curso, ficando o excedente na Bibliotheca, para ser distribuído às instituições científicas nacionais e estrangeiras”⁴¹⁶. Bem, na ausência de um estatuto próprio da FMP, não é difícil supor as suas alterações mediante tantas reformas educacionais ocorridas no período.

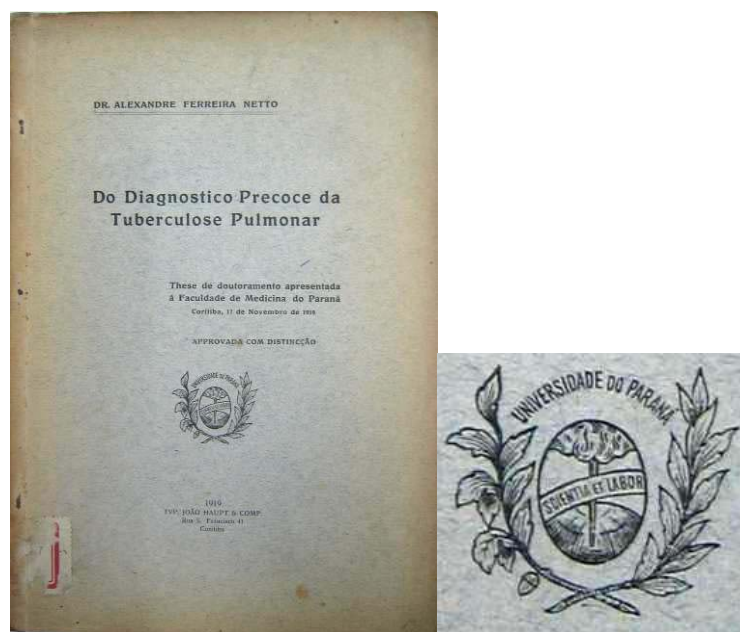


Figura 29 – Dr. Alexandre Ferreira Netto. Publicação da primeira “These de doutoramento apresentada à FMP. Curitiba, 17 de novembro de 1919, aprovada com distinção”, encimando o brasão da UP, em destaque. Fonte: Seção Paranaense da BPP

Se mudanças ocorreram e a defesa de tese deixou de ser dado obrigatório, para ser eletivo, talvez aí se explique o pouco registro de defesas na primeira metade da década de 1940, com apenas uma ocorrência no ano de 1941, sendo, portanto, em pequeno número, comparativamente ao número de médicos formados no mesmo período. Talvez houvesse pouco estímulo para a sua realização – quais teriam sido, ao menos, os temas das defesas realizadas? Vejamos, a partir do único livro-ata de que disponho, limitado ao período de 1926 em diante, além de outros materiais, mas essencialmente este. Observa-se que nem todas as defesas foram registradas nos relatórios oficiais da FMP, comparecendo ali, na maioria das vezes, somente a notação dos nomes, sem tese a indicar, tornando difícil a sua identificação completa. Não há também um acervo próprio na instituição que tivesse salvaguardado exemplares de tais materiais entregues – se entregues – naquela grande monta à secretaria da casa. Alguns exemplares, como a da primeira tese de doutoramento defendida na FMP (Figura 29), em 17 de novembro de 1919, pelo doutorando Alexandre Ferreira Netto, e a do dr. Metry

⁴¹⁶ ESTATUTO DE 1915, op. cit., p. 67 (Parágrafo 2).

Bacila, defendida em 1946, foram encontradas depositadas na Seção Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná. E apenas estas. Apesar das dificuldades, o Quadro 5, a seguir, oferece certa fidedignidade a ampla parte do período aqui em tela:

Quadro 5 – Defesas de teses para obtenção do título de Doutor em Medicina, 1919-1946

Ano	Nome do titulado	Título da tese	Aprovação
1919	Alexandre Ferreira Netto	Do diagnóstico precoce da tuberculose pulmonar	Aprovado com distinção
1919	Maria Falce de Macedo	Em torno de um caso de ascaridíase hepática	Aprovado com distinção
1926	Gabriel Nogueira de Quadros	Diagnóstico clínico da appendicite	Aprovado com nota dez
1926	Cândido Natividade da Silva	Síndrome de Unverricht	Dez com distinção
1926	Iolanda de Almeida Faria	Técnica de exame do sangue	Dez com distinção
1926	Alípio Augusto de Campos	Nefrite crônica	Aprovado simplesmente, nota cinco
1926	Osires do Rego Barros	(Ilegível)	Aprovado plenamente, nota nove
1926	Victor do Amaral Filho	Da hipoepinephria	Dez com distinção
1926	Duílio Anníbal Calderari	Contribuições subsidiárias para o estudo de insuficiência da célula hepática	Dez com distinção
1926	A. F. dos Reis	(Ilegível)	Dez com distinção
1927	Alô Ticoulat Guimarães	Cirrrose atrofica de Laennec combinada com mal de Banti	Dez com distinção
1927	ilegível	Tubagem duodenal	Dez com distinção
1928	Maria Tessa Franco	Constituições psicopáticas	Dez com distinção
1928	Antenor Pamphilo dos Santos	Considerações gerais sobre as theorias de envenenamento	Dez com distinção
1929	Josefina Flaks	Da paralisia pseudo-hipertrofica	Dez com distinção
1929	César Pernetta	Anorexia do lactente	Dez com distinção
1929	Felipe de Souza Miranda	Educação sexual do brasileiro em face do vultuoso problema da grandeza da pátria	Aprovado plenamente
1929	Irineu I. Mazza	Abordagem pelo methodo M(ilegível) em Laparotomia Gymnecologica	Dez com distinção
1931	José Graciano de Oliveira	Da amigdalectomia pelo medico	Dez com distinção
1932	Dermeval dos Santos Gomes	Da hiperesplenomegalia na monocitose leucêmica	Aprovado com nota nove
1933	Joaquim de Matos Barreto	Síndrome entero-renal colibacilar	Aprovado com nota nove e seis
1934	Tacito Almeida de Souza Meireles	Malarioterapia na doença de Bayle	Aprovado plenamente, nota oito
1934	Juvenal Coelho	Farmacodinâmica da herva de São João e do Hidratis Canadensis	Dez com distinção
1934	Odilon Nascimento Faria	Piúria no lactente	Aprovado plenamente, nota nove
1935	Pio Taborda Veiga	(Ilegível)	Dez com distinção
1936	Ovídio Unti	Anestesia pela dialilmalaniluréa	Dez com distinção

1936	Emilio Leão de Matos Sounis	Contribuição ao estudo clínico da moléstia azul	Aprovado plenamente, nota oito
1936	Laerte de Moraes	Variações da (ilegível) em varios tipos de anestésias	Dez com distinção
1936	Mário Batista de Barros	Esple(ilegível)tomia e seus efeitos sobre a pressão arterial e diabete	Dez com distinção
1938	Waldemar F. Vicente Palazzo	O quadro hematológico dos animaes de laboratório	Dez com distinção
1938	Nilo Trindade da Silva	Esquizofrenia terapêutica pelo Método de von M(ilegível)	Dez com distinção
1938	O. C.	Fenomenologia mediunica	Reprovado, nota dois e dois
1941	Raphael Theodoro da Silva	Aspectos da fiscalização sanitária do leite em Curitiba	Aprovado plenamente, nota nove
1946	Metry Bacial	Contribuição ao Estudo do Fator RH em Curitiba	Aprovado, com nota nove e seis
1946	Tarcillo Gazire	A vitamina K nas hipoprotrombinemias da gestante e do recém-nascido	Aprovado, com nota nove e dois

Fonte: Livro-ata Termos de Defesa de These da FMP, 1926 a 1946.

É uma amostragem quase completa do movimento de defesas de teses do período investigado, 1919 a 1946. Da primeira turma formada ao final do recorte temporário aqui privilegiado, houve a localização do registro de trinta e cinco defesas de teses, com a exposição dos seus respectivos autores, títulos e qualificações. Devido ainda à limitação temporal do material, datado a partir de 1926, ficou ausente dessa organização grande parte do recorte do período anterior, sendo eles: quatro que defenderam suas teses no ano de 1921 e um no ano de 1924, bem como as teses e as qualificações obtidas pelos sete doutorandos do ano de 1922, sendo, nesse caso, pelo menos, conhecidos os nomes: Henrique César da Fonseca Vaz, Luiz Thiers da Fonseca Vaz, Ary Eloy Taborda Ribas, Felisberto Augusto Farracha, Francisco José Guerios, José Benedicto Rodrigues Pacheco e Gabriel Covelli.

Uma rápida observação permite visualizar a preponderante presença masculina nas defesas de teses, sobretudo no intervalo dos anos de 1931 a 1946, bem como é perceptível a brecha dos anos em que nenhuma tese foi defendida, especificamente 1920, 1923, 1925, 1930, 1937, 1939, 1940, 1942, 1943, 1944 e 1945. Os anos que tiveram maior expressão de defesas foram os de 1922 (ano do reconhecimento oficial), 1926, 1929, 1934, 1936 e 1938. De todo o movimento observado, grande aclamação dos doutorandos, com aprovação com notas “dez e com distinção” para vinte e um, dos trinta e cinco novos doutores; mais duas aprovações “com distinção” cuja nota é desconhecida; sete notas “nove” e uma “aprovação plena” cuja nota é desconhecida; duas notas “oito” e uma nota “cinco”, sendo este último “aprovado simplesmente”; e apenas uma nota “dois e dois”, que valeu a reprovação de um único candidato em todo o período visto – e de tema bastante incomum ao mundo científico, como

pontuaremos a seguir.

A considerar as excelentes notas pontuadas pela ampla maioria dos doutorandos, pode-se depreender que a defesa de tese não se constituía num momento de excessiva problemática para eles. Os temas eram de livre escolha e já eram de conhecimento prévio dos doutorandos, vistos em sala de aula, mas sobretudo nos laboratórios, gabinetes de ensino prático e nas enfermarias e dispensários do ensino das clínicas. Sozinhos, porém, teriam um momento para aprofundar, na pesquisa científica, uma das teorias e práticas experimentadas em algum momento de suas vivências acadêmicas. De modo geral, pode-se observar que a ampla gama de defesas considerava temas relacionados diretamente ao exercício das clínicas médica e cirúrgica – como bem demandava o quadro de disciplinas e atividades acadêmicas no curso médico. Mas é possível ainda ampliar o quadro.

Do primeiro conjunto de temas, o clínico, com a aproximação de doze teses, a preocupação dos doutorandos centrou-se no diagnóstico de diversas doenças e síndromes, como tuberculose, ascaridíase hepática, apendicite, nefrite crônica, insuficiência suprarrenal (hipoepinefria), cirrose atrópica de Laennec, paralisia mioesclerótica (paralisia pseudo-hipertrófica), moléstia azul ou cianose, alguma preocupação com situação clínica e pressão arterial e diabetes, e as síndromes de Unverricht, enterorrenal e ainda, a Malarioterapia – terapia esta que, no ano de 1927, rendeu o Premio Nobel de Medicina e Fisiologia ao psiquiatra austríaco Julius Wagner-Jauregg, na técnica desenvolvida de tratamento de choque da “demência parálitica” decorrente da sífilis avançada⁴¹⁷. Um outro conjunto de temas é possível observar do conjunto de teses restantes, o laboratorial, com nove investigações que se aproximam no estudo de técnicas em análises clínicas: do sangue, da piúria do lactente (leucócitos degenerados na urina), da célula hepática (insuficiência), do quadro hematológico (de animais de laboratório), do fator RH (em Curitiba), da vitamina K (para gestantes e lactentes), de questões acerca da leucemia e da farmacodinâmica de ervas (como a de São João) e da fiscalização sanitária do leite (em Curitiba). No tema cirúrgico, reuni cinco teses que tratam de procedimentos invasivos e sedativos: tubagem duodenal (para o diagnóstico da insuficiência pancreática), um determinado método para laparotomia ginecológica, amigdalectomia e dois procedimentos acerca da anestesia (por dialila e demais componentes, bem como o estudo de variações em diferentes tipos de tal procedimento). Em outros temas, de modo bastante geral, congreguei aqueles que fugiam amplamente aos três primeiros eixos e apresentavam alguma referência à perspectiva humana, educativa, psicológica, sociológica e

⁴¹⁷ FERRARI, Aline G.; BAGGIO, Ana P. 1927: *Wagner-Jauregg*. Disponível em: <http://www.salton.med.br/principal.php?id_menu=premio&idioma=portugues&id_premio=17> Acesso em 2 nov. 2009.

até paranormal, daí encontrando seis teses: constituições psicopáticas, esquizofrenia e terapêutica, teorias de envenenamento, anorexia do lactente, educação sexual (do brasileiro em face do tema da pátria) e fenomenologia mediúnica.

De modo geral, são todos temas que compuseram o currículo oficial do curso médico da FMP no período analisado e que, na ampla maioria, alcançaram excelente qualificação das bancas examinadoras. No entanto, apenas um trabalho, deslocado do conjunto das ciências médicas, não logrou êxito na sua defesa. A tese “Fenomenologia mediúnica” foi a única reprovada em todo o período de investigação. A questão imbuída nessa defesa, a da paranormalidade, do campo das ciências ocultas, não tinha espaço no currículo médico oficial da primeira metade do XX e nem em tempos mais recentes, apesar das ciências convencionais (não apenas a médica e, geralmente, em outras instâncias alternativas) estarem pouco a pouco e muito recentemente se interessando pelos fenômenos das experiências mediúnicas, geralmente consignadas à doutrina espírita – com relação ao tema, recentemente, a defesa de tese de doutoramento em educação (história da educação), da colega Cleusa Fuckner⁴¹⁸, muito aclamada à ocasião, ressalta o ponto em tela.

Em resumo, as defesas públicas para o título de Doutor em Medicina realizadas na FMP têm, na experiência de quase cinquenta teses de doutoramento em medicina de todo o período analisado, a reafirmação da ciência médica difundida pela casa como ponto essencial e substancial de sustentação das mesmas. Nesse momento específico que é, para o jovem, a passagem de um estado a outro, de médico a doutor em medicina, de inclusão numa classe já bastante seletiva, de uma elite da elite médica, transpassam a linha de chegada os que estiveram o mais perto possível do entendimento coletivo do saber ali professado em seis anos de caminhada. Para a grande maioria, esse esforço a mais não representou, ao menos em tese, grandes dificuldades, pois o eixo do ensino e da pesquisa, com o investimento institucional em todo aquele aparato material do ambiente acadêmico, dos laboratórios, gabinetes e museus para o ensino prático, da biblioteca e do contato com os médicos-professores para o ensino teórico (e humano), da passagem franqueada às enfermarias dos hospitais próprios ou conveniados – a extensão – para o aprendizado das clínicas e o exercício do ofício assistido, legou à grande maioria dos doutorandos de 1919 a 1946 da FMP a tranquilidade e a sabedoria para cruzar, com segurança e convicção, a tênue linha que dista médicos de doutores em medicina.

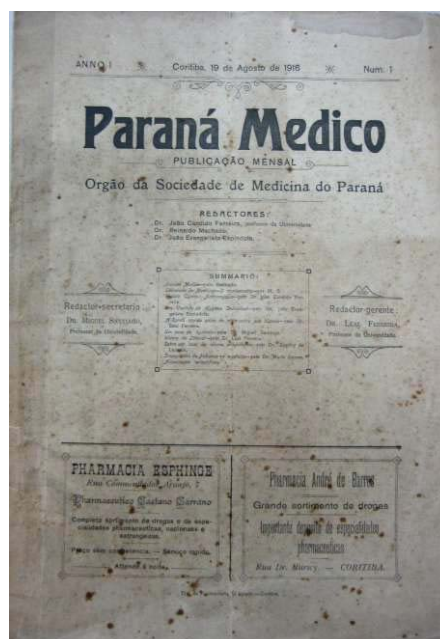
⁴¹⁸ FUCKNER, Cleusa Maria. *Lar Escola Dr. Leocádio José Correia: história de uma proposta de formação na perspectiva educacional espírita (1963-2003)*. Curitiba, 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná (versão Defesa Pública).

3.4 Associações e revista médica: espaços de organização e projeção da classe

No ano de 1914, tão logo a primeira turma de médicos começou os seus estudos na recém-constituída FMP (1913), um grupo de médicos-professores se organizou em torno de um ideal e fundou, no mês de agosto, em Curitiba, a Sociedade de Medicina do Paraná (SMP). Era a tentativa de organização do grupo em uma classe médica constituída oficialmente, investindo em outras searas da área médica e para além da própria escola. Duas diretrizes gerais da nova instituição são apontadas por Márcia Dalledone Siqueira: “Propugnar pela ética médica e pela produção de trabalhos científicos que viessem contribuir para o avanço da ciência”⁴¹⁹. E não só isso. Nas sessões da entidade, marcadas pela afirmação da ciência médica desenvolvida e acolhida pelos seus membros, a preocupação em torno de temas do cotidiano e a tentativa de intervenção em alguns casos, como epidemias, doenças e charlatanismo, eram presentes. Pelo menos é o que mostra a revista médica que procurou difundir os saberes circulantes entre os congregados atuantes e assistentes da SMP num dos primeiros esforços encontrados pelos médicos-professores, na tentativa de afirmação e projeção da classe médica, em organização, no cenário local. A introdução do periódico médico, portanto, colaboraria para esse objetivo, ainda que de modo limitado ao público de congregados e de interessados, geralmente médicos. Ainda assim, tal ação se reveste de importância. Tais específicos periódicos, desde o começo do XIX, no Rio de Janeiro, serviam de instrumentos à classe para a institucionalização da medicina científica no país⁴²⁰. Foco este que, apesar da distância temporal e geográfica, não parece ter sido lá muito diferente no caso paranaense.

⁴¹⁹ SIQUEIRA, Márcia D. (Coord.). *Associação Médica do Paraná*. Curitiba: Associação Médica do Paraná, 1993, p. 15.

⁴²⁰ FERREIRA, Luiz Otávio. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (supl. 1), p. 94, 2004.



**Figura 30 – Primeiro exemplar da revista Paraná Médico, da SMP (1914), que circulou em 19 de agosto de 1916.
Fonte: Seção Paranaense da B.P.P.**

A revista Paraná Médico, por sua vez, não era a primeira ocorrência de periódico médico no Paraná. Antes, houve uma breve tentativa que durou dois anos. Depois dessa passagem, a revista da SMP lançou-se ao desafio de inserir-se no plano local e nacional e manteve-se por mais de uma década, pelo menos, com essa nomenclatura. O primeiro número da revista, como apresenta a Figura 30, que circulou em 19 de agosto de 1916, contou com redatores conhecidos do meio acadêmico e profissional local: João Cândido Ferreira, Reinaldo Machado e João Evangelista Espíndola, bem como o redator-secretário, Miguel Santiago, e o redator-gerente, Eduardo Leite Leal Ferreira. Todos vinculados à escola médica paranaense – daí a importância de visualização de suas ações nessa outra seara. Nessa primeira ocasião, sem exceção, à capa do periódico, aos seus nomes o adendo “professor da Universidade [do Paraná]” – o indispensável reforço de autoridade.

Fundada na data do segundo aniversário da SMP, sob a direção do dr. João Cândido Ferreira, membro filiado à Academia Nacional de Medicina – de lá, certamente, a sua inspiração para o título da revista, pois *Brasil Médico* (1887) era o periódico daquela instituição –, a revista Paraná Médico se tornou o espaço mensal de publicações de artigos científicos cujos temas davam passagem aos interesses de investigações específicas dos próprios médicos e de suas especialidades, bem como à divulgação das ações educacionais das escolas médicas do país, entre as quais a FMP, com a exposição dos programas de ensino do curso médico e fotos de museus e gabinetes do ensino prático. Não só isso. A revista

também se constituía na oportunidade de uma certa especulação comercial, com a propaganda das farmácias (Pharmacia Esphinge e Pharmacia André de Barros, na capa), laboratórios (Laboratório Central, de João A. de Araújo – o mesmo do xarope Peitoral Paranaense do dr. Victor –, constava internamente), clínicas e médicos (Dr. J. C. – um exemplo de clínica médica), remédios (Peitoral Infantil) e habilidades profissionais (“Partos sem dor”, a chamada do dr. Victor do Amaral à sua especialidade e no “tratamento médico de moléstias das Senhoras”). Isso, certamente, compunha o caixa para honrar as custas da impressão realizada junto à Tipografia da Penitenciária do Estado.

No primeiro editorial, a justificativa para a sua constituição:

Trabalhos numerosos e de real valia trazidos ao seio de nosso gremio em suas sessões ficavam esquecidos nos arquivos, sem repercussão alguma e a nossa classe, não obstante os ingentes esforços e o continuo labôr continuava ignorada, confinada em círculo reduzido, sem que jamais os seus triumphos conseguissem irradiar do âmbito estreito de nosso meio profissional. A revista de medicina que hoje inicia sua publicação era de muito reclamada pois sabemos o valor moral da imprensa medica como propugnadora das boas idéas, defensora dos interesses collectivos da classe, écho de nobres aspirações, repositório de investigações scientificas, intermediária nas relações com as sociedades congêneres e principalmente representante genuíno de nossos ideaes.⁴²¹

Como dito no excerto, a origem da revista vinha das sessões de encontros dos congregados da SMP, cujos trabalhos “numerosos e de real valia” ficavam “esquecidos nos arquivos, sem repercussão alguma”, e a classe, apesar dos esforços, continuava “ignorada, confinada em círculo reduzido”, com seus “triumphos” alcançados restritos ao “meio profissional”. Era, pois, necessário “irradiar” toda essa expectativa de projeção da classe médica paranaense: não mais arquivada, não mais desconhecida, levando trabalhos com repercussão para círculos mais amplos e para além do meio profissional. Daí a revista com toda a promessa gerada: difusão de boas ideias, defensora dos interesses coletivos da classe, eco de nobres aspirações, repositório de investigações científicas, intermediária das relações com as sociedades congêneres e “principalmente” representante genuína de seus ideais. A dívida seria grande se não cumprida a promessa. Porém, a revista circulou por mais de uma década, tendo notícia de sua publicação até, pelo menos, o ano de 1929⁴²², sendo possivelmente a inspiração local (ou até mesmo a continuação) para a Revista Médica do Paraná, do ano de 1931, da Sociedade Médica dos Hospitais, que era um braço dos interesses dessa mesma SMP, inclusive contando com os mesmos participantes. Temas médicos, como a

⁴²¹ PARANÁ MÉDICO. *Editorial*. Curitiba, Typ. Penitenciaria do Estado, anno I, num. I, 19 de ago. 1916, p. 1

⁴²² SIQUEIRA, op. cit., p. 16.

deontologia (ética), debates científicos de casos clínicos diversos, a presença de instituições de diferentes naturezas e localidades (mesmo quando apenas transcrição), a difusão de “boas ideias”, como as ações em torno das escolas médicas do país, e ainda a divulgação de eventos científicos nacionais e internacionais não faltavam à redação da revista, como se pode observar rapidamente nas escolhas aleatórias dos seus primeiros números:

Quadro 6 – Esboço de autoria, tema e filiação dos artigos da revista Paraná Médico nos anos iniciais

Ano	Autores	Artigos	Filiação
1916, ano1, n.1, ago	João C. Ferreira	Actinomycoze, registro clínico, p.2-3	SMP/FMP
Idem	Manuel Supplicity de Lacerda	Sobre um caso de úlcera – seu tratamento pela adrenalina, p.12-14*	SMP/FMP
Idem	Mario Gomes	Importância da pediatria na medicina, p.14-16	SMP
Idem	Reprodução	SMCRJ, sessão de 4 abril de 1916, Tratamento da Disenteria, p.46	SMCRJ
1916, ano1, n.2, set.	Simão Kossobudzki	Estreitamento absoluto do Esophago, p.1-3*	SMP/FMP
Idem	J.C. (João Candido)	Seção Bibliographia – lições de Clinica Medica pelo professor Miguel Couto, p.28	SMP/FMP
Idem	Redação	UP, com fotos do Museu de História Natural, Anatomia e Gabinete de Física Experimental, p.26-28	SMP/FMP
1916, ano1, n.5, dez.	Redação	Seção Congressos Médicos – 1º Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal (24 ago, Hospital Nacional de Alienados), 2º Congresso Médico Pernambucano (15 de out, no Teatro do Parque), 1º Congresso Médico Paulista (4 dez. 1916), p.83-88	RJ PE SP
1917, ano1, n.6, jan.	Miroslao Szeligowski	Algumas observações sobre o emprego da tuberculina como meio diagnostico e therapeutico, p.97-100	SMP/FMP
1917, ano1, n.7, fev.	Redação	Relatório Geral da UP, dr. Victor do Amaral [sinopse], 1916, p.1-3	SMP/FMP
Idem	Flaviano I. da Silva	A Leishmaniose no Paraná	SMP/SCM de PG
Idem	Leal Ferreira	Tratamento preventivo do tétano	SMP/FMP
1917, ano1, n.8, mar.	Editorial	Oswaldo Cruz (luto)	
Idem	Redação	Discurso de recepção ao prof. Júlio Szymanski a FMP, p.122-126	SMP/FMP
Idem	João C. Ferreira	Lição inaugural de Clínica Propedêutica, p.138-142	SMP/FMP
Idem	Renato Kehl	A Blenorragia e o seu tratamento	SP
1917, ano1, n.10, maio	Clementino Fraga	Um caso de suprarrenalite aguda, p.153	FMBA
Idem	Afrânio Peixoto	O ensino da hygiene no Brasil, p.159-161	RJ
Idem	Redação	Noticiário, UP – programa do curso de	SMP/FMP

		Anatomia e Physiologia Pathológica, p.162-163	
Idem	Belmiro Valverde	Seção Associações Científicas – uma sessão na Academia Nacional de Medicina: a data da morte [sobre a febre tifóide], p.165-166	SMRJ
1917, ano2, n.2, set.	Clementino Fraga	O beribéri na Bahia, p.221-222	FMBA
Idem	Victor do Amaral	Bolsa das águas procedente na vagina, num caso de aborto – registro clinico, p.224-225	FMP
Idem	Redação	Seção Associações Científicas – Sociedade Médica dos Hospitais do Recife, p.226-227	PE
1917, ano2, n.3, out.	Joaquim Pinto Rebello	Os serviços do Hospital de Misericórdia de Curitiba durante o anno de 1916, p.237-240	SMP/FMP
Idem	J. A. de Magalhães	Prophylaxia contra os dípteros*, p.240-241	S. Médico-Cirúrgica do Pará
Idem	Heraclides de Araújo	Prophylaxia da lepra no Paraná**, p.241-242	SMP/FMP
Idem	Redação	A epidemia reinante em Coritiba: a acção da SMP***, p.242-245	SMP/FMP
Idem	João Evangelista Espíndola	Prophylaxia do typho, p.248-250	SMP/FMP
1917, ano2, n.4, nov.	Institucional do Butantan	Instituto Sorotherapico Butantan, p.257-263	SP
Idem	Redação	A epidemia reinante em Coritiba: a acção da SMP***, p.263-268	SMP/FMP
1918, ano2, n.7, fev.	Paulo Fortes	Seção Registo Clinico – Sobre um caso de heredo-syphilis, signal de sisto, p.302-303	SMP (Lapa - PR)
1918, ano2, n.9, abr.	Olympio da Fonseca	O anno scientifico, notas sobre a medicina no Brasil em 1917, p.335-342	Academia N. de Med.
1918, ano2, n.11, jun.	Castro Pereira	A coqueluche e o seu tratamento, p.367-369	H. de Internamento SP
Idem	Theodoro Bayma	Balantidiose e gigantorrhincose em S. Paulo, p.369-370	I. Bacteriológico SP
Idem	Neves da Rocha	O combate ao trachoma – a prophylaxia do trachoma no Brasil*, p.370-371	Academia Nacional de Medicina

* Trabalho apresentado em reunião do filiado;

** Trabalho apresentado em congresso médico em São Paulo.

***Transcrição da ata da congregação.

FONTE: PARANÁ MÉDICO, números aleatórios, 1916-1918.

Nessa breve amostragem, limitada aos anos iniciais e com nem todas as edições contempladas, procurando-se observar a representatividade institucional e geográfica dos colaboradores, têm-se a contribuição de participantes das seguintes sociedades científicas: Academia Nacional de Medicina (RJ), Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (RJ), Faculdade de Medicina da Bahia (BA), Sociedade Médica dos Hospitais de Recife (PE), Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará (PA), Instituto Soroterápico Butantan (SP), Hospital de Internamento de São Paulo (SP), Instituto Bacteriológico de São Paulo (SP), além dos congregados do Paraná na SMP, na FMP e ainda médicos da Lapa e de Ponta Grossa. Em

destaque, trinta e cinco produções de treze edições da revista *Paraná Médico* nos seus três primeiros anos. É uma parcela restrita da produção mensal, mas permite observar o rol de instituições e de personagens que compuseram o seu *corpus* científico nos anos iniciais de circulação. Ao lado dos nomes dos médicos lotados nas instituições de saúde de Curitiba e na FMP – Victor do Amaral, João Evangelista Espíndola, João Cândido Ferreira, Leal Ferreira, Manuel Supplicity de Lacerda, Simão Kossobudzki, Miroslao Szeligowski, Joaquim Pinto Rebello e Heráclides de Araújo –, participantes da SMP, outros nomes de reconhecida repercussão na área médica também estão ali presentes, como Theodoro Bayma, Renato Kehl, Clementino Fraga, Olympio da Fonseca, Afrânio Peixoto e Belmiro Valverde, entre outros. Em vista do que a revista *Paraná Médico*⁴²³ se propunha de começo, pode-se afirmar, com essa breve amostragem, a presença distintiva de representantes de meios científicos respeitados em âmbito nacional. Um ponto sensível na legitimação da classe médica no Paraná, doravante oficialmente constituída e acreditada entre os pares.

Nessa nova condição organizativa, a articulação em torno dos temas médicos não se daria apenas no esforço individual de sala de aula, ou do gabinete particular ou público do ofício desses *homens de ciências*. Os médicos, coletivamente, somando esforços num objetivo comum, se afirmariam em torno de proposições mais incisivas da seara pública, a fim de intervir de modo firme e direto nos temas de saúde/doença. Um dos exemplos é o ocorrido no tempo da epidemia de febre tifoide, em Curitiba, no ano de 1917. Tema destacado no Quadro 6, principalmente, em dois momentos do artigo: “*A epidemia reinante em Curitiba: a ação da SMP*”. Trata-se da transcrição das atas de reuniões da sociedade ocorridas no período mais crítico da epidemia, nos meses de outubro e novembro. O episódio, sob o ponto de vista das informações e dos recursos que os médicos da SMP detinham àquele momento, deixa a pensar na demora da reação dos órgãos de saúde, sobretudo o Serviço Sanitário do Estado e a Inspetoria Geral de Hygiene, quando em momentos de crise. Talvez até constrangidos, pois seus colegas que ali atuavam eram os mesmos que participavam ativamente do projeto da FMP – na ocasião, era o dr. Manuel Carrão o inspetor sanitário. Entretanto, antes de se chegar aos níveis epidêmicos sentidos, houve quase um ano de reconhecimento dos sinais do seu avanço. Epidemia que não deixou de bater à porta, inclusive, de um dos mais influentes médicos do grupo.

Na reunião de outubro, foi o dr. Leal Ferreira quem chamou a atenção dos membros

⁴²³ Membros da diretoria da revista: João Cândido Ferreira, Manuel Lustosa Carrão, Simão Kossobudzki, Reinaldo Machado, Nilo Cairo da Silva, Francisco Franco, Victor do Amaral, Miguel Santiago e outros, a exemplo da participação inusitada do cirurgião-dentista Virgolino Brazil. (PARANÁ MÉDICO. *Relatório dos trabalhos da SMP no anno social de 1915-1916*. Curitiba, ano 1, num.2, p. 24).

para a urgência do momento: “Há uma verdadeira epidemia, digamos com franqueza”, exasperava ele, como se ainda houvesse alguém a duvidar da problemática da situação. Ali, levantou ele a lebre dos fenômenos do momento que eram três: a gripe, a febre tifoide e as infecções paratíficas. Contudo, a febre era o que mais o preocupava. E logo encaminhava a reunião: “O que justifica o nosso encontro neste recinto é a necessidade urgente de trocarmos idéas sobre os fatos observados, é a obrigação que nos cabe de sugerir ao digno governo do Paraná um certo número de medidas, que ele não se eximirá de praticar, prestando assim ao seu povo o maior serviço que lhe é dado prestar-lhe – a salvaguarda de sua saúde”. Debate iniciado, justificativa feita e proposições apresentadas: análise das águas dos mananciais que abastecem as casas; análise química e biológica de amostras colhidas de casas e reservatórios; providenciar a filtração central das águas de alimentação; e criação de postos oficiais de vacinação antitífica.

Aberta a palavra, os doutores João Cândido Ferreira e João Evangelista Espíndola imediatamente acolheram e aclamaram a proposta. Já o dr. Menezes Dória, por sua vez, confessou-se descrente na realização da proposta, dizendo conhecer “perfeitamente o modo de proceder das nossas Hygienes em todas as ocasiões”, mas avalizou a proposta, considerando a necessidade de fechamento das escolas até o fim da epidemia – o que foi rebatido pelo colega Martins Franco. Em seguida, dr. Victor do Amaral pede a palavra, faz o histórico de trinta anos da doença e pondera, contudo, que “esta é porém, a primeira vez que o mal se estendeu em quase toda a cidade (...)”. Aprova as providencias que a sociedade vae pedir ao governo e insiste para que seja colhida água nas habitações, preferentemente nas que tem sido visitadas pela infecção reinante. Deseja que sua residência seja contemplada, pois não sabe explicar até este momento como a febre typhoide lhe invadiu o lar, roubando-lhe ao amor paterno dois entes muito caros”. Nem o médico escapou à realidade da epidemia.

As apreciações continuaram com o dr. José Ferencz, que lembrou a necessidade de redigir “conselhos ao povo” e impressos em vários idiomas, chamando aos alunos da universidade – ali também presentes – para os distribuírem pela cidade. Por fim, o dr. Simão Kossobudzki marcou sua confiança no acatamento do governo. A proposta inicial foi então posta em votação e aprovada unanimemente. Duas comissões se encarregaram de levar ao presidente de estado (Victor do Amaral, Francisco Franco e Leal Ferreira) as proposições aprovadas, e outra, de redigir os conselhos ao povo (João Evangelista, José Ferencz e Simão Kossobudzki). Compareceram os médicos Reinaldo Machado, Victor do Amaral, João Evangelista, Leal Ferreira, Francisco Franco, João Cândido Ferreira, Azevedo Macedo, Menezes Dória, Gabriel e Janina Novicki (parteira), Simão Kossobudzki, Leônidas Ferreira,

José Ferencz e o cirurgião-dentista Virgolino Brasil, além de alunos da FMP e o dr. Leôncio Correia⁴²⁴. Ante a urgência do momento, a ação deveria ser rápida. E não demorou muito para a recepção das novidades na reunião seguinte, programada dali a poucos dias.

Na sessão de 11 de outubro, deu-se o relato das providências já encaminhadas diante do pedido dos médicos congregados na SMP. Na ocasião, foi feito o informe da chegada de especialista do Instituto Oswaldo Cruz a fim de pesquisar as causas da epidemia, bem como de técnicos do Serviço Sanitário de São Paulo. O dr. Victor do Amaral dispõe as instalações da universidade para o que for necessário, e o dr. Ferencz aproveita a ocasião para reclamar de procedimento de uma farmácia no que considerava exploração comercial na venda de “gotas anti-typhicas”, propondo que a sociedade se dirija ao manipulador para que suspenda os tais anúncios – o que é rebatido pelo dr. Menezes Dória, entendendo que se “officie ao sr. Diretor do Serviço Sanitário, pedindo-lhe, ainda uma vez, que applique com toda a severidade as penas da Lei contra os estabelecimentos pharmaceuticos mantidos sem escrúpulos, que oppõem preservativos rendosos para seu balcão aos ensinamentos divulgados pelos médicos”. Todas as propostas foram aprovadas. A sociedade segue em continuado ritmo de intervenção.

Com relação à proposta da vacinação antitífica naqueles poucos dias (12 de outubro), já havia um posto da Cruz Vermelha Paranaense na Escola Carvalho, à rua Aquidaban (atual Emiliano Pernet), sob os auspícios dos médicos Victor do Amaral, João Evangelista, Petit Carneiro e Leal Ferreira, “que tem vaccinado avultado número de pessoas”⁴²⁵. Logo se observa que as propostas indicadas na reunião da SMP, no início do mês, já estavam em ação em meados do mesmo! A evolução rápida das ações médicas no cenário público, a aceitação das medidas sanitárias e a participação de outras instituições do país a curto prazo (o Instituto Oswaldo Cruz, o Serviço Sanitário de São Paulo, mas também se registrou a participação do Instituto Bacteriológico de São Paulo) remetem a um tempo de dificuldades reais e de ações urgentes. Porém a palavra que mediou as ações finais não são credoras de apenas um nome, mas de um grupo específico filiado à SMP e o reconhecimento de seus membros nos diferentes espaços de atuação e de ações em saúde na cidade. Algo que acredito ter sido possível com a criação de um espaço ainda anterior à SMP e à sua revista: a FMP. É esse, particularmente, o ponto que procurei frisar com a análise de todo esse episódio.

A revista Paraná Médico, privilegiada aqui em pontual observação, e que possibilitou esse olhar às ações de médicos do passado, já não existe mais – pode-se até conjecturar que

⁴²⁴ PARANÁ MÉDICO. *A epidemia reinante em Curitiba: a ação da SMP*. Curitiba, ano 2, num. 3, out., 1917, p. 243-245.

⁴²⁵ PARANÁ MÉDICO, op. cit., 1917, p. 246-248.

tenha sido continuada na Revista Médica do Paraná, de 1931, pelas razões sugeridas à frente, mas não há certeza disso. Nascida com certo arroubo para a sua permanência, depois da tentativa anterior de breve passagem, a revista Paraná Médico imprimiu o compromisso público na seguinte manifestação professada no primeiro Editorial:

publicaremos todos os trabalhos científicos que nos forem enviados pelos colegas do Paraná ou de qualquer outro Estado da União, daremos em resumo as ultimas e mais importantes comunicações feitas às sociedades médicas do Paiz e do Extrangeiro, inseriremos as lições mais notáveis dos professores de medicina de nossa universidade, finalmente faremos quanto alcançarem nossas reduzidas forças para que o *Paraná-Médico* honre a nossa classe e honre o Estado do Paraná.⁴²⁶

Era a tentativa outrora comentada de saída para além do “restrito meio profissional” com a declaração de amizade às instituições congêneres e com todos os que se juntassem a esta que era também uma “boa ideia” – a revista – na defesa dos ideais da classe médica paranaense, para a realização efetiva do que tinham em mente, ao menos o reconhecimento de sua existência, anteriormente *ignorada*, isto é, desconhecida. E esse grito de liberdade e de amizade, pode-se dizer, não deixaria de ser reconhecido pelos pares, como observado no Quadro 6. Lembrando que se tratava de uma publicação mensal, esse ponto de abertura ao estabelecimento de contato entre as instituições congêneres era de vital importância para a sobrevivência mesma da revista. Talvez, seja esse o ponto de reconhecimento que tenha lhes faltado no caso anterior, quando a primeira tentativa de publicação médica “não poudes desenvolver no meio hostil”, como disseram naquele primeiro editorial. Tal como a “planta”, na metáfora utilizada, precisa de terra boa para crescer, estavam eles, agora, nessa primeira edição da revista médica, bastante confiantes no futuro da sua criação: “Hoje acreditamos piamente que esta nova semente que ousamos atirar ao sôlo preparado se transformará em planta viçosa e robusta que se cobrirá de flores e de fructos”⁴²⁷. A metáfora merece atenção, sobretudo em vista do relato do episódio da febre tifóide: de que outro modo teria sido preparado o *solo* para esse momento que se apresentava diferente e positivo à recepção da revista e, ainda, às ações porventura daí decorrentes? Não se pode aí incluir o papel educativo da própria FMP a remexer o contexto paranaense a respeito?

Em agosto de 1916, quando foi lançada a revista da SMP, o *terreno* já vinha sendo curtido, pelo menos, e com mais atenção, desde a criação da FMP e os seus convênios e institutos anexos. Para se ter ideia da projeção e intervenção social da escola médica na

⁴²⁶ PARANÁ MÉDICO, op. cit., 1916, p. 1, *grifos no original*.

⁴²⁷ Idem.

capital paranaense àquele ano, estavam em andamento três turmas do curso médico e outras mais nas áreas da saúde, firmando o investimento na formação de mão de obra qualificada; desde 1913, a incumbência assumida, junto à Inspetoria Geral de Higiene do Paraná, para a realização dos exames de médicos e parteiros estrangeiros, e de práticos das áreas da saúde, para fins do exercício regular e oficial da medicina e os da área da saúde; desde 1915, as funções assumidas e a requisição da transmissão material do Laboratório de Análises do Estado por ocasião de sua extinção, expedindo gratuitamente laudos para a chefia da Polícia do Estado; desde 1913, a oferta à comunidade paranaense do primeiro serviço clínico gratuito com o Dispensário Dentário, servindo aos alunos no ensino prático do ofício de cirurgia-dentista; desde 1914, a administração e a manutenção da Maternidade do Paraná, que já contava ali dois anos de vida de assistência às gestantes e parturientes, sendo o lócus essencial para o ensino prático em Obstetrícia; e, desde 1915, o convênio junto ao hospital particular da SCM de Curitiba, tendo-lhe sido franqueado o acesso às enfermarias para o ensino das clínicas médicas e o ofício assistido dos futuros médicos. Eis, portanto, algumas das ações iniciais e ampliação dos campos de atuação assumidos pelos professores e alunos da FMP que, a meu ver, ofereciam amplas condições para que se espraiassem as ideias médicas em torno de associações e revistas, tais como os casos em tela – e ainda outros como os da vizinha cidade de Ponta Grossa, cuja Associação Médica data de 1931 e em suas reuniões há o registro da participação de médicos da capital, como Mário Braga de Abreu, Erasto Gaertner, Metry Bacila, alguns exemplos desse intercâmbio paranaense⁴²⁸ –, para o fortalecimento da comunidade médica e da área que a partir de então contava com mais um lócus de atuação na cidade: o magistério.

E é nesse sentido que observo, pelo menos nesse específico momento de constituição da primeira sociedade médica paranaense, e nos seus anos iniciais, a existência de uma conexão entre as duas casas: a FMP (1913) e a SMP (1914). Eram os mesmos membros ativos e participantes em ambos os projetos, porém a FMP é anterior. Esta casa auxiliou na conformação de um espaço de encontro de médicos formados e formadores de novos membros da classe, e que, nela congregados, encontraram condições (intelectuais, profissionais, materiais etc.) para a sua organização em uma instituição própria e representativa de seus interesses, como a SMP e suas demais instituições conexas, sendo a revista *Paraná Médico* um dos primeiros exemplos. Pois, bem mais tarde, no início da década

⁴²⁸ Veja: CHAVES, Niltonci B. *Medicina em Ponta Grossa: histórias da Associação Médica*. Ponta Grossa: Ed. da UEPG, 2006, p. 55-63. Em breve, certamente, teremos mais dados para visualizar essa relação de intercâmbio entre os médicos paranaenses, em especial nesses polos citados, uma vez que Niltonci Chaves desenvolve, presentemente, sua tese acerca do associativismo médico nos Campos Gerais (UFPR).

de trinta, outras instituições advieram do mesmo núcleo comum da SMP, afirma Márcia Siqueira, contando com os mesmos (antigos) membros e intenções complementares: a Sociedade Médica dos Hospitais, em 19 de dezembro de 1930, a fim de atender estritamente o intercâmbio científico de casos clínicos entre os médicos de hospitais; e o Sindicato Médico do Paraná, em setembro de 1931, constituído após o Congresso Médico Sindicalista realizado poucos meses antes na capital federal. Juntas, em 2 de julho de 1933, as três entidades dão origem à Associação Médica do Paraná, sendo eleito o dr. Milton Macedo Munhoz para a primeira gestão diretiva⁴²⁹. É essa a instituição representativa da classe médica paranaense até os dias atuais – e não a única –, inclusive com a manutenção da Revista Médica do Paraná, de 1931, herança da Sociedade Médica dos Hospitais na difusão de casos médicos – teria sido a continuidade possível da revista Paraná Médico?

Se a SMP foi efetivamente à época “a primeira resposta encontrada pelos médicos paranaenses frente às questões que se colocavam”⁴³⁰, entendo que ela só pôde ser como foi a partir das condições postas pela organização iniciada na FMP, o primeiro espaço de agremiação de difusão dos saberes científicos, tendo como base o ensino dos cursos e especialização, a pesquisa junto aos laboratórios ali preparados e a extensão na aprendizagem das clínicas nos gabinetes juntos aos hospitais e instituições congêneres de assistência. Nesse sentido, pensar a constituição da sua primeira agremiação além da escola médica é lançar vistas à memória de um tempo e instrumento (a revista) um tanto esquecidos – não se tem notícia do uso da presente revista em qualquer outro trabalho desta natureza, ainda que o consideremos tangencialmente –, mas que resguarda valores que se mantêm até o projeto atual da organização. Afinal, na trajetória das instituições associativas da classe médica no Paraná, e na ausência de novos trabalhos que tragam outras questões ao tema, se estará falando, de modo muito próximo, da mesma instituição – ao menos, de mesmo matiz. São as mesmas pessoas! E o primeiro encontro daqueles homens de ciência que fizeram a história da medicina paranaense, na primeira metade do XX, aconteceu mesmo nos corredores e nas alas da FMP.

⁴²⁹ SIQUEIRA, op. cit., p. 14-20.

⁴³⁰ Idem, p. 14.

3.5 Memória de médicos: alguns casos de sua inserção profissional

O período investigado foi longo. Um intervalo de três décadas de funcionamento da FMP sob a gestão ininterrupta do dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, nos seus trinta e três anos de atividade, desde o começo, como diretor geral da UP (1912), até assumir novamente a direção geral como Reitor da UP (1946). A proposta inicial era o estudo da Casa, apenas, mas não se pôde deixar de ouvir as coordenadas fundamentais do seu administrador – daí ele aparecer tanto, ou estar presente, mesmo sem ser anunciado. Ele próprio é uma personagem interessante. Sua presença constante nos relatórios e na dinâmica da casa durante o longo tempo me permite considerar alguns pontos de sua personalidade, ainda que poucos. Homem público, ponderado, “*amigo de todas as gentes*” alguns diziam. Posicionamento tranquilo, mas firme quando necessário, nas reuniões que presidiu, nas decisões que tomou coletivamente. Econômico, mas voz aguardada, porque esclarecedora, e muitas vezes definitiva nos caminhos das casas por onde passou – como na sua atuação na SMP. Homem sofrido, de fisionomia cansada, muito provavelmente por lamentar perdas próximas sempre vivas na lembrança. Não apenas o amigo-secretário, mas os filhos que se foram na epidemia da febre tifoide, o sofrimento amargado de ainda um outro ter a perna irremediavelmente amputada numa inesperada investida num baile de formatura da UP do qual participaram, entre outros sustos da vida. Às tragédias da vida privada, o equilíbrio de um homem público proba. Era como aparentava, sempre com distinção. No entanto, por vezes, humilde demais, pode-se dizer, sentindo-se desmerecedor do cargo ao qual foi reeleito ininterruptamente, e desde a primeira gestão, pedindo pela sua substituição, também ininterruptamente. Nesse ponto, pelo menos, todos lhe faziam *ouvidos de mercador* e reafirmavam os votos nos projetos que ele trazia a lume. E olha que foram trinta anos de serviço... E a idade não seria para ele motivo de descompasso com o tempo presente. Muito pelo contrário. Estava sempre atento sempre às urgências do seu tempo. De sua saída da direção da FMP, deixou engatilhado o projeto da Policlínica Dr. Eurípedes Garcez do Nascimento. Logo, seria o projeto do Hospital das Clínicas que daria os seus primeiros passos quando de sua gestão como Reitor.



Figura 31 - “Empregados administrativos da Universidade”- sentado ao centro, Oscar de Plácido e Silva. Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1915, p.27.

Victor do Amaral não trabalhou sozinho durante esse tempo todo, e nem poderia fazê-lo, como também não foram somente suas as ideias e projetos ali realizados. Mas foram suas, por muito tempo, a primeira e a última palavras. Neste último caso, às vezes a que não queria dar, mas a fazia constar das atas das reuniões da Congregação nas quais notava que ele a tomava “em nome da coletividade”. Teve a seu lado muitos funcionários, da portaria à secretaria, e que se sucediam à sua gestão (Figura 31). Dos secretários, a jamais esquecida presença do amigo pessoal Nilo Cairo, mesmo tempos depois de sua morte, e dos demais companheiros que o sucederam no ofício: Assis Gonçalves, Octávio da Silveira, Joaquim de Matos Barreto e Milton Macedo de Munhoz; e os técnicos-administrativos, Oscar Plácido e Silva, Ernesto Lemberg, Walfrido Leal, Walter Aust e Hugo Humphreys, para ficar em apenas alguns exemplos. Centenas de médicos-professores que se revezavam no ofício do magistério e que, não raro, passavam a lide a seus próprios ex-alunos, alguns deles aqui citados. E, claro, milhares de alunos, literalmente. Somando todos os cursos fundados pela FMP, desde o seu início até o ano de 1946, em dados aproximados, são quase doze mil matrículas computadas (11.922), sendo mais de nove mil e quinhentas delas apenas para o curso médico (9.509), mais de mil e seiscentas para o curso de cirurgião-dentista (1.650), setecentas e sete para farmácia e duzentas e vinte e duas matrículas para enfermeiros-obstetras. Como eram matrículas apenas, demonstram somente o alto interesse que os cursos despertaram na comunidade local e até de fora da cidade, haja vista o movimento de transferência de entrada de alunos das escolas médicas do Rio de Janeiro (FMRJ, Faculdade Fluminense de Medicina, Instituto

Hahnemmaniano), Belo Horizonte (FMBH), Porto Alegre (FAMED), São Paulo (Escola Paulista de Medicina) e Pernambuco (FMPE) (Cf.: Anexo 4).

No entanto, para estudar há que se dedicar. E poucos, se comparado ao movimento de matrícula total, foram os que se mantiveram perseverantes nessa caminhada. Em dados aproximados de todo o período investigado, o reconhecimento a: 879 Médicos, sendo destes 46 Doutores em Medicina, 397 Cirurgiões-dentistas, 163 Farmacêuticos e 89 Enfermeiras-Obstétricas. Eram longos os anos de curso, do médico, em especial, seis, e muitos os custos para manter-se até o fim. Não se pode esquecer que a FMP era instituição particular de ensino, ainda que subvencionada pelos poderes públicos até o ano de 1950, quando foi federalizada – contando com poucas, mas existentes, matrículas gratuitas. Daí, muito provavelmente, uma das substanciais dificuldades para a permanência daqueles outrora interessados e matriculados que se desligavam deste para assumir outros caminhos.



Figura 32 – Na cuidadosa sala, as primeiras jovens da FMP, em primeiro plano: Helena Viana Seiller (Odontologia) e Maria Falce (Medicina). Atrás das flores, poucas certezas: Anna Carmeliano Glück e Myriam de França da Costa, de Odontologia, ou Alice Silveira Grillo, de Farmácia?

Fonte: Relatório Geral da UP do ano de 1914, p. 25.

Muitos dos que concluíram os cursos tornaram-se médicos e especialistas em saúde reconhecidos por suas atuações de destaque no Paraná. Maria Falce de Macedo, por já

comentarmos algumas vezes, é exemplo para o público feminino (Figura 32). Desbravando mares nunca dantes navegados, foi a *primeira mulher* a realizar muitas coisas no principiante mundo acadêmico paranaense. Médica formada junto ao primeiro grupo de médicos da FMP, em 1919, defendeu tese de doutoramento em medicina naquele mesmo ano. Foi também a primeira professora a ser absorvida no quadro docente hegemonicamente masculino da instituição em que se profissionalizou. Seu primeiro trabalho, logo depois da formatura, foi junto à FMP, na direção do Laboratório de Pesquisas Clínicas, criado em 1920, na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, e mantido pela própria FMP – mais tarde anexado ao Laboratório próprio que a SCM constituiu nos anos 1930. Dessa sua experiência, seguiu ela para o Rio de Janeiro, onde estudou bacteriologia e zoologia médica no Instituto Oswaldo Cruz, com passagem, ainda, por laboratórios de Belo Horizonte. Em Curitiba, dra. Maria Falce de Macedo fundou, em 1922, junto com o companheiro, o seu antigo colega de faculdade e o primeiro egresso tornado professor da FMP, José Pereira de Macedo (Anatomia, em 1920), “o primeiro Laboratório de Análises Clínicas de Curitiba e do Estado, que funcionou por 30 anos. Ao final desse período, vendeu-o aos colegas dra. Fany Frischmann e Dr. Oscar Aisengart, que o mantiveram até 2005, quando o revenderam ao grupo paulista América”⁴³¹. Interessante dado de um laboratório que, para os curitibanos, faz parte do inconsciente coletivo, como o *Laboratório Frischmann Aisengart*, com várias filiais ativas na cidade.

Outra história de egresso da FMP que rendeu frutos – e como! –, foi a do médico Moyses Goldstein Paciornik, da turma de 1938, reconhecido obstetra da capital, divulgador do parto de cócoras – sua defesa pessoal. Em Curitiba, ele criou, em 1948, a Casa de Saúde Moyses Paciornik, seu hospital maternidade que continua a funcionar apesar da sua ausência. Deixou alguns livros. *Consultando as lembranças* é uma memória bem-humorada de episódios ocorridos na que ele intitulou “Turma dos Tigrões”, a sua turma de 1938. Dentre as histórias, deslinda ele as relações entre os alunos e os professores, o respeito e até o medo de alguns deles (Francisco Franco, por exemplo, o professor que nunca sorria nas aulas, registrou ele), episódios de fora de sala de aula que entende colaborar para a constituição de novos projetos na cidade, como o Hospital do Câncer, e a percepção acerca das oportunidades de serviço médico à época:

Naqueles tempos os felizardos que conseguiam trabalhar na Santa Casa “Ninho das Águias”, elite médica do Paraná, tinha onde internar, tratar, operar. Os outros... Havia alguns médicos que tinham suas casas de saúde particulares. Muito boas. (...) [cita Casa de Saúde São Francisco da família Mayer, o hospital do dr. Leumberger e a clínica

⁴³¹ WITTIG, op. cit., p. 66.

hospitalar do dr. Antônio Rydygier]. Os demais, eram os livre atiradores, os preteridos, os criticados. Erasto [Gaertner] os lidera, arrasta e no Largo do Ventura, hoje, Praça da Rodoviária Velha da Igreja Guadalupe, organiza o Pronto Socorro do Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná. Ativíssimo. O hospital tem sucesso. Lembro nomes: Duílio Calderari, Archimedes Cruz, Antônio Amarante, Felisberto Farracha, Carlos Heller, Carlos Moreira e mais um jovem recém-formado que nos tempos dos filmes mudos fora dedicado violinista do Cine Odéon, alegre, comunicativo Dr. Dantinho, Dr. Dante Luiz Júnior, habilidoso conquistador de pacientes. [Mais tarde, em 1947, muitos deste mesmo grupo, darão origem a Liga Nacional de Combate ao Câncer, e a constituição do Hospital do Câncer ou Hospital Erasto Gaertner, afamado urologista, em Curitiba].⁴³²

Santa Casa, Instituto de Medicina, casas de saúde particulares, gabinetes e consultórios... Eram algumas das possibilidades de inserção profissional dos médicos recém-formados de fins dos anos 1940, na capital paranaense, sem esquecer a possibilidade do magistério na própria casa que os formou. Numa rápida olhada ao relatório de 1945, dos cerca de quarenta professores que compunham o quadro do corpo docente de catedráticos da FMP, mais de vinte eram alunos egressos da própria FMP⁴³³. Exemplo conexo foi o de Rosala Garzuze, da turma de 1929, que ali compunha o quadro de docentes-livres⁴³⁴ de Patologia Geral (desde 1936), um dos trinta e nove professores-livres daquele ano de 1945 – todos egressos da Casa. Ali, ele trabalhou ao lado do colega de turma César Beltrão Pernetta, catedrático da cadeira desde 1930. Mais tarde, Rosala Garzuze o sucedeu nessa mesma cátedra, que pertenceu inicialmente a Nilo Cairo (Figura 33). Mas não havia lugar certo ou marcado para seguir após o término do curso, pois, como já dizia Fernando Pessoa, *caminhante não há caminho, o caminho se faz ao andar...* A esses exemplos, associam-se muitos outros, mas foram os “livre atiradores”, como dito por Paciornik, que, solitários, desbravaram outros lugares, adentraram o interior do estado do Paraná e outras localidades, sem muito alarde do ofício, mas com a coragem que lhes era esperada para lidar com os mistérios que cercam a profissão. Afinal, a medicina era a possibilidade real de um trabalho independente, e serem desbravadores, nesse momento de poucos recursos na área da saúde oficial, era bem condizente com essa premissa apresentada, pois eram jovens, com o futuro pela frente, e precisavam sobreviver, desejosos de montar suas clínicas, suas famílias e viver a vida, salvando vidas...

⁴³² PACIORNIK, Moyses. *Consultando as lembranças*: “Turma dos Tigrões” formada na Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná em 1938. Curitiba: Liga Paranaense de Combate ao Câncer, 1995, p. 69.

⁴³³ Cf.: RELATÓRIO DA FMP do ano de 1945, op. cit., p. 8-10.

⁴³⁴ As possibilidades de inserção na FMP, por concurso, eram: catedráticos, docentes-livres e privativos.



Figura 33 - Turma de médicos de 1929 ladeia Coriolano S. da Motta (óculos, centro), catedrático de Física Médica. À sua direita, a aluna Josefina Flacks e ao fundo, junto ao armário, os três alunos: Rosala Garzuze, César Beltrão Pernetta e Francisco Beltrão (esquerda-direita), em registro de 1924.

Fonte: Acervo particular da Família Garzuze

Outro médico, também da turma de 1938, conta outras experiências em seu livro de crônicas. Num de seus contos da inserção no mundo do trabalho, Lauro Grein Filho apresenta a angústia e a sensação de inexperiência diante dos primeiros passos da profissão, mas sob um outro ponto de vista: o de começar sozinho, sem um corpo de colegas que o animasse ou o instrísse no ofício compartilhado, como o caso visto anteriormente. Aqui, o caso é outro. Talvez o exemplo mais próximo do que tenha acontecido com a ampla maioria dos egressos da FMP nessas primeiras décadas do XX. Em *A conferência médica*⁴³⁵, ele conta que, depois de pouco tempo de formado, se dirigiu para o interior do estado e fincou presença na cidade de Castro. Entretanto, o tempo passava e nada acontecia, “e, podia-se dizer, que o Dr. Lauro não passava de mera expectativa, sem nada ter provado ou demonstrado, de sua competência, seus conhecimentos e sua medicina”. Mas chegou o dia em que solicitaram sua presença.

Era Gustavo Ribas, filho do interventor do Estado, que o chamava para atender sua filha, Maria Helena. “Sabia, perfeitamente, que minha procura não representava uma escolha, uma preferência, ou questão de confiança, mas, apenas, e tão somente, a derradeira alternativa familiar, uma vez que os demais médicos eram incompatibilizados com seu Ribas”. Como primeira missão, a neta do governador Manoel Ribas. “Do alto da minha inexperiência de 23 anos e apenas um de formado, examinei, tensa e cuidadosamente, Maria Helena, pedindo a Deus que me ajudasse e os sintomas logo se evidenciassem para o diagnóstico, terapêutica e a

⁴³⁵ FILHO, Lauro Grein. *Fatos que ficaram: crônicas*. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1988, p. 45-48.

cura”. E a menina de nove ou dez anos de idade não apresentava nada mais do que febre. “E ao ser perguntado ‘o que é que a menina tem’, me esquivei da resposta porque, em verdade, não sabia”. Diante do quadro, receitou o possível e a acompanhou por três dias, visitando-a três ou quatro vezes ao dia – e nada da alteração da febre de 40°. Foi então que aconteceu o que ele temia, do pai pedir-lhe uma “junta médica”. À hora marcada apareceu o médico chamado pelo pai e ele próprio um pouco antes. O médico mais experiente se pôs logo em serviço, examinou a paciente e declarou: “É tifo, um caso banal de tifo, como há muitos na cidade. Não há mistério, nem dúvidas. É tifo”. Diante do diagnóstico anunciado, afirmado e reafirmado pelo colega, a “conferência médica” parecia terminada sem sequer ter começado. Porém, logo o jovem médico reagiu e declarou: “Não é tifo não senhor; e não é tifo porque não houve período prodrômico, nem há prostração, nem gargarejo de fossa ilíaca, nem defasagem entre pulso e temperatura; enfim não existe nenhum sinal de tifo. Mas então o que é? perguntou D. Marina [a mãe da menina]. É uma febre eruptiva, declarei, talvez varicela”. O colega voltou a afirmar o seu diagnóstico e receitou. O pai virou-se ao jovem médico, que o desencorajou a aviar a receita. No dia seguinte, a menina amanheceu coberta de erupções de uma catapora benigna.

O interessante caso relatado deixa a pensar na possibilidade real de muitos outros médicos formados pela FMP o terem vivenciado, muito proximamente, no começo de suas carreiras: a angústia de médico novo “rogando a Deus os sintomas” para a tríade experimental “diagnóstico, terapêutica e cura”; o enfrentamento com colegas de profissão afamados – à afirmativa empírica do médico experiente, a contestação científica do jovem médico na “conferência”. Barreiras profissionais a vencer, a solidão da rotina, as dúvidas, a apreensão, o medo, a distância da família... No caso relatado, ciência, fé e um pouco de sorte. Noutros possíveis, mudança de rotas. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o conhecido médico urologista Loureiro Fernandes. Não foi aluno, nem professor da FMP, mas era muito conhecido por alunos e professores que, com ele, conviviam e participavam dos casos clínicos nos corredores da SCM de Curitiba. Tinha ele um dos consultórios mais movimentados, “maior centro de encontro de venéreo-contagiados da cidade”⁴³⁶, lembrava Paciornik. Eventualmente, Erasto Gaertner, professor da Clínica de Urologia, solicitava-lhe pacientes para demonstração das práticas clínicas aos alunos. Porém, com os avanços da ciência e a descoberta da penicilina, seu consultório de sífilíticos esvaziou rapidamente. Ele deixou a clínica, dedicou-se aos estudos antropológicos e foi o responsável pela cadeira de

⁴³⁶ PACIORNIK, op. cit., p. 32.

Antropologia⁴³⁷ da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná quando de sua constituição – e um dos fundadores do Departamento de Antropologia, em 1958, na UFPR. Médico que esteve em contato com gerações dos alunos da FMP e que passou a formar novas gerações nas áreas das ciências humanas. E, como *nem tudo são flores* na história de qualquer lugar, desacertos também fizeram parte dos que atuaram na FMP. O mais controvertido episódio é o da experiência neuropsiquiátrica vivenciada por um jovem sadio, internado por familiares por mais de três anos, que a relatou em livro e inspirou o filme brasileiro *Bicho de sete cabeças*⁴³⁸.

Tantos temas. Tantas histórias. Mas aí mereceria muito mais que breves páginas. No entanto, as pontuais observações e seus relatos aqui apresentados fornecem uma breve visão das oportunidades profissionais aos egressos da FMP que partiam para o mercado de trabalho, ao exercício de suas profissões, no começo de suas vidas. Na bagagem, tudo o que aprenderam na FMP. O tempo de aprender havia se encerrado. Era hora de fazer acontecer, trabalhar e saber lidar com aquilo tudo que haviam aprendido e o que teriam de encarar pela frente... No tempo de trabalhar, alguns egressos da FMP foram bem longe. O dr. Aramis Taborda de Athayde, da turma de 1924, por exemplo, também foi professor da FMP que o formou, sendo, desde 1929, o catedrático da cadeira de Patologia Médica, lecionando-a por anos a fio. No decurso da sua vida profissional, o dr. Aramis alcançou um dos postos mais altos dentre os cargos públicos na área: o de Ministro da Saúde do Governo Federal, entre os anos de 1954 e 1955. E para fecharmos com mais um exemplo, o dr. Metry Bacila, formado médico e doutor em medicina em 1946 e nome reconhecido internacionalmente na área da biologia, chegou, geograficamente, onde poucos almejam estar, porém, ao menos, já sonharam um dia. Esteve, por várias vezes, em expedição científica na Estação Antártica Comandante Ferraz, na Ilha do Rei Jorge, no continente Antártico, comandando suas pesquisas científicas e orientando grupos de jovens investigadores. Foi ele o sucessor da cadeira outrora assumida pela dra. Maria Falce de Macedo, na FMP. E olha que estes são apenas alguns exemplos que compõem a história da FMP, cuja raiz está lá na primeira metade do século XX. Quantas histórias mais há para contar...

⁴³⁷ Cf.: SANTOS, Sílvia Coelho dos (Org.). *Memória da antropologia no sul do Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

⁴³⁸ BICHO de sete cabeças. Direção: Laís Bodanzky. Produtores: Sara Silveira, Caio Gullane, Fabiano Gullane e Marco Müller. Intérpretes: Rodrigo Santoro, Othon Bastos, Cássia Kiss, Caco Ciocler, Jairo Mattos, Valéria Alencar, Gero Camilo, Marcos Cesana, Altair Lima, Lineu Dias, Luis Miranda. Roteiro: Luiz Bolognesi. São Paulo: Buriti Filmes; Dezenove Som e Imagens Produções Ltda; Gullane Filmes; Fábrica Cinema, 2000. 1 filme (88 min.), sonoro, colorido, 35 mm.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não sei ao certo o que estamos procurando, embora, assim como John, eu tenha o palpite de que seja algum tipo de vírus que veio e se foi. Algum vírus mutante, talvez, sem um efeito imediato, que afetou as pessoas mais tarde, quando seus sistemas imunológicos reagiram. Mas não tenho certeza. Receio estarmos deixando passar alguma coisa – este é o valor de uma mente nova: ver as coisas de novo modo, alguém que talvez faça a pergunta que não fizemos. Estamos agora procurando algo complexo, mas poderia ser alguma coisa que nos passou despercebida, alguma coisa muito simples.”

(OLIVER SACKS, **A ilha dos daltônicos**, p. 166).

Em *A ilha dos daltônicos*, o médico Oliver Sacks acompanha a investigação do que se passa numa ilha na Malásia em que, provavelmente, um vírus seja a causa tanto para o daltonismo que se tornou a marca exclusiva dos habitantes daquela região do planeta como pode ter relação direta com a extinção de uma palmeira que lhe chamou a atenção no tempo que ali permaneceu em pesquisa: as cicadáceas. Ali, convivendo, por meses, com um grupo de pesquisadores, Sacks relata os avanços da pesquisa que eles empreendem e a sua própria fascinação pessoal pelas cicadáceas. O excerto acima é de uma pesquisadora integrante do grupo do qual ele fez parte e revela a angústia da cura ainda não encontrada, e a despeito de tanto tempo e pesquisa, nem o seu causador. O problema é que os últimos remanescentes do daltonismo estão morrendo, enquanto, ao mesmo tempo, as cicadáceas desaparecem. Ao fim do livro, só havia uma espécie fêmea dessa planta na ilha. E como se vê do expresso eles ainda estavam bem longe de descobrir do que se tratava...

Quando cheguei a essa parte do livro, quase ao final, detive-me na mensagem. Por dias. Não, não é o que parece. Pelo menos aqui, chegamos sim, a tempo, a uma compreensão possível daquilo a que me propus de começo. Uma leitura possível, apenas isso. Mas ao escolher esse fragmento para abrir as considerações finais, valorizei menos a sisudez acadêmica que nos faz racionalizar sentimentos, e mais a emoção do cotidiano da investigação científica, seja a feita por investigadores acadêmicos, formados para isso, seja a de amadores, pelo prazer do ato. Trata-se da angústia das incertezas da caminhada que torna tão compreensível aquela experiência relatada e que lidava com um tema das ciências biológicas ou naturais. Uma proximidade àquilo que eu mesma experimentei na minha pesquisa. Pois nem sempre se alcança a tempo o que se procura, nem sempre se faz as perguntas certas às fontes que se tem, nem sempre se encontra o que se espera ao final da

jornada. De quebra, o excerto introduz os limites de toda pesquisa. Entretanto, o que a move é a manutenção da curiosidade, o que precisa estar sempre em dia. Essa é a chave mestra numa investigação de qualquer natureza, seja ela biológica ou natural, como a vista por Sacks, ou histórica, como a apresentada aqui.

No presente caso, busquei compreender como foi possível a constituição da Faculdade de Medicina do Paraná (FMP) e, no limite, sua consolidação na primeira metade do século XX, entendendo aí a conexão para a institucionalização da ciência médica no Paraná, tema ao qual mantive a atenção por todo o texto. O estudo dessa instituição educacional, e de uma instituição de ciências, a meu ver, permitiu ampliar o cabedal interpretativo de saberes construídos histórica e socialmente a respeito da educação paranaense: a criação da primeira escola médica, e, como não entendê-la também, da primeira universidade paranaense – essa ideia “velha” que sai do papel e se realiza em 1912, assumindo, de começo, aquela tradicional tríade profissional, áreas da saúde-direito-engenharia, num projeto de “universidade” que também se diferenciava das primeiras ideias que correram o estado (1892), na formação integral e na valorização da formação humanística, filosófica e literária, inclusive pedagógica, posta no projeto de Rocha Pombo. Nesse caso, já em “outro tempo”, outras seriam as expectativas formativas, voltada ao bacharelado, à formação técnica e às ciências liberais que ganham espaço e tomam corpo no projeto de 1912, como já destacou a respeito Nívio de Campos⁴³⁹.

E ali, naquele espaço de eleição, arregimentava-se um corpo de médicos-professores especialistas que, nela congregados, pensavam em conjunto condições de constituição de ações no campo médico e sanitário que até então não haviam sido possíveis numa escala mais ampliada. Com a criação da FMP houve a possibilidade real da constituição de ainda outras instituições conexas voltadas, uma, à saúde dos “desprovidos de recursos”, e outra, de consolidação da classe médica. Daí a importância em torno da construção de espaços para o aprendizado dos futuros médicos nos hospitais assistidos pela FMP e por ela criados para ampliação dos serviços de assistência pública (a Maternidade de Curitiba nasce no interior da FMP, em 1914), dos Dispensários que atendiam a população no ofício assistido dos alunos (Dispensário Dentário, 1913; Dispensário Infantil, 1919), além de permitir o acesso e mesmo o intercâmbio de práticas com as demais instâncias de saúde médicas e policiais do Estado, que tinham em suas diretorias pessoas de destaque que se tornaram professores na FMP (SCM de Curitiba e Hospital de Alienados – dr. João Evangelista Espíndola; Instituto Pasteur de

⁴³⁹ CAMPOS, Nívio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade* (1892-1950). Curitiba: Ed. da UFPR, 2008.

Curitiba – dr. Leal Ferreira; Laboratório de Analyses – dr. Manuel Lustosa Carrão; Departamento de Polícia (médicos legistas) – dr. Moura Brito e dr. Miguel Santiago, entre outros exemplos), sem esquecer a criação das associações da classe médica (a Sociedade de Medicina do Paraná, SMP, em 1914 é exemplo disso), as revistas específicas e de difusão das próprias pesquisas e do intercâmbio com outras instituições e agremiações médicas no país (Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Porto Alegre se encontravam na Revista Paraná Médico, em parceria com a SMP, 1914).

É a partir da constituição da FMP que se percebe a mobilização conjunta desses profissionais dispersos em pontuais ações médicas e de assistência no Paraná. Era ali então estabelecido o palco essencial que congregaria os profissionais da medicina científica em várias vertentes até então, de certo modo, desarticulados no cenário público, e as legitimaria de modo efetivo no exercício do poder médico na capital e no estado do Paraná. Não à toa, um dado curioso que se observa nos jornais paranaenses logo após a abertura dos cursos da saúde na UP, e no decorrer do ano de 1913, é o aumento de anúncios de médicos em passagem pela cidade e/ou que já anunciavam sua permanência definitiva em Curitiba. Era a possibilidade real da assistência à população com a abertura de consultórios particulares em casa (os gabinetes) ou nas farmácias, bem como, e não se pode menosprezar esse dado, a possível expectativa de participação no efetivo quadro docente dos cursos da FMP: o magistério do ensino médico como profissão. Esses elementos denotam muito mais expressividade ao projeto educativo-cultural levado a termo no estado do Paraná no período investigado.

Daí que o lugar assumido pela FMP na sociedade paranaense diante de certa desarticulação sentida das questões médicas e de saúde no estado nos começos do XX é bastante pertinente para se entender a projeção dos médicos ali envolvidos e congregados no decorrer da primeira metade do século, e do que se pretendia organizar em torno da constituição de uma instituição que visava a formação de profissionais liberais essenciais para o futuro de uma cidade em expansão. Não é difícil compreender, a partir desse quadro, que a criação da FMP foi um marco decisivo na história da sociedade paranaense e em várias frentes, que não só a educacional, da formação do médico e dos especialistas na área da saúde. Haja vista o ponto distintivo do corpo docente médico da FMP: não apenas professores no exercício do magistério, mas, ainda, profissionais que não deixavam por isso mesmo o exercício da clínica. Esse ponto era aclamado pela diretoria da casa e contrário do desejado pela FMCS, que entendia nessa questão um aparente prejuízo do estímulo ao ensino e à pesquisa médica, nas décadas iniciais dessa história. A interpretação da medicina científica se

dava, portanto, no fazer diário, na lide de consultório, na direção de serviços de saúde e de instituições de saúde, na divulgação da pesquisa médico-científica e no exercício do magistério.

A FMP abre, na capital paranaense, a possibilidade de realização de ações em saúde pública que iam mais além do que seria o esperado para uma instituição educacional, ainda que de ciência humana aplicada. Uma instituição que investe nos serviços de utilidade pública mesmo sendo uma instituição particular. Não dá para negar a importância dos intelectuais paranaenses daquele tempo primevo, que não se conformaram a uma atuação secundária na sociedade paranaense, ao contrário, tomaram para si o compromisso que era público – eles mesmos atuantes neste cenário – e deram rumos à saúde pública paranaense. Com o investimento educacional na formação de médicos e especialistas da saúde, visavam também o atendimento efetivo dos problemas de saúde/doença da cidade – a capital do estado. A escolha feita pelo heterogêneo grupo que entendia a necessidade de mudança na área da saúde na cidade poderia ter sido mesmo o caminho mais longo (educação e profissionalização médica) para se chegar ao objetivo em vista. Mas, definitivamente, foi o mais seguro passo que deram prevendo o futuro dessa cidade.

FONTES

Documentação institucional

Relatório Geral da Universidade do Paraná, 1913 a 1916
 Relatório Didático e Administrativo, 1913 a 1916
 Relatório Geral da Faculdade de Medicina do Paraná, 1920 a 1946 (todas as edições)
 Estatutos da Universidade do Paraná, 1913, 1914, 1915, 1916
 Catálogo da Biblioteca da Universidade do Paraná, Typ. A. Hoffmann, 1914, 59 p.
 Livro-ata Assentamento de Professores, Livro n. 1 (1912-1938)
 Livro Conta Corrente – Diversos Alunos Devedores (1920-1940)
 Livro-ata Reuniões do Conselho Superior (1913)
 Livro-ata da Congregação da FMP, Livro n. 2 (1915-1924)
 Livro-ata da Congregação da FMP, Conselho Técnico Administrativo, Livro n. 1 (1931-1940)
 Livro-ata “Noticias dos jornais sobre a Faculdade” (1920-1943)
 Livro-ata Termos de Defesa de Tese (1926-1946)
 Álbuns de fotografias
 Cartões postais
 Cartas

Documentação oficial de instituições congêneres

REGIMENTO INTERNO DA USP, aprovada em sessão do Conselho Superior realizada em 22 de abril de 1912. [Universidade Livre de São Paulo].
 REGULAMENTO DA FMRJ. Aprovado pela Congregação e pelo Conselho Superior do Ensino, 1912.

Documentação oficial

BRASIL. *Decreto n. 19.851* – 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. *Actos do Governo Provisório*, vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, p. 391-492. (Coletânea de Decretos-Lei).

_____. *Decreto n. 16.782* – 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional de Educação, reforma o

ensino secundário e o superior e dá outras providências. *Actos do Poder Executivo*, vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, p. 20-89. (Collecção das Leis, 1925).

BRASIL. *Decreto n. 11.530* – de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. *Actos do Poder Executivo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p.1107-1135. (Coleção de Leis) (Reforma Maximiliano).

_____. *Decreto n. 8.659* – 5 de abril de 1911. Aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. *Actos do Poder Executivo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, p. 492-512. (Collecção das Leis) (Lei Rivadávia).

_____. *Decreto n. 8.661* – 5 de abril de 1911. Aprova o regulamento das faculdades de medicina. *Actos do Poder Executivo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, p. 527-542. (Coleção de Leis).

_____. *Lei n. 6.947* – 8 de maio de 1908. Aprova o regulamento para execução do alistamento e sorteio militar estabelecidos pela lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908.

IBGE. *População nos censos demográficos* (tabela 1286). Dados disponíveis em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em: 13 out. 2007.

MATO GROSSO. *Decreto n. 418* – 30 de maio de 1916. Decreto que reconhece e manda registrar nas repartições competentes os diplomas conferidos pela Universidade do Paraná, do Presidente de Estado Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, Palácio do Governo em Cuiabá. In: *Estatutos da UP de 1916*, anexos, Curitiba, p. 97.

PARANÁ. *Decreto n° 783* – 8 de outubro de 1918. Expede o Código Sanitário Estado.

_____. *Decreto n. 710* – 8 outubro de 1915. Código do Ensino do Estado do Paraná, do Presidente de Estado Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Palácio do Governo em Curitiba. In: *Estatutos da UP de 1916*, anexos, Curitiba, p. 93.

_____. *Lei n. 1.535* – 30 de março de 1915. Lei que passa o Laboratório de Análises para a Universidade, que permite a instituição do ensino pratico de Agronomia no Bacachery e que institue o exame de agrimensores práticos. In: *Relatório da FMP do ano de 1915*, p. 54-55.

_____. *Decreto n° 590* – 30 de dezembro de 1909. Inaugura o Serviço de Águas e Esgotos da cidade de Curitiba.

_____. *Decreto n. 5* – 4 jan. 1909. Decreta a criação do Laboratório de Análises Chímicas e Microscópicas. *Coleção de Leis do Governo do Estado*, Curitiba, p.4-5.

_____. *Lei n° 261* – 27 de dezembro de 1897. Define o Regulamento do Serviço Sanitário do Paraná.

_____. *Decreto n. 1* – 1° de julho de 1892. Regulamento do Serviço Sanitário Terrestre do Estado do Paraná. *Coleção de Decretos e Regulamentos de 1918*. Curitiba: Typ. da “República”, 1918, p. 230-231.

_____. *Lei n. 23* – 1° junho de 1892. Decreta a criação da Inspectoria Geral de Hygiene na capital. Curitiba, *Coleção de Leis do Governo do Estado*, p. 78-79.

SANTA CATARINA. *Lei n. 1.166* – 29 de setembro de 1917. Lei que reconhece oficialmente a Universidade do Paraná, do Presidente de Estado Felipe Schmidt, Palácio do Governo em Florianópolis. *Estatutos da UP de 1916* (anexos), Curitiba, p.99.

Coletâneas, Prospecto, Artigos e Cartas

AMARAL, Victor F. Faculdade de Medicina. In: LIMA, Eduardo C. (Org.). *Victor Ferreira do Amaral e Silva: o reitor de sempre* (coletânea). Curitiba: Imprensa da UFPR, p. 388.

BANDEIRA, Euclides. A Universidade. *Diário da Tarde*, n. 4240, Curitiba, ano XIV, 2 de dez. de 1912, p. 1.

BORGES, Generoso. *Chronica do Dia* - As Universidades para vender diplomas e a tolice humana. *Commercio do Paraná*, Curityba, n. 100, 8 fev. 1913, p. 1.

CAIRO, Nilo. *Carta à Walfrido*. Paranaguá, 2 de janeiro de 1927, *grifos no original*.

CAIRO, Nilo. *Ultima carta*. (pasta). Carta a Octávio Silveira, secretário da FMP. Rio de Janeiro, 10 abr. 1928 (cópia datilografada).

CAIRO, Nilo. *Carta a "Seu Walfrido!"*, tesoureiro da FMP. Paranaguá, 28 de dez. de 1927. (original)

COMEMORAÇÃO do 10º ano de formatura dos médicos de 1929. Curitiba: Typ. João Haupt, 1939 (caderno)

DOUTOR A. DE CASTRO. A ignorância em liberdade (a propósito da liberdade profissional I). *Commercio do Paraná*, Curityba, n. 166, 27 abr. 1913, p. 2.

DOUTOR A. DE CASTRO. A liberdade de mistificar (a propósito da liberdade profissional II). *Commercio do Paraná*, Curityba, n. 167, 29 abr. 1913, p. 2.

DUAS CARTAS, por Nilo Cairo, em 1920, para Victor do Amaral, apud LIMA, Eduardo C. (Org.). *Victor Ferreira do Amaral e Silva* (o reitor de sempre). Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982, p. 471-475. (Coletânea)

ESPÍNDOLA, Doutor. A proposito do suicídio de João Paraguay. *Diário da Tarde*, Curitiba, n. 4.057, 27 fev. 1912, p. 1.

HISTÓRIA DA UP, Plácido e Silva, em 1917, apud LIMA, Eduardo C. (Org.). *Victor Ferreira do Amaral e Silva* (o reitor de sempre). Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982, p. 479-500. (Coletânea)

LAWRENCE & C. A propósito da liberdade profissional que os imbecis pretendem estorvar! *Commercio do Paraná*, Secção Alheia, Curityba, n. 167, 29 abr. 1913, p. 2.

LAWRENCE & C. O ensino, as profissões e a derrota da Medicina! *Commercio do Paraná*, Curityba, n. 145, 3 abr. 1913, p. 2.

LAWRENCE & C. O que são as falsidades contra a Universidade Escolar Internacional. *Commercio do Paraná*, Secção Alheia, Curityba, n. 104, 13 fev. 1913, p. 2.

LEVI JR. Fundação de uma Universidade no Paraná. *Diário da Tarde*, Curitiba, n. 4.241, 3 de dez. de 1912, p. 1.

LIMA, Eduardo C. Apresentação. In: LIMA, Eduardo C. (Org.) *Victor Ferreira do Amaral e Silva* (o reitor de sempre). Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982, p. 7-19. (Coletânea)

PEREIRA, Ébano [Romário Martins]. No Palácio de Luz. *Commercio do Paraná*, Curitiba, 2 jul. 1915.

ORAÇÃO DE SAUDAÇÃO, Milton de Macedo Munhoz, em 1949, apud LIMA, Eduardo C. (Org.). *Victor Ferreira do Amaral e Silva* (o reitor de sempre). Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982, p. 453-462. (Coletânea)

PROSPECTO dos preparados medicinais do Laboratório Central de Pharmácia do Paraná, sob

a direção do farmacêutico José Augusto de Arruda. Curitiba: Arruda, Ferreira & Cia, s.d. (1899?)

STF. A liberdade profissional. *Commercio do Paraná*, Curitiba, n. 180, 15 maio 1913, p. 2.

J. Cayobá. O Hotel. *O Paraná*. Curitiba, 20 fev. 1911 (In: BERBERI, Elizabete. *Impressões...*, Anexo II, Seleção de crônicas publicadas em Curitiba no início do XX, p. 158).

Do Passeio: Anônimo. O Jardim Público. *O Paraná*. Curitiba, 10 jul. 1910. (Id., p. 151).

Da Praça: Anônimo. *O Paraná*. Curitiba, 1 set. 1911. (Id., p. 153).

Flávio. Diversões. *O Olho da Rua*. 15 abr. 1918 (Id., p. 147-148).

Anônimo. O Jardim Público. *O Paraná*. Curitiba, 10 jul. 1910 (Id., p. 151).

Anônimo. *O Paraná*. Curitiba, 20 out. 1911 (Id., p. 149).

Anônimo. *O Paraná*. Curitiba, 1 set. 1911 (Id., p. 153).

Periódicos

COMMERCIO DO PARANÁ. *Factos & Notas*. Curitiba, n. 410, 10 fev. 1914, p. 2.

COMMERCIO DO PARANÁ. *O Instituto Pasteur de Curitiba*. Curitiba, n. 407, 6 de fev. de 1914, p. 3.

COMMERCIO DO PARANA. *Gran Pallini – Dr. em Vitaopathia*. Curitiba, n. 321, 26 de out. de 1913, p. 3.

COMMERCIO DO PARANÁ. *Anúncio*: dr. Ubaldo Veiga. Curitiba, n. 288, 18 de set. de 1913, p. 3.

COMMERCIO DO PARANA. *Atestados n. 32, 33 e 34*. Curitiba, n. 276, 4 set. 1913, p. 3.

COMMERCIO DO PARANÁ. *Anúncio*: dr. Ubaldo Veiga. Curitiba, n. 262, 19 ago 1913, p. 1.

COMMERCIO DO PARANA. *Aviso ao público – o Gran Pallini*. Curitiba, n. 229, 11 de jul. de 1913, p. 2.

COMMERCIO DO PARANÁ. *Atestado n. 30*. Curitiba, n. 197, 4 jun. 1913, p. 2.

COMMERCIO DO PARANÁ. *Hospital da Misericórdia – subscrição permanente*. Curitiba, n. 150, 9 abr. 1913, p. 2.

COMMERCIO DO PARANÁ. *Laboratório de Analyses*. Curitiba, n. 119, 2 mar. 1913, p. 1.

COMMERCIO DO PARANÁ. *Secção Alheia*: O sistema da Universidade Internacional está reconhecido. Curitiba, n. 98, 6 fev. 1913, p. 2.

COMMERCIO DO PARANÁ. *Anúncio*: dr. Ubaldo Veiga. Curitiba, n. 54, 13 de dez. de 1912, p. 1-2.

COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, ano I, n. 53, 12 dez. 1912, p. 1.

COMMERCIO DO PARANÁ. *Dr. Jayme Reis*. Curitiba, n. 52, 11 dez. 1912, p. 1.

COMMERCIO DO PARANÁ. *Anúncio*: dr. Benedicto Evangelista. Curitiba, n. 51, 10 de dez. 1912, p. 2.

DIÁRIO DA TARDE. *Do meu canto – Vae triumphando a nossa Faculdade de Medicina*. Curitiba, 22 de out. 1920. (Livro-ata “Noticias dos jornais sobre a Faculdade”).

DIÁRIO DA TARDE. *Pavilhões de isolamento. Instituto Pasteur, vaccinogenico e bacteriologico*. Curitiba, n. 4.380, 17 maio 1913, p. 4.

- DIÁRIO DA TARDE. *Anúncio*: dr. Theodomiro Telles. Curitiba, n. 4.344, 4 abr. 1913, p. 5.
- DIÁRIO DA TARDE. *Noticiário*: dr. Cândido de Mello e Silva. Curitiba, n. 4.333, 22 mar. 1913, p. 5.
- DIÁRIO DA TARDE. *Noticiário*: médico Cândido de Mello e Silva. Curitiba, n. 4.333, 22 mar. 1913, p. 5.
- DIÁRIO DA TARDE. *O Gabinete Vitaopathico, Magnético e Electro-Magnetico*. Curitiba, n. 4.333, 22 mar. 1913, p. 5.
- DIÁRIO DA TARDE. *Noticiário*: dr. Theodomiro Telles. Curitiba, n. 4.326, 14 de mar. de 1913, p. 5.
- DIÁRIO DA TARDE. *Noticiário*. Curitiba, n. 4.272, 9 jan. 1913, p. 3.
- DIÁRIO DA TARDE. *Anuncio – o Gran Pallini*. Curitiba, n. 4.265, 31 dez. 1912, p. 4.
- DIÁRIO DA TARDE. *Secção Alheia: Edital de concurso*. Curitiba, n. 4.263, 28dez.1912, p.5.
- DIÁRIO DA TARDE. *Noticiário*. Curitiba, n. 4.250, 13 dez. 1912, p. 1.
- DIÁRIO DA TARDE. *Chronica*: por Septimo. Curityba, n. 4.245, 7 dez. 1912, p. 1.
- DIÁRIO DA TARDE. *Hygiene municipal*. Curitiba, n. 4.244, 6 dez. 1912, p. 2.
- DIÁRIO DA TARDE. *Universidade do Paraná*. Curitiba, n. 4.237, 28 nov. 1912, p. 1.
- DIÁRIO DA TARDE. *Pelo Telegrapho: diplomas a 60\$000*. Curitiba, n. 4.236, 27 de nov. de 1912, p. 2.
- DIÁRIO DA TARDE. *CÃES HIDROPHOBOS* n. 4.230, 20 nov. 1912, p. 2; n. 4.233, 23 nov., p. 3; n. 4.234, 25 nov., p. 1; n. 4.236, 27 nov., p. 3.
- DIÁRIO DA TARDE. *Cães hydrophobos – população ameaçada*, n. 4.231, Curitiba, 21 de nov. de 1912, p. 1.
- DIÁRIO DA TARDE. *Pelo Telegrapho: falsa universidade – diplomas a 60\$000*. Curitiba, n. 4.222, 11 nov. 1912, p. 2.
- DIÁRIO DA TARDE. *Noticiário*. Curitiba, n. 4.213, 31 out. 1912, p. 3.
- DIÁRIO DA TARDE. *Secção Alheia: Ao público – dirige a palavra o dr. Pallini*. Curitiba, n. 4.202, 18 out. 1912, p. 5.
- DIÁRIO DA TARDE. *Reclamações do povo: a carne verde*. Curitiba, n. 4.187, 1º de out. de 1912, p. 5.
- DIÁRIO DA TARDE. *Universidade Paranaense*. Curitiba, n. 4.149, 17 ago, p. 2.
- DIÁRIO DA TARDE. *Novo estabelecimento de ensino (II)*. Curitiba, n. 4.082, 31 maio de 1912, p. 2.
- DIÁRIO DA TARDE. *Editorial: Assistência pública*. Curitiba, n. 4.069, 16 maio 1912, p. 1.
- DIÁRIO DA TARDE. *Anúncio*: parteira Edvigem Woycikca. Curitiba, n. 4.060, 6 maio de 1912, p. 3. *Seção Indicador*.
- DIÁRIO DA TARDE. *Novo estabelecimento de ensino*. Curitiba, n. 4.079, 3 abr. 1912, p. 1.
- GAZETA DO POVO. *Cadáveres descarnados expostos à curiosidade pública*. Curitiba, 13 de out. 1928. (Livro-ata “Noticias dos jornais sobre a Faculdade”).
- GAZETA DO POVO. *Faculdade de Medicina, moção de solidariedade*. Curitiba, 26 de set.

1921. (Livro-ata “Noticias dos jornais sobre a Faculdade”).

PARANÁ MÉDICO. *Editorial*. Curitiba, Typ. Penitenciária do Estado, anno I, num. I, 19 de ago. 1916, p. 1.

PARANÁ MÉDICO. *A epidemia reinante em Curitiba: a ação da SMP*. Curitiba, ano 2, num. 3, out., 1917, p. 243-248.

PARANÁ MÉDICO. *Relatório dos trabalhos da SMP no anno social de 1915-1916*. Curitiba, ano 1, num.2, p. 24.

Livros, Artigos e sítios da Internet (memória histórica):

ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ, AMP. *Histórico da fundação*. Disponível em <<http://www.amp.org.br>> Acesso em: 10 jul. 2007.

BÓIA, Wilson. *De Plácido e Silva – Ensaio*. Ctba: Secretaria de Estado da Cultura, 2002.

BRAGA, Homero. *Estudos de Tuberculose, 1ª série*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1934.

BUFREM, Leilah Santiago. Miguel Severo de Santiago: um intelectual na história paranaense. *Revista do Centro de Letras*, Curitiba, n. 49, ago, 2007, 8p.

CAIRO, Nilo. *Elementos de Pathologia Geral*. 3ª ed. Curityba: Typ. João Haupt & Cia, 1931, 640 p. (Prefácio, p. 9-10).

CAIRO, Nilo. *Elementos de Pathologia Geral*. 1ª ed. Curityba: Livraria Leitner, 1916.

CARDOSO, Rosy de Sá. Breves notas sobre a imprensa do Paraná. In: WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*, 3ºvol., 2ª ed., p.207- 237.

CARNEIRO, Milton apud COSTA, Iseu A. da; LIMA, Eduardo C. (Orgs.). *O ensino da medicina na Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992, p. 37-38.

COSTA, Iseu Affonso da. *Patronos da Academia Paranaense de Medicina*. Curitiba: Fundação Santos Lima, 2003.

COSTA, Iseu Affonso da; LIMA, Eduardo Corrêa (Orgs.). *O ensino da medicina na Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992.

ESPÍNDOLA, João Evangelista. *Super-alimentação*. Curityba: Typ. e Lith. a vapor Impressora Paranaense, 1901.

GRASSET, Hector. *Le Transformisme Médical: l'évolution physiologique (Thérapeutique rationnelle)*. Paris: Société d'Éditions Scientifiques, 1900. (“Antigo Arquivo”, UFPR).

ISSACSON, M. *As vaccinas de Friedmann na Lucta Anti-tuberculosa*. Rio de Janeiro: Papelaria Mello, 1930.

LIMA, Eduardo C. (Org.). *Victor Ferreira do Amaral e Silva (o reitor de sempre)*. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1982, 520 p. (Coletânea).

LOPES, Cândido M. *Biografia ou breve notícia sobre a vida do muito humanitário médico Dr. José Cândido da Silva Murici*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, 104 p.

PILOTO, Valfrido. *Universidade Federal do Paraná: primórdios – modernização – vitórias*. Curitiba: Ed. Lítero-Técnica, 1976.

REIS, Jayme Dormund dos. *Das principais endemias e epidemias de Curityba*. Tese apresentada à Cadeira de Hygiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1898. Rio

de Janeiro: Typ. Ribeiro, Macedo & C., 1898.

SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org). *Memória da antropologia no sul do Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

SILVA, Victor Ferreira do A. apud COSTA, Iseu Affonso da. *Patronos da Academia Paranaense de Medicina*. Curitiba: Fundação Santos Lima, 2003.

SIQUEIRA, Maria Dalledone. (Coord.). *Associação Médica do Paraná – 60 anos de história*. Curitiba: Associação Médica do Paraná, 1993.

WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. 3 vol. 2ªed. Curitiba: Grafipar, 1969.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *Universidade Federal do Paraná: 75 anos*. Curitiba: SBPH/PR, 1987.

WITTIG, Ehrenfried Othmar. Primeira médica do Paraná e primeira catedrática. *Arquivos do Conselho Regional de Medicina do Paraná*. Curitiba, v. 26, n.102, abr./jun.2009, p.66.

Créditos dos filmes citados

A HISTÓRIA DE LOUIS PASTEUR (*The Story of Louis Pasteur*). Direção: William Dieterle. Intérpretes: Paul Muni, Josephine Hutchinson, Akim Tamiroff, Anita Louise, Donald Woods, Fritz Leiber, Henry O'Neill, Porter Hall, Raymond Brown, Halliwell Hobbes. EUA: Classicline, 1936. 1 filme (DVD, 87 min.), sonoro, preto e branco.

BICHO DE SETE CABEÇAS. Direção: Laís Bodanzky. Produtores: Sara Silveira, Caio Gullane, Fabiano Gullane e Marco Müller. Intérpretes: Rodrigo Santoro, Othon Bastos, Cássia Kiss, Caco Ciocler, Jairo Mattos, Valeria Alencar, Gero Camilo, Marcos Cesana, Altair Lima, Lineu Dias, Luis Miranda. Roteiro: Luiz Bolognesi. São Paulo: Buriti Filmes; Dezenove Som e Imagens Produções Ltda; Gullane Filmes; Fábrica Cinema, 2000. 1 filme (DVD, 88 min.), sonoro, colorido.

MÉMOIRES DE MÉDECINE – retour sur l'histoire d'une science qui a marqué le XX^{ème} siècle. Direção: Gilles Moisset. França: Montparnasse Productions, 2005. 1 filme (DVD, 52 min.), sonoro, colorido.

Literatura e memórias

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Porto Alegre: L&PM Ed., 1997.

FILHO, Lauro Grein. *Fatos que ficaram: crônicas*. Curitiba: Ed. Lítero-Técnica, 1988.

MAJOCCHI, Andréa. *Memórias de um cirurgião*. Tradução de Cecília Reis. 2ª ed. São Paulo: Livraria José Olympio, 1946.

PACIORNIK, Moyses. *Consultando as lembranças: “Turma dos Tigrões” formada na Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná em 1938*. Curitiba: Liga Paranaense de Combate ao Câncer, 1995.

SACKS, Oliver. *A ilha dos daltônicos e a ilha das cicadáceas*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCLIAR, Moacyr. *Doutor Miragem*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

Acervos consultados

Arquivo da Biblioteca Geral da UFPR

Arquivo do Setor de Ciências Sociais e Jurídicas da UFPR

Arquivos da Direção do Setor de Ciências da Saúde da UFPR

Biblioteca do Setor de Ciências da Saúde da UFPR

Biblioteca do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR

Biblioteca Pública do Paraná

Faculdade de Medicina do Paraná

Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, abr. 2008

Faculdade de Medicina de Coimbra, Portugal, jun. 2008

Faculdade de Medicina de Lisboa, Portugal, jun. 2008

Faculdade de Ciências Médicas do Porto, Portugal, jun. 2008

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, jul. 2009

Faculdade de Medicina de São Paulo (FMUSP), São Paulo, jul. 2009

Museu Histórico da Medicina da FMUSP, São Paulo, jul. 2009

Seção Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná

Museu da Associação Médica do Paraná

Círculo de Estudos Bandeirantes

Casa de Memória de Curitiba

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marta de. Circuito aberto: ideias e intercâmbios médico-científicos na América Latina nos primórdios do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 13, n.3, p.733-757, jul.-set.2006.

_____. *São Paulo na virada do século XX: um laboratório de saúde pública para o Brasil*. Tempo, Niterói, vol. 10, n.19, p.77-89, jul./dez. 2005.

_____. *Da Cordilheira dos Andes à Isla de Cuba, passando pelo Brasil: os congressos médicos latino-americanos e brasileiros (1888-1929)*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. *República dos invisíveis: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917)*. Bragança Paulista, Editora da Universidade São Francisco, 2003.

_____. Combates sanitários e embates científicos: Emilio Ribas e a febre amarela em São Paulo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 6(3), p.577-607, nov.-fev. 1999-2000.

ASSISTANCE HÔPITAUX PUBLIQUE DE PARIS. 1897-1999 *Boucicaut, un siècle de vie hospitalière*. Paris, 1999.

BAHLS, Aparecida Vaz da S. *O verde na metrópole: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916)*. Curitiba, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

BACILA, Metry. A trajetória de “Arquivos de Biologia e Tecnologia”, publicação que marcou época na história da ciência brasileira. *Brazilian Archives of Biology and Technology*, jubilee volume (1946-2001), p.1-11, dec. 2001.

BARANOW, Ulf G.; SIQUEIRA, Márcia Dalledone (Orgs). *Universidade Federal do Paraná: história e estórias, 1912-2007*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2007.

BEGA, Maria Tarcisa da Silva. *Sonho e invenção do Paraná. A geração simbolista e a construção de identidade regional*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

BENCHIMOL, Jaime L. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 10(1), p.13-83, jan.-abr., 2003.

_____. A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5 (2), p. 265-292, 2000.

_____. Domingos Freire e os primórdios da bacteriologia no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 2(1), p.67-98, mar.-jun., 1995.

BENCHIMOL, Jaime L.; TEIXEIRA, Luiz Antonio. *Cobras lagartos e outros bichos: uma história comparada dos Institutos Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Casa de Oswaldo Cruz, 1993.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

BENVENUTTI, Alexandre F. *As “Reclamações do Povo” na “Belle Époque”: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)*. Curitiba, 2004. Dissertação (Mestrado em

História) – Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

BERBERI, Elizabete. *Impressões. A modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba*. Curitiba, 1996. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) –Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

_____. Médicos-educadores no sertão do Brasil nos anos 1910. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007. *Anais...* São Leopoldo, Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2007, v. 1, 8 p.

_____. *Saúde: arma revolucionária*. São Paulo, 1891-1925. Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorghe Zahar Ed., 2001.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *Cemitério Municipal São Francisco de Paula: monumento e documento*. Curitiba: FCC, vol. XXII, nº 104, abr. 1995.

_____. *Coleções & cartões postais: suportes da memória*. Curitiba: FCC, ano VII, nº 46, nov. 1980.

_____. *Da Pharmacia à Farmácia: farmácias curitibanas 1857-1940*. Curitiba: FCC, v.25, n.123, jul. 1999.

BONADIO, Maria Claudia. *Moda e sociabilidade: mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920*. São Paulo: SENAC, 2007.

BONI, Maria Ighes M. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

BRAZIL, Lael V. *Vital Brazil, vida e obra, 1865-1950*. Niterói: Instituto Vital Brazil, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMPOS, Nívio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2008.

CAMPOS, Ernesto de Souza. *Instituições culturais de Educação Superior no Brasil*. Imprensa Nacional: RJ, 1941, p.149-179.

CARRETA, Jorge Augusto. *“O micróbio é o inimigo”: debate sobre a microbiologia no Brasil (1885-1904)*. Tese (Doutor em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

CARVALHO, Maria Marta Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, p.291-309.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Tradução: Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000.

CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina B.; BERTUCCI, Liane M. et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: UNICAMP, 2003

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

CHAVES, Niltonci Batista (Org.). *Medicina em Ponta Grossa: histórias da Associação Médica*. Ponta Grossa, PR: Ed. da UEPG, 2006.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. *Espaços rurais no Paraná: um estudo das relações campo-cidade dos pequenos municípios*. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

CINTRA, Erica Piovam de Ulhôa. Dr. Evangelista Espíndola e a questão da “Assistência Pública”: o tema da saúde na Curitiba de 1912. In: SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE EDUCAÇÃO DA UFPR, 22, 2009, Curitiba, PR. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2009. (CD-ROM)

_____. *Dario Vellozo e o projeto do Instituto Neo-Pitagórico: a alma pitagórica*. Curitiba, 2009, 26 p. (Texto inédito)

_____. Formando médicos em Curitiba: a trajetória da Faculdade de Medicina do Paraná (PARANÁ - Brasil, 1912-1920). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – SBHE, SPCE, 8, 2008, Porto, Portugal. *Anais...* Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2008. Disponível em: <http://web.letras.up.pt/7clbheporto/trabalhos_finais/eixo6/IF1411.pdf> Acesso em: 11 nov. 2008.

_____. A arte de curar faz escola em Curitiba. Caminhos de uma investigação histórica da Faculdade de Medicina do Paraná (1912-1945). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 24, 2007, São Leopoldo, RS. *Anais...* S. Leopoldo: UNISINOS, 2007. (CD-ROM)

_____. *Ensino profissional feminino em Curitiba: a Escola Técnica de Comércio São José (1942-1955)*. Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes famílias e elite ‘profissional’ na medicina no Brasil. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, III (3), 425-466, nov.1996-fev.1997.

CORREA, A. D.; SIQUEIRA-BATISTA, R.; QUINTAS, L. E. M. Similia Similibus Curetur: notação histórica da medicina homeopática. *Revista Associação Médica Brasileira*, vol.43, n.4,p.347-351, out./dez. 1997.

CORRÊA, Amélia Siegel. *Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX*. Curitiba, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3ª ed.rev. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

CZERESNIA, Dina. *Do contágio à transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento*

epidemiológico. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1997.

DANTES, Maria Amélia M. A profissão médica e outras práticas de cura em São Paulo na Primeira República. In: ALMEIDA, Marta de; VERGARA, Moema de R. (Orgs.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; RJ: MAST, 2008, p.53-64.

DANTES, Maria Amélia M.; HAMBURGER, Amélia I.. A ciência, os intercâmbios e a história da ciência: reflexões sobre a atividade científica no Brasil. In: DANTES, Maria Amélia M.; HAMBURGER, Amélia I.; PATY, Michel; PETITJEAN, Patrick (Orgs.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. SP:EDUSP, FAPESP, 1996, p.15-23.

DARMON, Pierre. *Le médecin parisien en 1900*. Paris: Hachette Littératures, 2003.

_____. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Tradução de Regina Grisse de Agostino. Rio de Janeiro: Paze Terra, 1991.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930). *Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro*. Casa de Oswaldo Cruz. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>> Acesso em: 31 out. 2007.

EDLER, Flavio Coelho. *Boticas e Pharmácias: uma história ilustrada da Farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

_____. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9(2), p.357-385, maio-ago, 2002.

_____. De olho no Brasil: a geografia médica e a viagem de Alphonse Rendu. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 8(supl.), p.925-943, 2001.

_____. O debate em torno da medicina experimental no Segundo Reinado. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, III (2), p.284-299, jul.-out.1996.

_____. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da Medicina na Corte do Rio de Janeiro (1854-1884)*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*, vol. I. Tradução: Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*, vol. II. Tradução Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA, Lina Rodrigues. A Casa de Geraldo de Paula Souza: texto e imagem sobre um sanitarista paulista. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 3, p. 1011-24, set.-dez. 2005.

_____. *Ciência, ensino e administração em saúde: a Fundação Rockefeller e a criação do Instituto de Higiene de São Paulo*. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

_____. *A fase áurea da reforma sanitária no Brasil: a atuação da Fundação Rockefeller (1915-1930)*. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

FARIA, Lina Rodrigues. *Saúde e Política: a Fundação Rockefeller e seus parceiros em São Paulo*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. In: CORBIN, Alain (Dir.) *História do corpo: da Revolução à Grande Guerra*. vol. 2. Tradução de João Batista Kreuch, Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 13-56.

FERNANDES, Lindolfo. *Secretaria de Estado da Saúde do Paraná: suas origens e sua evolução no período de 1853-1983*. Curitiba: Secretaria de Estado da Saúde do PR, 1988.

FERREIRA, Luiz Otávio. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol.11 (supl.1), p.93-107, 2004.

FERRARI, Aline G.; BAGGIO, Ana P. 1927: *Wagner-Jauregg*. Disponível em: <http://www.salton.med.br/principal.php?id_menu=premio&idioma=portugues&id_premio=17> Acesso em 2 nov. 2009.

FERREIRA, Luiz Otávio; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; EDLER, Flávio Coelho. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX. In: DANTES, Maria Amélia Mascarenhas (Org.). *Espaços da ciência – 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p.59-77.

FERREIRA, Luiz Otávio; MAIO, Marcos Chor; AZEVEDO, Nara. A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, IV(3), p.475-491, nov. 1997-fev.1998.

FIGUEIREDO, Betania Gonçalves; CARVALHAIS, Helena Pereira Machado; MARTINS, Laura Helena Pereira Machado; DRUMOND, Marisa Maia. Odontologia ao longo do século XX. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel et al (Orgs.). *Odontologia – história restaurada*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007, p.159-192.

FIGUEIREDO, Betania Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, 2005.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Tradução de Roberto Machado. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FUCKNER, Cleusa Maria. *Lar Escola Dr. Leocádio José Correia: história de uma proposta de formação na perspectiva educacional espírita (1963-2003)*. Curitiba, 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná (versão Defesa Pública).

GANDELMAN, Luciana. A Santa Casa da Misericórdia do RJ nos séculos XVI a XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. VIII(3), set.-dez.2001, p.613-630.

GEISON, Gerald. *A ciência particular de Louis Pasteur*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz; Contraponto, 2002.

GILES, Thomas Ransom. *História da Educação*. São Paulo: EPU, 1987.

GITAHY, Maria Lucia Caira (Org.). *Desenhando a cidade do século XX*. São Carlos: RiMa, Fapesp, 2005.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

_____. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.519-550.

GT HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS, ANPUH-Nacional. Disponível em: <http://www.anpuh.org/gt/view?ID_GT=7> Acesso em 11 nov. 2009.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. O desenvolvimento da pesquisa e do ensino médico nos dois mundos entre o século XIX e a primeira década do XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 24, *Anais...* São Leopoldo: UNISINOS, 2007. (CD-ROM)

GUIMARÃES, Valéria. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.27, n.53, p.323-349, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história - ensaios*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. Pouca saúde, muita saúde, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2), p.313-332, 2000.

KUMMER, Carmem Silvia da Fonseca. “Não esmorecer para não desmerecer”: as práticas médicas sobre a saúde da população rural paranaense na Primeira República, 1916-1930. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

KURY, Lorelai B. Viajantes naturalistas no Brasil Oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol.VIII (supl.), p.863-880, 2001.

LACAZ, Carlos da Silva. *História da Faculdade de Medicina - USP: reminiscências, tradição, memória de minha escola*. 2ª ed.rev.ampl. São Paulo: Ed. Atheneu, 1999.

LACAZ, Carlos da Silva; MAZZIERI, Berta Ricardo de. *A Faculdade de Medicina e a USP*. São Paulo: EDUSP, 1995.

LAROCCA, Liliana Muller. *Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1886-1947)*. Curitiba, 2009. Tese (Doutor em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná (versão Defesa Pública).

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Tradução: Ângela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e memória*. Tradução: Suzana F. Borges. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990, p. 535-549. (b)

_____. Uma história dramática. In: LE GOFF, Jacques et al. *As doenças têm história*. Tradução: Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1985.

LIGA DA DEFESA NACIONAL. *Finalidade permanente*. Disponível em: <<http://www.ligadedefesanacional.org.br/principal.htm>> Acesso em: 15 nov. 2009.

LIMA, Nísia T. A cidade descobre o sertão. Notas sobre a viagem de Roquette-Pinto a Rondônia e a dos médicos Arthur Neiva e Belisario Penna ao Brasil Central. In: ALMEIDA,

- Marta de; VERGARA, Moema de R. (Orgs.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008, p.139-160.
- LIMA-GONÇALVES, Ernesto. *Médicos e ensino da medicina no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- MACHADO, Roberto. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1976.
- MAIA, George Doyle. *A Nacional de Medicina, 200 anos: do Morro do Castelo à Ilha do Fundão*. São Paulo: Ed. Atheneu, 2009.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
- MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. *Trajetória da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: aspectos históricos da “Casa de Arnaldo”*. São Paulo: FMUSP, 2006.
- _____. *Elites em negociação: breve história dos acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo: 1916-1931*. Bragança Paulista: CDAPH; EDUSF, 2003.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil Setecentista*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.
- _____. A espécie em risco: sífilis em Curitiba nos anos 1920. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p.277-294.
- _____. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.
- MARTÍ, Oriol. *Claude Bernard y la medicina experimental*. Espanha: Novagráfik, 2006.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004.
- MASCARINI, Luciene Maura. Uma abordagem histórica da trajetória da parasitologia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(3), p.809-814, 2003.
- MAZZIERI, Berta Ricardo de (Coord.). *Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: testemunhos de sua história*. São Paulo: Fundo Editorial BYK, 2000.
- MOTA, André. *Tropeços da medicina bandeirante: medicina paulista entre 1892-1920*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- MOTT, Maria Lúcia. Dossiê O parto. *Revista Estudos Feministas*. vol. 10, n.2, Florianópolis, UFSC, p.399-527, jul.-dez. 2002.
- MUSEU HISTÓRICO Prof. Carlos da Silva Lacaz (FM/USP), *Sala dos Professores Estrangeiros*. Disponível em: <http://www.fm.usp.br/sobre/museu/s_profestrang.php> Acesso em: 26 de junho de 2009.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2ªed. RJ: DP&A, 2001.
- NAVA, Pedro. *Capítulos da história da medicina no Brasil*. Cotia, SP: Ateliê Editorial; Londrina, PR: EDUEL, São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2003.
- NETO, André de Faria Pereira. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- NEUNDORF, Alexandro. A questão de limites entre Santa Catarina e Paraná e a construção identitária paranaense: as fronteiras, o outro e o projeto intelectual. *Revista Eletrônica*

Cadernos de História. Ouro Preto, UFOP, ano II, março 2007, 7p.

NULAND, Sherwin B. *A peste dos médicos: germes, febre pós-parto e a estranha história de Ignác Semmelweis*. Tradução: Ivo Korytowski. SP: Companhia das Letras, 2005.

NUNES, Everardo Duarte. Sobre a história da saúde pública: idéias e autores. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2), p.251-264, 2000.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 3, p.983-1010, set.-dez.2005.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de (Coord.). *Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.

PAZ, Francisco Moraes. História e cotidiano: A sociedade paranaense do século XIX na perspectiva dos viajantes. *História: Questões e Debates*, Curitiba, 8(14/15):3-44, jul.-dez. 1987.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEREIRA, Júnia Sales. *História, Ciência e Infância: narrativas profissionais no processo de singularização da pediatria como especialidade*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. *Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências, Letras e Artes, UFPR.

PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. A cidade de Curitiba no discurso de viajantes e cronistas do século XIX e início do século XX. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, vol.1, num.1, 1996, 24p.

_____. Discurso burocrático e normatização urbana e populacional em Curitiba no início do século XX. *Revista de História Regional*, 5(1), p.38-66, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1), p.67-92, 2004.

_____. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. In: *Caderno Cedes*, v.23, n.59, p.91-102, abr. 2003a.

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUN, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003b, p.307-330.

PIZANI, Maria Angélica Pinto Nunes. *O cuidar na atuação das Irmãs de São José de Moutiers na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1896-1937)*. Curitiba, 2005. Tese (Doutor em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

_____. *Os caminhos do ensino de graduação em Enfermagem na cidade de Curitiba, de 1953 a 1994*. Curitiba, 1999. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

_____. A atuação de religiosas em Curitiba na assistência aos alienados durante a República Velha. *Revista Cogitare Enfermagem*, Curitiba, vol.7, n.2, 23p., 2002.

PORTER, Roy. *Das tripas coração: uma breve história da medicina*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004.

PYKOSZ, Lausane Corrêa. *A higiene nos grupos escolares curitibanos: fragmentos da história de uma disciplina escolar (1917-1932)*. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná.

RENK, Valquíria Elita. *Aprendi português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas*. Curitiba, 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná (versão Defesa Pública).

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

RIBEIRO, Maria Alice R. *História sem fim... Inventário da saúde pública, São Paulo: 1880-1930*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

ROBALO, Roberlayne de Oliveira Borges. *História da educação e a formação de professoras normalistas: as noções de Afrânio Peixoto e de Theobaldo Miranda Santos*. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2003.

_____. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. *Caderno Cedes*, ano XX, n.52, p.1-19, nov. 2000.

ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SADI, Afiz; FREITAS, Divaldo Gaspar. *O ensino médico em São Paulo anteriormente à fundação da Paulista* [Escola Paulista de Medicina, em 1933]. São Paulo: Ed. Sáfadi Ltda, 1995, 86p.

SALLES, Sandra Abrahão Chaim. A presença da homeopatia nas faculdades de medicina brasileiras: resultados de uma investigação exploratória. *Revista Brasileira de Educação Médica*, n. 32(3), p. 283-290, 2008.

SAMPAIO, Gabriela do Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Juruá, 2007.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SÊGA, Rafael Augustus. *A capital Belle Époque: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

SIGOLO, Renata P. *Em busca da “sciencia medica”: a medicina homeopática no início do século XX*. Curitiba, 1999. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em

História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

_____. Pensamento médico e história: um breve ensaio. *Revista de História Regional*, vol.1, n.1, inverno 1996, 12p. Disponível em: <<http://www.uepg.br/rhr/v1n1/renata.htm>> Acesso: 12 maio 2008.

SILVA, Márcia Regina Barros da. O processo de urbanização paulista: a medicina e o crescimento da cidade moderna. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 27, n.53, p.243-266, 2007.

_____. *O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933*. São Paulo, 2003a. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo.

_____. *Estratégias da ciência: a história da Escola Paulista de Medicina (1933-1956)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003b.

_____. O ensino médico em debate: São Paulo, 1890-1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 9(suplemento), p. 139-159, 2002.

_____. O ensino médico em São Paulo e a criação da Escola Paulista de Medicina. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 8(3), p. 543-568, set.-dez. 2001.

SIQUEIRA, Márcia Dalledone. (Coord.). *Associação Médica do Paraná*. Curitiba: Associação Médica do Paraná, 1993.

SOARES, Luiz Carlos. Da necessidade do bordel higienizado: tentativas de controle da prostituição carioca no século XIX. In: VAINFAS, Ronaldo. *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

SOURNIA, Jean-Charles. *História da medicina*. Instituto Piaget: Lisboa, PT, 1992.

SOUZA, Regina Maria Schimmelpfeng de. *Deutsche Schule, a escola alemã de Curitiba: um olhar histórico (1884-1917)*. Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

STANCIK, Marco Antônio. *De médico a homem de ciência: a eugenia na trajetória de Aleixo de Vasconcellos no início do século XX*. Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná (versão Defesa Pública).

STARLING, Heloísa Maria Murgel et al (Orgs.). *Odontologia – história restaurada*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.

STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. São Paulo: Artenova, 1976.

STEPHANOU, Maria. *Tratar e educar: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. *Na arena de Esculápio: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895-1913)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

_____. Rodolfo Mascarenhas e a história da saúde pública em São Paulo. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, 40(1), p.3-19, 2006.

_____. Em prol da ciência, em benefício da saúde. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 16, 79-100, 2004.

_____. *Ciência e saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período de 1903-1916*. Manguinhos: Fiocruz, 1995.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; CARDOSO, Maria Regina; TAKAOKA, Neide Yumie. Instituto Pasteur de São Paulo: cem anos de combate à raiva. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol.11(3), p.751-766, set.-dez., 2004.

THÉBAUD, Françoise. A medicalização do parto e suas conseqüências: o exemplo da França entre as duas guerras. *Estudos feministas*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão – v.7, n.1-2, (1999). Florianópolis: UFSC, 1999, p.415-427.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

VIÑAO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

WEBER, Beatriz T. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense, 1889-1928*. Santa Maria: Ed. UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.

ANEXOS

ANEXO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS E SERIAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA E CIRURGIA DA FMP: COMPARAÇÃO ENTRE O OFERTADO E A LEI ESPECÍFICA DE 1911.	239
ANEXO 2 - LISTA DOS PROFESSORES DA FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1912-1939.	240
ANEXO 3 - CATALOGAÇÃO SUMÁRIA DO ARQUIVO DA BIBLIOTECA DO SETOR DA SAÚDE UFPR.	242
ANEXO 4 – MOVIMENTAÇÃO DE ALUNOS (ENTRADA, SAÍDA, TRANSFERÊNCIA E DOUTORAMENTO) DO CURSO MÉDICO (E ÁREAS DA SAÚDE, ENTRADA) DA FMP NO PERÍODO DE 1913 A 1946.	247
ANEXO 5 – MOVIMENTAÇÃO DE ALUNOS (ENTRADA, SAÍDA E TRANSFERÊNCIA) DOS CURSOS NA ÁREA DA SAÚDE DA FMP NO PERÍODO DE 1913 A 1946.	250

ANEXO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS E SERIAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA E CIRURGIA DA FMP: COMPARAÇÃO ENTRE O OFERTADO E A LEI ESPECÍFICA DE 1911

Séries	Conforme a oferta da Faculdade de Medicina do Paraná, 1913	Conforme a legislação específica das faculdades de medicina, 1911
1º	Anatomia descritiva Histologia História natural médica	Física médica Clínica médica História natural médica
2º	Fisiologia Física médica Química médica Clínica médica e propedêutica médica	Anatomia descritiva (1ª parte) Anatomia microscópica Fisiologia (1ª parte)
3º	Patologia geral Microbiologia Anatomia médica, cirúrgica e operação e aparelhos Clínica médica e propedêutica médica Clínica dermatológica e sifiligráfica	Anatomia descritiva (2ª parte) Fisiologia (2ª parte) Microbiologia
4º	Farmacologia Anatomia e fisiologia patológicas Clínica médica e patologia médica Clínica cirúrgica e propedêutica cirúrgica Clínica pediátrica médica e puericultura	Farmacologia Anatomia e histologia patológicas Anatomia médico-cirúrgica com operações e aparelhos Clínica médica (com o curso de patologia interna) Clínica cirúrgica (com o curso de patologia externa) Clínica oftalmológica Clínica otorrinolaringológica Clínica dermatológica e sifiligráfica
5º	Terapêutica clínica e experimental Homeopatia e terapêutica homeopática Clínica cirúrgica com patologia cirúrgica Clínica médica e história da medicina Clínica homeopática Clínica de olhos, ouvido, nariz e garganta	Patologia geral Terapêutica Clínica cirúrgica Clínica médica Clínica pediátrica médica e higiene infantil Clínica pediátrica cirúrgica e ortopedia
6º	Higiene Medicina Legal e toxicologia Clínica médica Clínica cirúrgica Clínica obstétrica e Obstetrícia Clínica ginecológica e ginecologia Clínica neurológica e psiquiátrica Clínica pediátrica cirúrgica e Ortopedia	Higiene Medicina legal e toxicologia Clínica médica Clínica cirúrgica Clínica obstétrica Clínica ginecológica Clínica psiquiátrica e de moléstias nervosas

Fontes: RELATÓRIO GERAL DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ do ano de 1913, anexos; *Decreto n. 8.661* – de 5 de abril de 1911, p.528-530.

ANEXO 2 - LISTA DOS PROFESSORES DA FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1912-1939

NÚMERO DE ORDEM	NOMES
1	Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva
2	Dr. Nilo Cairo da Silva
3	Dr. João de Moura Brito
4	Dr. Alfredo de Assis Gonçalves
5	Pharmaceutico José Cypriano Rodrigues Pinheiro
6	Dr. Joaquim Pinto Rebello
7	Dr. Manoel Lustosa Carrão
8	Dr. Cláudio de Lemos
9	Dr. Abdon Petit Guimarães Carneiro
10	Cirurgião-dentista Arthur Obino
11	Cirurgião-dentista Antonio de Mattos Azeredo
12	Dr. Miguel Severo Santiago
13	Cirurgião-dentista Julio Antonio Xavier
14	Cirurgião-dentista Carlos de Amaral Camargo
15	Cirurgião-dentista Affonso de Loyola e Silva
16	Cirurgião-dentista Antonio Sergio Virgolino Brasil
17	Cirurgião-dentista Álvaro Neves da Costa
18	Cirurgião-dentista Jorge Leitner
19	Dr. Reinaldo Machado
20	Dr. João Evangelista Espíndola
21	Dr. José Guilherme de Loyola
22	Dr. Franco Carini
23	Dr. João Candido Ferreira
24	Dr. Jorge Hermano Meyer
25	Dr. Francisco Burzio
26	Dr. Artidorno Pamplona Corte Real
27	Dr. Antonio Rodolpho Pereira de Lemos
28	Dr. Joseph Ferencz
29	Pharmaceutico Hugo Oswaldo Riedel
30	Dr. Manoel Suplicy de Lacerda
31	Dr. Aluizio França
32	Dr. Eduardo Leite Leal França
33	Dr. Julio Izymanski
34	Dr. Francisco Martins Franco
35	Dr. Olegário de Andrade Vasconcellos
36	Dr. Simão Kossobudzki
37	Dr. Leônidas do Amaral Ferreira
38	Dr. Gabriel Nowicki
39	Dr. Euripedes Garcez so Nascimento
40	Pharmaceutico Gastão Pereira Marques
41	Dr. Alceu do Amaral Ferreira
42	Dr. Eduardo Wirmond Lima
43	Dr. José Pereira de Macedo
44	Pharmaceutico Plínio Calberg
45	Cirurgião-dentista Guido Straube
46	Dr. Domingos Gerson de Sabóia
47	Dr. Rodolpho Warnecke
48	Dr. Coriolano Silveira da Mota
49	Dr. Mirosław Izeliga Izeligowski
50	Dr. Luis Osmundo de Medeiros
51	Dr. Ismar Tavares Mutel
52	Dr. Miguel Isaacson
53	Dr. José de Freitas Saldanha Sobrinho

54	Dr. Octavio da Silveira
55	Dr. Augusto Torreão Roxo
56	Cirurgião-dentista André Kloss Netto
57	Dr. Antonio Loyola de Macedo
58	Dr. Juvêncio Zenha Machado
59	Dr. Alfredo de Moraes Coutinho
60	Dr. Manoel Pereira da Cunha
61	Dr. Sebastião de Azevedo
62	Dr. José da Costa Moreira
63	Dr. Alexandre Ferreira Netto
64	Dr. Manoel Mario Chaurais
65	Dr. João de Barros Barreto
66	Dr. Heraclides de Souza Araújo
67	Dr. Hastimphilo Rebello de Loyola
68	Dr. Attilio Bruni
69	Dr. Carlos Estrella Moreira
70	Dr. José de Azevedo Macedo
71	Dr. Pedro Chagas Bicalho
72	Dr. Celso do Amaral Ferreira
73	Dr. Francisco Paula Soares Netto
74	Pharmaceutico Antenor Pamphilo dos Santos
75	Dr. Álvaro Emilio de Cerqueira Lima
76	Dra. Maria Falce de Macedo
77	Dr. Antonio Ludovico Rydygier
78	Dr. Cyro Moraes de Castro Vellozo
79	Pharmaceutico Carlos Stellfeld
80	Dr. Carlos Grey
81	Dr. Heitor Borges de Macedo
82	Dr. Milton Carneiro
83	Dr. Antonio Mesiano
84	Cirurgião-dentista Manoel França do Nascimento
85	Dr. Aramis Taborda Athayde
86	Dr. Milton Macedo Munhoz
87	Dr. Dante Romanó
88	Pharmaceutico Octavio Pereira dos Anjos
89	Cirurgião-dentista Francisco Bassetti Junior
90	Cirurgião-dentista Ewaldo Schiebler
91	Dr. Erasto Gaertner
92	Dr. Raul Carneiro
93	Dr. César Beltrão Pernetta
94	Dr. Frederico de Marco
95	Dr. João Vieira de Alencar
96	Pharmaceutico Arthur Otto Schwab
97	Cirurgião-dentista Manoel Beiguelman
98	Dr. Marco Braga de Abreu
99	Dr. Alô Ticoulat Guimarães
100	Cirurgião-dentista Levy de Brito Buquéra
101	Cirurgião-dentista Julio Estrella Moreira
102	Dr. Augusto Colle
103	Cirurgião-dentista João Alves Tizzot
104	Dr. Heleno Azevedo da Silveira

OBS.: Do índice original, em conformidade até o número 91, os demais foram incluídos a partir da consulta às folhas do respectivo Livro-ata de *Assentamento dos Professores*, da Faculdade de Medicina do Paraná (Livro 1). É de notar que os registros cobrem, em geral, o período 1913 a 1938, embora não seja regra para todos. E estão presentes, conforme se observa do registro, apenas os professores catedráticos.

ANEXO 3 - CATALOGAÇÃO SUMÁRIA DO ARQUIVO DA BIBLIOTECA DO SETOR DA SAÚDE UFPR⁴⁴⁰

COLEÇÕES ENCICLOPÉDICAS:

INTERNACIONAIS:

1. AMERICAN JOURNAL OF DISEASES OF CHILDREN. Chicago, USA (anual).
Equipe editorial composta por médicos de NY, San Francisco, Philadelphia, Boston. O arquivo tem números desde 1911 e até 1990, pelo menos. (Localiz.: lado esq.)
2. THE AMERICAN JOURNAL OF THE MEDICAL SCIENCES. Philadelphia, USA: Lea & Febiger Ed. (anual?)
O arquivo tem números desde 1940 e até 1980, pelo menos. Esta publicação é editada desde 1820.
3. AMERICAN JOURNAL OF THE DIGESTIVE DISEASES. Philadelphia, Pensilvania, Ontario: John Wyeth & Brother, Incorporated. (mensal)
O arquivo tem números desde 1939 e até 1980, pelo menos.
4. THE AMERICAN JOURNAL OF CLINICAL PATHOLOGY. (Official publication The American Society of Clinical Pathologists). Baltimore, USA: Published Monthly by the Williams & Wilkins Co. (mensal)
O arquivo tem números desde 1943 e até 1980, pelo menos.
5. THE AMERICAN JOURNAL OF CARDIOLOGY. USA (mensal)
O arquivo tem números desde 1966 e até 1984, pelo menos.
6. THE AMERICAN JOURNAL OF CLINICAL NUTRITION. USA. (mensal)
O arquivo tem números desde 1960 e até 1980, pelo menos.
7. THE AMERICAN JOURNAL OF SURGERY. (Presented to The Library of the Medical Society of the County of Kings and Academy of Medicine of Brooklyn by Mrs. Harry Koster). Editor Walter M. Brickner. New York, USA: Paul B. Hoeber Inc. Publishers. (semestral, il. e fotog.)
O arquivo tem números de 1926; 1932; 1956 até 1984, pelo menos. (Há outras edições [cirurgia] completas; Localiz.: final da dir. e dir.).
8. THE AMERICAN JOURNAL OF TROPICAL MEDICINE AND HYGIENE. (Official organ The American Society of Tropical Medicine). Baltimore, USA: Published by The Williams & Wilkins Company. (mensal)
O arquivo tem números de 1936 até 1984, pelo menos. (Artigos de vários países / Localiz. Frente à porta de entrada)
9. THE AMERICAN REVIEW THE RESPIRATORY DISEASES. (mensal?)
O arquivo tem números de 1940 até 1984, pelo menos.
10. THE AMERICAN REVIEW OF TUBERCULOSIS AND PULMONARY DISEASES. (Official Journal American Trudeau Society. Published Monthly Baltimore by National Tuberculosis Associations, New York). New York City, USA: Edition Max Pinner. (mensal)
O arquivo tem números de 1940 até 1984 (?), pelo menos.
11. AMERICAN HEART JOURNAL. St. Louis, USA: Prin of The C.V. Mosby Company. (semestral, il.)
O arquivo tem números desde 1941 e até 1980, pelo menos.
12. INTERNATIONAL JOURNAL OF LEPROSY. (Published by the International Leprosy Association, 1931). Manila, Philippine Islands. (quadrimestral) (lado dir.)
O arquivo tem o número 1 de 1933 até 2004, pelo menos.
13. LA CHIRURGIA DEGLI ORGANI DI MOVIMENTO. Direttore: Dott. V. Putti. (Professore straordinario di Ortopedia nella R. Università di Bologna; direttore dell'Istituto Ortopedico Rizzoli). Bologna: L. Capelli, Editore. (fotograf.)
O arquivo tem o número 1 (volume primo, anno primo) de 1917 até 1984, pelo menos.

⁴⁴⁰ Elaborado pela autora, em visita e pesquisa no acervo na data de 10 de maio de 2006. Este material é composto por 6 páginas e acompanha um esquema visual da disposição do material depositado na Sala do "Arquivo" (para orientação espacial no acervo).

14. ACTA RADIOLOGICA. (Founded in 1921 by Gösta Forssell) Published by the The Societies of medical Radiology in Denmark, Finland, Norway and Sweden. (mensal?)
O arquivo tem números desde 1977 e até 1980(?), pelo menos.
15. ACTA RHEUMATOLOGICA SCANDINAVICA. Steinsviks Bokförlag AB – Stockholm. (mensal?)
O arquivo tem números desde 1963 e até 1980(?), pelo menos.
16. ACTA ORTOPEIDICA TRAUMATOLOGICA IBERICA. (Organo de la Sociedad Española de Cirugía Ortopédica y Traumatología; Órgão da Sociedade Portuguesa de Ortopedia e Traumatologia). Director Dr. V. Sanchis Olmos. Madrid. (mensal?)
O arquivo tem números desde 1956 e até 1980(?), pelo menos.
17. ACTA ORTHOPAEDICA SCANDINAVICA. Editor: Patrik Haglund (Stockholm). K'o'benhavn: Levin & Munksgaard (quadrimestral)
O arquivo tem números desde 1930 e até 1980(?), pelo menos.
18. ACTA CARDIOLOGICA. (Société Anonyme CIBA; Bruxelles, Bélgica). Redacteurs en chef: Fr. Van Dooren et J. Lequime. Bruxelas, Bélgica. (4 a 6 fascículos/ano; vendida na Bélgica a 400 fr.; no estrangeiro a 450 fr. belgas)
O arquivo tem números desde 1950 e até 1980(?), pelo menos.
19. ANNALS OF INTERNAL MEDICINE. (Publisched by The American College of Physicians). Philadelphia, USA. (mensal)
O arquivo tem números de 1947 até 1984, pelo menos.
20. ANNALS OF OTOLOGY, RHINOLOGY AND LARYNGOLOGY. (Founded by James Pleasant Parker. Publisched by Jones H. Parker). St. Louis, Missouri, USA.
O arquivo tem desde o número 1 (vol vi, fev 1897, n.1) de 1897 até 1984, pelo menos. (no início trimestral; depois mensal) Papel branco
21. ARCHIVES DES MALADIES DU COUER DES VAISSEAUX ET DU SANG. Paris, França: Librairie J.-B. Bailliére et Fils, 1908. (anual)
O arquivo tem números 1898; 1899; 1908; 1909; 1910; 1950 até 1984, pelo menos.
22. ARCHIVES OF OTOLARYNGOLOGY. Chicago, USA: Publischers American Medical Association. (mensal?)
O arquivo tem desde o número 1 de 1925 até 1984, pelo menos.
23. BULLETIN OF THE NEW YORK ACADEMY OF MEDICINE. New York, USA: Publisched monthly by The New York Academy of Medicine. (mensal)
O arquivo tem o num. 4, vol. 20, 2ª série, abr. 1944 e até 1984(?), pelo menos.
24. CANCER, DIAGNOSIS, TREATMENT, RESEARCH. (Cancer. A journal of the American Câncer Society.) Editor Fred W. Stewart. USA: Paul B. Hoeber, Inc. (Medical Book Department of Harper & Brothers). (mensal)
O arquivo tem desde o número 1 de 1948 até 1984, pelo menos.

Entre várias outras coleções:

Endocrinologia; “Gastro-Enterologia” Bélgica; Hematologia; Obstetrícia e Ginecologia; Patologia; Oftalmologia; Psiquiatria; Radioterapia e Medicina Nuclear; Anestesiologia; etc. Nos anos 1960 e 1970, o destaque para a presença de países de língua espanhola, inclusive da América Latina, por exemplo:

25. ARCHIVOS DEL INSTITUTO DE CARDIOLOGIA DE MEXICO. México.
O arquivo tem números de 1961 até 1984, pelo menos.
26. ARCHIVOS ARGENTINOS DE DERMATOLOGIA. Argentina. (mensal?)
O arquivo tem números de 1973 até 1984, pelo menos.
27. ARCHIVOS DE INVESTIGACIÓN MÉDICA. México. (mensal?)
O arquivo tem números de 1970 até 1991, pelo menos.

Continua...

NACIONAIS

28. **JORNAL DE PEDIATRIA.** Revista Brasileira de Pediatria e Puericultura. (Fundada em 1934 por Edgard Filgueiras. Órgão Oficial da Sociedade Brasileira de Pediatria). Rio de Janeiro, BR. (mensal?)
O arquivo tem números desde 1949 e até 1980(?), pelo menos.
 29. **REVISTA MÉDICA DO PARANÁ.** (Órgão da Associação Médica do Paraná). Curitiba, BR. Dir. Redactor Milton Munhoz. (mensal?)
Apresenta orações de paraninfos (1935, pelo menos).
O arquivo tem números desde 1935(?) e até 1980(?), pelo menos.
 30. **REVISTA HOMEOPATHICA DO PARANÁ.** Redactor: Nilo Cairo da Silva. Secretário D. Duarte Velloso. Curitiba, BR. (trimestral)
O arquivo tem números de 1906 e 1907, pelo menos.
 31. **ANNAES DE MEDICINA HOMOEOPATHICA.** (Publicação mensal do Instituto Hahnemanniano do Brasil). Redactor Joaquim Murtinho. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial. (mensal)
O arquivo tem desde o 1º número (anno 1º, vol. I, jul 1882, n.1) de 1883 até 1907, pelo menos. A assinatura anual era de 6\$000 (avulso 500).
 32. **ANAIS DA FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ.** Curitiba, BR.
O arquivo tem números de 1959 até 1977, pelo menos.
 33. **ANAIS PAULISTAS DE MEDICINA E CIRURGIA.** São Paulo, BR.
O arquivo tem números de 1955 até 1975, pelo menos.
 34. **ARQUIVOS BRASILEIROS DE OFTALMOLOGIA.** Dirs. W. Belfort Mattos; B. Paula Santos; Durval Prado. São Paulo, BR. (mensal?)
O arquivo tem desde o número 1 de 1938 até 1984, pelo menos.
 35. **ARQUIVOS BRASILEIROS DE CARDIOLOGIA.** Dir. Jairo A. Ramos. (Publicado sob auspícios da Sociedade Brasileira de Cardiologia). São Paulo. (mensal?)
O arquivo tem desde o número 1 de 1948 até 1980, pelo menos.
 36. **ARCHIVOS BRASILEIROS DE MEDICINA.** Direção: Juliano Moreira; A. Austregésilo. Rio de Janeiro. (mensal)
O arquivo tem desde o número 4 de 1911 até 1984, pelo menos. (De 6 fasc./ano e 6 suplem./ano)
 37. **ARQUIVOS DE NEURO-PSIQUIATRIA.** Dir. científica: Adherbal Tolosa; Paulino Longo. São Paulo, BR. (mensal?)
O arquivo tem números de 1944 até 1984, pelo menos.
- Revistas científicas afiliadas à Edição “ACTA MÉDICA BÉLGICA” (na contra-capa da revista); Bruxelas, Bélgica: ver Foto 001 (10.05.06) – Muito provavelmente todas estas edições fazem parte do arquivo do Setor de Ciências da Saúde/UFPR:
38. **ARCHIVA MÉDICA BELGICA**
De 6 a 10 fascículos por ano e suplemento. (Valores na foto)
 39. **ACTA CHIRURGICA BELGICA**
De 9 a 10 fasc./ano.
 40. **ACTA CLINICA BELGICA**
De 6 fasc./ano.
 41. **ACTA GASTRO-ENTEROLÓGICA BELGICA**
De 9 a 10 fasc./ano.
 42. **ACTA NEUROLOGICA ET PSYCHIATRICA BELGICA.** (Journal Belge de Neurologie et de Psychiatrie)
De 12 fasc./ano.
 43. **ACTA ORTHOPAEDICA BELGICA**
De 9 a 10 fasc./ano.
 44. **ACTA OTO-RHINO-LARYNGOLOGICA BELGICA**
De 4 a 6 fasc./ano.
 45. **ACTA PAEDIATRICA BELGICA**
De 5 fasc./ano.

Continua...

46. ACTA PHYSIOTHERAPICA ET RHEUMATOLOGICA BELGICA
De 4 a 6 fasc./ano.
47. ACTA TUBERCULOSEA BELGICA. (Revue Belge de la Tuberculose)
De 6 fasc./ano.
48. ANNALES DE LA SOCIETE BELGE DE MEDECINE TROPICALE.
De 4 fasc./ano.
49. ARCHIVES BELGES DE DERMATOLOGIE ET DE SYPHILIGRAPHIE
De 4 fasc./ano.
50. ARCHIVES BELGES DE MEDECINE SOCIALE, HYGIENE, MEDECINE DU TRAVAIL ET
MEDECINE LEGALE
De 9 a 10 fasc./ano.
51. REVUE BELGE DE PATHOLOGIE ET DE MEDECINE EXPERIMENTALE (Continuant les
Archives Internationales de Médecine expérimentale et la Revue Belge des Sciences Médicales)
De 6 fasc./ano e supl.
52. ANNALES DE LA SOCIETE ROYALE DES SCIENCES MEDICALES ET NATURELLES DE
BRUXELLES
De 4 fasc./ano.

LIVROS (Alguns dos mais antigos exemplares; aleatórios)

INTERNACIONAIS

53. **GRASSET**, Hector. *Le Transformisme Médical: l'évolution physiologique* (Thérapeutique rationnelle). Paris: Société d'éditions scientifiques, 1900.
54. **NAEGELÉ**, F.-C.; *Manuel D'accouchements: a l'usage des élèves sages-femmes*. Édition revue et augmentée par J. Jacquemier. Paris: Gernier Bailliére, Libraire-Éditeur, 1857.
O autor: "Professeur d'accouchements à l'Université de Heidelberg" (Alemanha?). O revisor: "Docteur en médecine de la Faculté de Paris, ancien interne de la Maison d'accouchements de Paris, etc., etc."
55. **CHARCOT**, J.-M. (1825-1893, escrito à lápis) *Leçons sur les Maladies du système nerveux: faites a la salpêtrière*. Paris: A. Delahaye et Lecrosnier, Éditeurs, 1880. "Professeur à la Faculté de médecine de Paris, Médecin de la Salpêtrière, Membre de l'Académie de médecine, de la Société clinique de Londres, de la Société clinique de Buda-Pesth, de la Société des Sciences naturelles de Bruxelles, Président de la Société anatomique, Ancien vice-président de la Société de Biologie, etc.)
56. **JACCOUD**, S. *Traité de Pathologie Interne*. 7ª ed. (revue et augmentée). Paris: Adrien Delahaye et Émile Lecrosnier, Éditeurs (Place de L'École-de-Médecine), 1883.
Outras obras do mesmo autor: "De l'organisations des Facultes de médecine em Allemagne; rapport presente à M. le Ministre de l'instruction publique, le 6 octobre 1863. In-8º de 175 pages."
57. **SAPPEY**, Ph.C. *Traité D'Anatomie descriptive*. 4ª ed. (édition revue et améliorée). Paris: Lecrosnier et Babe, Libraires- Éditeurs (Place de L'École-de-Médecine), 1889.
"Membre et ancien Président de L'Académie de Médecin, Professeur Honoraire de la Faculté de Médecine de Paris"
58. **CHARCOT**; **BRISAUD**; **BOUCHARD** (Dirs.). *Traité de Médecine*. Tome I. Paris: G. Masson, Éditeur (Libraire de L'Académie de Médecine), 1891.
59. **BERTIN**, MM. E; **BROUARDEL**, P; **CHARRIN**, et al. *Annales D'Hygiène Publique et de Médecine Légale*. Tome XLIX. Paris: J.-B. Bailliére et Fils (JBB&F), janvier 1903.
A foto 58 de 10.05.06 apresenta repertório de obras publicadas pela mesma livraria.
60. **LE DENTU**, A.; **DELBET**, Pierre (Dirs.). *Traité de Chirurgie: clinique et opératoire*. Tome 10º. Paris: Libraire J.-B. Bailliére et Fils (JBB&F), 1896. (Com 197 figuras)

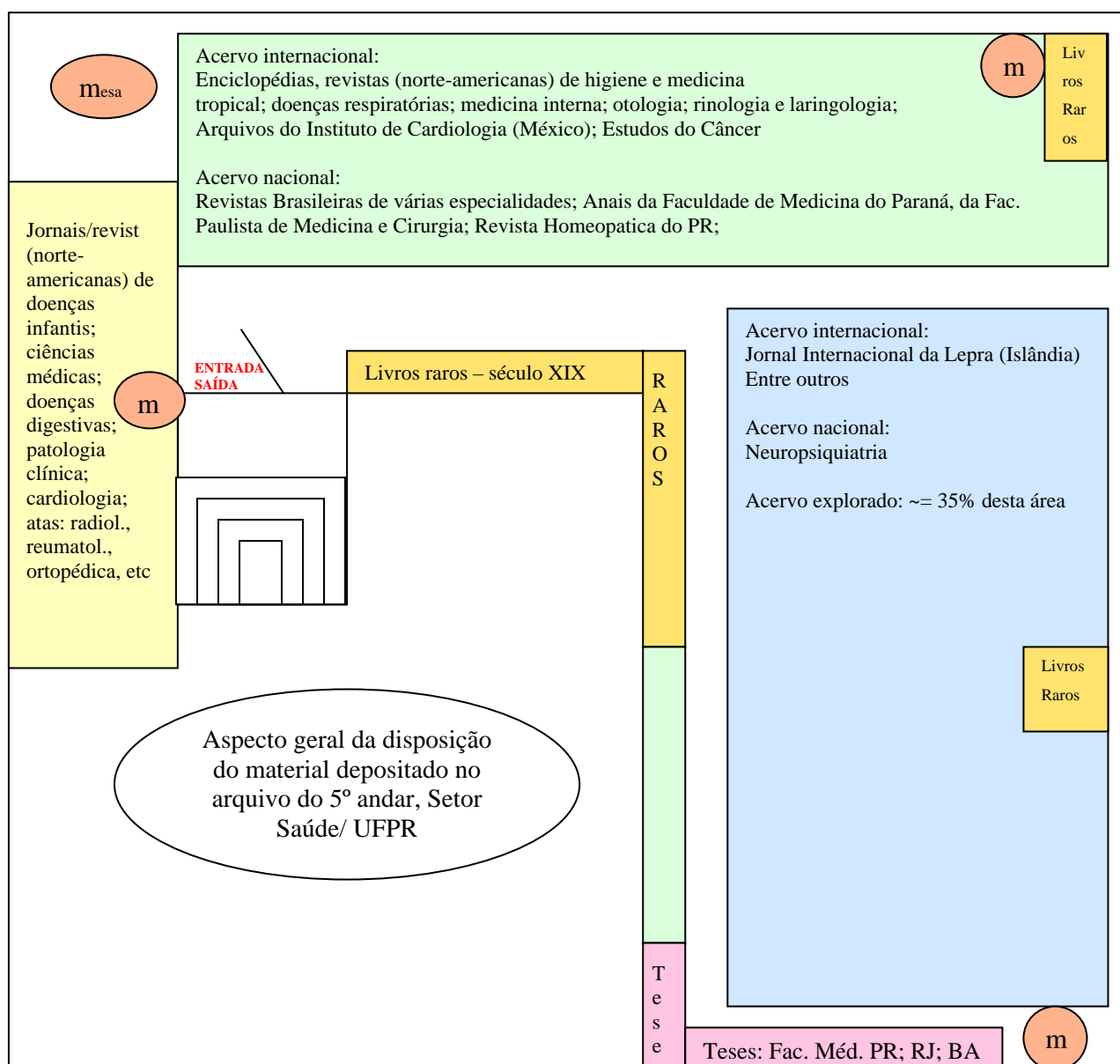
Continua...

NACIONAIS

61. **SILVA**, Antonio Augusto Ferreira da. *Demographia Sanitária*: durante 34 annos. *Rio de Janeiro: Imprensa Nacional*, 1893.

Autor: “Organizador da Policlínica de Nitheroy, Médico do Serviço Geral dessa Instituição, Adjunto dos hospitaes de S. João Baptista e de S. Francisco de Paula, Delegado no Estado do Rio do Congresso Medico Pan-Americano, ex-Interno effectivo do hospital da Santa Casa de Misericórdia, ex-Ajudante de operações na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Laureado com a medalha de ouro – Premio D. Pedro II, etc. etc. etc.”

ESQUEMA DA DISPOSIÇÃO DO MATERIAL DEPOSITADO NA SALA DO ARQUIVO (5º ANDAR) DO SETOR DA SAÚDE



Fonte: Elaborado pela autora, em visita e pesquisa no acervo em 10 de maio 2006.

ANEXO 4 – MOVIMENTAÇÃO DE ALUNOS (ENTRADA, SAÍDA, TRANSFERÊNCIA E DOUTORAMENTO) DO CURSO MÉDICO (E ÁREAS DA SAÚDE, ENTRADA) DA FMP NO PERÍODO DE 1913 A 1946

Ano*	FMP	Med.	Farm.	Odont.	Obst.	Transf. entrada	Transf. saída	Cancel.	Medico	Dr
1913	23	0	10	13	0	0	0	0	0	0
1914	43	11	13	19	0	0	0	0	0	0
1915	58	29	12	17	0	0	0	0	0	0
1916	52	22	15	15	0	0	0	0	0	0
1917	53	32	12	09	0	-	-	-	0	0
1918	161	134	14	13	0	-	-	-	0	0
1919	154	113	19	22	0	-	-	-	15	2
1920	116	93	13	10	0	0	0	0	9	0
1921	136	105	20	11	0	USP=6 IH=5 FMCSP=1 FAMED=3 E.Téc.SP=2 Normalistas=3	0	20	17	4
1922	99	71	17	11	0	0	FMRJ=21	1	13	7
1923	101	59	27	15	0	0	FMRJ=11	0	7	0
1924	109	61	34	14	0	0	FMRJ=8	0	6	1
1925	120	79	25	16	0	0	FMRJ=6 FMFA=1	0	1	0
1926	140	100	25	15	0	0	FMRJ=6 FMFA=1	0	8	8
1927	166	128	19	19	0	0	FMRJ=14 FMBA=1	2	7	2
1928	164	141	09	14	0	0	FMRJ=12 FMCSP=1	1	6	2
1929	191	173	12	6	0	0	FMRJ=14	0	13	4
1930	233	220	4	9	0	FMRJ=4	FMRJ=13 FMBH=1 IH=1	6	5	0
1931	305	283	2	20	0	FMBH=1	FMRJ=17	0	14	1
1932	409	368	6	35	0	FMFlu=1	FMFlu=2 FMBA=2 IH=2	0	22	1
1933	512	443	10	59	24	FMFlu=3 IH=1	FMFlu=7 FMBH=7 FMBA=5 FAMED=2 FMRJ=1	3 (falec.)	33	1
1934	585	492	19	74	13	IH=1	FMFlu=13 FAMED=1 FMBA=1 FMBH=1 FMPE=1	0	36	3
1935	712	573	28	101	14	0	FMFlu=13 FMUSP=4 IH=2 FMRJ=2	0	45	1
1936	743	617	29	84	13	FAMED=1 FMPE=1 IH=1	FMFlu=8 FMUSP=3 IH=3 FMPE=2 FMBH=1	0	74	4

Ano*	FMP	Med.	Farm.	Odont.	Obst.	Transf. entrada	FAMED=1 Transf. saída	Cancel.	Médico	Dr
1937	623	603	26	103	16	IH=4 FMBH=1 FMBA=1	FMRJ=6 IH=5 FMFlu=3 EPM=3 FMCSP=2 FMBA=1 FMBH=1	0	67	0
1938	608	495	16	75	22	IH=1	FMUB=11 IH=7 FAMED=6 FMFlu=3 EPM=2 FMBH=1	0	108	2
1939	522	413	21	74	14	FMUB=1 IH=1	EPM=8 FMFlu=5 IH=5 FMUSP=2 FMPE=1 FMUB=1	0	68	0
1940	580	444	22	98	16	IH=1 FMUB=1 FMFlu=1	FMUSP=9 EPM=7 FMBH=3 FMFlu=5	0	55	0
1941	558	406	28	105	19	0	FMUSP=10 EPM=5 IH=2 FMFlu=2 FMUB=3	0	46	1
1942	623	455	25	118	25	0	EPM=10 FAMED=6 FMUB=4 IH=4 FMBH=1	8	28	0
1943	678	526	34	104	14	0	EPM=12 IH=7 FAMED=3 FMFlu=3 FMUB=1	4	35	0
1944	717	566	36	105	10	EPM=1 FMUB=1	EPM=26 FAMED=26 FMUB=2 FMBH=1 FMFlu=2 IH=1 FCM=1	7	44	0
1945	780	604	50	114	12	0	EPM=22 IH=7 FAMED=4 FMUSP=4 FMUB=1 FCM=3 FMFlu=1	5	54	0
1946	848	650	55	133	10	EPM=1 FCM=2	FMUB=13 FCM=13 EPM=8 FMFlu=7 IH=5	0	43	2

							FAMED=5 FMBA=1 FMBH=1			
TOTAL	11.922	9.509	707	1.650	222	51	536	57	879	46

SIGLAS:

IH = Instituto Hahnemanniano (Escola de Medicina e Cirurgia), RJ;

EPM = Escola Paulista de Medicina, SP;

FCM = Faculdade de Ciências Médicas;

FMPA = Faculdade de Medicina do Pará, PA;

FMBA = Faculdade de Medicina da Bahia, BA;

FMBH = Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, MG;

FMCSF = Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, SP;

FMUSP = Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, SP (antes, FMCSF);

FMFlu = Faculdade Fluminense de Medicina, RJ;

FMRJ = Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, RJ;

FMUB = Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, RJ (antes, FMRJ);

FMPE = Faculdade de Medicina de Recife, PE;

FAMED = Faculdade de Medicina de Porto Alegre, RS;

USP = Universidade Livre de São Paulo, SP.

* Apenas os anos de 1917, 1918 e 1919 escaparam à observação direta aos seus respectivos relatórios gerais, pela sua indisponibilidade, e encontram-se parcialmente contemplados com dados de outros relatórios.

FONTE: Relatórios gerais de 1913 a 1945; “Relação [nominal] dos alunos que concluíram os diversos cursos nesta faculdade desde a sua fundação em 1912”, in: *Relatório de 1926*, p.37-41; Idem, in: *Relatório de 1928*, p.50-61; Livro-Ata Termos de Defesa de Tese da FMP, 1926 a 1946 (período analisado).

OBS: Do período de 1913 a 1928, priorizei os dados da listagem nominal por entendê-los mais assertivos que os dos relatórios estatísticos, e a partir desta data em diante o do Livro-Ata, sobretudo dos Doutores em Medicina. Daí a disparidade que se pode notar do período referido, especialmente, na comparação com os dados esparsos dos relatórios. Ressalta-se que a relação de médicos e doutores é independente - assim, em 1921, foram 17 os que concluíram o curso de medicina, sendo destes, 4 os que defenderam tese em medicina.

ANEXO 5 – MOVIMENTAÇÃO DE ALUNOS (ENTRADA, SAÍDA E TRANSFERÊNCIA) DOS CURSOS NA ÁREA DA SAÚDE DA FMP NO PERÍODO DE 1913 A 1946

Ano*	FMP	Farm	Odont	Obst	Transf. entrada	Transf. saída	Cancel.	Concl. Farm.	Concl. Odont.	Concl. Obst.
1913	23	10	13	0	0	0	0	0	0	0
1914	43	13	19	0	0	0	0	4	10	0
1915	58	12	17	0	0	0	0	0	2	0
1916	52	15	15	0	0	0	0	3	5	0
1917	53	12	09	0	-	-	-	5	8	0
1918	161	14	13	0	-	-	-	3	6	0
1919	154	19	22	0	-	-	-	5	6	0
1920	116	13	10	0	0	0	0	3	3	0
1921	136	20	11	0	0	0	0	2	2	0
1922	99	17	11	0	0	FMRJ=1F	0	2	2	0
1923	101	27	15	0	0	0	0	5	3	0
1924	109	34	14	0	0	0	0	7	6	0
1925	120	25	16	0	0	0	0	2	4	0
1926	140	25	15	0	0	FMRJ=2CD	0	6	1	0
1927	166	19	19	0	0	FMRJ=1F	0	5	4	0
1928	164	09	14	0	0	0	0	0	6	0
1929	191	12	6	0	FAMED=1	0	0	7	6	0
1930	233	4	9	0	0	0	0	3	0	0
1931	305	2	20	0	0	0	0	0	0	0
1932	409	6	35	0	FFOI=1	0	0	0	7	0
1933	512	10	59	24	0	0	0	2	14	9
1934	585	19	74	13	0	0	0	3	13	6
1935	712	28	101	14	0	FMFlu=1CD FAMED=1F	0	5	30	5
1936	743	29	84	13	0	0	0	4	17	6
1937	623	26	103	16	0	FFOusp=1CD	0	13	39	4
1938	608	16	75	22	0	0	0	6	19	7
1939	522	21	74	14	0	0	0	8	20	5
1940	580	22	98	16	0	FFOusp=1	0	0	12	5
1941	558	28	105	19	0	FNO=1CD	0	11	14	8
1942	623	25	118	25	0	0	2CD.	10	35	10
1943	678	34	104	14	0	FFOPOA=2 FFOusp=3	6CD. 1F	7	27	11
1944	717	36	105	10	0	0	1CD.	4	18	2
1945	780	50	114	12	0	FFOJF=1 FFORJ=1	0	19	31	5
1946	848	55	133	10	0	FFORJ=1		9	26	6
TOTAL	11.922	707	1.650	222	2	17	10	163	397	89

SIGLAS:

CD= cirurgião-dentista; F= farmacêutico

FFOI= Faculdade de Farmácia e Odontologia de Itapetininga, SP;

FMRJ = Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, RJ;

FFORJ = Faculdade de Farmácia e Odontologia do Rio de Janeiro, RJ;

FMFlu = Faculdade Fluminense de Medicina, RJ;

FNO = Faculdade Nacional de Odontologia (RJ?);

FFOusp = Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo, SP;

FFOPOA = Faculdade de Farmácia e Odontologia de Porto Alegre, RS;

FAMED = Faculdade de Medicina de Porto Alegre, RS.

* Apenas os anos de 1917, 1918 e 1919 escaparam à observação direta aos seus respectivos relatórios gerais, pela sua indisponibilidade, e encontram-se parcialmente contemplados com dados de outros relatórios.

FONTE: Relatórios gerais de 1913 a 1945; “Relação [nominal] dos alumnos que concluíram os diversos cursos nesta faculdade desde a sua fundação em 1912”, in: *Relatório de 1926*, p.37-41; Idem, in: *Relatório de 1928*, p.50-61; Livro-Ata Termos de Defesa de Tese da FMP, 1926 a 1946 (período analisado).